

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)
DIRETORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO

THAMILLE PEREIRA DOS SANTOS

A (IN)VISIBILIDADE DOS TRABALHADORES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

São Leopoldo
2025

THAMILLE PEREIRA DOS SANTOS

A (IN)VISIBILIDADE DOS TRABALHADORES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Tese de doutorado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientadora: Prof. Dra. Maura Corcini Lopes

São Leopoldo
2025

S237i Santos, Thamille Pereira dos.
A (in)visibilidade dos trabalhadores com deficiência
intelectual / Thamille Pereira dos Santos. – 2025.
196 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos
Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2025.
“Orientadora: Prof. Dra. Maura Corcini Lopes”.

1. Deficiência intelectual. 2. Precarização. 3. Mundo
do trabalho. 4. Desigualdades. I. Título.

CDU 37

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Amanda Schuster Ditbenner – CRB 10/2517)

Thamille Pereira dos Santos

A (IN)VISIBILIDADE DOS TRABALHADORES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maura Corcini Lopes (Orientadora)
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Profa. Dra. Betina Schuler
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Profa. Dra. Juliane Marschall Morgenstern
Universidade Franciscana (UFN)

Profa. Dra. Leandra Bôer Possa
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Prof. Dr. Rodrigo Manoel Dias da Silva
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

AGRADECIMENTOS À CAPES

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

AGRADECIMENTOS

Aqueles que vieram antes de mim...

Aqueles que se uniram a mim nesta caminhada...

Aqueles que virão depois de mim...

Da órfã que assentou o pilar da educação na família Santos que, em meados de 1910, em um orfanato, aprendeu a ler e escrever a duras penas, com uma educação rígida que exigia horas de dedicação aos bons costumes da época, à formação para torna-se uma boa esposa ou serviçal, com boas virtudes assentada nos valores religiosos. A você, minha bisavó, a primeira professora da nossa família, uma mulher revolucionária e visionária em seu tempo, que, em um pequeno cômodo de sua casa no interior de Tupanciretã, dedicou-se a ensinar outras crianças. E com ansiedade aguardava na linha do trem as revistas e livros vindos da capital gaúcha. A senhora que investiu na educação dos seus filhos, em um tempo que a educação não era para todos. Obrigada por lançar as sementes. Elas germinaram.

Ao meu avô paterno, homem que aprendeu a ler e escrever numa pequena lousa, que foi a escola e que, aos seus filhos desejou o mais bonito sonho: a educação como caminho para o futuro.

A ti, meu pai, que me contou tantas histórias do nosso passado, que me encantou com o teu amor pela história da nosso país, e que me ensinou o valor mais bonito: o ato de olhar com bondade para o próximo. A ti, que muitas vezes deixou teus afazeres para dedicar-se à minha educação, que incentivou a minha caminhada até aqui, sinto por não estar aqui, mas as sementes, pai, viraram o mais belo jardim. E tu deixastes um legado que será seguido por aqueles que descenderem de mim.

Às mulheres da minha vida, aquelas que persistiram na educação. À minha mãe, sinônimo de mulher à frente do seu tempo, que viu na educação seu farol para a liberdade. À minha irmã, que, ao olhar para si, viu a possibilidade de olhar para o outro, mulher forte, psicóloga dos pequenos e indefesos. Ah, se eu não tivesse vocês nesta caminhada, vocês são parte desta trajetória, deste caminho árduo, de tantos anos de estudos. A força que me emanam a coragem de seguir e persistir na educação.

Aos professores, aqueles que se uniram a mim nesta caminhada, acreditando no potencial transformador da educação, e que acreditarem em mim nesta longa caminhada. Adubando minha plantação com o mais rico conhecimento.

Aos colegas, aos fiéis amigos que não me abandonaram nessa longa plantação e viram germinar comigo cada semente deste jardim.

Aos alunos, às instituições públicas e privadas onde trabalhei, que plantaram e colheram comigo os frutos de tantos anos de estudos dedicados à inclusão daqueles que ninguém acredita na sua capacidade.

Ao meu esposo, que tantas vezes, podou as ervas daninhas e adubou este jardim.

Àqueles que virão depois de mim, ao meu filho, ainda eu meu ventre, não esqueças daqueles que vieram antes de ti, da força que emana dos teus antepassados, que te deixaram a herança mais grandiosa: esta que deixo a ti, as sementes da educação.

O MEU MUITO OBRIGADA!

RESUMO

Tendo como contexto a inclusão de pessoas com deficiência no mundo trabalho, a presente Tese questiona como normativas sobre inclusão no mundo do trabalho e estatísticas sobre as condições de vida, escolaridade e de inclusão no mundo do trabalho permitem que visualizemos as condições de jovens e adultos com deficiência e os posicionemos nesse mundo. E objetiva conhecer, analisar e problematizar a inclusão de jovens e adultos com deficiência no mundo do trabalho. Para tanto, investiu-se em análise de dados estatísticos governamentais sobre pesquisas populacionais, educacionais, do trabalho e institucionais no período de 2010 a 2023 e de normativas da esfera federal que regulamentam a inclusão no mundo do trabalho no período de 1989 a 2015. A leitura dos materiais e a problematização desenvolvidas se dão a partir de uma perspectiva dos estudos foucaultianos. Entre os achados da pesquisa destaca-se que as pessoas com deficiência apresentam baixo nível de instrução, o que representa uma das principais limitações para o acesso ao mundo do trabalho. Além disso, quando ingressam, ocupam majoritariamente cargos que exigem baixa qualificação, recebem as menores faixas salariais e enfrentam a ausência de direitos trabalhistas, a informalidade, o preconceito e o estigma. Há um agravamento dessa precarização em relação às pessoas com deficiência intelectual, que se tornam ainda mais desiguais dentro do próprio grupo. Essa precarização se intensifica quando há interseccionalidade entre gênero, renda, raça, idade e nível de instrução. As normativas inclusivas para o mundo do trabalho e os dados mais recentes sobre a formação para o trabalho mostram que a educação opera dentro de uma lógica capacitista, definindo a pessoa com deficiência a partir da incapacidade, o que contribui para a baixa escolarização. Além disso, as normativas reverberam as desigualdades e a precarização, colocando a pessoa com deficiência como a única responsável pela sua inclusão no mundo do trabalho. A formação para o trabalho está voltada para a inserção da pessoa com deficiência em cargos que não exigem formação específica, sem visar à sua profissionalização. A Tese defendida os processos de (in)visibilidades nas políticas públicas e estatísticas reforçam as desigualdades e a precarização no mundo do trabalho para as pessoas com deficiência. Quando somadas às intersecções de gênero, raça, idade e tipo de deficiência, essas desigualdades se agravam ainda mais, constituindo um trabalhador visto como não produtivo para a sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Deficiência intelectual; precarização; desigualdades; mundo do trabalho.

ABSTRACT

Considering the inclusion of people with disabilities in the labor market, this thesis questions how regulations on labor inclusion and statistics on living conditions, education, and employment allow us to visualize the conditions of young people and adults with disabilities and position them within this context. The objective is to understand, analyze, and problematize the inclusion of young people and adults with disabilities in the labor market. To this end, the study relies on the analysis of government statistical data from population, educational, labor, and institutional surveys conducted between 2010 and 2023, as well as federal regulations governing labor inclusion between 1989 and 2015. The reading of these materials and the problematization developed are based on a perspective of Foucauldian studies. Among the research findings, it is noteworthy that people with disabilities have low levels of education, which represents one of the main barriers to entering the labor market. Furthermore, when they do enter, they predominantly occupy low-skilled positions, receive the lowest salary ranges, and face a lack of labor rights, informality, prejudice, and stigma. This precarization is even more pronounced for individuals with intellectual disabilities, who experience greater inequalities within the group itself. The situation worsens when intersected with gender, income, race, age, and education level. The inclusive labor regulations and the latest data on work-related education reveal that education operates within an ableist logic, defining people with disabilities through the lens of incapacity, which contributes to low schooling levels. Moreover, these regulations reinforce inequalities and precarization by placing the sole responsibility for inclusion in the labor market on the person with disabilities. Vocational training is primarily aimed at placing individuals with disabilities in low-skilled jobs, without focusing on their professional development. The defended thesis argues that the processes of (in)visibility in public policies and statistics reinforce inequalities and precarization in the labor market for people with disabilities. When intersected with gender, race, age, and type of disability, these inequalities become even more pronounced, constructing a worker perceived as unproductive in contemporary society.

Keywords: Intellectual disability; precarization; inequalities; labor market.

RESUMEN

Tomando como contexto la inclusión de personas con discapacidad en el mundo del trabajo, la presente tesis cuestiona cómo las normativas sobre inclusión en el mundo del trabajo y las estadísticas sobre las condiciones de vida, escolaridad e inclusión en el mundo del trabajo permiten visualizar las condiciones de los jóvenes y adultos con discapacidad y posicionarlos en este mundo. Su objetivo es conocer, analizar y problematizar la inclusión de jóvenes y adultos con discapacidad en el mundo trabajo. Para ello, invertimos en el análisis de datos estadísticos gubernamentales sobre investigaciones poblacionales, educativas, laborales e institucionales en el período de 2010 a 2023 y de las normas federales que regulan la inclusión en el mundo del trabajo en el período de 1989 a 2015. La lectura de los materiales y la problematización desarrollada se realizan desde una perspectiva de los estudios foucaultianos. Entre los encuentros de la investigación, se destaca que las personas con discapacidad tienen un bajo nivel de instrucción, lo que representa una de las principales limitaciones para el acceso al mundo del trabajo. Además, cuando ingresan a el mundo del trabajo, ocupan puestos que requieren bajas calificaciones, reciben sueldos menores remuneraciones y enfrentan la ausencia de derechos laborales, la informalidad, los prejuicio y el estigma. Esta precarización se agrava en el caso de las personas con discapacidad intelectual, quienes se ven aún más desiguales dentro del propio grupo. Esta precariedad se intensifica cuando existe una interseccionalidad entre género, ingreso, raza, edad y nivel de educación. Las normativas inclusivas para el mundo del trabajo y los datos más recientes sobre capacitación para el trabajo muestran que la educación opera dentro de una lógica capacitista, definiendo a las personas con discapacidad en función de la incapacidad, lo que contribuye a la baja escolarización. Además, las normativas reverberan desigualdades y la precariedad, colocando a las personas con discapacidad como las únicas responsables de su inclusión en el mundo del trabajo. La formación para el trabajo tiene como objetivo inserción, sin apuntar a su profesionalización. La tesis defiende que los procesos de (in)visibilidad en las políticas públicas y las estadísticas refuerzan las desigualdades y la precariedad en el mundo del trabajo de las personas con discapacidad. Cuando se suman las intersecciones de género, raza, edad y tipo de discapacidad, estas desigualdades se

agravan aún más, constituyendo un trabajador considerado no productivo para la sociedad contemporánea.

Palabras clave: Discapacidad intelectual; precariedad; desigualdad; mundo del trabajo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - percentual de pessoas no trabalho remoto	65
Figura 2 - Vínculos Empregatícios no Brasil 2023	73
Figura 3 - Pirâmide educacional pessoas com deficiência no Brasil	132
Figura 4 - Funil por tipo de deficiência e grau de empregabilidade	134
Figura 5 - Escolaridade pessoas com deficiência - 2020	138
Figura 6 - Inter-relação entre empregabilidade, instrução e formação	138
Figura 7 - Vínculos empregatícios segundo características individuais – 2020	141
Figura 8 - Remuneração média segundo o tipo de deficiência 2019 e 2020	142
Figura 9 - Proporção de saldo pessoas sem deficiência e pessoas com deficiência intelectual	160

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - evolução da taxa de desocupação de 2020 a 2023	63
Gráfico 2 - taxa de informalidade no Brasil de 2016 a 2022	67
Gráfico 3 - taxa de informalidade das pessoas ocupadas no Brasil 2023 a 2024	68
Gráfico 4 - taxa de informalidade das pessoas ocupadas, por grupos de idade 2023 a 2024	68
Gráfico 5 - taxa de informalidade das pessoas ocupadas, por nível de instrução 2023 e 2024	69
Gráfico 6 - taxa de participação, formalização e desocupação 2019	70
Gráfico 7 - taxa de participação na força de trabalho de pessoas com deficiência – 2022	71
Gráfico 8 - taxa de participação das pessoas com deficiência – 2022	71
Gráfico 9 - nível de ocupação das pessoas com deficiência segundo o nível de instrução - 2022	72
Gráfico 10 - Taxa de informalidade das pessoas com deficiência ocupadas – 2022	73
Gráfico 11 - Taxa de desocupação das pessoas com deficiência – 2022	75
Gráfico 12 - Proporção de pessoas com deficiência em cada grupo de idade 2022	124
Gráfico 13 - Percentual de alunos, com deficiência, matriculados nas diferentes etapas de ensino de 2017 a 2021	126
Gráfico 14 - Evolução das matrículas de educação especial na educação infantil de 2010 a 2021	126
Gráfico 15 - Evolução das matrículas de educação especial no ensino fundamental de 2010 a 2021.....	127
Gráfico 16 - Evolução das matrículas de educação especial no ensino médio de 2010 a 2021	127

Gráfico 17 - Matrículas na educação especial por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação – 2021	128
Gráfico 18 - Total de Matrículas na graduação conforme o tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação declarados – 2020	130
Gráfico 19 - Total de Matrículas na graduação conforme o tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação declarados – 2019	131
Gráfico 20 - Nível de ocupação da população de 10 anos ou mais de idade por sexo e tipo de deficiência investigada	133
Gráfico 21 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade segundo posição na ocupação do trabalho principal	135
Gráfico 22 - Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais de idade por pelo menos uma deficiência investigada e nível de instrução	136
Gráfico 23 - Distribuição percentual das pessoas de 18 anos ou mais de idade, com e sem deficiência, segundo o tipo de deficiência, por nível de instrução – 2019	137
Gráfico 24 - Admitidos por grau de instrução	139
Gráfico 25 - Distribuição por sexo na força de trabalho	145
Gráfico 26 - Distribuição por cor ou raça na força de trabalho	145
Gráfico 27 - Nível de ocupação das pessoas segundo o nível de instrução	147
Gráfico 28 - Distribuição das pessoas ocupadas segundo posição	147
Gráfico 29 - Taxa de informalidade das pessoas ocupadas segundo sexo	150
Gráfico 30 - Taxa de informalidade das pessoas ocupadas segundo cor ou raça	151
Gráfico 31 - Taxa de informalidade das pessoas ocupadas segundo grupos de idade	152
Gráfico 32 - Taxa de informalidade das pessoas ocupadas segundo nível de instrução.....	152
Gráfico 33 - Rendimento mensal real do trabalho por raça ou cor	153
Gráfico 34 - Evolução da distribuição de empregos formais por tipo de deficiência - 2010 a 2021	154

Gráfico 35 - Saldo do emprego formal por tipo de deficiência - novembro 2022	155
Gráfico 36- Saldo do emprego formal por tipo de deficiência - novembro 2023 ..	156
Gráfico 37 - Número de matrículas da educação especial	162
Gráfico 38 - matrícula na educação especial por tipo de deficiência – 2023	163
Gráfico 39 - Evolução das matrículas de educação especial no ensino médio, por local de atendimento de 2011 a 2023	164
Gráfico 40 - Evasão do Ensino Médio – 2023	165
Gráfico 41 - Repetência no ensino médio – 2023	165
Gráfico 42 - taxa de aprovação educação especial no ensino médio – 2023	166
Gráfico 43 - Número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência	168
Gráfico 44 - Número de matrículas em cursos de graduação de alunos por tipo de deficiência	170

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Espinha dorsal	19
Quadro 2 - Áreas do conhecimento - revisão de literatura	36
Quadro 3 - Pesquisas do grupo A: “Educação, trabalho e pessoa com deficiência intelectual”	37
Quadro 4 - Pesquisas do grupo B: “A voz dos trabalhadores com deficiência intelectual”	44
Quadro 5 - Pesquisas do grupo C: “Trabalho e pessoa com deficiência intelectual: perspectivas de outras esferas sociais”	50
Quadro 6 - Resumo das evidências encontradas nas pesquisas sobre trabalho e deficiência intelectual	58
Quadro 7 – Grupo 1: Materialidade de análise estatística	105
Quadro 8– Grupo 2: Materialidade de análise estatística	111
Quadro 9 – Documentos legais que norteiam os direitos ao trabalho para as pessoas com deficiência	118
Quadro 10 – Materialidade analítica: Normativas	118
Quadro 11 - Documentos legais que norteiam o direito ao Trabalho	140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CLT	Consolidação de Leis Trabalhistas
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CTE	Certificação por Terminalidade Específica
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DI	Deficiência Intelectual
GEPI	Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPE	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
PNEEPEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RIIATE	Rede de Investigação em Inclusão, Aprendizagem e Tecnologias em Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 RAZÕES DA ESCOLHA DA TEMÁTICA	24
2.1 Olhar para si para ver o outro	25
2.2 Evidências científicas	35
2.3 O mundo do trabalho em crise: precarização e exclusão da pessoa com deficiência.....	61
3 O TRABALHO EM SUAS MÚLTIPLAS TRANSFORMAÇÕES	75
3.1 Trabalho como condição humana	75
3.2 A força de trabalho ideal: A revolução Industrial e as transformações do mundo do trabalho.....	79
3.3 Flexibilizações no mundo do trabalho	85
3.4 O Mundo do trabalho e as desigualdades.....	93
4 DELIMITAÇÕES METODOLÓGICAS.....	100
4.1 Materialidade de análise: estatísticas e normativas do direito ao trabalho	102
5 DA ESCOLA PARA O MUNDO DO TRABALHO	121
6 A (IN)VISIBILIDADE DO TRABALHADOR COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	144
7 PROFISSIONALIZAÇÃO E AS POLÍTICAS INCLUSIVAS.....	162
CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
REFERÊNCIAS.....	181

1 INTRODUÇÃO

Nessa nova sociedade o trabalho foi elevado à condição de centro organizador da vida individual e coletiva. Percebem que a Revolução Industrial empurrou todos – homens, mulheres, jovens e crianças – ao trabalho sem tréguas e transformou-se em uma sociedade do trabalho. Doravante, o sentido da vida se faz dentro da sociedade do trabalho. As relações sociais que se constroem, as expectativas que se adquirem, as contradições que emergem, a emancipação que se busca, o olhar de mundo que se tem faz-se no e a partir do trabalho. O trabalho passa a ocupar um lugar central na vida das pessoas e é o trabalho que identifica, determina, distingue, classifica e marca decisivamente as relações sociais. (Sanson, 2021, p. 37-38).

A leitura do texto de César Sanson inspirou-me a escrita desta Tese de Doutorado. O autor instigou-me pensar como o trabalho é um organizador da vida individual e coletiva de qualquer ser humano, mas em especial, nesta pesquisa, daqueles que possuem deficiência. Atualmente atuo como educadora especial junto ao Atendimento Educacional Especializado, mais especificamente com jovens e adultos com deficiência que buscam ou que estão no *mundo do trabalho*¹. Entre aqueles que estão no mundo do trabalho, nem todos executam ações compatíveis com as competências que possuem. Sei que esta é uma realidade geral, ou seja, não é um fato que ocorre somente com as pessoas com deficiência. Todavia, compreendo que ter deficiência é um atravessamento que agrava, ainda mais, o quadro das desigualdades e, portanto, a situação de in/exclusão no trabalho.

A temática da in/exclusão da *pessoa com deficiência*² no trabalho me interpela profissional, acadêmica e militantemente. Sinto-me interpelada pela causa como alguém que toma a defesa daqueles historicamente discriminados por possuírem algum tipo de deficiência física, sensorial, cognitiva e/ou múltiplas. Ter deficiência inscreve o sujeito entre aqueles cujas experiências estigmatizantes se impõem de tal maneira que, na maioria das vezes, arrisco a dizer, acaba sendo um forte definidor de boa parte de sua forma de vida. Tal forma de vida baseia-se na radicalidade ética da

¹ Utilizo ao longo da Tese a expressão mundo do trabalho, por entendê-lo como um conjunto de fatores que engloba a atividade humana com o trabalho, os meios em que ocorre, as normativas que regulam as relações neste contexto, os discursos produzidos e intercambiado nesse processo, a formação do sujeito pelo trabalho. A complexidade que engloba a relação do ser humano com o trabalho.

² Nesta pesquisa uso o termo *pessoa com deficiência* mantendo a forma usada em teorias inclusivas que necessitam caracterizar os sujeitos para que eles possam usufruir de direitos concedidos a partir de um diagnóstico. Portanto, assumo a forma, diria, “oficial” de nomear aqueles que são definidos como tendo algo que está fora da normalidade instituída e reconhecida para definir práticas de assistência, de saúde, de educação, de trabalho, entre outras.

experiência da deficiência (Malabou, 2014). Somado a experiência da deficiência estão outros atravessamentos tais como, gênero, sexualidade, etnia, situação econômica, religião, escolaridade etc. Todos esses e outros mesclam-se potencializando de distintas maneiras as condições para a formação de uma corponormatividade anormal (Mcruer, 2024), marcada por processos de luta, discriminação, reafirmação e de in/exclusão.

Os atravessamentos salientados no parágrafo anterior, observados nas experiências daqueles que acompanho como Educadora Especial, na entrada ou já no trabalho, me fazem pensar mais sobre o assunto. Em parte, por isso, que uma de minhas expectativas nesta pesquisa é produzir conhecimentos que permitam interrogar as práticas do presente e contribuir com a tarefa de educar pessoas capazes de conviver e trabalhar *com qualquer um*³.

Nesta Tese não foco diretamente na produção e análise de narrativas daqueles deficientes⁴ com os quais trabalho e convivo diariamente. Mas, é necessário esclarecer de antemão, nesta introdução, que não estou afastada e tampouco alheia a elas. No dia a dia escuto e debato, todo o momento, narrativas produzidas pelos jovens e adultos diagnosticados com deficiência. Tal escuta, às vezes, é feita da posição de Educadora Especial, outras vezes da posição de professora de referência — colocada neste lugar pelos próprios alunos—, e, ainda, como alguém que está

³ Coloco em itálico a expressão *com qualquer um*, pois me sinto provocada, embora não a adote neste trabalho, pela teorização *crip*. Para tal teorização, o problema das práticas é tomar algumas delas como sendo normais ou como definidoras da normalidade. Em meio às práticas os sujeitos vão sendo constituídos e postos de acordo com uma divisão binária, normal e anormal. Nesse binário seguimos reforçando práticas colonizadoras e fixadoras do padrão de normalidade. A teoria *Crip*³, conforme McRuer (2024, p. 10), possibilita “defender um modelo cultural da deficiência que rejeita a ideia de que não ter uma deficiência seja um estado ou dado natural de todo ser humano.” Também, possibilita entender que qualquer prática discursiva e não discursiva pode subjetivar os indivíduos, integrando as próprias narrativas que estes fazem sobre si mesmos. Neste sentido, ninguém está imune a tais práticas, assim como ninguém é completamente colonizado por elas. Nesse sentido, pesquisas que buscam escutar narrativas *crips* podem trazer *insights* interessantes para a discussão da invenção da (a)normalidade. Mas, as pesquisas que seguem colocando foco nas práticas de normalização podem ajudar a escutar as narrativas *crips*. O termo *crip* é usado de forma proposital para— ao destacar a anormalidade— zombar e fazer pensar de outros modos aquilo que somos. Nas palavras de McRuer (2024, p.9): “O termo *crip*, ou “aleijado”, assim como o *queer*, carrega um sentido propositalmente pejorativo, simbolizando o movimento de insurgência e as contranarrativas das pessoas com deficiência, demarcando a importância do engajamento aleijado contra as práticas de normalização dos corpos [...]”. Então, embora eu não adote a teorização *crip* para sustentar meu trabalho, não perco as provocações que ela traz para seguir pensando um conjunto de dados e de normativas que, de diferentes maneiras, vão instituindo normalidades e, como afirma Hacking (2006), vão inventando pessoas.

⁴ De forma provocativa utilizo aqui “aqueles deficientes” e não pessoas com deficiência para me referir aos sujeitos da pesquisa que realizo. Tal provocação está alinhada a teorização *crip* que ao trazer a deficiência para a palavra, busca marcar os signos culturais que a definem.

aberta a escutá-los. O fato de querer escutar sem que, a todo o momento, tente enquadrar os sujeitos em uma ou outra posição, é algo inegociável para mim. Trata-se do compromisso ético de manter comigo a voz ativa daqueles sobre os quais desenvolvo minhas teorizações e luto para que possam, em um Estado neoliberal progressista de esquerda (Fraser, 2017)⁵, usufruir de condições dignas de vida. As teorizações da diferença, *queer* e *crip* que me amparam e ou inspiram a fazer isso são radicais ao exigirem a presença das vozes daqueles sobre os quais falamos nas pesquisas que desenvolvemos. Todavia, embora saiba disso, sigo na linha da problematização dos discursos estatísticos e normativos, entendendo que estes também estão presentes nas narrativas de si que escuto daqueles com os quais convivo. Ninguém está alheio ou imune a era dos dados e das normativas de Estado. Tais maquinarias de governo e de subjetivação, portanto de governamentalidade, são ativos potentes com os quais os sujeitos precisam enfrentar para se colocarem paradoxalmente de outras formas. Digo, paradoxalmente porque passa pela necessidade e o desejo de ocupar um lugar no mundo do trabalho e de ser reconhecido por sua competência está, também, a potência transgressora da diferença. Essas duas forças, por vezes, contraditórias convivem em permanente embate no sujeito. Ambas compõem as narrativas que eles fazem de si. Sendo desta maneira, entendo que as pesquisas que trazem as vozes dos sujeitos — para que tenham marcado suas presenças e posicionamentos nas teorizações sobre eles — são tão importantes quanto as pesquisas que permanecem na dimensão das maquinarias — que possibilitam a produção de enunciados capazes de ativarem práticas e darem diretrizes emocionais para os sujeitos. Uma não substitui a outra, tampouco uma pode ser preterida em relação a outra. Ambas são necessárias, pois compõem formas complexas de ser do sujeito político.

Inspirada em teorizações foucaultianas, *queer* e *crip*, guardadas as diferenças entre elas, em diálogo, sempre tenso e cerimonioso, com outras teorizações da sociologia crítica, ao entrar na pesquisa pelas portas da deficiência e do mundo do trabalho,

⁵ Busco nas discussões de Fraser (2017) sobre o neoliberalismo e a crise do reconhecimento da representação política, mais especificamente, mobilizadas nos EUA, durante o primeiro mandato do governo Trump, o conceito de neoliberalismo progressista. Para a autora, esse é um fenômeno observável não somente nos EUA, mas em todos os continentes. Nesta mesma esteira neoliberal, embora na contramão das diretrizes de direita de Trump em seu primeiro e segundo mandato em andamento, o Brasil, no governo de Lula, também mantém o neoliberalismo como racionalidade política mesmo sendo um governo reconhecido como de esquerda e progressista. Neste sentido, é que entendo que mesmo sendo regido pela lógica de mercado, seguimos lutando por direitos, mesmo que, cada vez mais, vivenciemos crises de representação.

coloco luz nas práticas legitimadas e reconhecidas pelo Estado como sendo necessárias para que um Estado inclusivo e que, portanto, investe na diminuição das desigualdades, seja viabilizado. Para que seja possível *conhecer, analisar e problematizar a inclusão da pessoa jovem e adulta com deficiência no mundo do trabalho*, invisto na reunião de normativas sobre inclusão no mundo do trabalho e na busca de estatísticas que permitem tencionar a situação de meu público-alvo na relação com o trabalho. Para tanto, busco responder ao seguinte problema de pesquisa: *“Como as normativas sobre inclusão no mundo do trabalho e as estatísticas sobre as condições de vida, escolaridade e de inclusão no mundo do trabalho permitem visualizar as condições de jovens e adultos com deficiência e sua posição nesse contexto?”*

Dado um breve contexto para a pesquisa de doutoramento que finalizo nesta Tese, penso ter condições de antecipar um breve resumo do que costumamos denominar no grupo de orientação e no Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão (GEPI/UNISINOS/CNPq), de espinha dorsal de minha investigação.

Quadro 1 - Espinha dorsal da pesquisa

Título	A (in)visibilidade dos trabalhadores com deficiência intelectual
Problema de pesquisa	Como as normativas sobre inclusão no mundo do trabalho e as estatísticas sobre as condições de vida, escolaridade e de inclusão no mundo do trabalho permitem visualizar as condições de jovens e adultos com deficiência e sua posição nesse contexto?
Objetivo geral	Conhecer, analisar e problematizar a inclusão da pessoa jovem e adulta com deficiência no mundo do trabalho.
Objetivos específicos	- Conhecer e problematizar como as políticas têm promovido inclusão no mundo do trabalho das pessoas com deficiência. - Mostrar por meio de dados estatísticos, o panorama das desigualdades enfrentadas pela população brasileira no contexto do trabalho, para destacar dados referentes às pessoas com deficiência (jovens e adultos).

	- Conhecer e problematizar os dados sobre os níveis de escolarização das pessoas com deficiência, renda, gênero e trabalho. - Comparar as condições de escolarização, renda, gênero e trabalho entre a população com deficiência presente nas estatísticas. - Perceber desigualdades de condições de trabalho entre as pessoas com deficiência incluídas no mundo do trabalho. - Produzir reflexões acerca da formação e da inclusão no mundo do trabalho de pessoas com deficiência.
Descrição resumida dos materiais de pesquisa	Os materiais de pesquisa constituem-se de dados estatísticos governamentais: Pesquisas populacionais: Censo Demográfico de 2010, Pesquisa Nacional da Saúde de 2019, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2022. Pesquisas educacionais: Censo Escolar e Censo Escolar (2019, 2020, 2021, 2022 e 2023) e da Educação Superior (2019, 2020, 2021, 2022 e 2023). Pesquisas sobre o trabalho: Relação Anual de Informações Sociais (2019, 2020, 2021,) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2022, 2023). Pesquisas de instituições: Relação Anual de Informações Sociais em dados compilados pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) - 2020 Normativas: Normativas da esfera federal que regulamentam a inclusão no trabalho no período de 1988 a 2015.
Metodologia de pesquisa	Perspectiva analítica da ‘numeramentalidade’ que ajuda a compreender a “produtividade e da centralidade das estatísticas e, de seus usos como expressão e organização da verdade e da ‘realidade’, reorganizando as

	formas de pensar e de conduzir as pessoas dentro de uma sociedade.
Tese defendida	Os processos de (in)visibilidade nas políticas públicas e estatísticas reforçam as desigualdades e a precarização no mundo do trabalho para as pessoas com deficiência. Quando somadas às intersecções de gênero, raça, idade e tipo de deficiência, essas desigualdades se agravam ainda mais, constituindo um trabalhador visto como não produtivo para a sociedade contemporânea.

Fonte: produzido pela pesquisadora.

Lendo o quadro é possível perceber uma lacuna entre o título de minha Tese, o problema e os objetivos de pesquisa. É fácil de explicar. O projeto resumido no quadro foi o que me permitiu reconhecer que entre os jovens e adultos com deficiência incluídos ou que lutam para estarem incluídos no mundo do trabalho, aqueles com deficiência cognitiva são os mais desiguais entre os reconhecidos com deficiência. A desigualdade, por vezes, os torna (in) visíveis. Ao perceber isso, faço um recorte em minha investigação, pois um outro objetivo específico foi acrescentado: *Conhecer, problematizar e destacar aspectos que tornam a população com deficiência intelectual (in) visível no mundo do trabalho.*

Tal objetivo se constitui a medida em que fui me fazendo novas perguntas para os dados que reunia e que fazia diferentes exercícios compositivos com eles. Entre as muitas perguntas feitas destaco algumas delas que mostram o caminho que fui trilhando até a construção da Tese a ser defendida: Por que o grupo das pessoas com deficiência intelectual é mais desigual no grupo das deficiências em relação ao mundo do trabalho? Qual a possibilidade da pessoa com deficiência intelectual, que apresenta a menor taxa de remuneração, manter-se economicamente com a remuneração ofertada no trabalho formal? A (in) visibilidade é uma realidade, ela se agrava com as desigualdades?

Embora na largada da pesquisa eu tenha definido os materiais de pesquisa, somente fui dando contornos para a minha investigação no momento em que passei a trabalhar com eles. Entendi na prática o que significa não ter caminhos *a priori* para serem seguidos. Há sim definições teóricas que nos embasam para dizer sim ou não para determinadas formas de fazer pesquisa. Por exemplo, o fato de eu não ter

definido de antemão, ou seja, antes de minha entrada e manuseio do material de pesquisa, as categorias ou as unidades analíticas me trouxe surpresas ao longo da investigação, inclusive isso é o que justifica o acréscimo de perguntas como as que mostrei para além do quadro citado anteriormente. Detalho todo esse processo no capítulo 4 em que me debruço a desdobrar e explicar a metodologia que utilizei na pesquisa.

Como disse anteriormente, entendo que compreender e entender as maquinarias de produção de pessoas e de normalidade é algo, ainda, a ser explorado, principalmente quando o tema é inclusão. Por que digo isso? No capítulo 2.1 inclusão, é uma palavra que passou a incorporar nosso vocabulário definindo práticas e formas de ser a partir de sua incorporação pelo Estado. O Brasil, assim como diferentes países americanos e europeus, a tem colocado como uma bandeira balizadora de futuro. Junto com a erradicação da pobreza, a diminuição das desigualdades, a igualdade de gênero, entre outros princípios trazidos, por exemplo, pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas, a inclusão acaba sendo um orientador pouco questionado devido a sua importância e emergência política. Nessa esteira, me junto àqueles que problematizam a inclusão, mostrando seu caráter in/excludente. Daí a importância de estar participando do GEPI e da Rede de Investigação em Inclusão, Aprendizagem e Tecnologia em Educação (RIIATE). Os autores que compõem os grupos que hoje faço parte, tencionam a inclusão, mostrando seu compositivo a exclusão. Eles permitem problematizar as práticas apontadas como sendo datadas, situadas, estigmatizadores e reafirmação da condição restrita de normalidade.

Reforço, que a inclusão é uma política de Estado necessária, porém não suficiente para caminharmos na direção da promoção da igualdade de acesso aos direitos. Trata-se de uma medida paliativa que anda junto às práticas de reconhecimento, mas que não é suficiente para diminuir e para caminhar no sentido da eliminação das desigualdades que vemos mantidas no presente. Essa discussão fica circunscrita as necessárias e inegociáveis práticas oficiais de Estado que buscam mapear a situação de educação, de saúde, de trabalho, entre outras, das pessoas com deficiência no Brasil. Dizer isso significa, de alguma maneira, prestar contas, talvez para mim mesma, sobre o fato de eu não me deter em discussões sobre a diferença. Embora elas estejam presentes me ajudando a trazer perguntas para o

trabalho, ela não dirige meu olhar, pois não dou conta, com o material de pesquisa que possuo, de problematizar a diferença.

Dito os compromissos que assumi nesta Tese, antecipo que os achados que fiz vou trazendo ao longo dos capítulos subsequentes. Muitos foram os achados ao longo de meu percurso, pois aprendi a fazer pesquisa procurando pelos burburinhos do presente sobre o tema da inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho. Ao segui-los fui perseguindo pistas a cada entrada em uma estatística nova ou uma normativa que relia com objetivo diferente daqueles que já me fizeram buscá-la anteriormente. Tendo este *modus operandi* investigativo passei a sentir falta nos dados daqueles com deficiência intelectual ou cognitiva. Tal silêncio nos dados me fez entender que alguns são mais desiguais que outros, ou seja, que a categoria pessoa com deficiência não é suficiente para perceber os tons que a matizam na relação com o mundo do trabalho. Diante disso, dirigi o foco de minha investigação para aqueles com deficiência intelectual no mundo do trabalho. Procuro defender a Tese: os processos de (in)visibilidade nas políticas públicas e estatísticas reforçam as desigualdades e a precarização no mundo do trabalho para as pessoas com deficiência. Quando somadas às intersecções de gênero, raça, idade e tipo de deficiência, essas desigualdades se agravam ainda mais, constituindo um trabalhador visto como não produtivo para a sociedade contemporânea.

Enfim, espero ter finalizado essa introdução para mostrar como fui sustentando a pesquisa. Meu objetivo aqui era dar contornos mais livres, escrever de forma mais espontânea sobre o que fiz. De certa maneira, este capítulo introdutório traz pontos que vão sendo amarrados até serem respondidos, quando possível, na conclusão.

2 RAZÕES DA ESCOLHA DA TEMÁTICA

(...) a pesquisa nasce de uma preocupação com alguma questão, ela provém, quase sempre, de uma insatisfação com respostas que já temos, com explicações das quais passamos a duvidar, com desconfortos mais ou menos profundos em relação às crenças que, em algum momento, julgamos inabaláveis. *Ela se constitui na inquietação* (Bujes, 2007, p. 2016).

Iniciar este capítulo com a epígrafe acima é para lembrar e poder passar para aqueles pesquisadores que virão depois de mim, as muitas inquietações que me mobilizaram a fazer esta pesquisa. Conforme avançava no doutorado, algumas perguntas, levantadas em diferentes momentos, foram respondidas, outras se perderam, mas algumas foram sendo buriladas, refinadas e complexificadas pelas possibilidades de respostas que percebia ao fazer leituras de outras investigações. Ao discutir o tema em meu trabalho junto ao grupo de orientação e pesquisa, bem como ao ler autores que já tematizaram a inclusão de jovens e adultos com deficiência no mundo do trabalho.

Finalizando o Doutorado e, diante da pesquisa realizada, menciono que dentro dela há muito mais de mim mesma do que eu imaginava no início. Aliás, ao iniciar este percurso não possuía ideia do que eu encontraria na pesquisa. Um universo de autores e conceitos emergem do meu processo formativo. Neste capítulo, conto minha caminhada, ora adentro em discussões que fazem pensar o sujeito e a normalidade, assim como adentro em teorizações que fazem pensar o mundo de trabalho e a inclusão de pessoas com deficiência nesse mundo. Tudo isso, refletindo que fazer tais discussões exige uma mínima compreensão da racionalidade neoliberal em que todos estamos submersos e que tanto pode gerar estigmas quanto celebrar a diversidade, tornando a deficiência uma identidade.

Este capítulo está subdividido em três subcapítulos; Primeiro, intitulado “2.1 *Olhar para si para ver o outro*”, realizo a descrição das razões pessoais e profissionais que conduziram a produção desta Tese. No subcapítulo, “2.2 *Evidências científicas*”, apresento os trabalhos já realizados sobre o mundo do trabalho e deficiência, visto a ausência de pesquisas que desdobrem os saberes e as normativas. Ao final do subcapítulo específico outros trabalhos que serviram de apoio na construção da Tese; são estudos alinhados à perspectiva aqui mencionada. E no último subcapítulo “2.3 *o mundo do trabalho em crise: precarização e exclusão da pessoa com deficiência*”, realizo uma leitura do presente apoiando-me em dados estatísticos sobre o trabalho

na atualidade e os processos de precarização. Trago dados estatísticos que evidenciam as desigualdades sociais vivenciadas pela população com deficiência quando incluídas no trabalho.

2.1 Olhar para si para ver o outro

O objetivo deste subcapítulo é descrever alguns caminhos, escolhas, desvios e o processo de autoanálise que fiz para compreender a mim mesma e minhas escolhas. Depois de oito anos trabalhando como Educadora Especial, próxima a jovens e adultos que buscam colocação no mundo do trabalho, percebo que não questiono mais algumas verdades, como por exemplo as que exaltam o trabalho como condição de dignidade para qualquer um. Tomei para mim a necessidade do trabalho e a condição de luta permanente da pessoa com deficiência para ocupar espaços que a possibilitem maiores garantias de direitos e de sobrevivência. Pensar nisso me faz querer saber mais sobre o tema e sobre mim mesma, pois me vejo como parte de uma maquinaria de inventar tipos de pessoas (Haking, 2006; Lopes, 2008). Acredito que a pesquisa tem me desafiado a olhar para mim, interrogando a maneira com que me constituí profissionalmente.

Imbuída do exercício de olhar criticamente para mim, tento entender como me constituí uma Educadora Especial. Entendo que parte do que sou foram escolhas que fiz, mas outras partes que me constituem foram decorrências de acontecimentos não planejados. Para uma integrante de uma família de classe média baixa, não há possibilidade de se pensar fora do trabalho. Estudar e trabalhar sempre foram princípios que orientaram a minha vida. Na escola, aprendi a estudar e a gostar de disciplinas como História, Sociologia e Biologia. Parte deste meu gosto aprendi em casa, mas na escola, tais disciplinas me mostravam formas de entender o mundo em que vivia. Hoje, entendo que meus aprendizados se davam em uma relação forte com o ensino. Isso significa que havia uma intencionalidade pedagógica em fazer os alunos aprenderem o que se pode chamar de conhecimentos inúteis (Ordine, 2016). Era preciso aprender para ir bem nas avaliações, mas não para “ser alguém na vida” ou para ter chances que minha própria família não tivera.

O autor Laval (2019) escreve que, para muitas famílias, fornecer a seus filhos uma boa educação representa um coroamento ou, pelo menos, significa que se está investindo em um futuro de ascensão social. Não tenho dúvida que minha família

sempre deu o melhor que podia para que eu estudasse. Também sei que fui motivo de preocupação para meus pais, pois as condições de aprendizagem que eu demonstrava na escola não eram as melhores. Minha performance era insuficiente, pois minha atenção e meu tempo de aprendizagem não correspondiam aos exigidos para se obter os melhores resultados. Sofri com isso, pois me dava conta de meus limites, embora não entendesse bem o que isso representava.

O tempo sempre foi um elemento importante para a Modernidade e, como numa relação direta, para a escola. A escola tem em sua base o tempo e o espaço delimitados. Colocar crianças e jovens em um mesmo espaço para que aprendam ao mesmo tempo, significa, entre outras coisas, produzir as condições de observação dos escolares. Os saberes produzidos ajudaram cada tempo e cada espaço a definirem seus (a) normais. Posso dizer, ao compreender isso, que devo ter andado durante a minha vida escolar sobre uma linha tênue entre a normalidade e a anormalidade. Afinal, a desatenção que eu apresentava, bem como a dificuldade de compreender o que era ensinado, eram elementos que justificavam meu encaminhamento para aulas extras com professores particulares; com essa ajuda, somada ao fato de eu ser uma menina, portanto, tida como comportada e mais dócil, consegui sobreviver às práticas escolares. Ter me tornado uma professora de Educação Especial se justifica, em parte, por minha própria vida escolar e, em parte, pela crença de que a escola pode trabalhar de outras maneiras com estudantes como eu. Acredito que desconfiar da normalidade instituída e saber, pela minha própria experiência, que é possível aprender de outras maneiras é o que me entusiasma em minha carreira.

Ingressei no curso de Licenciatura em Educação Especial no ano de 2011 na Universidade Federal de Santa Maria, período de efervescência da Inclusão Escolar no Brasil devido a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPI) de 2008. A formação foi totalmente voltada ao contexto da escola inclusiva e à inclusão como forma e possibilidade de garantir a educação para todos.

A inclusão converteu-se em uma bandeira da nação brasileira. Não se falava somente de inclusão da pessoa com deficiência na escola e no mundo do trabalho, mas sim na inclusão de qualquer um cujos antepassados tivessem vivido discriminação negativa. Ao se converter em um imperativo de Estado (Lopes e Fabris, 2013), a inclusão passou a ser condição inegociável para a promoção da justiça social.

Como tal, também passou a mobilizar discussões sobre direitos do cidadão. Tais fatos passaram a educar a população pelas normativas e, fortemente, pelos saberes dos direitos humanos. Porém, pouco se viu, neste século, discussões que buscassem a escola como espaço para qualquer um. Baseada nas premissas contidas nas políticas criadas nos dois mandatos dos Governos de Fernando Henrique Cardoso (1995/1998; 1999/2002) e de Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2006; 2007/2010), “a inclusão escolar passa a ser apresentada como “evolução” e “superação” da situação de preconceito e exclusão que as pessoas com deficiência viviam até então” (Menezes, 2011, p. 29). Enfim, a inclusão sempre operou no Brasil como única alternativa para aqueles que possuem deficiência.

A inclusão no Brasil foi sendo promovida e posta em evidência no início dos anos 2000, mais especificamente, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Rech (2010), em sua Dissertação, mostra como ações de governo vão colocando acento nas práticas de normalização, ou seja, em práticas que focam não só na correção do indivíduo (normação), mas naquelas que buscam mapear as condições para a entrada e de permanência dos estudantes com deficiência na escola. Diferentemente das práticas de integração, mais do que corrigir os sujeitos, investe-se nas condições de contexto, incluindo a produção de dados sobre o público com deficiência. Tais dados se tornaram um elemento definidor de práticas de governo de Estado da população. Portanto, trata-se de algo que é essencial na gestão dos indivíduos.

Embora a passagem da integração para a inclusão aconteça, oficialmente, no ano 2002, no Brasil, é somente no primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva que se concretiza uma política voltada à inclusão escolar. Não é possível afirmar a solidez da política inclusiva em suas bases, pois há muito a ser feito. Porém, diante dos ataques à inclusão vividos recentemente, no período de 2019 a 2022 ou durante o governo de Jair Bolsonaro, assistimos o Estado brasileiro resistir e lutar para que conquistas realizadas até o momento não fossem perdidas. Isso significa que por mais frágeis que possam ser as políticas de Estado que determinam a inclusão, elas já estão presentes no dia a dia dos brasileiros, seja para manifestações de oposição, seja para defendê-las.

Voltando a narrativa de meu percurso formativo e de trabalho, atuei em diferentes espaços formais de educação; na Associação de Pais e Amigos dos

Excepcionais (APAE), em instituições públicas e privadas de Educação Básica e Superior. Na APAE, ao receber alunos com deficiência intelectual, me inquietava saber que muitos não eram alfabetizados. As habilidades de ler e escrever eram compreendidas por mim como essenciais para a autonomia e ingresso na sociedade e no mundo do trabalho. Neste período, certas verdades começaram a se desnaturalizar sobre a inclusão, e, frente a isso, senti-me convocada à apropriação de novos saberes para operar como educadora especial.

No mesmo período em que atuei na APAE (2016), estava cursando Pós-Graduação em Tecnologias da Informação e da Comunicação Aplicadas à Educação, na modalidade à distância, pela Universidade Federal de Santa Maria. Diante da inquietação vivenciada optei por trabalhar com a temática “a alfabetização de crianças com deficiência intelectual com a utilização pedagógica de jogos educacionais digitais”, como forma de encontrar outras práticas para a alfabetização dos alunos com deficiência intelectual. Além desta inquietação, outras surgiram ao conhecer as turmas de convivência de adultos e idosos desta mesma instituição. Recém-formada, com diversas expectativas e deslumbrada com a inclusão escolar, me deparei com sujeitos adultos que eram infantilizados e sem autonomia para definir os rumos de suas vidas. O próprio nome “turma de convivência” me remetia a um tempo de lazer que, em conjunto, esses sujeitos desfrutavam, sem um objetivo claro a ser alcançado, fosse ele pedagógico, de preparação para o mundo do trabalho, de atividades como práticas manuais, artesanato, entre outras possibilidades.

Na graduação, fui apresentada ao campo dos Estudos Culturais em Educação, pelo qual me mobilizei desde o primeiro contato, conheci diversos pesquisadores deste campo ou que o tencionavam a partir dos estudos pós-metafísicos que faziam pensar a educação. São eles: Stuart Hall, Tomaz Tadeu da Silva, Nuria Pérez de Lara Ferre, Kathryn Woodward, Carlos Bernardo Skliar, Alfredo da Veiga-Neto, Maura Corcini Lopes, Adriana da Silva Thoma e Márcia Lise Lunardi Lazzarin, entre outros. Esses autores me acompanham até a atualidade, pois me permitem “fazer o movimento de desconstruir saberes universais e assim produzir e pensar na construção de outras verdades” (Santos, 2019, p. 18).

Como professora da Educação Básica, deparava-me com diferentes situações que dificultavam a inclusão dos alunos com deficiência na escola. Era frequentemente questionada se a escola regular era o melhor espaço para tais alunos. Duvidava-se

da capacidade dos professores em realizarem práticas tidas como inclusivas. Também era frequente a emissão de diagnósticos pedagógicos sobre a capacidade de aprendizagem e de desenvolvimento dos alunos com deficiência. Tais diagnósticos acabavam determinando as práticas escolares e também interferindo nos resultados da avaliação dos alunos.

No ano de 2017, ingressei como bolsista na Coordenadoria de Ações Educacionais (CAED –UFSM), atuando como professora de AEE, e no curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) pelo Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguarí como discente. Neste período profissional e acadêmico, era um misto de novos atravessamentos sobre a inclusão do público-alvo da educação especial no ensino superior, na educação profissional e, posteriormente, no mundo do trabalho. Havia uma preocupação sobre a construção dos regimes de verdades sobre como os sujeitos da educação especial iam constituindo-se acadêmicos e, após, profissionais nas carreiras escolhidas por eles.

Novamente me via olhando para a constituição dos regimes de verdades sobre desempenho, qualificação, in/capacidade, in/exclusão, porém agora para o âmbito do ensino superior e no mundo do trabalho que os universitários com deficiência estavam prestes a ingressar. Me via num grande limbo para compreender a relação entre capacidade, deficiência e ingresso no mundo do trabalho.

No andamento do Mestrado e com a atuação na CAED, as intenções de pesquisa da dissertação foram se delineando. Percorri materiais que poderiam produzir problematizações sobre as preocupações lançadas acima e as questões sobre as práticas de ensino, os sistemas de avaliações e a integralização do curso superior dos sujeitos público-alvo da educação especial. Nesse sentido, me apoiei nos seguintes trabalhos acadêmicos de nível doutorado: tese “A produtividade dos sujeitos com deficiência na articulação da educação profissional e tecnológica com a inclusão” (Turchiello, 2017), tese “Racionalidade neoliberal e sensibilização para a inclusão escolar de deficientes” (Machado, 2015), tese “Da escola à empresa educadora: a inclusão como uma estratégia de fluxo-habilidade” (Rech, 2015) e a tese “A maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva” (Menezes, 2015). Além dessas leituras, duas disciplinas cursadas na pós-graduação em Gestão Educacional, também foram fundamentais para ampliar meu campo de visão. Nessas disciplinas, primeiramente, percebi que tratava de verdades que se

entrelaçavam com discursos dos profissionais e das políticas que constituem a inclusão. Também compreendi que a inclusão como imperativo neoliberal constituía a atmosfera na qual as políticas públicas e a gestão da educação aconteciam.

Desse modo, fui me apropriando das práticas e dos dispositivos legais que formalizam e norteiam a Inclusão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Nesse caminho, tomei conhecimento sobre a Certificação por Terminalidade Específica (CTE), que é um tipo de certificação específica para estudantes com deficiência mental grave e múltipla “que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do Ensino Fundamental, em virtude de suas deficiências” (Brasil, 1996, art. 59). A certificação foi instituída pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, no seu art. 16, que estabelece às instituições de ensino a possibilidade de viabilizar a esses estudantes “Terminalidade Específica do ensino fundamental, por meio de certificação de conclusão de escolaridade” (Brasil, 2001, art. 16).

Durante o mestrado, me senti instigada a pensar sobre a CTE. Investi na busca e na problematização de representações sobre as pessoas com deficiências múltiplas e graves e a inclusão delas nos cursos técnicos integrados de nível médio (Santos, 2019). Queria entender como essas verdades e discursos construídos a partir da CTE podiam qualificá-los ou desqualificá-los para o mundo do trabalho.

A dissertação de Mestrado, teve como objetivo, responder o seguinte problema de pesquisa: como a Certificação por Terminalidade Específica atua como produto e produtora de representações culturais sobre a inclusão dos estudantes com deficiência mental grave e múltipla no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica?. A pesquisa permitiu compreender o papel das políticas públicas para a construção de representações culturais sobre o público-alvo da educação especial e das práticas pedagógicas lançadas a esses sujeitos através do embasamento teórico e da perspectiva analítica do campo dos Estudos Culturais de vertente Pós-Metafísica, que evoca ferramentas como discurso, poder, entre outras cunhadas de Michel Foucault. Esse estudo possibilitou compreender a inclusão como um imperativo inegociável, embora não plenamente atingido. A inclusão objetiva trazer os sujeitos para os espaços ditos inclusivos, mantendo-os produtivos considerando um gradiente de participação. Nesse contexto, a Certificação por Terminalidade Específica é uma das estratégias para colocar em prática a inclusão considerando as

condições em que se encontra o sujeito dentro do gradiente. As constatações encontradas na dissertação, primeiro a profissionalização e o auto empreendedorismo como caminhos para garantir a inclusão dos sujeitos com deficiência mental grave e múltipla, essas representações, vão posicionando os sujeitos como uma espécie de subgrupo de risco de exclusão, o que justifica sua delimitação como público-alvo da CTE. Além disso, esta análise evidenciou como algumas estratégias institucionais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, na operacionalização da CTE, produzem representações sobre a necessidade de constituição de uma rede de apoio institucional para promover a inclusão desses sujeitos na escola e no mundo do trabalho, ou seja, CTE como uma ponte estratégica entre essas duas esferas.

A temática da CTE não se esgotou na Dissertação de Mestrado, mas abriu caminhos para agora compreender como o mundo do trabalho é apontado quanto uma forma de inclusão daquele que se reconhece como pessoa com deficiência, mas também como possibilidade de acessar uma maquinaria de redistribuição de renda pelo trabalho e de normalidade.

Quando estive, no ano de 2019, inserida profissionalmente na Rede de Educação Básica Municipal de Santo Ângelo⁶, no cargo de Professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE), desenvolvendo o trabalho na modalidade de ensino da Educação Especial, nas etapas de ensino da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, confrontei-me com uma realidade diferente das já vivenciadas; os alunos apresentavam níveis de desigualdades tão profundos que ficava assustada questionando como esses sujeitos iriam gerir sua sustentabilidade financeira.

No decorrer dessa trajetória profissional, conheci o Programa de Inclusão de Pessoas com deficiência intelectual no trabalho, uma parceria entre a Secretaria de Educação do município de Santo Ângelo, o Sistema S e a indústria. A Secretaria de Educação tem o papel de indicar os alunos com possibilidade de ingressar no mundo trabalho e o Sistema S oferta a formação e a indústria a empregabilidade e o padrinho ou madrinha (colega de trabalho) que acompanhará o trabalhador com deficiência intelectual nas atividades rotineiras e no relacionamento com os demais colaboradores da indústria.

⁶O município de Santo Ângelo está localizado na mesorregião do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

Nessa possibilidade de indicação de alunos, identifiquei os alunos que se encaixavam nos requisitos do Programa e, além disso, atentei-me as suas histórias, com olhar cuidadoso, pensando na oportunidade desse público em prover suas condições de vida. Parece ser uma missão fácil, mas envolta em um universo repleto de verdades constituídas, sobre esses sujeitos, que menospreza sua capacidade e seu potencial em razão da deficiência. Foi uma missão que exigiu que eu respirasse outros universos e retornasse ao lugar de pesquisadora; como tal, sinto-me mais capacitada a pensar e problematizar as questões que adentram meu campo profissional. A partir desse desejo ingressei, no ano de 2021, no Curso de Doutorado do Programa Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, na Linha de Pesquisa Educação, Desigualdades e Inclusão e como integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão (GEPI/UNISINOS/CNPq). O ingresso no Doutorado permitiu que novos conhecimentos e saberes ampliassem o olhar para pensar a temática da inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho.

No primeiro semestre do curso, fui instigada a conhecer e me apropriar de outros conceitos e campos teóricos para ler sobre a educação e, principalmente, in/exclusão da pessoa com deficiência intelectual no mundo do trabalho. O conceito de in/exclusão tenho aprofundado no GEPI, pois as pesquisas que antecederam a minha dentro do grupo, fizeram um caminho que me facilita muito as reflexões.

Na disciplina de Pesquisa em Educação, ministrada pelo professor Doutor Rodrigo Manoel Dias da Silva, em que um dos seus objetivos era analisar as perspectivas teóricas e metodológicas da pesquisa em educação, fui confrontada a outros campos de estudo, como da sociologia, para compreender como este pode oportunizar respostas às demandas sociais do nosso tempo. Estudamos, também nesta disciplina, os desafios para a pesquisa em Educação na era globalizante; naquele ano, em específico, questões relacionadas à pandemia, qualidade de vida e globalização. Direccionamos o olhar para as seguintes áreas: educação, saúde, trabalho, biodiversidade, mudanças climáticas, economia global, alimentação e agronegócio. Sendo as temáticas trabalhadas através de seminários, optei por apresentar, aos colegas, o mercado de trabalho. Foi então que vi a importância das estatísticas, e dos dados gerados por elas, na pesquisa em educação, pois olhando para o cenário do mundo do trabalho pós-pandemia, verifico que há números

alarmantes que revelam a precarização do trabalho no Brasil. Começo então a empreender na minha Tese, diversas pesquisas em bancos de dados estatísticos de órgãos governamentais para construir o problema de pesquisa.

Na disciplina de Prática de Pesquisa, fui, novamente, instigada a olhar para os dados da realidade das pessoas com deficiência no mundo do trabalho. Confesso que esse exercício foi exaustivo, porém, levou-me a constituir novas perguntas que me conduziram a retocar inúmeras vezes o problema de pesquisa, ou seja, era preciso ir mais fundo na busca de dados que me permitissem adentrar nas discussões sobre o mundo do trabalho para as pessoas com deficiência. Anterior e até mesmo junto a esse processo, eu levantava experiências vividas com meus alunos, bem como dados sobre suas vidas que me faziam, por vezes, titubear entre a vontade de seguir aprofundando análises estatísticas e a vontade de seguir com produção e análises de narrativas de jovens e adultos com deficiência que estavam ou que lutavam para ingressarem e se manterem no mundo de trabalho.

Nos últimos quatro anos, período do doutoramento, vejo aumentar o interesse por pesquisas com narrativas. Dentro dos estudos feministas, decoloniais, da diferença, *queer*, *crip* e foucaultianos, cada vez mais, os pesquisadores estão empenhados em fazer falar os sujeitos para que tenham presentes e tornem conhecidas suas vozes. Penso que este pode ser um caminho interessante, embora não creio que seja disruptivo, para trazermos aqueles silenciados e (in)visibilizados pelas práticas instituidoras da normalidade.

No meu dia a dia profissional debato e escuto, a todo o momento, narrativas produzidas espontaneamente pelos jovens e adultos diagnosticados com deficiência intelectual. Tal escuta, às vezes, é feita da posição de educadora especial e outras da posição de professora de referência, colocada neste lugar pelos próprios alunos. Mas, também, com frequência, a escuta acontece sem que eu ocupe oficialmente nenhuma posição, ou seja, ela se dá somente porque me coloco como interessada em escutar o que me dizem. Percebo que estar atenta as suas narrativas ao mesmo tempo em que olho para dados que os posicionam em condições determinadas, me faz tencionar as leituras que tenho feito e que me fazem estar alerta para aqueles discursos necessários pelo viés do Estado, mas não suficientes pelo viés da constituição ética do sujeito na relação consigo e com os outros. Percebo, ainda, que minha pesquisa foi sendo definida não pelas práticas de subjetivação, embora essa seja uma

discussão que por vezes atravessa o texto, mas pelas práticas de objetivação e de governo.

Na pesquisa que desenvolvi, a partir de tudo o que brevemente já narrei neste capítulo, me uni aqueles que colocam luz nas práticas legitimadas e reconhecidas pelo Estado como sendo inclusivas, para seguir tencionando discursos que conferem legitimidade às práticas apontadas, por exemplo, como sendo estigmatizadores e reafirmadores da condição restrita de normalidade. Inspirada, mas sem muito aprofundar, nos estudos *crip*⁷, mais especificamente em McRuer (2024), entendo ser possível questionar a maquinaria estatística produtora de dados sobre a população para tencionar a instituição da normalidade para que seja possível destituí-la como forma hegemônica, naturalizada e aceita de ser. Ao afirmar isso não quero assumir a normalidade como um conceito central no trabalho, mas quero frisar que é disso que se fala quando dados estatísticos são analisados.

Voltando para a narrativa sobre meu processo de construção da Tese, a partir dos inúmeros autores que foram sendo a mim apresentados, sinto como se um universo enorme se abrisse diante de mim. Eram necessários novos conhecimentos para compreender o emaranhado de informações que se apresentavam sobre o trabalho e a pessoa com deficiência. Comecei, portanto, a cursar disciplinas que me mobilizassem a olhar os dados de diferentes ângulos. Cursei a disciplina de Seminário em Sociologia, ofertada pelo professor Dr. Rodrigo Dias da Silva e pelo professor Dr. Carlos Gadea, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unisinos, que possibilitou compreender a sociologia relacional, individualização e vulnerabilidade. Compreendi que existia uma relação importante entre os dados estatísticos e as vulnerabilidades às quais os sujeitos são submetidos, constituindo desigualdades

⁷ Para tal teorização, o problema das práticas é tomar algumas delas como sendo normais ou como definidoras da normalidade. Em meio às práticas os sujeitos vão sendo constituídos e postos de acordo com uma divisão binária, normal e anormal. Neste binário seguimos reforçando práticas colonizadoras e reforçadoras do padrão de normalidade. A teoria *Crip*⁷, conforme McRuer (2024, p. 10), possibilita “defender um modelo cultural da deficiência que rejeita a ideia de que não ter uma deficiência seja um estado ou dado natural de todo ser humano.” Também, possibilita entender que qualquer prática discursiva e não discursiva pode subjetivar os indivíduos, integrando as próprias narrativas que estes fazem sobre si mesmos. Neste sentido, ninguém está imune a tais práticas, assim como ninguém é completamente colonizado por elas. Nesse sentido, pesquisas que buscam escutar narrativas *crips* podem trazer insights interessantes para a discussão da invenção da (a)normalidade. Mas, as pesquisas que seguem colocando foco nas práticas de normalização podem ajudar a escutar as narrativas *crips*. O termo *crip* é usado de forma proposital para— ao destacar a anormalidade— zombar e fazer pensar de outros modos. Nas palavras de McRuer (2024, p.9): “O termo *crip*, ou “aleijado”, assim como o *queer*, carrega um sentido propositalmente pejorativo, simbolizando o movimento de insurgência e as contranarrativas das pessoas com deficiência, demarcando a importância do engajamento aleijado contra as práticas de normalização dos corpos [...]”.

sociais diversas, entre elas o acesso ao mundo do trabalho. Dediquei-me, então, a estudar alguns autores como François Dubet (2020), Maurizio Lazzarato (2011), Danilo Martucelli (2017) para compreender as desigualdades e as vulnerabilidades na atualidade.

Há uma relação importante que foi constituindo nesse percurso inicial, percebi que todos somos convocados a gerir nossas vidas, porém somos atravessados por diversas desigualdades e vulnerabilidades. O trabalho como condição central da vida, como expõe Sanson (2020), vai identificar, determinar, distinguir, classificar e marcar as relações sociais. Através dele nossas redes sociais (Mizruchi, 2009) podem se expandir e, conseqüentemente, podem minimizar e até reduzir, em alguns casos, as desigualdades e as condições de vulnerabilidades que definem os sujeitos.

Tendo cada vez mais clareza sobre o espaço fundamental que é dado ao trabalho na vida de qualquer pessoa, vou me dando conta de algo que parece óbvio para muitos, que no Brasil não há emprego para todos e que essa situação tem acelerado a subalternização de nossa população àquelas políticas colonizadoras. Na busca pela sobrevivência e dignidade os sujeitos procuram trabalho e não emprego, fato que tem conduzido ao estresse e a subordinação a qualquer situação que dê condição de sobrevivência diária, deixando para trás os direitos de previdência e que poderia, de alguma maneira, conferir um mínimo de segurança para os indivíduos. Na racionalidade neoliberal, somos conduzidos a atuarmos na (in) formalidade e de forma cada vez mais incerta, precarizada (Butler, 2009) e alienada. Diante disso, tenho me questionado, se para aqueles considerados normais e já atuante no mundo do trabalho as experiências de soma de precarizações se tornam mais dramáticas, como são as experiências no mundo do trabalho para aqueles com deficiência? Bastante orientada para as discussões que trago neste parágrafo, entendo que seja necessário no próximo subcapítulo, identificar os estudos já realizados sobre deficiência intelectual e o mundo do trabalho, bem como, as evidências científicas já levantadas e que me permitiram constituir o problema central da minha pesquisa, conforme anunciado na introdução desta Tese.

2.2 Evidências científicas

A partir dos dados que tenho acessado e das leituras que venho fazendo, perguntas se multiplicam ora me conduzindo para as desigualdades múltiplas, ora

para o foco deficiência intelectual e ora para a relação disso tudo no trabalho. A complexidade do tema parece exigir atenção às variáveis que se cruzam por meio de práticas não destacadas por pesquisadores. Penso que aqui está a produtividade e a contribuição que entendo dar para o campo da Educação.

Avançando nas discussões, neste subcapítulo, dando continuidade à pesquisa, optei por buscar os estudos já realizados no Brasil sobre a população com deficiência intelectual e a sua relação com o trabalho. Para esse levantamento, foi realizada uma pesquisa no repositório de Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Nas duas plataformas foram utilizados os mesmos buscadores; primeiro optei por utilizar *deficiência intelectual*, que está alinhado e atualizado à PNEEPI (2008), e intercalar os termos *trabalho*, *mundo do trabalho*, *mercado de trabalho* e *laboral*. Depois realizei uma busca utilizando os descritores *trajetórias* AND *deficiência intelectual* AND *trabalho*.

No segundo momento, utilizei o descritor *deficiente mental*, pois a modificação da nomenclatura, para se referir a esse público, é mais recente e imaginei que assim abrangeria um número maior de pesquisas. O referido descritor foi também utilizado com alguns outros termos, por exemplo: *trabalho*, *mundo do trabalho* e *mercado de trabalho*. Não incluí o descritor *trajetórias* na segunda busca, pois, na primeira tentativa não encontrei resultados satisfatórios.

Das buscas realizadas, 45 pesquisas foram selecionadas (7 teses e 38 dissertações); a mais antiga datava de 1995, a mais recente era de 2021. Desse grupo, tive acesso à versão completa de 41 pesquisas e acesso somente ao resumo do trabalho de outras quatro pesquisas. As pesquisas, conforme o quadro abaixo, são de diferentes áreas do conhecimento:

Quadro 2 - áreas do conhecimento revisão de literatura

Áreas do conhecimento	Número de pesquisas
Educação	19
Psicologia	11
Promoção da Saúde/Saúde e Gerontologia	1
Direito	1
Engenharia Civil/Bioengenharia	2
Sociologia/Ciências Sociais	2

Distúrbios do Desenvolvimento	1
Distúrbios da Comunicação Humana	1
Administração	1
Políticas públicas, gestão do conhecimento e desenvolvimento regional	2

Fonte: elaborado pela autora.

Após separar as investigações, passei a sistematizá-las dividindo-as em três grupos temáticos: Grupo A (Educação, Trabalho e Pessoa com Deficiência Intelectual), Grupo B (A voz dos trabalhadores com deficiência intelectual) e Grupo C (trabalho e a pessoa com deficiência intelectual: perspectivas de outras esferas sociais).

- a) Educação, Trabalho e Pessoa com Deficiência Intelectual — incluí, neste grupo, todas as pesquisas sobre preparação, formação e cursos de capacitação para a pessoa com deficiência intelectual, bem como, a percepção de professores ou as ações escolares envolvendo a temática. Esse agrupamento resultou em 15 pesquisas, entre elas 3 teses de doutorado feitas no período de 1995 a 2021. Não incluí as pesquisas que não obtive acesso na íntegra ou o resumo da pesquisa, portanto, 6 investigações foram excluídas. A grande maioria destas pesquisas datam de 1995 a 2000, os principais campos de estudos são a educação e a psicologia. Através dos títulos foi possível observar que estas, as pesquisas, tinham o objetivo de estudar sobre as habilidades e a preparação da pessoa com deficiência intelectual para o trabalho.

Quadro 3 - pesquisas do grupo A “Educação, trabalho e pessoa com deficiência intelectual”

Educação, trabalho e pessoa com deficiência intelectual				
Título	Tipo de pesquisa	Autor	Ano	Instituição
Representações das instituições especializadas sobre a profissionalização dos portadores de deficiência mental	Mestrado em Psicologia	Maria de Fatima Pio Cassemiro	1996	Universidade Federal de Minas Gerais

Preparação para o Trabalho na Trajetória Educacional do Deficiente Mental: Possibilidade Real ou Realidade Divergente?	Mestrado em Psicologia Escolar	Zilda Moretti Navarro	1996	Universidade de São Paulo
A identidade social de trabalhador do indivíduo portador de deficiência mental	Mestrado em Educação	Giana Diesel Sebastiany	1997	Universidade Federal de Santa Catarina
A educação profissional de pessoas com deficiência mental: a história da relação educação especial/trabalho na APAE-SP	Doutorado em Educação	Adriane Giugni da Silva	2000	Universidade Estadual de Campinas
Orientação para o trabalho: uma proposta de adaptação curricular para alunos com deficiência mental	Doutorado em Educação	Maria Cândida Del Masso	2000	Universidade de São Paulo
A pessoa com deficiência mental e sua inserção no mercado de trabalho: contribuições da psicologia histórico-cultural	Mestrado em Psicologia	Janice Maria Soares	2009	Universidade Estadual de Maringá
Educação e trabalho: a constituição do trabalhador deficiente intelectual	Mestrado em Educação	Michelle Jomaa Bueno Masson	2009	Universidade Metodista de Piracicaba
Treinamento para inclusão de pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho da construção civil	Mestrado em Engenharia Civil	Percília Melgaço Moraes	2010	Universidade Federal de Santa Catarina
A formação e a qualificação profissional do jovem com deficiência intelectual e a sua inserção no mercado de trabalho formal em Curitiba (1990 - 2010)	Mestrado em Sociologia	Michele Paitra Alves dos Santos	2011	Universidade Federal do Paraná
Capacitação de pessoas com deficiência intelectual para o trabalho: estudo de caso de um curso de educação profissional	Mestrado em Educação	Cristina Angélica Aquino de Carvalho Mascaro	2012	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Efeitos de um programa de capacitação profissional em um grupo de pessoas com deficiência intelectual	Doutorado em Distúrbios da Comunicação Humana	Maria Luiza Gomes Machado	2012	Universidade Federal de São Paulo

A percepção dos professores sobre a qualificação profissional para pessoas com deficiência intelectual	Mestrado em Psicologia	Mariela Cristina de Aguiar Costa	2013	Universidade Federal de São João Del-Rei
Educação e inclusão da pessoa com deficiência intelectual no mundo do trabalho: o caso dos egressos do Centro de Ensino de Educação Especial Helena Antipoff	Mestrado em Educação	Floriza Gomide Sales Rosa	2014	Universidade Federal do Maranhão
Programa de aprendizagem profissional e comercial e pessoas com deficiência intelectual	Mestrado em Educação	Claudia Margarido Gallucci	2016	Centro Universitário Moura Lacerda
Preparação laboral de estudantes com deficiência intelectual visando uma futura inserção no trabalho	Mestrado em Educação	Faustino Emilio Arencibia Jaime	2018	Universidade Federal da Bahia
A educação profissional e tecnológica na educação básica e a preparação da pessoa com deficiência intelectual para o mundo do trabalho no município de Manaus	Mestrado em Educação	Leila Maria Carvalho de Souza	2020	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

Fonte: Produzido pela autora.

Do grupo de pesquisas apontadas acima, é recorrente o uso da perspectiva sócio histórica e marxista para a abordagem do tema. Os trabalhos, em sua maioria, apresentavam como objetivo principal desenvolver propostas diferenciadas de formação para o trabalho, refletir sobre a formação para o trabalho das pessoas com deficiência intelectual, analisar programas de formação, principalmente das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, e identificar as percepções dos envolvidos (âmbito educacional e familiar) na empregabilidade da pessoa com deficiência intelectual. É possível dizer que a relação educação/trabalho é uma operação de sucesso, pois ou ela marca as discussões pela falta ou ela já é a solução construída para resolver o problema da inclusão laboral.

Vale destacar que as pesquisas, realizadas de meados dos anos de 1990 e início dos anos 2000, ainda faziam referência às práticas de integração, ou seja, a preocupação era de aproximação das pessoas com deficiência daquelas não deficientes nos espaços de trabalho Navarro (1996), Cassemiro (1996), Sebastiany (1997), Silva (2000) e Del Masso (2000).

Cassemiro (1996) destaca que as instituições especializadas tinham por meta a realização da profissionalização das pessoas com deficiência intelectual, porém não tinham sucesso. Navarro (1996) afirma que as próprias regulamentações e propostas oficiais estavam impregnadas de preconceitos que não favoreciam a convivência e a participação das pessoas com deficiência nos espaços onde estavam inseridas. Silva (2000) desenvolve um trabalho potente com o objetivo de elucidar as relações entre Estado, Sociedade e a pessoa deficiência. A autora chega à conclusão de que o Programa de Inclusão ao Trabalho da APAE/SP é uma medida paliativa, pois não dá conta de resolver o problema do desemprego para essa população, e diz mais, que a instituição APAE necessita, antes da formulação dos seus programas de educação profissional, analisar o contexto político-econômico “uma vez que a simples elaboração de novos cursos não resolve o problema no que tange à exclusão do deficiente mental do mercado de trabalho” (Silva, 2000, p. 243) sugerindo, conforme o trecho a seguir, que a instituição incorpore novos elementos do cooperativismo, constituindo um trabalho social coletivo cooperativo.

Compreendemos que, para que a APAE-SP contribua eficazmente para o desenvolvimento pleno da pessoa com deficiência mental para sua inclusão social, deve preocupar-se em proceder à educação profissional não como uma forma de adequação ou adestramento desse sujeito social para o mercado de trabalho, tão excludente nos dias de hoje, mas como um processo pelo qual este homem, a partir da categoria fundante trabalho, produz, cria e recria sua própria realidade (Silva, 2000, p. 249).

Nesse mesmo sentido, Sebastiany (1997) compreende que a profissionalização da pessoa com deficiência intelectual tem origem num modelo taylorista/fordista, ou seja, na fragmentação da produção. Nela, os indivíduos são treinados para adquirir as habilidades motoras, principalmente, para o exercício de uma função específica. A autora acrescenta:

O próprio perfil do “bom trabalhador”, do grupo de alunos pesquisados, reflete (...) quando seleciona características como obediência, disciplina e higiene, enquanto hábitos e atitudes louváveis. (...) reflete os objetivos do serviço de profissionalização que foram submetidos (Sebastiany, 2000, p.173).

Além disso há um apelo, nessas cinco investigações do fim da década de 90, para que a sociedade aceite o desafio de conhecer a população com deficiência

através da integração dos sujeitos ao trabalho, havendo um distanciando do preconceito e do estigma que eles vão constituindo durante todo seu percurso.

É possível observar que de 1990 até 2002, o conceito de deficiência intelectual estava fortemente pautado pela falta, pela anormalidade, pela necessidade de distinção entre deficiente, doente e louco etc. Friso que todas essas discussões circunscreviam os domínios da integração tanto na formação para o trabalho quanto nas discussões que traziam as experiências de trabalho da pessoa com deficiência.

Em um período de oito anos, compreendido entre 2001 e 2008, não consegui encontrar pesquisas sobre o mundo do trabalho e as pessoas com deficiência intelectual. No ano de 2009 há a publicação da dissertação de Masson. A partir de então, já temos a PNEEPI de 2008 que garante o direito à inclusão na escola regular e aí um novo viés na educação especial começa a se consolidar. As pesquisas começam a questionar a formação das pessoas com deficiência intelectual para além da preparação para o mundo do trabalho. A preocupação está mais voltada para a aproximação e a permanência das pessoas com deficiência no trabalho. Como a permanência é trazida para constituir o paradigma da inclusão, vê-se a importância de se observar a experiência dos sujeitos.

Masson (2009) usa a expressão “pessoas inteiras” ao se referir ao desenvolvimento das pessoas com deficiência intelectual no mundo do trabalho e faz uma crítica à escola, afirmando existir uma defasagem na formação humana e uma exaltação de valores de mercado. Conforme a autora, “o espírito de colaboração foi substituído pelo de competição, pensar no coletivo, no outro, passou a não mais fazer parte de nosso dia a dia. Cada um está preocupado consigo mesmo” (Masson, 2009, p. 100).

Santos (2011) tem por objetivo analisar a inserção do jovem com deficiência intelectual no contexto trabalhista formal por meio dos processos de formação e qualificação profissional. A pesquisadora conclui que “a formação e a qualificação não condizem com as reais necessidades sociais deste público e nem com o interesse das empresas” (Santos, 2011, p.126). Também identificou que as oficinas de formação oferecidas pelas instituições, mantêm duas perspectivas de prática pedagógica; uma, fundada no assistencialismo e no trabalho terapêutico e outra, iniciando breves movimentos de mudança para adequação de suas práticas às necessidades dos sujeitos, atendendo as exigências do trabalho formal. Ainda assim, a pesquisadora

sugere que haja modificação legal da estrutura das oficinas com um currículo específico para a formação profissional. Ao levantar dados com as empresas, a autora evidencia que, segundo relatos dos empresários, os jovens com deficiência intelectual “podem tornar-se excelentes empregados, devido à confiabilidade, ao índice de assiduidade e de valorização que apresentam para o trabalho que estão desenvolvendo” (Santos, 2011, p.128). Por fim, ela implica à sociedade a formação e qualificação profissional dos jovens, o Estado como fiscalizador e apoiador, bem como suas respectivas famílias com a responsabilidade na garantia dos direitos de seus filhos em todos os âmbitos sociais.

Em Mascaro (2012), o estudo teve por objeto a análise de um curso de capacitação profissional para alunos com deficiência intelectual numa escola especial. A pesquisadora compreende que o sucesso do curso de capacitação se deu pela forma diferenciada de trabalhar que foi proposta pela professora, o envolvimento da mesma com o projeto, a parceria entre instituição e universidade e as atividades desenvolvidas no curso respeitando a individualidade de cada sujeito. Por fim, a autora entende que é fundamental que o profissional que está à frente do curso de formação tenha formações continuadas, sendo um processo que necessita do trabalho colaborativo de diferentes atores. Também, ao finalizar seu trabalho, a pesquisadora elenca três sugestões a serem praticadas no ambiente escolar: o trabalho colaborativo com as famílias para orientá-las sobre legislação, potencialidades e necessidades dos filhos em relação à transição para o trabalho, os investimentos na formação dos indivíduos desde os ciclos iniciais e a formação para a autogestão.

Após a leitura de Costa (2013), foi possível, através dos relatos das pessoas com deficiência intelectual, observar que elas não exercem o poder de escolha na qualificação profissional. A autora destaca que as pessoas com deficiência trabalham para a própria instituição que as orienta. De caráter assistencialista, a instituição se mantém com o trabalho daqueles com deficiência.

Em Rosa (2014) vemos o aparecimento de novos conceitos, o de inclusão e o de exclusão. Identifica, em seus resultados, que a reestruturação produtiva capitalista reconfigura as relações e as práticas trabalhistas inclusive para pessoas com deficiência intelectual. Afirma que o trabalho gera, nos sujeitos, realização pessoal, mas também sofrimento, face aos sentimentos provocados neste ambiente. Comenta

que a formação para o trabalho se dá em oficinas que não atendem as demandas do mercado.

Gallucci (2016) e Jaime (2018) avaliam positivamente os programas de formação profissional para pessoas com deficiência, todavia discutem a inclusão pelo trabalho, afirmando que há muito que se fazer nesse campo, pois há discriminações que freiam a permanência de tais pessoas nos espaços em que foram inseridas.

Por fim, a dissertação de Souza (2020) reafirma o papel do trabalho para o desenvolvimento das pessoas com deficiência. Para ela, o trabalho estimula o desenvolvimento e a autonomia dos trabalhadores, concretizando benefícios individuais que ultrapassam os ganhos financeiros.

Neste agrupamento de pesquisas, que teve por objetivo, de forma direta ou indireta, compreender as relações entre educação e trabalho. A educação como um elo, um suporte fundamental para a pessoa com deficiência ingressar no mundo do trabalho. É ela quem assume o papel de incluir, preparar e responsabilizar-se pelo sucesso da inclusão no trabalho. As pesquisas evidenciaram duas posições sobre as oficinas, programas, cursos e preparações profissionais para o público com deficiência intelectual. Por um lado, como fundamentais para o desenvolvimento das habilidades para o trabalho, na formação de sujeitos de direitos e deveres. Aqui, quando escrevo desenvolvimento, refiro-me, como os próprios pesquisadores pontuaram, ao desenvolvimento completo do sujeito humano. Por outro, a partir de outro viés, a educação deve atualizar-se às demandas da sociedade do trabalho, ou seja, atender a lógica capitalista do mercado, formando trabalhadores produtivos. Outras pesquisas, como em Gallucci (2016) e Jaime (2018), mencionam que a educação tem conseguido efetivamente preparar as pessoas com deficiência intelectual para o trabalho, desenvolvendo trabalhadores dedicados e comprometidos.

As pesquisas analisadas, embora discutam a inclusão e denunciem que o mundo do trabalho ainda é bastante difícil para as pessoas com deficiência, pouco avançam teoricamente em conceitos que possam servir de ferramentas para novas análises. Não percebi, nas leituras que fiz, a problematização de mecanismos capazes de mostrar como os saberes e as normativas agem no posicionamento dos sujeitos nas relações com seus pares. Tampouco vejo aprofundamentos nas discussões de renda e sustento das pessoas com deficiência. Essas são discussões que quando

aparecem tomam um ar de denúncia e não compõem cenários que mostrem as desigualdades. Diante disso, percebo que meu estudo pode contribuir com o campo.

No segundo grupo de pesquisas, intitulado “a voz dos trabalhadores com deficiência intelectual”, estão todos os trabalhos que tiveram por objetivo examinar as vivências, experiências, compreensões e percepções dos trabalhadores com deficiência intelectual sobre o trabalho. Ao total contabilizou-se nove pesquisas, entre elas duas teses de doutorado.

Quadro 4 - Pesquisas do grupo B “A voz dos trabalhadores com deficiência intelectual”

A voz dos trabalhadores com deficiência intelectual				
Título	Tipo de pesquisa	Autor	Ano	Instituição
Vivências de pessoas com deficiência mental inseridas no mercado de trabalho	Mestrado em Psicologia	Maria Helena Féres Valle	2004	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
O Significado do Trabalho para a Pessoa com Deficiência Mental	Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento	Thais Kalinina Martins Covre	2007	Universidade Presbiteriana Mackenzie
Territórios em movimento: os processos de subjetivação de jovens deficientes intelectuais no trabalho.	Mestrado em Psicologia	Carlos Alberto Ribeiro	2010	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
O sentido do trabalho para a pessoa com deficiência intelectual: o caso do município de Pará de Minas – MG	Doutorado em Ciências Sociais	Sergio Sampaio Bezerra	2017	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Beneficiários da prestação continuada: concepções das pessoas com deficiência intelectual sobre o trabalho	Mestrado em Educação	Elaine Samora Carvalho e Franca Antunes	2018	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
O trabalho na promoção do desenvolvimento humano a partir da percepção da pessoa com deficiência intelectual	Mestrado em Educação	Ana Paula Ribeiro Alves	2018	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

A compreensão de pessoas com deficiência intelectual sobre o ambiente de trabalho	Mestrado em Psicologia	Margaret da Conceição	2019	Universidade de Brasília
Cotidiano social e inserção laboral de jovens e adultos com deficiência intelectual: relatos pessoais	Doutorado em Educação	<i>Amanda Carlou</i>	2019	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Percepções de adultos com deficiência intelectual de um município de grande porte do interior do estado de São Paulo sobre a própria inserção no mercado de trabalho	Mestrado em Saúde	Juliana Medina Butafava	2020	Universidade Estadual de Campinas

Fonte: produzido pela pesquisadora.

As pesquisas deste agrupamento, tiveram, como material de análise principal, entrevistas realizadas com pessoas com deficiência intelectual, incluídas no mundo do trabalho ou não. O principal modo da coleta de dados utilizados nas pesquisas foi a entrevista através do método de História de Vida. As pesquisas dessa categoria evidenciaram que o trabalho, para as pessoas com deficiência, significa, indiscutivelmente, transformação pessoal (Antunes, 2018), entre tantas outras formas descritivas que poderiam ser atribuídas ao fato de se estar empregado.

A primeira pesquisa deste agrupamento é a dissertação de Valle (2004); os participantes desta pesquisa realizaram a capacitação *in loco* em uma empresa e, posteriormente, foram empregados na mesma. Esses trabalhadores relataram que o trabalho beneficiou suas vidas em diferentes aspectos, como o ganho de autoestima, independência, autonomia, sentimento de igualdade e relataram que retornaram ao sistema escolar para dar continuidade à formação acadêmica. Além disso, o trabalho não é visto como garantia apenas do salário, para essa população o trabalho significa oportunidade. Já na dissertação de Covre (2007), os participantes da pesquisa descrevem que o trabalho representa “a oportunidade de atingir recompensas como autor realização, autoestima, remuneração, satisfação pessoal entre outros fatores positivos” (Covre, 2007, p. 64).

Ribeiro (2010), em sua dissertação de mestrado em psicologia, cartografou os territórios de quatro jovens com deficiência intelectual a partir de seus encontros com o trabalho. Usou como sustentação teórica a Filosofia da Diferença de Gilles Deleuze e Félix Guattari. O pesquisador apresentou os resultados de três formas;

primeiramente reflete sobre o significado do trabalho para esses jovens, que é neste ambiente que os jovens descobrem que “é preciso dirigir a vida num movimento de alteridade conquistada” (Ribeiro, 2010, p. 113). E, na sua percepção de pesquisador, é um convite para compreender que a “a inclusão não é compartimentada, ela, essa palavra tão usada atualmente, conclama para participar do labor, do funcional, mas também do social” (Ribeiro, 2010, p. 113). No segundo momento, há a denúncia dos microfascismos, um campo de luta, resistência e enfrentamento diante daqueles que tentam diminuí-los e, ao conseguir, “acreditamos em poder agarrar e dominar o que nos ameaça” (Ribeiro, 2010, p. 113). Por último há a descoberta que a deficiência pode ser produzida no inusitado da vida, que não há como dividir as pessoas entre eficientes e deficientes, mas compreender que “as diferenças sinalizam para modos distintos de existência” (Ribeiro, 2010, p. 113).

Bezerra (2017) conclui, na sua pesquisa de doutorado, que a Rede de Sociabilidade, da pessoa com deficiência intelectual, transforma-se quantitativamente e qualitativamente, pois os sujeitos ressignificaram antigas aspirações e adquiriram novas. Não há mais detalhamentos da pesquisa, pois só está disponível, no formato eletrônico, o resumo da tese. Já em Antunes (2018), é discutido sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A pesquisa entrevistou dois grupos de pessoas, os que estavam com o BPC ativo e os que estavam empregados e com o BPC desativado. Os sujeitos que estavam com o BPC ativo, relatam que “suas trajetórias de vida são marcadas pela luta pela sobrevivência” (Antunes, 2018, p. 66), que o BPC é uma fonte de renda familiar e que pensar em perdê-lo gera um grande receio. Os dois grupos de entrevistados percebem o trabalho como uma forma de empoderamento pessoal.

Na pesquisa de mestrado de Alves (2018), participaram duas pessoas, já empregadas, com deficiência intelectual. A partir das entrevistas, a pesquisadora organizou o material por temas emergentes interpretados pela Teoria Histórico-cultural e, novamente, os participantes relataram que o trabalho é uma forma de humanização, inserção social e via de desenvolvimento de funções mais elaboradas. É importante destacar dessa pesquisa, que há um olhar diferente para o papel da família. Ela, a família, assim como nas demais pesquisas, é fundamental para o desenvolvimento dos filhos. Fato é que nesta, observa-se com mais ênfase a luta da família na garantia dos direitos dos filhos, abdicando, inclusive, do BPC em prol do

trabalho deles (o que não é comum para aquelas famílias que dependem financeiramente do BPC). Também a pesquisadora constatou que a:

apropriação dos bens culturais, a linguagem bem articulada, a criticidade e autonomia, a entrada e progressão no trabalho, não foram obras do acaso e nem atributos herdados biologicamente. Antes, são resultantes de serviços que afetaram positivamente vencendo a condição orgânica, como educação de qualidade, acompanhamento eficiente de profissionais da saúde, abertura das empresas para ingresso e oportunidade de progressão, seja por imperativo da lei ou pela própria conscientização (Alves, 2018, P. 128).

Os sujeitos participantes da pesquisa de Alves (2018), apresentam um diferencial, são sujeitos que tiveram a oportunidade de receber todos os serviços disponíveis de saúde, de bens culturais, família articulada e ingresso em empresas com responsabilidade social.

Já Conceição (2019), em seu estudo, relata que o advento da Lei nº 13.146/2015 trouxe avanços importantes para as pessoas com deficiência, porém os participantes da sua pesquisa (trabalhadores com deficiência intelectual) apontam “falta de políticas públicas eficazes para o processo de inclusão laboral, dificuldades para aquisição de laudo médico, burocracia do INSS e falta de promoção profissional” (Conceição, 2019, p. 70). Também se discute, entre os participantes, sobre a Lei de Cotas. Ela, a lei, é definida como favorável, pois sem ela muitas pessoas estariam à margem da sociedade. Outro ponto importante neste estudo, é que os próprios participantes da pesquisa apontaram o programa de formação profissional que participaram como fundamental para a inclusão no trabalho e o quanto é importante, nesse processo, uma referência de apoio/mediador. Também mencionam que no exercício do trabalho sofrem com “barreiras atitudinais, relacionamento com os chefes, competitividade, ambiente com pressão, falta de ética profissional e estigma da deficiência/ estereótipo social” (Conceição, 2019, P. 70) e apontam, como os trabalhadores de outras pesquisas, que há expectativas de retorno aos estudos.

Carlou (2019) faz um movimento diferente das pesquisas anteriores, constrói conclusões em cima das histórias de vida dos sujeitos. Constatou através das entrevistas que as pessoas com deficiência intelectual são dependentes dos pais, não se autogerenciavam. Também elenca que os participantes permaneceram longos anos na escola comum ou especializada e não atingiram níveis acadêmicos básicos como a alfabetização. A pesquisa de Butafava (2020) vem ao encontro de todos os pontos mencionados acima.

Valle (2004) menciona como ponto negativo da inclusão laboral da pessoa com deficiência intelectual, a dificuldade desses trabalhadores em manter laços de amizade para além do ambiente de trabalho. Valle (2004) acredita que a política que visa a inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho necessita voltar-se para questões de acessibilidade para “todos, independente das diferenças que apresentem, dando-lhes as mesmas possibilidades de realização humana e social” (Valle, 2004, p. 80). Covre (2007) elenca que a conjuntura do país em 2007 elevou o número de desempregados e, conseqüentemente, à precarização das relações do trabalho e atingiu, de forma direta, a contratação dos trabalhadores com deficiência intelectual, que, estatisticamente, apareceram em números reduzidos de contratação diante das demais deficiências. A pesquisadora acredita que a conscientização dos empregadores é uma das vias de resolução para este problema.

Ribeiro (2010) pontua que através das entrevistas com os jovens com DI foi possível construir uma nova visão diante desses sujeitos, de ter a “capacidade de lidar com as diferenças, quase sempre desqualificadas, pensadas como negativas e vivenciadas como ameaçadoras da pretensa estabilidade dos espaços sociais” (Ribeiro, 2010, P. 111). Além disso, Ribeiro nos convida a compreender que os sujeitos com deficiência intelectual têm o direito de “dirigir suas existências, sonhando, descobrindo e falando através de suas próprias vozes” (Ribeiro, 2010, p. 114).

Antunes (2018), compreende que o trabalho, para pessoas com deficiência intelectual, é uma forma de superação do assistencialismo, pois o BPC não permite a construção da autonomia do sujeito; mesmo sendo um benefício de proteção social, limita seu acesso ao trabalho. Evidência, também, que o nível de escolaridade é importante para o ingresso no trabalho, pois as políticas públicas deste âmbito garantem o acesso, mas não a permanência. Para tanto, deve prevalecer a formação adequada dos sujeitos, as condições de acessibilidade e infraestrutura no trabalho.

Nesse sentido, Alves (2018) compreende ser fundamental que diferentes instâncias, como Legislação, Educação, Saúde e Mercado de Trabalho, estejam envolvidas no processo de inclusão ao trabalho da pessoa com deficiência intelectual. “Todos esses âmbitos precisam cumprir o papel de informar, capacitar, oportunizar e assegurar serviços e suportes que se convertam em possibilidades e oportunidades” (Alves, 2018, p. 127). Já Conceição (2019), em seu estudo, aponta que a inclusão laboral da pessoa com DI necessita que a escola proporcione aprendizagens

significativas dos bens culturais historicamente acumulados. Também, o envolvimento de todos os segmentos da sociedade, que “haja uma mudança de postura frente à diversidade humana e que se possibilite que as pessoas com deficiência intelectual sejam ouvidas como cidadãs com direitos e deveres na sociedade” (Conceição, 2019, p. 69).

Já o trabalho de Carlou (2019), evidencia a importância do papel da escola que “precisa assumir a responsabilidade com o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos” (Carlou, 2019, p. 123). E mais, ressalta a importância da criação de programas que desenvolvam propostas eficazes para o desenvolvimento de habilidades que estimulem o autogerenciamento ao ponto que a sociedade compreenda que pessoas com deficiência têm o poder de realizar escolhas, expressar pensamentos e desejos e promover a defesa dos seus direitos.

Como já mencionado, todas as pesquisas, deste agrupamento, defendem que o trabalho contribui para a constituição da pessoa com deficiência intelectual, na sua emancipação social e política ou, como menciona Ribeiro (2010), o trabalho é um campo de luta, resistência e enfrentamento das barreiras impostas a esses sujeitos.

A evidência apresentada no conjunto dessas pesquisas é a emergência da inclusão laboral dos sujeitos, é a demanda desta população que clama por oportunidades e benefícios conquistados a partir do trabalho.

Por fim, o último grupo de pesquisas “trabalho e a pessoa com deficiência intelectual: perspectivas de outras esferas sociais”. Optou-se, neste grupo, por incluir as pesquisas que tinham por objetivo discutir o direito à inclusão laboral, assuntos relacionados à área da saúde e questões de âmbito familiar. Há duas teses de doutorado em educação e 14 dissertações de diferentes campos de estudo.

Quadro 5 - Pesquisas do grupo C “Trabalho e pessoa com deficiência intelectual: perspectivas de outras esferas sociais”

Título	Tipo de pesquisa	Autor	Ano	Instituição
Influência da família na inserção ou exclusão de pessoas portadoras de deficiência mental no mercado de trabalho	Mestrado em Psicologia	Camila Sales	2002	Universidade Federal de Santa Catarina
Inclusão profissional de pessoas com deficiência mental: a	Mestrado em Políticas Públicas, Gestão do	Michel Santos	2009	Universidade do Estado da Bahia

APAE/Salvador como possibilidade de inserção	Conhecimento e Desenvolvimento Regional	Mirabeau Dantas		
As pessoas com deficiência intelectual e o direito à inclusão no trabalho - a efetividade da lei de cotas	Mestrado em Direito	Katia Regina Cezar	2010	Universidade de São Paulo
Algumas contribuições do paradigma de escolha para o trabalho de pessoas com deficiência intelectual	Doutorado em Educação Especial	Giovana Escobal	2011	Universidade Federal de São Carlos
Processo de adaptação de trabalhadores com deficiência intelectual em trabalho competitivo com suporte natural	Mestrado em Educação	Juliana Ribas Sartori	2011	Universidade Federal de São Carlos
O benefício de prestação continuada e a inserção do indivíduo com deficiência intelectual no mundo do trabalho	Mestrado em Educação	Flávia Pedrosa de Camargo	2011	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
A concretização do direito ao trabalho e as pessoas com deficiência intelectual: uma análise a partir da situação da cidade de Osasco/SP	Mestrado em Educação	Edivaldo Felix Gonçalves	2012	Universidade de São Paulo
As Meninas de Helena: deficiência intelectual, inclusão e mercado de trabalho em São Luís	Mestrado em Educação	Gilsene Daura Pereira Da Silva	2013	Universidade Federal do Maranhão
Pessoas com deficiência intelectual e a inclusão no mercado de trabalho	Mestrado em Psicologia	Adelaine Vianna Furtado	2013	Universidade Federal de Juiz de Fora
Aplicação e análise de um programa customizado para a inclusão de jovens com deficiência intelectual em atividades laborais	Doutorado em educação	Annie Gomes Redig	2014	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
As concepções de gestores sobre a pessoa com deficiência	Mestrado em Administração	Karolem Sousa Silva Silote	2014	Universidade Fumec

intelectual e acerca de sua atuação no contexto laboral				
Inclusão da pessoa com deficiência intelectual no mercado de trabalho: avaliação de um programa de capacitação profissional	Mestrado em Psicologia	Fernanda Piovesan Dota	2015	Universidade Estadual Paulista
Inclusão social da pessoa com deficiência intelectual: um desafio para o mundo do trabalho	Mestrado Profissional em gestão social, educação e desenvolvimento regional	Agnes Cristhina Correia Ruas	2018	Universidade do Vale do Cricaré
Trabalho, saúde e subjetividade: uma análise sobre Pessoas com Deficiência Intelectual	Mestrado em Psicologia	João Victor Reis Franca	2020	Universidade Federal do Maranhão
Análise do desempenho laboral de deficientes intelectuais inseridos em uma rede varejista nos municípios de Itabuna e Ilhéus	Mestrado em Bioengenharia	Rebeca Rodrigues Faislon Matos	2020	Universidade Brasil
Trajetórias de jovens com deficiência intelectual no mundo do trabalho: percepções familiares	Mestrado em Educação	Daiane Sousa de Pina Silva	2021	Universidade do Estado da Bahia

Fonte: Produzido pela pesquisadora.

Para melhor compreensão das pesquisas nesta categoria, optei por organizá-las em quatro eixos temáticos: família, comportamento, saúde e inclusão como direito.

No primeiro eixo, intitulado família, há duas pesquisas, a dissertação de Sales (2002) e a dissertação de Silva (2021). Sales (2002), relata que as famílias apresentaram dificuldade de aceitar a inclusão laboral dos seus filhos com deficiência intelectual, que algumas demonstraram receio em perder o BPC, que outros ainda veem seus filhos pela ótica da superproteção e ainda estão envolvidos com as compreensões de incapacidade construídas historicamente. Já Silva (2021), conclui, em seu estudo, que as famílias estavam satisfeitas com o emprego de seus filhos e suas conquistas, mas observou que persiste um receio familiar em permitir que o sujeito opere com maior autonomia e independência sobre sua própria vida. As famílias também demonstraram insatisfação com os baixos salários, com a ausência

de oportunidades de crescimento no trabalho e com a dificuldade de seus filhos ampliarem amizades e possibilidades de relações afetivas. Há um misto de desejos, por parte dos familiares, que gira entre a insegurança e o medo e o incentivo e o apoio.

No eixo saúde, a pesquisa de mestrado de Franca (2020), teve por objetivo investigar a atividade laboral das pessoas com deficiência intelectual e as repercussões para a saúde e a subjetividade desses trabalhadores. Através do material de análise, o pesquisador afirma que a entrada das pessoas com deficiência intelectual no mundo do trabalho representa grandes transformações e ganhos na vida pessoal. Porém, por outro lado, a pesquisa evidenciou que o trabalhador com DI percebe as barreiras impostas no contexto trabalhista, e que elas, conseqüentemente, constituem-se em vivências de sofrimento. Essas barreiras não estão associadas somente aos aspectos técnicos da atividade exercida, “mas incluem também opiniões e atitudes preconceituosas, propositais ou não, e percebidas por eles” (Franca, 2020, p. 77). Essas são as principais evidências apresentadas por este pesquisador, não há discussão mais aprofundada de questões referentes à saúde deste trabalhador.

A tese “Algumas contribuições do paradigma de escolha para o trabalho de pessoas com deficiência intelectual” de Escobal (2011), encaixa-se nas contribuições comportamentais, é uma pesquisa embasada cientificamente na Análise Operante do Comportamento e que indica, em seus resultados, contribuições para o desenvolvimento de programas de capacitação profissional do indivíduo com deficiência intelectual severa.

O último eixo é constituído por pesquisas que tematizaram sobre inclusão laboral e direito ao trabalho. Dantas (2009), teve por objetivo, na sua pesquisa, compreender as particularidades sobre a inclusão profissional de pessoas com deficiência intelectual e as principais ações do Estado para minimizar o impacto da exclusão. O pesquisador constatou que as políticas públicas existentes necessitam ser reavaliadas, reestruturadas, divulgadas, cumpridas e fiscalizadas, mas que para tal, é preciso investimento em programas de formação e qualificação de todos os envolvidos. A partir desse movimento, o pesquisador acredita, quanto à percepção dos empregadores sobre a inclusão laboral, que ocorra uma consciência coletiva que valorize as diferenças.

Cezar (2012) constatou, em sua pesquisa, que a lei se efetiva, mas é incipiente, pois esbarra, mesmo havendo um movimento das ONGs, dos programas

específicos do Ministério do Trabalho e dos sindicatos para a efetivação do direito, nas barreiras atitudinais. Constata, ainda assim, que o todo feito não é suficiente para diminuir o desemprego dessa população, mas percebe, sim, uma abertura ao diálogo sobre a inclusão e acredita que a educação seja o caminho para que as mudanças necessárias, no campo da inclusão laboral, ocorram.

Sartori (2011), teve por objetivo analisar o processo de adaptação das pessoas com deficiência intelectual em situação de trabalho competitivo mediante o apoio natural⁸. O suporte natural foi positivo, gerando, no trabalhador com deficiência intelectual, habilidades de destreza, qualidade, pontualidade, persistência e compromisso. Como desafios, aponta os déficits nas habilidades sociais, a exigência de produtividade, a ausência de flexibilidade e o preconceito por parte dos colegas. Portanto, conclui que o apoio natural é uma alternativa para a inclusão laboral, porém, necessita da realização de treinamentos para que colegas se tornem treinadores. Sartori (2011) ainda menciona a importância de um movimento entre todos os envolvidos para a eficácia da inclusão no trabalho, pois a aprendizagem das tarefas não é suficiente, o ambiente de trabalho necessita ser flexível e apto às adaptações necessárias.

Camargo (2011), em sua pesquisa de mestrado, procurou compreender os impactos que o BPC causa na educação profissional das pessoas com deficiência intelectual. As análises apontaram que:

os impactos causados na Educação Profissional de indivíduos que apresentam diagnóstico de deficiência intelectual não são de total responsabilidade do BPC, mas sim de toda uma conjuntura política, social e, principalmente, econômica (Camargo, 2011, p. 125).

No âmbito educacional, a pesquisadora aponta que as “ações realizadas pela instituição acabam sendo restritas frente às potencialidades dos sujeitos” (Camargo, 2011, p. 125). Também constatou que a escolaridade é ponto fundamental na inserção no mundo do trabalho e o fato da pessoa com DI não estar alfabetizada, potencializa a visão de incapacidade no ambiente laboral. Diz, além disso, que a sociedade capitalista acolhe uma gama de trabalhadores e se desfaz dos mesmos com deficiência, aí, nesse contexto, o BPC funciona como um,

⁸ Um colega de trabalho que tem por papel auxiliar no processo de inclusão laboral da pessoa com deficiência intelectual.

elemento de manutenção da condição dessas pessoas, uma vez que, mesmo que haja oscilações econômicas, políticas e sociais, o sujeito ainda encontra, por meio do Estado, uma forma de manter a sua sobrevivência (Camargo, 2011, p. 126).

Ainda conforme Camargo (2011), o BPC se constitui como uma política de transferência de renda, “visando à minimização da pobreza e não sua prevenção” (CAMARGO, 2011, p. 127). Gonçalves (2012) questiona sobre a possibilidade de conciliar a inclusão das pessoas com deficiência intelectual no mundo do trabalho sob a dinâmica do capital, da hegemonia neoliberal e das premissas do capitalismo. O pesquisador responde tais questionamentos entendendo que o capital humano é a moeda de troca dos trabalhadores com os empregadores, portanto, a pessoa com deficiência intelectual depende de habilidades individuais bem desenvolvidas e níveis de escolaridade compatíveis para ingresso no mundo do trabalho, possibilitando a igualdade de condições nos processos competitivos com os demais trabalhadores ditos normais.

Nesse contexto, Gonçalves (2012) entende que escola é uma instituição social fundamental para a preparação e formação para o exercício da cidadania, para educar para a cidadania, com isso, o exercício do trabalho no futuro, essa responsabilidade com o paradigma da inclusão incluiu também a população com deficiência. A educação passa a tornar-se um campo de luta também na garantia de direitos sociais. Já que as empresas contratam pessoas com deficiência intelectual em virtude da obrigatoriedade imposta pela lei e da fiscalização do Ministério Público do Trabalho, mas justificam outra coisa, que não contratam porque há baixa escolaridade, inadequação e qualificação profissional.

Em Silva (2013), temos contato com outra forma de exclusão contemporânea, a de gênero. Neste estudo o foco foi a mulher com deficiência intelectual. A pesquisadora constatou que essa trabalhadora apresenta baixa qualificação profissional e menores remunerações. Segundo a pesquisadora, as mulheres com deficiência também recebem o mesmo tratamento de outras mulheres, como a divisão de gênero no ambiente trabalhista. A mulher com deficiência intelectual é vista com limitações e não com potencialidades. A empresa em que essas trabalhadoras estavam inseridas, realizou um movimento pró-inclusão, com formações para sensibilização dos colaboradores, visando o acolhimento dos trabalhadores com

deficiência intelectual, visto que os mesmos passaram pela preparação para o trabalho *in loco*.

Nesta mesma perspectiva, o trabalho de Redig (2014) tem por objetivo implementar e avaliar um programa de inserção de jovens com deficiência intelectual em atividades laborais; seria um emprego customizado baseado na lei The Americans With Disabilities Act (ADA). Sua filosofia é baseada na “situação em que todos ganham”, ou seja, o emprego customizado é a criação ou adaptação de postos de trabalho a partir da demanda do empregador e das habilidades dos sujeitos com deficiência intelectual, é quando cria-se uma função, na empresa, capaz de atender ambas as partes. Conforme a pesquisadora, que utilizou a metodologia e criou um programa customizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, obteve-se, através dessa iniciativa, resultados que contribuíram para a eliminação das barreiras atitudinais e dos preconceitos, aumentando, conseqüentemente, as probabilidades de desempenho e produção laboral satisfatória, beneficiando ambas as partes. O próximo passo do programa, segundo Redig (2014), é a inserção efetiva no mundo do trabalho.

Dota (2015) analisou a efetividade de um Programa de Capacitação Profissional para jovens, de ambos os gêneros e com idade entre 14 e 18 anos, com deficiência intelectual. Pós capacitação, a pesquisadora constatou que os sujeitos ganharam autonomia necessitando de taxas menores de apoio adaptativo. Conforme relato dos empregadores sobre os trabalhadores com DI, eles são comprometidos e demonstram grande esforço pessoal. Em consequência disso, apresentam baixo nível de demissões. Para essa pesquisadora, faz-se necessária a oferta de formação profissional, o estímulo à independência e autonomia, o treino de função específica *in loco* e ampliação da autocrítica com os sujeitos.

Matos (2020) analisou o desempenho laboral de trabalhadores, homens em sua maioria, com deficiência intelectual de uma rede varejista. Os resultados mostram que os trabalhadores tiveram boa assiduidade, adequado atendimento ao cliente e relação interpessoal, com os demais colaboradores da empresa, satisfatória. Matos (2020) também menciona que a inclusão laboral colaborou na diminuição do estigma social de inábil do colaborador com DI.

Já em Silote (2014), vemos as concepções dos gestores que empregam pessoas com DI. A maioria dos participantes da pesquisa concorda que as empresas

devem realizar o processo de inclusão dos trabalhadores com deficiência, realizando as modificações necessárias no ambiente, tornando-o acessível para que o sujeito possa desempenhar qualquer atividade. Os empregadores também percebem que não há diferença de desempenho entre pessoas com DI e sem deficiência e caracterizam os trabalhadores com DI como comprometidos. Esses trabalhadores, em consequência disso, permanecem contratados por mais tempo na empresa.

Furtado (2013) analisou a inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual a partir de relatos de experiência e entrevistas com alguns familiares. O resultado da pesquisa evidenciou que o trabalho, para esses sujeitos, é um processo satisfatório que se concretiza a partir do direito, é um meio de capacitação de habilidades. Porém, os participantes da pesquisa, apontam que falta oportunidades, profissionalização, vagas de emprego e valorização do profissional. Ruas (2018), constatou, em sua pesquisa, que a contratação da pessoa com deficiência intelectual ocorre pela obrigatoriedade da Lei de Cotas e que os empregadores evidenciaram que teriam dificuldades para ensinar a pessoa. A pesquisadora compreende essas atitudes como ignorância social.

Observamos, neste grupo de pesquisas, enunciações diversificadas, mas que definem, todas elas, o trabalho como um direito social e que pontuam, principalmente, a necessidade de ressignificação da deficiência na contemporaneidade como um imperativo fundamental para a inclusão laboral. Além disso, os estudos apontaram que o trabalho beneficiou os trabalhadores com DI na constituição de uma vida mais autônoma. Constatou-se que a responsabilidade pelo bom desempenho do trabalhador na empresa, a inclusão neste ambiente e permanência, depende quase que exclusivamente do trabalhador, ou seja, este sujeito deve adaptar-se ao meio, ter habilidades a oferecer evidenciando que essa contratação é em decorrência exclusivamente do mérito que o sujeito constituiu na sua jornada pessoal.

As pesquisas evidenciam, também, que os cursos, programas, capacitações e treinamentos *in loco* são fundamentais para a inclusão laboral, mas que há necessidade de adaptações para contemplar as mudanças constantes no contexto trabalhista. Um importante ponto observado foi que nos trabalhos que contaram com a participação das empresas, que na maioria são empresas de grande porte, na sua multiplicidade, elogiaram o trabalhador com deficiência intelectual, principalmente pela pontualidade e dedicação. Fica evidente a desresponsabilização do Estado e do

ramo empresarial com a inclusão das pessoas com deficiência intelectual no mundo do trabalho, os estudos apontam que deve ocorrer a conscientização da sociedade para a efetivação da inclusão laboral, sendo essa a estratégia principal para combater a exclusão das pessoas com deficiência intelectual no âmbito trabalhista.

O levantamento realizado nos três conjuntos de pesquisas, indica que a formação para o trabalho deve estar de acordo com as necessidades deste tempo, a importância do trabalho como garantia de direito e desenvolvimento da autonomia e, também, a urgência de ressignificação da deficiência na contemporaneidade.

Quadro 6 - resumo das evidências encontradas nas pesquisas sobre trabalho e deficiência intelectual

Grupo A: Educação, Trabalho e Pessoa com Deficiência Intelectual	A educação é um elo para o ingresso no trabalho, ela assume o papel de incluir, preparar e responsabilizar-se pelo sucesso. Duas posições sobre a preparação para o trabalho: 1º como fundamentais para o desenvolvimento de habilidades para formação de um sujeito de direitos e deveres. 2º a educação como articulador das demandas atuais da sociedade do trabalho, devendo atender a lógica capitalista do mercado.
Grupo B: A voz dos trabalhadores com deficiência intelectual	A evidência apresentada no conjunto dessas pesquisas é a emergência da inclusão laboral dos sujeitos, visto como demanda desta população que clama por oportunidades e benefícios conquistados a partir do trabalho.
Grupo C: Trabalho e a pessoa com deficiência intelectual: perspectivas de outras esferas sociais	Todas definem o trabalho como um direito social, pontuam principalmente a necessidade de ressignificação da deficiência na contemporaneidade como um imperativo fundamental para a inclusão laboral. Além disso, os estudos apontaram que o trabalho beneficiou os trabalhadores com DI na constituição de uma vida mais autônoma.

Fonte: produzido pela pesquisadora.

Fortalece-se, nesse subcapítulo, a sensação da ausência de pesquisas que explorem as condições de desigualdade decorrentes do acesso limitado ao trabalho. Poucas investigações abordam, de forma aprofundada, o viés estatístico e as normativas relacionadas ao trabalho para as pessoas com deficiência intelectual.

Diante disso, no mesmo movimento realizado por Rech (2015), faço a opção de buscar estudos que me servirão de apoio e que envolvam a temática aqui proposta.

“Trarei as pesquisas que serão consideradas e utilizadas como “pontos de apoio” (RECH, 2015, p. 35) no percurso da pesquisa, bem como, no avanço da temática e dos conceitos. As principais são: a tese de doutorado de Cesar Sanson, chamada Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial (Universidade Federal do Paraná, 2009); a dissertação de mestrado de Tatiana Luiza Rech, chamada A emergência da inclusão escolar no Governo FHC: movimentos que a tornaram uma “verdade” que permanece (Unisinos, 2010); a tese de Doutorado de Eliana da Costa Pereira de Menezes, chamada A maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma Sociedade Inclusiva (Unisinos, 2011); a Tese de Doutorado de Tatiana Luiza Rech, chamada Da escola à empresa educadora: a inclusão como uma estratégia de fluxo-habilidade (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015); a tese de doutorado de Patrícia Gräff, chamada Identidades culturais na educação escolar: estratégias de governo identitário (Unisinos, 2017) e a tese de doutorado de Deise Andréia Enzweiler, chamada Inclusão e desigualdades escolares em estatísticas educacionais pós-Constituição Federal de 1988 (Unisinos, 2022).

Rech (2010), em sua dissertação, mostrou que no Brasil, a partir de 1990, emerge a inclusão escolar que foi sendo constituída por práticas de mobilização social. Emerge no nosso tempo o imperativo da inclusão, ou seja, da educação para todos no mesmo espaço escolar. Esse imperativo se concretiza na lógica neoliberal que visa colocar os sujeitos em funcionamento dentro da lógica de mercado. Portanto, é preciso que as pessoas com deficiência também encontrem formas de inserção nessa lógica. Conforme Rech (2010) “(...) agora, a regra exige incluir para flexibilizar e fazer sair, a fim de garantir que cada pessoa incluída na escola esteja apta a incluir-se, também, no mercado de trabalho e desse modo, (re)configurar constantemente os índices brasileiros”. Menezes (2011) defende, em sua tese, que antes mesmo da década de 90 já existiam práticas de subjetivação preocupadas em constituir a abertura ao outro no campo da educação. A pesquisadora afirma, também, que via emergir uma “subjetividade inclusiva”, a necessidade de ser educado para ser incluído.

Nessa reorganização da escola para a produção de subjetividades que atendam a essas novas necessidades, passa-se a operar a produção do sujeito desejável (e necessário) para a lógica neoliberal, que é aquele que é capaz de adaptar-se às permanentes transformações que o mundo

contemporâneo tem nos apresentado, sendo capaz de se auto gestar para, diante de tanta oferta, fazer boas escolhas, para assumir riscos, aprender sempre, se desenvolver permanentemente e acumular capital humano, constituindo-se assim, como sujeito capaz de circulação nas redes do consumo e do mercado. É esse sujeito que a escola precisa produzir, uma vez que, na medida em que cada um se auto gestar a partir dessa lógica, organiza-se a vida em sociedade contribuindo assim para uma condução segura da população (Menezes, 2011, p. 175).

E essas práticas constituídas pela escola buscam “a prevenção do risco por meio de processos de normalização, buscando produzir essa subjetividade apta a ser incluída (e nessa condição permanecer) (...)” (Menezes, 2011, p. 162), ou seja, a escola exerce é maquinaria de normalização e produção de tipos específicos de sujeito. Compreendendo esse contexto do presente é que realizo a leitura da pessoa com deficiência.

Rech (2015), em sua tese, mostra a articulação entre escola e empresa como uma necessidade para investir no capital humano por meio da educação, e que pela inclusão essa articulação é potencializada num movimento de fluxo que articula a mobilização social, a qualificação e a responsabilidade social. Tais articuladores desenvolvem uma série de práticas que se “dirigem a sensibilizar, capacitar, profissionalizar, responsabilizar, integrar, incluir e, acima de tudo, normalizar os sujeitos” (p. 216). O que a pesquisadora evidencia é que a escola regular articula a possibilidade de sujeitos com deficiência a frequentarem e, posteriormente, ingressarem no mundo do trabalho de modo a contribuir para a economia do país, ou seja, de fluxo da inclusão que almeja que esses sujeitos passem a ocupar outras posições sociais.

Sanson (2009), no mesmo movimento que Menezes (2015), porém voltado à temática do trabalho, afirma que emerge uma outra subjetividade do sujeito do trabalho, que uma nova relação se configura, entre o sujeito e o trabalho, tendo como pano de fundo as mudanças ocorridas na transição da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial, que o capital insere práticas que investe substancialmente “(...) no indivíduo e não no coletivo, investe na crescente individualização do trabalho, explora as capacidades cognitivas de cada um, e o singular assume o caráter do diferencial nos ganhos de produtividade” (Sanson, 2009, p.149) acarretando na flexibilização, na terceirização e na precarização do trabalho.

Gräff (2017), em sua tese, mostra como as relações entre educação e diversidade cultural são incorporadas na agenda política do Estado Brasileiro, ao

longo do século XX, repercutindo no espaço escolar e definindo suas práticas; um governo identitário que visa esmaecer as práticas de discriminação, porém sem sucesso, pois conforme Gräff (2017) mostra, as experiências excludentes permanecem frequentes dentro dos espaços inclusivos.

Enzweiler (2022) analisa a articulação entre desigualdades escolares e inclusão, em estatísticas educacionais, no período seguinte à Constituição Federal de 1988. Identifica que as desigualdades escolares diminuem em relação ao acesso e sua garantia. Porém, nos aspectos de permanência e desempenho, quando cruzados com as variáveis de classe social, étnico-racial e localização, não diminuíram as desigualdades, pelo contrário, se mantiveram ou aumentaram. A pesquisadora entende que a inclusão mantém um equilíbrio instável, ou seja, mantém o acesso, mas não garante a permanência.

Quando elejo esses pesquisadores como pontos de apoio desse estudo. Entendo que é preciso avançar nos empreendidos do nosso campo de pesquisa que estou inserida, portanto, eles me ajudam a prosseguir nas discussões, sobre a inclusão no mundo do trabalho das pessoas com deficiência. Nesta caminhada já realizada por eles, tomo como fundamental seus achados para seguir na problematização deste estudo.

Entendendo que a escola exerce práticas que subjetivam os sujeitos para o mundo do trabalho e políticas que evocam a inclusão de todos, porém, que se permanece constituindo processos de exclusão dentro dos espaços inclusivos, e desse modo, o crescimento das desigualdades sociais mantém-se para a população aqui estudada, creio ser preciso compreender quais mecanismos e/ou saberes sustentam tais desigualdades sociais e a permanência das (in)visibilidades das pessoas com deficiência intelectual no mundo do trabalho.

No próximo subcapítulo, busco compreender o contexto trabalhista brasileiro, identificando a precarização dos trabalhadores, fortemente marcada no presente, e seus efeitos na inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho.

2.3 O mundo do trabalho em crise: precarização e exclusão da pessoa com deficiência

Mesmo antes da pandemia da COVID 19, que abalou o mundo e impactou profundamente nossas formas de vida, o mercado de trabalho no Brasil já apresentava fragilidades, ou melhor, estava em deterioração, desde os conflitos políticos de 2014⁹, culminando no impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Nesse período, a taxa de desemprego chegou a 11,5%, conforme dados do IBGE (2016).

Em 2017, a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), alterou diversos itens e acrescentou outros, como a flexibilização dos contratos de trabalho, incluindo o contrato de trabalho intermitente, a desregulamentação laboral e a individualização das relações de emprego. De acordo com Bridi (2020), as mudanças promovidas pela referida Reforma consolidaram práticas anteriormente consideradas ilegais e fraudulentas (BRIDI, 2020).

Em 2018, uma agenda ultraneoliberal¹⁰ passou a ampliar “as reformas pró-mercado articuladas por agentes econômicos e políticos e amplo aval midiático tradicional” (BRIDI, p. 146, 2020). Entre as ações realizadas, destaca-se a Medida Provisória 870/2019, convertida na Lei nº 13.844/2019, que extinguiu o Ministério do Trabalho, incorporado suas atribuições ao Ministério da Justiça, Cidadania e Economia. Essa mudança abriu brechas para o descumprimento das leis trabalhistas. Em 2021, o Presidente Bolsonaro recriou o Ministério do Trabalho por meio da Medida Provisória 1.058/2021.

No ano de 2020, medidas provisórias foram criadas para regulamentar as mudanças e exigências impostas pela calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6/2020, decorrente da pandemia do Coronavírus. Entre elas, destaca-

⁹ Em 2014, ocorreu uma polarização política entre Dilma Rousseff e Aécio Neves, intensificada pela margem estreita de votos no segundo, que garantiu a reeleição de Dilma. Nesse mesmo ano, o Brasil entrou em uma crise econômica, marcada pela retração do PIB, aumento da inflação e crescimento das taxas de desemprego. Ainda em 2014, teve início a Operação Lava Jato, que revelou esquemas de corrupção envolvendo a Petrobras, grandes empreiteiras e diversos políticos. Entre 2015 e 2016, a divisão na sociedade brasileira se aprofundou, com manifestações intensas tanto contra como a favor do governo. O governo de Dilma também sofreu dificuldades em manter o apoio do congresso. Em 2016, a câmara de deputados abriu o processo de impeachment, sob acusação de crimes de “pedaladas fiscais” manobras contábeis para esconder as contas públicas. Com a aprovação do impeachment pelo Senado, Dilma foi afastada definitivamente, e Michel Temer assumiu a presidência.

¹⁰ Compreende-se como ultraneoliberal quem é ou quem defende ou põe em prática o neoliberalismo até o extremo.

se a Medida Provisória 927/2020, que trouxe mudanças relacionadas ao home office e ao teletrabalho, além de alterações nas regras sobre férias, como o adiantamento de períodos, a possibilidade de o empregador dispensar o trabalhador durante o momento mais crítico da pandemia e descontar os dias de férias. A medida também regulamentou o uso de bancos de horas e o adiamento do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Em sequência, a Medida Provisória 936/2020 permitiu a suspensão temporária de contratos de trabalho, beneficiando as empresas ao reduzir custos durante a crise. Essa medida também viabilizou a redução proporcional de jornadas e salários, como, por exemplo, a redução de 25% da jornada de trabalho, com diminuição proporcional do salário dos empregados.

As Medidas Provisórias 927/2020 e 936/2020 implementaram medidas como o adiantamento de férias, o uso de banco de horas, a suspensão de contratos de trabalho e a limitação de jornadas e salários. Essas ações transferiram ao trabalhador a responsabilidade pelos efeitos econômicos causados pela pandemia ao empregador. Em outras palavras, a própria política social deixou de garantir a cobertura dos riscos ao trabalhador, promovendo, em vez disso, um cenário em que cada indivíduo se responsabiliza pelos próprios riscos.

Além de toda a desproteção social dos trabalhadores nos deparamos com o alto índice de desempregados. Conforme o IBGE (2021), no primeiro trimestre de 2021, a taxa de desemprego foi recorde da série histórica, iniciada em 2012 perfazendo 14,7%. Somente em 2023, que as taxas de desemprego começaram a diminuir. Apesar, do avanço nas taxas de desocupação, ela ainda é um problema no Brasil após a pandemia, pois, isso não significa a melhoria nas condições de trabalho para todos.

Gráfico 1 - evolução da taxa de desocupação de 2020 a 2023



Fonte: Pesquisa Nacional por amostra de domicílios continua mensal - IBGE, 2021.

Conforme Sanson (2020), a crise causada pela pandemia do novo coronavírus revelou o quanto o trabalho é imprescindível, mas ainda pouco valorizado. Essa dinâmica torna-se ao observarmos que, quanto mais útil o trabalho, pior é a sua remuneração. Um exemplo claro são os profissionais da saúde, que atuaram na “linha de frente” contra o vírus, frequentemente expostos ao risco de contaminação, trabalhando horas excessivas, muitas vezes, sem equipamentos adequados de proteção. Além deles, outros trabalhadores essenciais, como funcionários de supermercados, farmácias, postos de combustíveis, motoristas de aplicativos, vigilantes, coletores de lixo, cobradores e motoristas do transporte público, bem como diaristas, continuaram suas jornadas de trabalho sem direito de interrompê-las. Esses profissionais, em comum, enfrentaram baixos salários e condições de trabalho precarizados.

Nesse rol, não podemos esquecer dos trabalhadores informais e aqueles que tiveram que se adaptar ao modelo home office. Embora nenhuma categoria, tenha sido poupada dos efeitos da pandemia, algumas enfrentaram maior exposição ao vírus, à pobreza e a precarização externa das condições de trabalho.

Essa realidade, ainda persiste na nossa sociedade. Em decorrência do desmonte que já vinha em percurso, as medidas provisórias adotadas durante a pandemia apenas contribuíram para facilitar as demissões e ajustes nas jornadas de trabalho, de acordo com as necessidades da lógica de mercado (Sanson, 2020).

É comum encontrarmos trabalhadores com formação superior atuando sob contratos de trabalho intermitente¹¹, como profissionais autônomos¹² ou prestadores de serviço intermediados por plataformas digitais. Esses tipos de vínculo, no entanto, não asseguram os mesmos direitos previstos pela carteira assinada, como férias remuneradas, 13º salário, previdência ou fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS).

Esse cenário, conforme Antunes (2019), Castel (1995), Sanson (2021) reflete composição do trabalho precarizado, caracterizado por cargas horárias excessivas, empregos sem direitos, sem estabilidade e com baixa remuneração salarial. Hoje,

¹¹ Esse tipo de contrato foi criado em 2017, pela reforma trabalhista. Ele não prevê jornadas e salários fixos. Ao final do mês o trabalhador recebe o equivalente pelas horas trabalhadas.

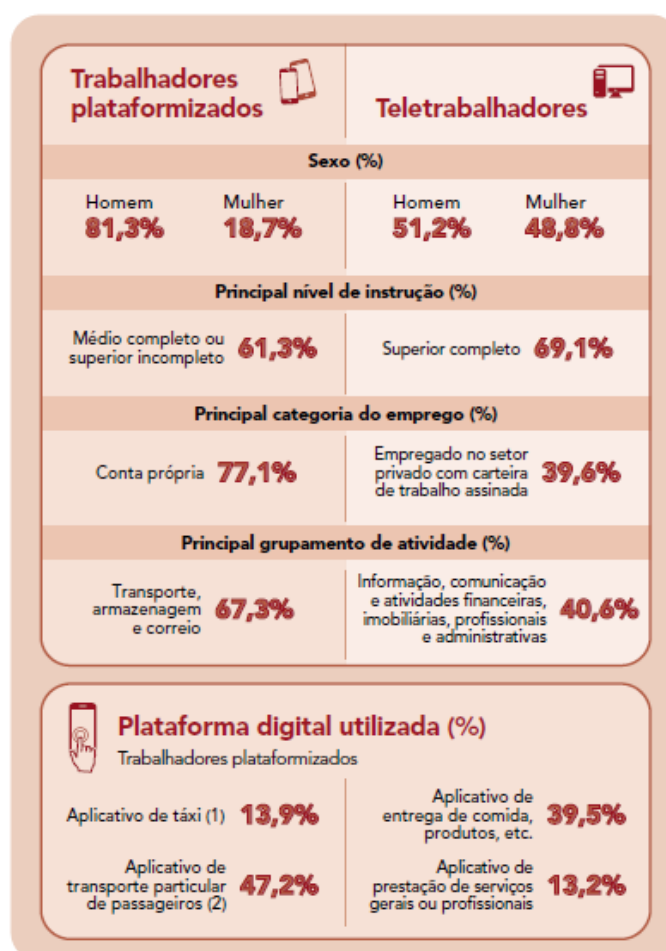
¹² No contrato de pessoa jurídica, o profissional é o seu próprio patrão, não tem vínculo empregatício com a empresa. Ele deve ter um CNPJ ativo, emitir notas fiscais e recolher os seus próprios tributos e contribuições.

trata-se de uma realidade em que é considerado mais vantajoso, estar empregado do que ter direitos garantidos. Esse contexto não apenas se impõe estruturalmente, mas, também se mantém pela constituição de subjetividades dos trabalhadores que se adequam a esse contexto.

Antunes (2019), destaca o avanço da precarização nas relações de trabalho, alertando que “o resultado disso é que nós temos uma heterogeneidade muito grande do trabalho, mas com um traço em comum: a homogeneização que caracteriza esse mosaico de trabalhos distintos, que é a tendência à precarização” (2019, on-line).

Na pandemia, cresceu o número de pessoas que passaram a trabalhar de forma remota. A expansão e necessidade impostas pela COVID-19 aumentou o uso de plataformas digitais para o exercício de trabalho e consumo. Conforme pode-se observar nos dados abaixo divulgados pelo IBGE em 2022:

Figura 1 - percentual de pessoas no trabalho remoto



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022.

É possível constatar que a grande maioria trabalha por conta própria quando vinculados a plataformas de trabalho, ou seja, sem a garantia de direitos previstos na carteira assinada. Além disso, chama a atenção o fato de que a maior parte possui ensino médio completo ou superior incompleto. Dessa forma, as opções que restam para a população com baixo nível de instrução são empregos que exigem muito dos trabalhadores e oferecem baixa remuneração. O maior índice de trabalhadores vinculados a plataformas digitais está em aplicativos de transporte particular de passageiros. Esse fenômeno, no Brasil, é denominado uberização.

Conforme Abílio (2023), no décimo terceiro parágrafo da entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos:

A uberização do trabalho evidencia uma nova forma de organização, gerenciamento e controle do trabalho. Ela pode ser sintetizada como a consolidação do trabalhador em trabalhador just in time. Ou seja, um trabalhador inteiramente desprovido de direitos, garantias, segurança – seja em relação à sua remuneração, seja em relação às suas condições de trabalho. Ficam abolidas as regulações sobre tempo de trabalho, remuneração, proteção. Um trabalhador que é gerente de si próprio, responsável pela definição de suas estratégias de sobrevivência, livre “como um pássaro” – diria Marx – para mobilizar os meios que lhe garantam a permanência e sua reprodução em meio a uma concorrência que opera em novas bases – não há vagas, não há contingente predefinido de trabalhadores, não há demissão, há uma multidão que concorre entre si.

Esse cenário, conforme Sanson (2021), é decorrente da Quarta Revolução Industrial, que vem alterando significativamente a sociedade do trabalho, constituindo uma nova configuração desse cenário. Trata-se de uma revolução que estabelece a fusão das tecnologias e a interação entre os domínios físicos, digitais e biológicos, como, por exemplo, a inteligência artificial, os veículos autônomos e a robótica. Diferentemente da Revolução Industrial do século XVIII, essa revolução, em vez de empregar milhares de trabalhadores, elimina postos de trabalho tanto nas indústrias quanto no setor de serviços, sendo substituídos por máquinas. E se instala “a precariedade, intermitência, flexibilização de direitos e ganhos reduzidos” dos trabalhadores (Sanson, 2021, p. 146).

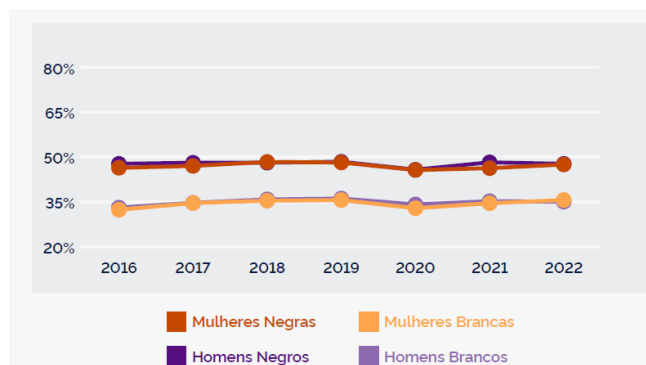
Os empregos, portanto, tornam-se precários, como mostram os dados apresentados anteriormente. Restam vagas que exigem menor qualificação e, conseqüentemente, oferecem menos direitos adquiridos. A uberização foi um processo que empurrou os trabalhadores para as frentes de trabalho, de modo a diminuir a crise financeira das famílias brasileiras durante o período de pandemia.

Aqui, não me refiro apenas a trabalhadores vinculados a aplicativos, mas todos aqueles que, ao serem demitidos de seus empregos, tiveram como única oportunidade a informalidade, atualmente nomeada como empreendedorismo.

Castel (1995) aborda o conceito de “desfiliaados”, referindo-se àqueles que estão fora da condição salarial ou subordinados a ela em situações de ausência de direitos. Isso define muito bem a população que vive na informalidade. Mas, afinal, quem é essa população no Brasil?

De acordo com a pesquisa divulgada em 2022 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mais de 50% da população no Brasil está na informalidade. Aproximadamente 112,7 milhões de pessoas, ou seja, 56% da população, encontram-se nessa condição. Ao analisarmos a intersecção entre raça e gênero, observamos que as mulheres e homens negros são os mais expostos à informalidade no Brasil. Os homens negros representam quase 40% desta poluição, enquanto as mulheres negras correspondem a 25,3%. Em comparação, os homens brancos 20,8% e as mulheres brancas 17,2%.

Gráfico 2 - taxa de informalidade no Brasil de 2016 a 2022



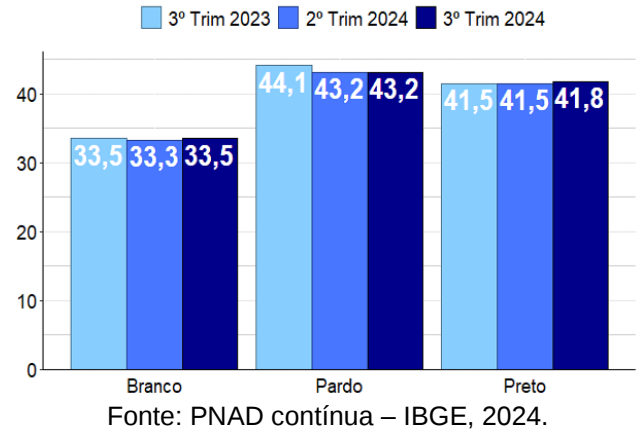
Fonte: Instituto de Pesquisa economia aplicada, 2022.

Em 2023 e 2024, as taxas de informalidade entre as pessoas ocupadas¹³ aumentaram em todos os grupos de gênero e raça. Contudo, as pessoas negras

¹³São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana. Consideram-se como ocupadas temporariamente afastadas de trabalho remunerado as pessoas que não trabalharam durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de férias, folga, jornada variável ou licença remunerada (em decorrência de maternidade, paternidade, saúde ou acidente da própria pessoa, estudo, casamento, licença-prêmio

continuam apresentando taxas extremamente altas de informalidade, enquanto as pessoas pardas lideram esse ranking.

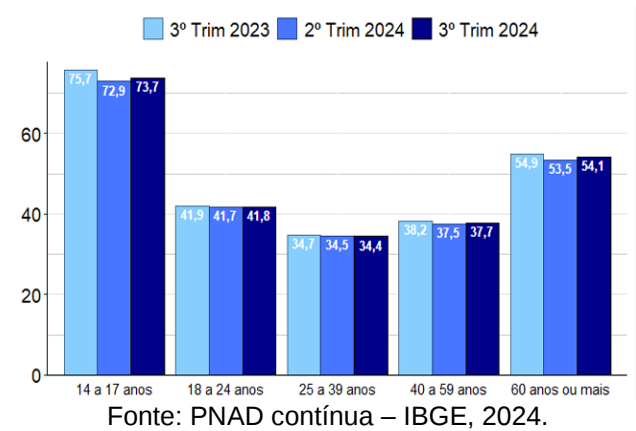
Gráfico 3 - taxa de informalidade das pessoas ocupadas no Brasil 2023 a 2024



As taxas relativas por grupos de idade mostram uma realidade dura: mais de 70% da população jovem está inserida nesse grupo, seguida pelas pessoas com 60 anos ou mais.

No Brasil, tem ocorrido um movimento de reingresso de pessoas já aposentadas no mundo do trabalho, sendo o principal motivo a necessidade de complementação da renda, pois o salário aposentadoria é insuficiente para o seu sustento ou de sua família.

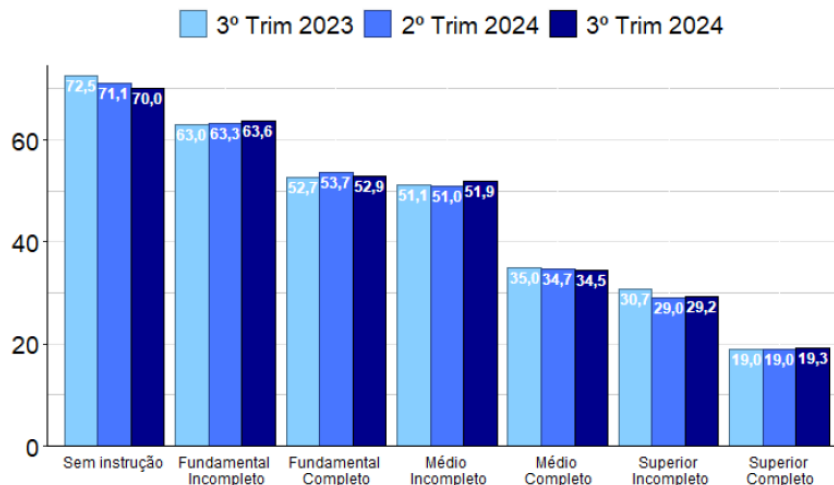
Gráfico 4 - taxa de informalidade das pessoas ocupadas, por grupos de idade 2023 a 2024



etc.). Além disso, também foram consideradas ocupadas as pessoas afastadas por motivo diferente dos já citados, desde que o período transcorrido do afastamento fosse inferior a quatro meses, contados até o último dia da semana de referência (IBGE, 2024, p. 3).

Em relação à população jovem, é preciso também analisar os dados de nível de instrução para compreender a relação entre a informalidade e a educação.

**Gráfico 5 - taxa de informalidade das pessoas ocupadas, por nível de instrução
2023 e 2024**



Fonte: PNAD contínua – IBGE, 2024.

As taxas de informalidade por nível de instrução revelam uma relação direta entre educação e empregos que garantem direitos trabalhistas. Esse cenário, é caracterizado pela predominância de trabalhadores com baixo nível de qualificação: em 2023, 72,5% não possuíam instrução formal. Esse índice apresentou uma redução de 5 pontos no final de 2024. Contudo, houve um aumento no número de pessoas com ensino superior completo ingressando na informalidade no mesmo ano.

O perfil da informalidade fica bem definido: pessoas negras e pardas, com idades entre 14 a 17 anos e 60 anos ou mais, geralmente sem instrução formal. Diante dessa constatação, surge o questionamento: como a população com deficiência está posicionada no mundo do trabalho.

A precariedade do mundo do trabalho atinge a todos, porém, como observado, algumas populações enfrentam desafios ainda maiores diante das transformações impostas pela Revolução 4.0. Consequentemente, as desigualdades sociais se ampliam, sobretudo para aqueles que se encontram à margem da sociedade.

Interessada em explorar os dados sobre a informalidade e compreendendo que os mais afetados são aqueles marcados por raça, nível de instrução e idade, procuro aprofundar a análise olhando para o atravessamento deficiência. No Brasil, as

peças com deficiência apresentam baixos índices de instrução e empregabilidade. Assim, busco, a seguir, identificar como estão posicionadas no mundo do trabalho.

Em 2019, segundo a Pesquisa Nacional de saúde (PNS), existiam 28% das pessoas com deficiência em idade para trabalhar (14 anos ou mais) estavam empregadas ou procurando emprego. A taxa de formalização nesse grupo era de 34,3%. A taxa de desocupação foi de 10,3%, englobando pessoas sem trabalho remunerado na semana de referência da pesquisa, que estavam disponíveis para trabalhar e procuraram trabalho. Nesse agrupamento, também foram consideradas as pessoas não ocupadas, disponíveis para trabalhar, mas que não buscaram emprego nos últimos de 30 dias por já terem conseguido uma colocação futura.

Quando comparadas às pessoas sem deficiência, as taxas de participação e formalização são menores. As pessoas sem deficiência apresentaram uma taxa de participação de 66,3% e uma taxa de formalização de 50,9%.

Quanto os tipos de deficiência, a maior taxa de participação é registrada entre as pessoas com deficiência visual, enquanto as pessoas com mais de uma deficiência e com deficiência mental¹⁴ apresentaram os níveis mais baixos.

No que diz respeito à formalização, as pessoas com deficiência auditiva tiveram o melhor indicador, enquanto as pessoas com mais de uma deficiência e com deficiência mental os níveis mais baixos. Já as maiores taxas de desocupação foram observadas entre as pessoas com deficiência mental e visual.

Gráfico 6 - taxa de participação, formalização e desocupação 2019

Tipos de deficiência	Taxa de participação (%)	Taxa de formalização (%) (1)	Taxa de desocupação (%)
Com alguma deficiência	28,3	34,3	10,3
Visual	37,0	32,1	11,9
Auditiva	28,0	40,4	9,4
Física (membros superiores)	17,9	34,9	8,9
Física (membros inferiores)	16,9	30,8	9,3
Mental	5,3	37,3	12,4
Mais de uma deficiência	12,9	27,3	10,9
Sem deficiência	66,3	50,9	9,0

Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde – IBGE, 2019.

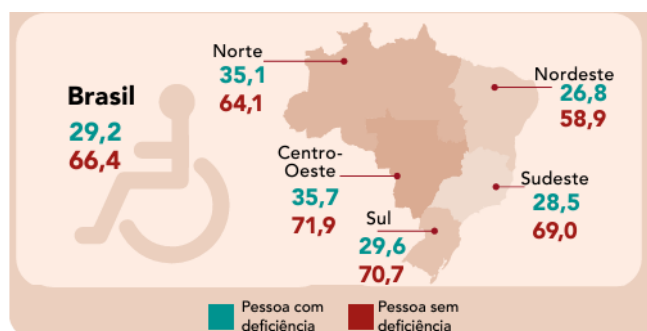
Os dados revelam que a empregabilidade da pessoa com deficiência é definida por dois grupos, aqueles que têm capacidade de superar suas limitações e aqueles

¹⁴ Optei por usar o termo já descrito no quadro, para não ocorrer confusão.

que não conseguem camuflá-las, restando-lhes, poucas oportunidades efetivas de emprego.

Em 2022, a taxa de participação das pessoas com deficiência aumentou em 1,1%. Já as taxas de ocupação de caíram passando de 34,3% para 26,6%.

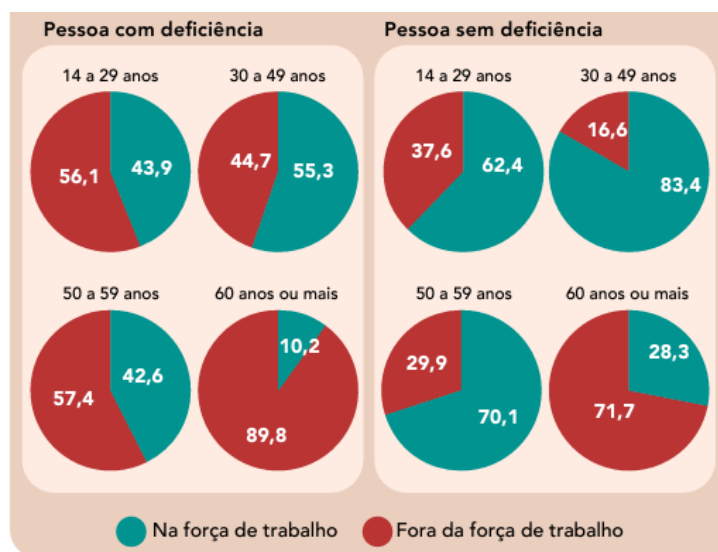
Gráfico 7 - taxa de participação na força de trabalho de pessoas com deficiência - 2022



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022.

O perfil etário das pessoas com deficiência ocupadas indica que a maioria está concentrada na faixa de 14 a 29 anos e de 30 a 49 anos. Em comparação, entre as pessoas sem deficiência, os índices mais elevados estão na faixa de 30 a 49 anos e de 50 a 59 anos.

Gráfico 8 - taxa de participação das pessoas com deficiência – 2022

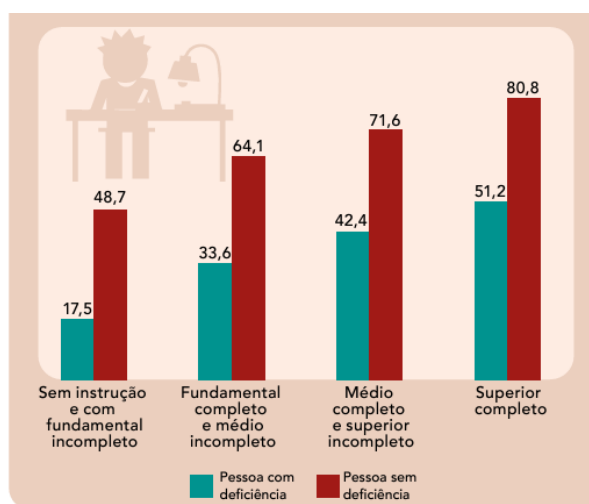


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022.

Quanto ao grau de instrução, observa-se que a maioria das pessoas com deficiência ocupadas possui nível superior completo. Esse dado é preocupante, pois

muitas enfrentam dificuldades para ingressar no ensino superior, mesmo com a existência de leis que asseguram seus direitos e acesso. A necessidade trabalhar frequentemente antecede a possibilidade de continuar os estudos, o que restringe as oportunidades de qualificação. Assim, o mercado de trabalho acaba sendo acessível para poucos.

Gráfico 9 - nível de ocupação das pessoas com deficiência segundo o nível de instrução - 2022



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022.

Quanto aos vínculos empregatícios por tipo de deficiência, observa-se que as pessoas com deficiência física apresentam os maiores índices de empregabilidade, enquanto as pessoas com deficiência intelectual (mental), múltipla e reabilitadas as registram as menores taxas.

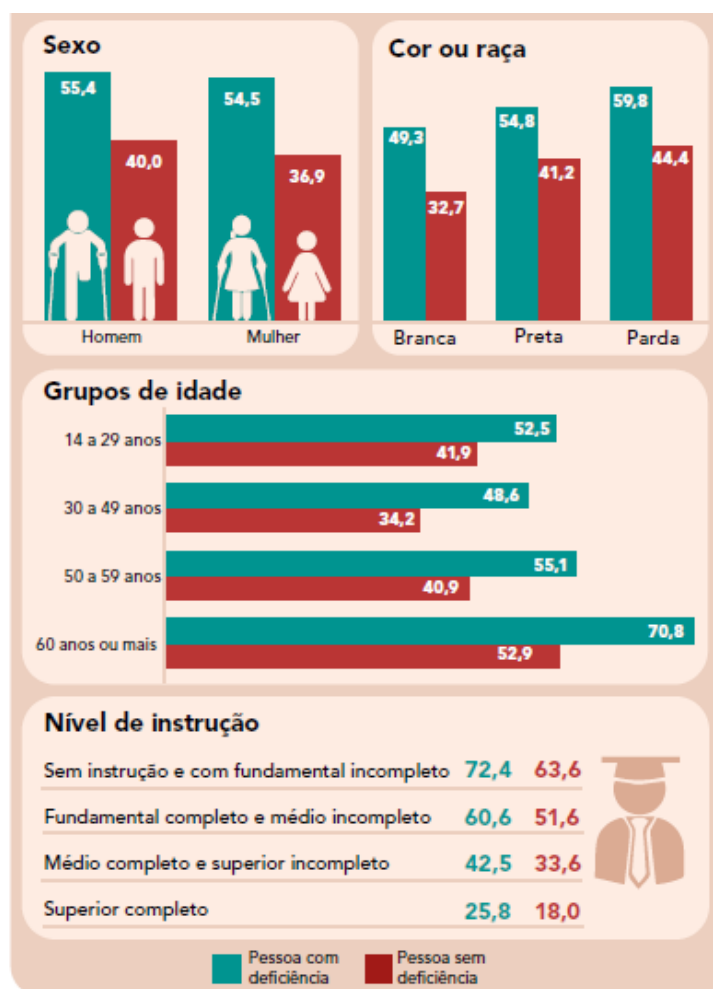
Figura 2 - Vínculos Empregatícios no Brasil 2023

Características Individuais	2022	2023	Var. Absoluta	Var. Rel. (%)
Tipo de Deficiência				
Total (Pessoas com Deficiência)	546.034	570.268	24.234	4,4%
Física	238.292	246.394	8.102	3,4%
Auditiva	96.960	100.950	3.990	4,1%
Visual	97.090	103.672	6.582	6,8%
Intelectual (mental)	58.862	67.305	8.443	14,3%
Múltipla	19.515	18.087	-1.428	-7,3%
Reabilitado	35.315	33.860	-1.455	-4,1%

Fonte: Relação Anual de informações sociais, 2023.

O número de pessoas com deficiência ocupadas aumentou significativamente. No entanto, é importante observar o indicador da taxa de informalidade¹⁵, que reflete o percentual de pessoas ocupados sem carteira assinada.

Gráfico 10 - Taxa de informalidade das pessoas com deficiência ocupadas – 2022



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022.

A taxa de informalidade entre as pessoas com deficiência alcançou 55,0% em 2022, enquanto entre as pessoas sem deficiência foi de 38,7%, evidenciando uma diferença significativa. Entre as pessoas com deficiência, as mulheres apresentaram o maior percentual de informalidade. Em relação à cor ou raça, os maiores índices

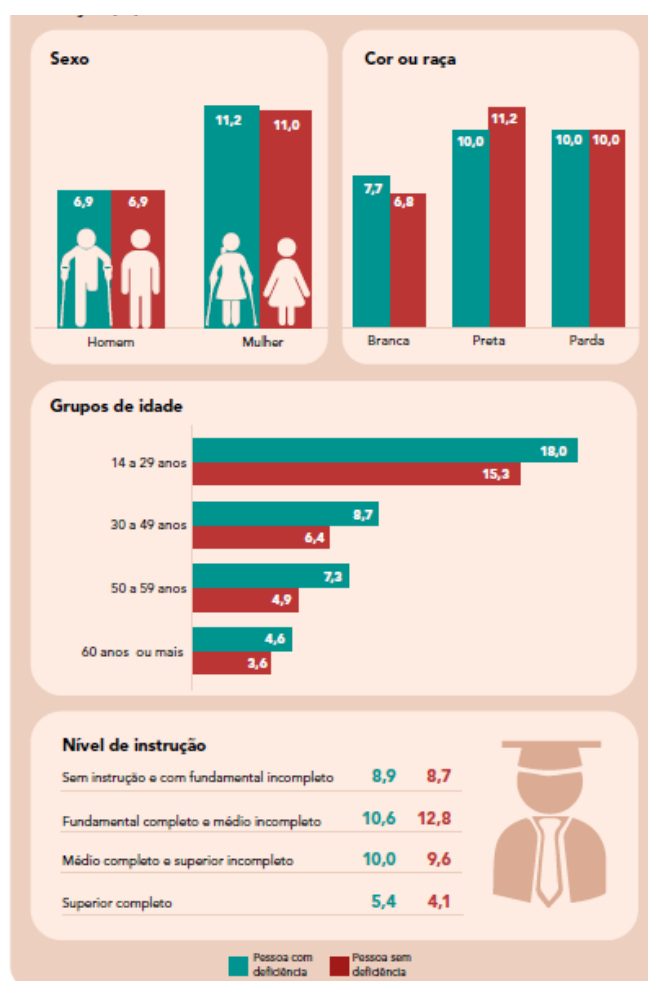
¹⁵ São consideradas ocupações informais as pessoas como “empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico – sem carteira de trabalho assinada”, “trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada”, “empregador sem CNPJ”, “conta própria sem CNPJ” e “trabalhador familiar auxiliar” no trabalho principal (PNAD, 2022, p. 11).

foram registrados entre as pessoas pardas e pretas. Assim como ocorre com as pessoas sem deficiência, a maior taxa de informalidade foi observada nas faixas etárias de 14 a 29 anos e 60 anos ou mais. Além disso, o maior percentual de informalidade foi identificado entre aqueles que não possuem instrução ou o têm fundamental incompleto.

Portanto, embora as pessoas com deficiência ingressem no mercado de trabalho, muitas acabam sendo submetidas a regimes de trabalho na informalidade.

Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios de 2022, a taxa de desocupação entre as pessoas com deficiência foi de 9,1%. Os índices mais elevados foram observados entre as mulheres com deficiência, pessoas de cor ou raça preta, nas faixas etárias de 14 a 29 anos e de 30 a 49 anos, e entre aqueles com nível de instrução correspondente ao ensino fundamental completo e médio incompleto.

Gráfico 11 - Taxa de desocupação das pessoas com deficiência – 2022



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022.

Os dados fornecidos pelas pesquisas evidenciam um cenário de desigualdade em todos os indicadores do trabalho, especialmente quando se referem às pessoas com deficiência. Esses processos desiguais tornam-se ainda mais evidentes quando comparadas às pessoas sem deficiência. Dentro desse grupo, forma-se um subgrupo ainda mais vulnerável, composto por pessoas com múltiplas deficiências ou com deficiência intelectual. Nesse caso, a deficiência é mais evidente, o que dificulta a sua ocultação e pode intensificar os processos de exclusão e precarização no mundo do trabalho.

Com essa constatação, um interesse de pesquisa começa a se delinear, e assim, lanço um novo questionamento: por que o grupo das pessoas com deficiência intelectual é o mais desigual no grupo das deficiências em relação ao mundo do trabalho?

No próximo capítulo, pretendo discutir a configuração histórica do trabalho, partindo da compreensão desse como condição humana fundamental até sua transformação em elemento constitutivo dos sujeitos atuais. Para essa análise, recorro a autores como Antunes (2009, 2018), Sanson (2010), Arendt (2019) e Standing (2014). A partir dessa contextualização histórica, busco explorar os elementos que o permeiam o mundo do trabalho, tais como o precariado, as desigualdades múltiplas e a precarização do trabalho, frente a construção da subjetividade do trabalhador com deficiência.

3 O TRABALHO EM SUAS MÚLTIPLAS TRANSFORMAÇÕES

Este capítulo apresenta a contextualização histórica e sociológica necessária para categorizar o trabalho, com base nos estudos realizados por pesquisadores como Arendt (2019), Antunes (2006; 2018), Standing (2014) e Sanson (2010). São exploradas suas contribuições sobre as mudanças no trabalho e seus impactos sociais, que compõe o conceito de trabalho.

No subcapítulo 3.1, intitulado “O trabalho como condição humana”, realizo um panorama histórico desde a Antiguidade até a constituição de trabalho associado às questões religiosas e sua valorização neste contexto.

No subcapítulo 3.2, “A força de trabalho ideal: A Revolução Industrial e as transformações do trabalho” analiso a transformação do trabalho, desde o modelo artesanal até as mudanças decorrentes da Revolução industrial, que elevaram o trabalho um caráter mercantil.

No subcapítulo 3.3, “flexibilizações no mundo do trabalho”, discuto como o avanço de modelos neoliberais alterou novamente o percurso e o sentido do trabalho, inaugurando uma era de precarização.

Por fim, no subcapítulo 3.4, “o Mundo do trabalho e as desigualdades”, discorro sobre emergência de uma nova classe social vinculada às desigualdades múltiplas (Dubet, 2020) vinculadas ao processo de precarização e (in)visibilização no trabalho.

3.1 Trabalho como condição humana

Conceituar o trabalho nos tempos atuais envolve percorrer as dimensões sociais, culturais, e históricas que ele representa para cada sujeito, reconhecendo suas múltiplas facetas. Porém, é também essencial a transformação das categorias econômicas século XXI, como a precarização do trabalho e a informalidade, afetaram profundamente as condições de trabalho e os direitos dos trabalhadores.

Gostaria de iniciar essa conceituação, através de Arendt (2016), para ela o trabalho é como uma condição da vida humana.

o trabalho é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e resultante declínio estão ligados às necessidades vitais produzidas e fornecidas ao processo vital pelo trabalho. A condição humana do trabalho é a própria vida (Arendt, 2016, p.9).

Para a autora, tudo o que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à ação humana, que é central para a condição humana. A ação está intimamente ligada à existência humana, a natalidade e a mortalidade, pois é através delas que o mundo continua se renovando. Já o trabalho e a obra, desempenham papéis distintos na preservação da vida: o trabalho está ligado a satisfação das necessidades materiais e a reprodução da vida humana, enquanto a obra está ligada a produção do mundo durável e legados humanos. Sem a ação humana, o trabalho e a obra, a vida social e a política existiriam de outra forma. Conforme Antunes (1999), os indivíduos necessitam exercer funções primárias de mediação, interagindo com a natureza, dado a singularidade humana expressa por meio do trabalho.

Porém, o trabalho só torna central na vida das pessoas com o advento da sociedade industrial. Na sociedade Antiga, o trabalho era pouco valorizado, não estava no centro das relações sociais, não garantia reconhecimento social e era visto como predestinação (Sanson, 2009). É somente na sociedade industrial que ganha o caráter ontológico, ou seja, “a glorificação teórica do trabalho, e resultou na transformação efetiva de toda a sociedade em uma sociedade operária” (Arendt, 1981, p.13).

O trabalho começa a ganhar status de valorização com a visão judaico-cristã e com a Reforma Protestante. Santo Agostinho e Tomás de Aquino realizaram uma releitura teológica do Gênesis, sobre a miséria humana advinda do trabalho, não sendo o resultado da maldição divina e pecado original, mas como um exercício para louvar a Deus. Diferentemente de como foi concebido na Grécia Antiga e na Idade Média, em que eram pouco valorizados, não estavam no centro das relações sociais e não conduziam a práxis da transformação social.

Martinho Lutero, ao traduzir para o alemão o Novo Testamento (1522), incluiu a palavra “*beruf*” que remete ao sentido de vocação, ampliando a visão para o trabalho para algo mais espiritual e significativo (Sanson, 2009). No entanto, foi com João Calvino que o trabalho assumiu um lugar de valorização. Em sua visão, o trabalho é um sinal da graça de Deus, que liberta o homem do sofrimento. Ele passa a ser visto como um dever moral e um caminho para a realização pessoal e espiritual. Para Calvino “não trabalhar significa não prestar homenagem a Deus. Somente razões

imperativas como a doença podem impedir alguém de trabalhar, mas optar por não trabalhar ou não fazer de tudo para encontrar um trabalho, é moralmente condenável” (Sanson, 2009, p. 30). A ética protestante deu início ao espírito capitalista, foi através da concepção de trabalho que libertou os homens para a aquisição de bens e acumulação de capital.

Conforme Sanson (2009), o sentido do trabalho foi se alterando e constituindo distintas subjetividades:

Passa-se de uma subjetividade resignada (trabalho-redenção), própria dos primórdios da sociedade religiosa do medievo para uma subjetividade afirmativa (trabalho-glorificação), até uma subjetividade da emancipação (trabalho-liberação) conquistada na ante-sala da ascensão do liberalismo (p. 64).

Essas mudanças, ocorrem a partir da construção social própria de cada contexto histórico, inserido nas diferentes realidades vivenciadas ao longo da história, desde a antiguidade grega até a Idade Média. Trata-se de um processo lento e não perceptível de forma cronológica linear.

Com a ascensão da modernidade e o advento da ciência, a vida passa por uma ruptura em relação aos princípios religiosos, marcando uma contestação da visão do mundo fundamentada na revelação divina. Uma das bases teóricas dessa transformação é o cartesianismo, que surgiu a partir do pensamento filosófico de René Descartes (1596-1650) nos séculos XVII e XVIII. Essa filosofia, pioneira na modernidade, contribuiu para a construção de uma antropologia racionalista. Descartes instituiu a dúvida como método, afirmando que só se pode falar daquilo que possa ser provado. Assim, o indivíduo passa a agir pela razão, “o racionalismo cartesiano também está imbricado à revolução científica da época, uma revolução que encontrará em autores, como Copérnico e Newton, fundamentos ainda mais fortes para contestar a tutela religioso-eclesiástica” (Sanson, 2009, p.36). Então, constituiu-se uma visão de mundo pautada pela razão e pela ciência.

No século XVIII, surge uma doutrina econômica, social e política na Europa, que tem por objetivo promover maior liberdade e prosperidade da sociedade. Seus defensores lutavam para abolir os monopólios e as políticas protecionistas características do mercantilismo. Argumentavam que o mercado tinha a capacidade de autorregulação e, portanto, não necessitava da intervenção do Estado na economia. Essa doutrina, chamada de liberalismo, ganhou contornos mais definidos

com a publicação da obra “A riqueza das nações” (1776), do economista Adam Smith. Em seu trabalho, Smith atribuiu ao trabalho o papel de maior fonte de riqueza das nações. Ele destacou a divisão do trabalho como essencial para o aumento da produção e a expansão do mercado. Segundo Smith, a divisão do trabalho permitiria que cada trabalhador se especializasse em uma única atividade, elevando sua destreza e habilidade.

Com isso, o trabalho foi desvinculado de outras atividades da vida cotidiana e submetido às leis do mercado, consolidando a ideia que a eficiência econômica dependia da especialização e da liberdade de mercado. Portanto, o liberalismo é o marco inicial do processo que culminou na Revolução Industrial, ao fornecer as bases econômicas e ideológicas para as transformações ocorridas neste período. Até este ponto, observa-se a constituição de uma noção de trabalho atrelada às questões religiosas, em que o trabalho era considerado indigno para o ser humano. No entanto, transformações ocorridas na própria religião fizeram emergir a ideia do trabalho como oportunidade de glorificação e valorização pessoal. Nesse contexto, não trabalhar passou a ser associado a pessoas preguiçosas desinteressadas em sua evolução. O trabalho tornou-se parte essencial da construção da vida, contribuindo para a edificação do ser humano.

Entretanto, foi apenas com o advento da modernidade e do Liberalismo que o trabalho assumiu vertentes econômicas. Trabalhar tornou-se uma necessidade para obter renda e alcançar a dignidade social. Podemos afirmar que é nesse momento que surgem as primeiras noções das categorias de emprego e empregador.

No Brasil, o trabalho estava profundamente ligado à estrutura escravocrata, à dominação colonial portuguesa e à economia voltada para a exportação. A base da economia era o trabalho escravo, compulsório - se é que podemos chamá-lo de “trabalho”, especialmente nos engenhos de açúcar, cuja produção era o principal produto de exportação do período.

Também existiam os trabalhadores livres, como os homens livres de cor, pequenos lavradores, artesãos e tropeiros. No entanto, não havia a noção de trabalho assalariado como se consolidava na Europa. O trabalho livre era, em geral, mal remunerado, informal e subordinado às elites coloniais, refletindo a forte desigualdade social e econômica da época.

Se analisarmos a relação entre trabalho e deficiência ao longo da história, percebemos que, em determinados períodos, as pessoas com deficiência foram excluídas das relações sociais e viviam isoladas da sociedade. Sendo vistas como incapazes de contribuir para a vida produtiva. À medida que o trabalho passou a ser progressivamente valorizado, especialmente com a visão cristã de valorização, aqueles que não trabalhavam começaram a ser marginalizados, incluindo as pessoas com deficiência, que passaram a ser vistas como incapazes de cumprir um papel esperado dentro da ordem social.

Esse contexto, faz emergir a construção de uma subjetividade diferenciada para os indivíduos com deficiência, a afirmação da incapacidade, os “não trabalhadores”, ou seja, indivíduos que não conseguiram se inserir na crescente valorização do labor. Essa lógica se aprofunda nos séculos seguintes, com a centralização do trabalho na definição do lugar do indivíduo na sociedade.

3.2 A força de trabalho ideal: A revolução Industrial e as transformações do mundo do trabalho

Possui um sentido mais amplo do que “emprego” – uma diferença que existe apenas em sociedades industriais capitalistas. Enquanto o emprego é remunerado, o trabalho pode ou não ser (Kesküla, 2022, p.437).

No século XVII, ocorre um processo transformador na concepção e organização do trabalho. A economia, até então baseada na agricultura e na produção artesanal, começa a ceder espaço para um modelo dominado pela indústria e manufatura mecânica. Essa transição marca o início de uma mudança estrutural que culminaria na Revolução Industrial.

A transformação do trabalho passa por um longo período histórico, tendo sua origem na apropriação do modo de produção artesanal, para o trabalho manufatureiro até se consolidar na indústria. Inicialmente, o capitalismo adapta-se ao modo artesanal de produção, que consistia em associações de pessoas que exerciam o mesmo ofício e uniam-se na garantia de vantagens e segurança.

Conforme Sanson (2009) “Aqui, é o capital que está dependente da tecnologia utilizada no processo de trabalho, porém, a evolução das forças produtivas transforma o trabalho artesanal em trabalho manufatura (p. 38). A produção artesanal começa a tornar-se manufatureira quando trabalhadores de diferentes ofícios, cada um

desempenhando uma função específica para a produção de um produto são reunidos numa oficina sob o comando de uma única pessoa. Esse processo resulta na fragmentação do trabalho artesanal.

Com essa fragmentação, o trabalhador perde a autonomia sobre o conjunto do processo produtivo. O trabalho passa a ser caracterizado pela especialização, fragmentação e repetitividade, o que transforma a experiência do trabalhador e sua relação com a produção. Para Sanson (2009), a manufatura provoca modificações significativas na subjetividade do trabalhador, pois se apropria de seu saber-fazer e do controle sobre o trabalho que realiza. Porém, é com a introdução a maquinaria que o trabalhador ficará totalmente submetido ao capital.

Para ingresso no trabalho é imprescindível apresentar especialização em alguma etapa do processo produtivo, é ela que vai garantir a permanência do trabalhador, pois, o capital necessita do saber-fazer do trabalhador.

Com o advento das inovações tecnológicas no século XVIII na Inglaterra, como o surgimento da máquina a vapor, a criação de máquinas de mecanização e a aplicação de descobertas científicas aos processos produtivos e tecnológicos. Esse momento histórico amplamente conhecido como Revolução Industrial, representou uma mudança paradigmática que impactou profundamente as relações sociais, econômicas e trabalhistas. A educação foi fortemente impactada, conforme Laval (2019), nesse período, a escola iniciou os laços mais ou menos diretos com o mundo do trabalho, sua razão primeira não era a formação de mão de obra, “e sim construção de burocracias políticas e religiosas, o que implicava estender a cultura escrita a ministrantes diretos, (...) será cada vez mais incentivado e orientado, a partir dos primórdios da Revolução Industrial, pela demanda da indústria e da administração pública no que diz respeito à qualificação” (Laval, 2019, p. 38).

No eixo dessas mudanças, a urbanização, impulsionada pelo crescente número de fábricas nas cidades e pela ampliação da oferta de empregos. Esse cenário provocou um significativo êxodo rural. Surge, então, uma nova classe trabalhadora, ainda mais subordinada ao capital, que passa a vender sua força de trabalho para as indústrias. Consequentemente, o trabalhador torna-se cada vez mais distante do produto final de seu trabalho, exerce pouca autonomia no processo produtivo. O processo produtivo agora é prescrito não sendo necessário nenhuma contribuição do

trabalhador, pois são as máquinas que agora dominam o conhecimento e determinam todo o processo. Conforme Sanson (2009),

A maquinaria volta-se contra o próprio trabalhador, contra a sua autonomia, a sua capacidade de criação, de reconhecimento naquilo que faz. Há uma cisão do todo corpóreo do trabalho, o seu valor fica reduzido à venda de energia física, e a capacidade de raciocínio do trabalhador é dispensada. Há uma fragmentação, um fracionamento do trabalhador, que o reduzem quanto pessoa e o direciona à dominação e à exploração maiores (p. 48).

O autor discute as consequências das máquinas no processo produtivo do trabalhador, que deixa de ser o produtor para se tornar uma ferramenta do trabalho. Esse processo foi ancorado pelo Taylorismo e o Fordismo. O Taylorismo surgiu no século XIX nos Estados Unidos, sendo um modelo de gestão com o objeto de aumentar a produtividade industrial, por meio da divisão de tarefas e da especialização dos trabalhadores. “Trata-se de uma racionalização do processo do trabalho centrado em atividades repetitivas, simplificadoras, com ritmos extenuantes e rígida vigilância” (Sanson, 2009, p. 57).

Pouco tempo depois, surgiu o Fordismo, desenvolvido por Henry Ford, dono de uma indústria automobilística. O Fordismo é um método de organização da produção complementar ao Taylorismo. O método consistia em um gerenciamento tecnoburocrático da mão de obra, que tinha como objetivos a intensificação da produção, a economicidade, a redução ao mínimo do volume de estoque da matéria-prima e a produtividade do trabalhador na produção em períodos pré-estabelecidos, por meio da especialização e linha de montagem (Sanson, 2009). Essa linha de montagem foi precursora no processo de produção em massa, pois, por meio da máquina, era possível produzir grandes quantidades de produtos, permitindo economias de escala, reduzindo os custos e, conseqüentemente, ampliando o mercado. Henry Ford incluía os trabalhadores no consumo em massa, associando, assim, produção, renda e consumo. Conforme Sanson (2009),

Na sociedade fordista, o trabalho passa a ocupar definitivamente o lugar central na vida das pessoas. É o trabalho que identifica, determina, distingue, classifica e marca de modo decisivo as relações sociais. Se no mundo fabril do início da Revolução Industrial, o trabalho era visto como condição indispensável para a sobrevivência, com o fordismo ele é mais do que sobrevivência, é sobretudo identidade, compreendida como o conjunto de valores, partilha de interesses comuns, modos de agir e pensar de um grupo social ou de determinada sociedade (p. 63).

Porém, ao mesmo tempo que constitui uma identidade de trabalhador. Há mudanças nessa subjetividade que o transforma em um animal *laborans* (Arendt, 2019). Para Arendt, o homem perdeu sua criatividade na relação com o trabalho. O *Homo faber*, como ela o intitula, é aquele que transforma a natureza e constrói o mundo por meio do trabalho, produzindo produtos duráveis e úteis. Esse tipo de trabalhador usa sua criatividade na produção. Porém, com o advento da Revolução Industrial, segundo Arendt (2016), o *Homo faber* foi progressivamente substituído pelo *animal laborans*. Este é o trabalhador cujo seu principal objetivo é atender às suas necessidades biológicas e garantir sua existência física, realizando atividades cíclicas, repetitivas e transitórias.

Essa transição ocorre como consequência do desejo crescente de consumo e da produção de bens efêmeros, que são rapidamente consumidos e descartados, perpetuando o ciclo do trabalho, produção e consumo. O *animal laborans* não se preocupa em deixar um legado ou em encontrar significado em suas produções. Está preso a esse ciclo de consumo, ele acaba desumanizado, tendo sua existência reduzida à mera sobrevivência e seu trabalho restrito à produção de bens transitórios.

Desse modo, desaparece o significado do trabalho como criação significativa. O *animal laborans* torna-se um escravo de suas necessidades, alienado tanto do produto quanto do processo produtivo e de si mesmo. Ele perde sua liberdade criativa, ele é individualizado, é uma mercadoria que se troca no mercado, “o capitalista compra a força de trabalho e dela se apropria” (Sanson, 2009, p. 66).

A experiência do trabalho é transformada em uma atividade repetitiva e subordinada às demandas do capital e das máquinas. O sentido de trabalhar passa a ser determinado pelo desejo do consumo e pela satisfação das necessidades básicas. Os primeiros indícios do trabalho como experiência mercantil, os trabalhadores já não mais o vivenciam como na artesanaria, dedicam o seu tempo a produção de um produto. Agora destinam o seu tempo, a produção em massa.

No Brasil, após a abolição da escravidão e a Proclamação da República em 1889, o país passou por transformações sociais e econômicas. Se estabelece o modelo de República Oligárquica. A economia agrária continuava nas mãos da elite e a exploração do trabalho passou a ser exercida com os imigrantes. A urbanização começou a ganhar força com a industrialização, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde surgiam pequenas fábricas de tecidos, alimentos e calçados, o

que passou a exigir mão de obra assalariada. Formou-se, assim, uma classe operária urbana composta por ex-escravizados e imigrantes. As condições de trabalho eram precárias, com longas jornadas que ultrapassavam 12 horas diárias, ambientes insalubres, ausência de leis trabalhistas e de proteção social. Mulheres e crianças também eram largamente exploradas no ambiente fabril.

É somente na Era Vargas (1930-1945) que o Brasil ganha uma legislação trabalhista estruturada, com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), do Ministério do Trabalho e da Carteira de trabalho. O trabalho passa a ser valorizado e integrado ao projeto nacional-desenvolvimentista. O governo torna-se mediador entre o capital e trabalho, promovendo a centralização da organização sindical e incorporando os trabalhadores ao projeto de modernização do país. A CLT garantiu uma série de direitos inéditos para a época, como a jornada de 8 horas diárias, salário mínimo, férias remuneradas, descanso semanal, regulamentação do trabalho feminino e infantil, além do direito à aposentadoria. Assim como na Europa durante a Revolução Industrial, o trabalho urbano passa a ser valorizado e vinculado à cidadania. Porém, os trabalhadores rurais não tiveram acesso às mesmas garantias trabalhistas, o que ampliou as desigualdades entre o campo e a cidade.

No período pós-guerra, entre 1945 e 1985, o Brasil passou por um processo de urbanização e crescimento industrial acelerado, o que gerou profundas transformações econômicas, políticas e sociais. Foi um período de redemocratização que permitiu a maior participação política dos trabalhadores, fortalecimento dos sindicatos e avanços nos direitos sociais. No entanto, mesmo com a industrialização e urbanização em ritmo acelerado, as condições trabalhistas não acompanhavam essa nova realidade: os salários ficaram estagnados, a informalidade aumentou e os direitos trabalhistas foram reprimidos. Os sindicatos passaram a ser controlado pelo Estado, e as greves foram proibidas. No final da década de 1970, surgiram novos movimentos sindicais autônomos, que contribuíram para a criação da Central única dos Trabalhadores (CUT), a qual teve um papel importante no processo de redemocratização do país.

Paralelamente a esse cenário de transformações no mundo do trabalho, a década de 1950 também marca o início das iniciativas voltadas à formação profissional de pessoas com deficiência intelectual no Brasil. Na ausência de políticas públicas estruturadas, esse atendimento era predominantemente oferecida por

instituições privadas de caráter filantrópico e assistencial, devido à ausência de políticas públicas estruturadas para esse público. Essas instituições, tinham como foco a inserção no mundo do trabalho por meio de oficinas protegidas, onde os alunos eram treinados para atividades laborais simples. O ensino baseado em atividades repetitivas, transitórias e cíclicas, reafirmava a visão produtivista da pessoa com deficiência intelectual (Silva, 2000). Seguindo o modelo da Revolução Industrial, que priorizava a padronização, a mecanização e fragmentação das atividades, essa abordagem, tinha o objetivo de promover a adaptação ao mercado. No entanto, conforme Sebastiany (1997), esse modelo não proporcionava uma verdadeira inclusão, mas sim a formação de trabalhadores com características de obediência, disciplina e higiene, sustentando a promessa de aceitação e reconhecimento social. Para a autora, a educação oferecida a esse público assumia um caráter moralizador, que reforçava a inércia e a passividade, dificultando o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos. Mesmo com todo esse modelo de ensino, o mesmo não atendia as demandas do mundo do trabalho. Silva (2000) sugere que as instituições deveriam incorporar elementos de cooperativismo, capaz de promover uma verdadeira inclusão produtiva e social.

Portanto, é importante destacar que vai constituindo um perfil de trabalhador com deficiência intelectual, cuja lógica, até os dias atuais, envolve a necessidade de o próprio trabalhador inserir-se no mundo do trabalho, adaptando-se às exigências de mercado, mesmo que isso implique em ocultar sua deficiência. Butler (2018) denomina essa ocultação como uma normatividade performativa, ou seja, quando os indivíduos “performam” certos papéis e identidades de acordo com as expectativas sociais. Não se trata de uma livre escolha dos indivíduos, mas de uma série de práticas que submetem o corpo e a identidade a um regime de coerência esperado pelas normas sociais, mantendo a ilusão de uma identidade estável e homogênea.

Trata-se da emergência de uma característica que persiste até os dias de hoje. A Revolução Industrial consolidou uma ideia de trabalhador produtivo “normal”, aquele capaz de operar máquinas por longas jornadas, com precisão e repetição. Foi no século XVIII, que segundo Foucault (1975), surgiu um tipo de poder que incide sobre a população, com dois mecanismos articulados: um disciplinar e outro regulamentador. A medicina, passa a assumir esse poder, por meio do controle dos corpos. Foucault analisa a medicalização como parte do biopoder, ou seja, o controle

dos corpos por meio do discurso médico. Segundo Foucault (2010) “é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos, e que vai, portanto, ter efeitos disciplinas e efeitos regulamentadores” (Foucault, 2010, p. 212). A medicina tornou-se uma ferramenta de normatização, categorizando os corpos a serem corrigidos, institucionalizados ou excluídos.

No contexto da revolução industrial, pessoas consideradas incapazes de contribuir com sua eficiência e produtividade, eram frequentemente excluídas do trabalho, e, portanto, tratadas como objetos de caridade e não como sujeitos de direitos. O corpo era visto como algo a ser corrigido e medicalizado. Assim, a necessidade de ocultar a deficiência surge deste contexto como uma estratégia de driblar essa lógica excludente.

3.3 Flexibilizações no mundo do trabalho

Após longo período de sucesso do fordismo na acumulação do capital no início da década 1970 começaram a surgir indícios de crise. Conforme Antunes (2009), os sinais mais evidentes foram: a queda da taxa de lucro, provocada pelas lutas sociais dos anos 60 pelo aumento da remuneração salarial da força de trabalho e o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista, evidenciado pela retração do consumo em resposta ao desemprego estrutural que começava a se instalar.

Os ganhos financeiros passaram a ser usados para obter lucro na bolsa de valores e em investimentos, em vez de serem investidos nas fábricas ou na produção de bens. A tendência das empresas em buscar estratégias para se manterem competitivas e lucrativas levou à principal estratégia de fusão e aquisição de empresas, criando grandes corporações monopolistas ou oligopolistas, ou seja, empresas que dominavam sozinhas um mercado ou poucas empresas controlavam a maior parte dele.

A crise do “Estado de bem-estar social” resultou na retração dos gastos públicos, com a redução ou privatização dos serviços sociais. Isso levou ao aumento das desigualdades e à exclusão social. Por fim, houve um crescimento das privatizações e a transferência dos serviços públicos para a iniciativa privada. A desregulamentação, permitiu que as empresas operassem com menos interferência do governo, acreditando-se que isso aumentaria a competitividade e a eficiência do

mercado. Para isso, a flexibilização da rigidez das linhas de montagem, a redução de barreiras e regulamentações para comércio entre países e, na força de trabalho, a adoção de contrato temporários, terceirizações e jornadas de trabalho mais flexíveis.

A crise fez surgir uma nova reorganização do capital, do sistema ideológico e político de dominação, é a implementação do neoliberalismo, a privatização do estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a redução e privatização das empresas estatais.

Em resposta a essa crise, surgiu o modelo Toyotista no Japão, na fábrica da Toyota, como uma nova reorganização das relações de produção e a flexibilização do trabalho. Seu objetivo principal era reduzir desperdícios e produzir sob demanda, atendendo às necessidades do consumidor. Suas características principais são a flexibilidade, eficiência e redução de desperdícios no processo produtivo. Conforme Antunes (2009, p. 54):

Ele se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas etc.

A introdução das inovações tecnológicas no processo produtivo, segundo Sanson (2009), representa uma revolução de caráter transformador, uma vez que o conhecimento passa a ser utilizado para gerar mais conhecimento. Nesse contexto, ocorre uma valorização do trabalho baseada na capacidade do trabalhador de interagir com as máquinas, marcando a emergência da economia e do trabalho imaterial. Por outro lado, Antunes (2009), argumenta que o capitalismo se apropria do conhecimento do trabalhador por meio do próprio trabalho com as máquinas, como ocorre na integração do trabalhador em processos de avaliação e o controle de qualidade.

Entre as diferenças em relação ao fordismo, destaca-se, no modelo toyotista, o trabalho operário em equipe, no qual os trabalhadores assumem uma variedade de funções, promovendo maior flexibilidade no processo produtivo. O modelo também favorece a produção de uma maior variedade de produtos e busca aproveitar ao máximo o tempo no processo de produção. No entanto, Antunes (2009), aponta que

o Toyotismo intensifica a exploração do trabalho, pois as indústrias exigem menos mão de obra, mas demandam maior produtividade dos trabalhadores.

Nessa dualidade de perspectivas, Sanson (2009) defende que o valor do trabalhador reside em habilidades como criatividade, polivalência, engajamento, disponibilidade e iniciativa, características centrais nesse modelo produtivo. Contudo, Antunes (2009) alerta para as consequências dessas exigências de habilidades, destacando os princípios e estratégias do Toyotismo como intensificadores da exploração do trabalho. Ambas as visões são importantes para compreender esse cenário, mas é necessário reconhecer que os impactos e benefícios desse modelo produtivo não são uniformemente distribuídos.

Há uma parcela da população que acessa os benefícios do Toyotismo, enquanto outra enfrenta suas consequências, especialmente aqueles que não se encaixam no perfil ideal de trabalhador exigido pelo sistema. Mesmo os trabalhadores que atendem a esse perfil, podem sofrer com as demandas exacerbadas do modelo, particularmente nos países ocidentais, onde os direitos trabalhistas não seguem o mesmo padrão de seguridade observado no Japão. Nesses contextos, há uma mescla entre os elementos presentes no modelo japonês e as características específicas dos países que adotam o Toyotismo.

Portanto, a experiência do trabalho ganha diferentes nuances, porém o que se tem em comum é que agora “o trabalho subsume toda a pessoa, invade todo o seu ser, não é mais exterior, mas foi interiorizado, é constitutivo ao operário. O tempo do não trabalho confunde-se ao tempo do trabalho, ocorrendo uma mudança na relação do sujeito com a produção e o seu próprio tempo” (Sanson, 2009, p. 104).

Após a consolidação do modelo toyotista, o cenário mundial foi moldado para uma mudança ainda mais ampla, o avanço do neoliberalismo. Que se consolidou nas décadas de 1970 e 1980, com os governos de Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos. Este foi impulsionado pelas crises econômicas e o declínio do modelo de bem-estar social.

No pós-segunda Guerra Mundial, duas crises marcantes contribuíram para a ascensão o neoliberalismo. Nesse período, predominava o modelo político e econômico Keynesiano, que defendia o papel ativo do Estado na economia para reduzir o desemprego, promover o crescimento econômico e estimular a produção total de bens e serviços de todos os agentes da economia.

Essa hegemonia foi abalada pelas duas crises do petróleo, de 1973 e 1979. A primeira ocorreu após a Guerra do Yom Kippur, quando os países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo estabeleceram um embargo aos países que apoiaram Israel. A segunda crise resultou da Revolução Iraniana, que interrompeu a produção e exportação de petróleo do Irã. Em ambas as ocasiões, o preço do petróleo subiu rapidamente, gerando inflação global, crises econômicas nos países dependentes de petróleo e crescimento econômico lento. O modelo keynesiano, foi incapaz de oferecer soluções eficazes, levou ao aumento das contas públicas e uso excessivo de estímulos fiscais.

O Reino Unido foi duramente afetado por essas crises. Para enfrentar a situação, Margaret Thatcher adotou o modelo neoliberal. Entre suas principais medidas destacaram-se a privatização de empresas estatais nos setores de gás, eletricidade, água e telecomunicações. Ela também fez cortes nos gastos públicos nos serviços sociais e de habitação, criou o imposto comunitário que era aplicado independente da classe social, enfrentou os sindicatos, reduzindo seu poder por meio de reformas trabalhistas e transformou a Bolsa de Valores de Londres em um mercado mais aberto e competitivo.

Nos estados Unidos, Ronald Reagan presidente em exercício de 1981 a 1989, também implementou os princípios políticos de Thatcher. Suas políticas incluíram a promoção de mercados livres, a redução de impostos e a diminuição do papel do governo na economia.

Esses dois países consolidaram-se como potências no cenário global, influenciados pela globalização e pelas instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, além do colapso do bloco socialista, servindo de modelo para outras nações. A difusão cultural e acadêmica do neoliberalismo também desempenhou um papel significativo na propagação dessas políticas em diversos países ao redor do mundo.

Conforme Dardot e Laval (2016), o Estado passa a assumir uma nova configuração, caracterizada pela *mercadorização* da instituição pública. Nesse modelo, o Estado ao mais gera direitos e serviços sociais, mas se organiza segundo a lógica empresarial. Ele se torna mais estratégico do que um gerador de direitos, delegando funções essenciais ao setor privado e deliberando a capacidade de construir normas de autorregulação em detrimento da legislação.

No Brasil, o neoliberalismo se consolida a partir da década de 1990, durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e, com maior intensidade, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Empresas como a Telebras, a Vale do Rio Doce e a Embraer foram vendidas à iniciativa privada como forma de reduzir os gastos do Estado e atrair investimentos estrangeiros. Nesse contexto, a Reforma do Estado teve como objetivo substituir o modelo burocrático pelo modelo gerencial, buscando maior eficiência por meio do estímulo às organizações sociais e das parcerias públicos-privadas. Como parte desse processo de “modernização”, as relações de trabalho também passaram por uma flexibilização, com a introdução de formas contratuais mais frágeis e com menos garantias aos trabalhadores.

Nas décadas seguintes, essas diretrizes neoliberais foram aprofundadas, e um marco importante desse processo foi a Reforma Trabalhista de 2017, que representou um dos maiores desmontes dos direitos trabalhistas desde a criação da CLT. A reforma flexibilizou ainda mais as relações de trabalho, permitindo modalidades como o contrato de intermitente, além de fragilizar as negociações entre empregador e trabalhador e enfraquecimento da atuação dos sindicatos. Nesse cenário, o trabalho deixa de ser uma via de inclusão cidadã e passa a se tornar cada vez mais vulnerável, marcado pela informalidade, pela precarização e pela insegurança.

Diante desse novo panorama, diversos estudiosos passaram a refletir sobre os impactos do neoliberalismo nas relações de trabalho. Entre eles, Standing (2014) argumenta que as políticas neoliberais transformaram o mundo do trabalho, tornando-o mais aberto e flexível. Dardot e Laval (2016), definem que o neoliberalismo tem por objetivo “(...) criar situações de concorrência que supostamente privilegiam os mais “aptos” e os mais fortes e adaptar os indivíduos à competição, considerada fonte de todos os benefícios” (p.288). Desse modo, um novo sujeito emerge: “sujeito empresarial”. Esse sujeito é caracterizado pelo envolvimento total de si em sua atividade profissional, ou seja, ele deve engajar-se plenamente e entregar-se por completo ao seu trabalho. Para isso, é essencial que o sujeito internalize o desejo pelo sucesso individual e se torne um empreendedor de si mesmo, sempre buscando maximizar seu desempenho e sucesso no mundo do trabalho, guiado pela lógica da competitividade neoliberal.

O neoliberalismo constrói, por meio de práticas, políticas e discursos, o desejo pelo sucesso pessoal, fabricando uma subjetividade empreendedora. A competição é

naturalizada e a produtividade e a eficiência são constantemente valorizadas. O sujeito passa a gerenciar sua vida como uma empresa, que precisa lucrar e crescer constantemente para ser valorizada.

Dardot e Laval (2016), definem esse sujeito da seguinte forma:

Trata-se do indivíduo competente e competitivo, que procura maximizar seu capital humano em todos os campos, que não procura apenas projetar-se no futuro e calcular ganhos e custos como o velho homem econômico, mas que procura sobretudo trabalhar a si mesmo com o intuito de transformar-se continuamente, aprimorar-se, tornar-se sempre mais eficaz. O que distingue esse sujeito é o próprio processo de aprimoramento que ele realiza sobre si mesmo, levando-o a melhorar incessantemente seus resultados e seus desempenhos (p.333).

Essa ética empresarial transforma o trabalho no caminho para a realização pessoal. O trabalho gera a “autonomia” e “liberdade” para que o sujeito prove o seu valor. No entanto, o sujeito deve desenvolver “estratégias de vida” desde muito jovem, buscando constantemente construir seu capital humano, ou seja, uma forma de agir e se posicionar estrategicamente no mercado.

Segundo Dalmina (2020) esse homem é definido como o *homo economicus aptus*, um trabalhador que se adapta às necessidades e condições impostas a ele. Isso pode envolver até mesmo a ruptura com os direitos trabalhistas e proteções sociais, uma vez que o Estado tem atuado cada vez menos no sentido de garantir apoio, por meio de políticas de desregulamentação e redução das redes de proteção social. Assim, os trabalhadores tornam-se responsáveis individualmente por seu sucesso e fracasso. Esse processo leva o sujeito a internalizar a lógica de mercado e se ver como alguém capaz de se ajustar constantemente a ela, o que resulta em desgaste psicológico e físico.

Nesse mesmo contexto, a lógica da concorrência – tanto consigo mesmo quanto com os outros, impõe uma pressão constante de adaptação e formação para os trabalhadores, sem garantir, estabilidade ou a preservação de garantia de direitos coletivos. Como consequência, a solidariedade coletiva é enfraquecida, e os trabalhadores deixam de se mobilizar coletivamente pela defesa e garantia de seus direitos trabalhistas.

Como consequência direta das transformações no mundo do trabalho impulsionadas pelo neoliberalismo, surge uma nova classe social: o precariado. Caracterizado pela instabilidade e insegurança, pois enfrentam empregos

temporários, baixos salários, ausência de benefícios e direitos trabalhistas, além de viver em constante vulnerabilidade econômica e social. Para Antunes (2009), a noção de classe trabalhadora também inclui o proletariado precarizado, subcontratados, terceirizados, os trabalhadores da “economia informal”, os trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo.

Com essa ampla combinação de efeitos da flexibilização do capital sobre os trabalhadores, o trabalho passa a gerar experiências distintas para cada sujeito. É impossível afirmar que todos vivenciam o trabalho da mesma forma, mesmo quando pertencem à mesma categoria, por exemplo, da informalidade, dentro desta categoria há pessoas que enxergam essa condição como oportunidade de autonomia, enquanto outros a vivenciam como precarização e instabilidade financeira.

Nesse contexto, o trabalho assume diferentes significados. Ele pode representar empregabilidade como inserção no mercado formal ou informal com garantia de remuneração, ou pode ser visto como uma oportunidade de aprendizado e desenvolvimento de competências. Em muitos casos, reflete as consequências da flexibilização, dos vínculos instáveis, ausência de direitos e a falta de seguridade econômica. Para aqueles em posições formais, o trabalho pode ser associado a segurança de uma renda fixa, enquanto, para outros, é uma fonte de realização pessoal e profissional. Há ainda quem enxergue o trabalho como um meio para alcançar melhores condições de vida ou consumo, e para os mais vulneráveis, ele se torna essencial para suprir as necessidades básicas de sobrevivência. Porém, o que todos vivenciam é o trabalho encarnado em suas vidas.

Somos governados atualmente em modelos de conduta baseados em relações de mercado, “de uma maneira sendo conduzidos por determinadas práticas e regras implícitas que nos levam a entrar e permanecer no jogo econômico do neoliberalismo” (Lopes, 2009, p. 155), nesse jogo, somos estimulados e educados a jogar, pois todos precisam estar dentro deste jogo, ao jogar é fundamental desejar a permanência, desse modo, o Estado e o mercado são encarregados de articular em conjunto, ações que eduquem a população para que vivam em condições de sustentabilidade, de empresariamento e de autocontrole, ou seja, de ingresso e permanência no jogo econômico do neoliberalismo.

Quando pensamos nas pessoas com deficiência intelectual, encontramos, em diversos estudos científicos já realizados no Brasil, evidências que mostram que,

mesmo com uma estrutura articulada para a formação para o trabalho dentro da lógica de mercado, ela não é suficiente para garantir a inclusão dessas pessoas no mundo do trabalho. A formação oferecida é precária e desmotivada ao propósito. Dessa forma, ao finalizarem a escolarização, as pessoas com deficiência intelectual não apresentam a formação necessária para se tornarem “empresário de si mesmo”, como exige a lógica neoliberal do mercado.

Esse tipo de sujeito, que precisa se tornar “empresário de si”, também é impelido a camuflar sua deficiência e a exercer a autodisciplina, como sugere Foucault (1977), para ajustar-se aos padrões impostos pela sociedade. Um sujeito que deve reconhecer suas dificuldades e necessidades como sinônimo de impotência ou fracasso, se vê responsável por moldar-se aos padrões de normalidade.

Na pesquisa de Conceição (2019), que entrevistou pessoas com deficiência intelectual inseridas no mundo do trabalho, há relatos que mostram a necessidade de autodisciplinar-se. Vejamos a seguir:

Ana: “(...) é pra todo mundo ser independente, né? Pra mais na frente, né? Procurar coisa melhor, pra não ficar só aqui.”

Léo: “Pretendo seguir uma carreira boa lá no novo serviço, conseguir uma carreira, seguir uma carreira boa aí, fazer curso, fazer faculdade de bombeiro, essas coisas.” (p. 51).

Esses depoimentos indicam que os participantes já estão inseridos numa lógica de mercado, ou seja, de aperfeiçoamento contínuo para o ingresso em outros empregos mais rentáveis, o que é uma característica central da lógica neoliberal. Na sequência, observa-se a camuflagem da deficiência e os processos de comparação com outros sujeitos.

Ana: “Tem PNE que é mais complicado, o meu PNE é leve, tem outros PNE que é mais pesado, tem dificuldade de aprendizagem e de outras coisas.”

Léo: “(...) Uns demonstram outros não. No caso a minha situação é essa, eu não tô conseguindo o laudo, porque não demonstra. Entendeu? Nem eu sei o que é.”

João: “Não, eu não uso remédio, pessoas que precisa de ajuda das pessoas pra transportar, pra vim pra um lugar pro outro, mas eu tenho, mas é pouquinho.” (Conceição, 2019, p. 52).

Nos depoimentos, os sujeitos se comparam com os outros trabalhadores e utilizam a métrica da produtividade, rendimento e eficiência, elementos centrais para a inserção no mundo do trabalho. Essa comparação reflete uma constante busca por

adequação aos padrões de normalidades aceitos dentro da lógica neoliberal. No depoimento do Léo, há um elemento novo as deficiências invisíveis, aquelas que o corpo não mostra, o caso das pessoas com deficiência intelectual. Essa invisibilidade gera uma exclusão silenciosa, no caso do Léo que tenta esconder suas limitações provando constantemente sua capacidade ou competência.

Ana: “(...)porque eles acham que são melhores do que a gente.”

Ana: (...) eu não posso fazer nada, que ela acha que eu sou incapaz de fazer qualquer coisa sozinha, eu quero mostrar pra ela que eu sou capaz de fazer as coisas sozinha, eu quero fazer as coisas sozinha.” [Ana refere-se a sua mãe].

Ana: “(...) as pessoas pensam que a gente é incapaz.” (Conceição, 2019, p. 55).

Esses relatos evidenciam como os participantes não só sentem a pressão para se adaptar aos padrões de independência e autossuficientes, como também enfrentam o estigma da incapacidade. As pessoas com deficiência intelectual são levadas a internalizar a lógica de que sua deficiência precisa ser escondida ou minimizada para ser aceitas no mundo do trabalho. Um corpo que se submete a essa lógica, que mais as exclui do que as inclui, torna-se agente de sua própria precarização, pois se ajusta aos padrões de produtividade sem que haja uma mudança nas estruturais necessárias para a inclusão.

3.4 O Mundo do trabalho e as desigualdades

[...] um tipo de mundo que sempre figurou nos sonhos mais elevados: um mundo justo cuja riqueza e os recursos naturais sejam compartilhados por todos e onde a igualdade e a liberdade sejam premissas, não aspirações. (Fraser, 2019, p. 20).

Iniciar este capítulo com a passagem de Fraser (2019) sobre um mundo justo, que visa igualdade e liberdade para todos, parece um tanto utópico. Fraser (2019) nos provoca a repensar o movimento feminista quando, em seu estudo, afirma que nem todo feminismo liberta, emancipa e acolhe. O sistema capitalista impõe um modelo de ser humano universal moderno, um modelo que exclui diversos sujeitos, os desviantes desse ideal. Nas próprias palavras da autora, o feminismo para os 99% vislumbra um feminismo que objetiva:

(...) atacar as raízes capitalistas da barbárie metastática. Recusando-se a sacrificar o bem-estar da maioria a fim de proteger a liberdade da minoria, ele luta pelas necessidades e pelos direitos da maioria – das mulheres pobres e da classe trabalhadora, das mulheres racializadas e das migrantes, das mulheres queer, das trans e das mulheres com deficiência, das mulheres encorajadas a enxergar a si mesmas como integrantes da “classe média” enquanto o capital as explora. E isso não é tudo. Esse feminismo não se limita às “questões das mulheres” como tem sido tradicionalmente definido. Defendendo todas as pessoas que são exploradas, dominadas e oprimidas, ele tem como objetivo se tornar uma fonte de esperança para a humanidade. (Fraser, 2019, p. 30).

Fraser (2019) nos convoca ao feminismo como algo que ultrapassa as questões das mulheres, propondo uma reflexão mais profunda sobre como o capitalismo explora todos os seres humanos. A luta deve ir além das identidades individuais e se concentrar nas formas de dominação e exploração vividas por todos. Nesse contexto, é urgente discutir o trabalho para os 99% da população, uma realidade em que apenas 1% detém direitos e condições de trabalhos dignos, ou seja, o acesso igualitário ao trabalho.

No decorrer deste capítulo, ficou evidente que o acesso ao trabalho é moldado pela construção de subjetividades específicas e pela lógica de mercado. O mundo do trabalho, para as pessoas com deficiência, se configura como um cenário de precarização e marginalização, pois, ainda hoje, o trabalho digno e inclusivo é reservado para poucos. É necessário romper com as relações de poder que sustentam esse cenário, é fundamental a luta pela transformação da estrutura do trabalho, e não apenas com a defesa da inclusão no mundo do trabalho.

Centralizada nas discussões sobre mundo do trabalho e as (in)visibilidades das pessoas com deficiência, apoio-me nos autores Fraser (2019) (2022), Dubet (2020) e Sanson (2010) para discutir a temática aqui empreendida, pois esses pesquisadores investiram em estudos sobre as mudanças ocorridas na contemporaneidade tendo como fato central a passagem da fase Industrial para a Pós-Industrial, período em que ocorrem mudanças significativas no percurso social e, conseqüentemente, no mundo do trabalho.

Sanson (2010) defende que nos últimos anos do século XX, ocorreu uma nova configuração na sociedade com mudanças profundas que alteraram o modo produtivo e desorganizaram o mundo do trabalho. A sociedade pós-industrial, que inaugura o trabalho imaterial, modifica a força de trabalho que passa a constituir-se do conhecimento, da comunicação e da cooperação, o que faz emergir uma subjetividade

do trabalhador, a permanente busca de produzir a si. Fraser (2019), neste mesmo sentido, descreve que este período surge com a queda do Muro de Berlim seguida pelo fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Com o acelerado processo de globalização, tais eventos teriam levado à politização das diferenças étnicas e culturais e à despolitização da economia, que passem a ser menos contestadas pelos movimentos sociais (Bressiani, 2011). Portanto, o reconhecimento cultural às noções de identidade, diferença, dominação cultural ganham mais valor em relação a uma redistribuição econômica.

Para Dubet (2020), a Revolução Industrial no século XVIII modifica o trabalho que antes era manufatureiro e passa a ser fabril, “é em torno da formação da classe operária miserável e da emergência de uma classe de indústrias capitalistas que se constrói o sistema de classes sociais” (2020, p. 20). A partir do sistema de classes se institui um sistema de desigualdades moderno, visto que “as classes sociais nascem, portanto, do encontro contraditório entre a igualdade democrática e a divisão do trabalho capitalista” (p. 21). Os indivíduos não são mais definidos pelo seu nascimento e pelo seu status, é a sua posição dentro do trabalho que definirá o seu modo de vida. Então, se a posição ocupada pelo sujeito define seu modo de vida, a posição trabalhadora ganha expressão ao longo de uma “vida produtiva”. Porém, com a mutação do capitalismo mundial, a globalização acarreta na mudança do sistema de classes, “a mesma classe social se dispersa numa série de mercados econômicos e de trabalho” (Dubet, 2020, p. 27). Nesse contexto, o percurso da vida das pessoas modifica-se, passa por um processo de *desestandardização*, pois a globalização gera diferentes desigualdades sociais, o emprego não é mais estável, trabalhadores tornam-se autônomos, o trabalho ganha outras roupagens como o informal e o autônomo, a produção industrial exige cada vez mais tecnologia de ponta. Nesse contexto para Dubet (2020), essas desigualdades sociais começam a definir novos grupos sociais para além somente das classes sociais.

Os executivos e os criativos, os cosmopolitas com grande mobilidade e os nativos estáticos, os incluídos e os excluídos, os estáveis e os precários, os urbanos e os rurais, as classes populares e os *underclass*, etc. (...) os nacionais e os imigrantes, os majoritários e os minoritários, as idades e as gerações, as mulheres e os homens (Dubet, 2020, p. 29).

Com a inauguração desses novos grupos sociais, constituiu-se, na contemporaneidade, uma subjetividade diferenciada de trabalhador (Sanson, 2009).

Essa subjetividade nasce de três aspectos que reconfiguram a sociedade do trabalho. Primeiro é a ofensiva do capital frente ao trabalho, o capital deslocou o debate, e a regulação de sua relação com o trabalho, da arena pública para a arena privada.

(...)Essa realidade manifesta-se através da alteração das normas que ajustam as condições contratuais - o contrato de trabalho. As empresas passam a contar com legislação que permite ajustar sua produção, emprego, salário, jornada laboral e condições de trabalho ante as flutuações da economia. (...) Trate-se da eliminação, diminuição ou flexibilização dos direitos existentes. (Sanson, 2021, p. 40-41).

O segundo aspecto é a revolução das forças produtivas. O capitalismo produtivo exige cada vez mais, obra de obra altamente qualificada, capaz de agregar conhecimento às forças produtivas, “situam-se então poucos “eleitos”, aqueles que trabalham em nichos produtivos de alta tecnologia. Esses são bem pagos, mas em número reduzido” (Sanson, 2021, p. 41). E por fim, supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo. As empresas, principalmente as grandes corporações, respondem aos interesses de acionistas e investidores, há uma concorrência global com a descentralização das empresas cujo objetivo é o aumento dos ganhos. As empresas aumentam a produtividade empregando menos trabalhadores.

Esses três aspectos tornam a classe trabalhadora mais heterogênea, diversificada e fragmentada, assim como afirma Sanson, há

(...) uma perda significativa de direitos e de sentidos que em sintonia com o caráter destrutivo do capital vigente tornou o trabalho ainda mais precarizado por meio das formas de subemprego e desemprego, intensificando os níveis de exploração para aqueles que trabalham (2021, p.44).

Essas mudanças enfraqueceram, substancialmente, as lutas dos trabalhadores, já que as relações de trabalho se fazem sempre nas relações institucionais de individualização. Os trabalhadores, que antes lutavam para reduzir as desigualdades entre as classes sociais, exigindo “direitos sociais ao Estado de bem-estar social, aos serviços públicos e às transferências sociais” (Dubet, 2020, p. 22), hoje apresentam questões diferenciadas de lutas e debates, ou seja, uma multiplicação de lutas por definição de identidades. Dubet apresenta o exemplo do movimento de multiplicação das lutas que não converge em lutas de classe. Conforme o autor, há uma “distância entre os movimentos feministas e a condição das operárias e empregadas, no entanto, todas são dominadas a um só tempo como mulheres e

como assalariadas pouco qualificadas” (2020, p. 33). As lutas apresentam uma dificuldade de convergência.

Dubet (2020) defende que vivenciamos a transição do sistema de classes para o sistema das desigualdades múltiplas, em que descreve, quando se refere aos sujeitos, que:

Eles são definidos por atividade profissional, evidentemente, mas também pelo status do emprego, da idade, da geração, do gênero, das sexualidades, das origens das adesões religiosas, dos territórios e ainda das deficiências físicas. Do outro lado, os critérios e os bens a partir dos quais se percebem as desigualdades se multiplicam mais ainda. É possível avaliar as desigualdades de rendimento, patrimônio, consumo, saúde, acesso à educação, práticas culturais e de lazer, tempo dedicado à família, mobilidade geográfica, social ou profissional, sem esquecer o risco de ser discriminado (...), as desigualdades em termos de segurança, meio ambiente ou felicidade (p. 35).

Portanto, há ampliação das definições de sujeito na atualidade, que não são mais definidos somente pela sua classe, mas por diferentes atravessamentos sociais, que ora se ligam às pessoas da mesma classe e ora não há ligações. Uma trabalhadora negra, pobre e com nível de escolarização médio, por exemplo, é definida pelo atravessamento de classe, raça e educação e, possivelmente, não alcançará os mesmos objetivos profissionais que uma trabalhadora branca, de classe média e com nível superior de escolarização. Porém, socialmente, as duas apresentam as mesmas oportunidades.

Ocorre uma transformação no sistema de classes, que passa, agora, a multiplicar as desigualdades que são vivenciadas individualmente. Essas desigualdades individuais não são vistas e vivenciadas da mesma maneira pela sociedade (Dubet, 2020), ou seja, as desigualdades são associadas à normas de igualdade em oportunidades meritocráticas, que é quando se considera que todos tenham as mesmas oportunidades de alcançar posições sociais através do mérito.

Dubet (2020) exemplifica o contexto atual:

Na maior parte do tempo, os riquíssimos e os paupérrimos estão longe uns dos outros, ao passo que as desigualdades que afetam a vida de cada um parecem ao mesmo tempo próximas, singulares e múltiplas. É dentro dessas desigualdades que os indivíduos se comparam e se definem. A soma dessas experiências não se transforma em críticas homogêneas e em movimentos organizados, ela se manifesta em cóleras e indignações comuns (p. 81).

Afinal, trabalho, renda e posição de sujeito, dentro de um gradiente de in/exclusão, são elementos que mantêm entre si uma relação de dependência, justamente, pelo trabalho, gera condições que pode manter sob controle-gerenciado a desigualdade econômica. Tomando as ideias de Fraser (2022), duas são as práticas que, de forma associada, poderiam operar na reversão das desigualdades: a redistribuição, que está diretamente relacionada com a renda e o trabalho, e o reconhecimento, que está associado às identidades e às lutas sociais e culturais. Juntas, tais práticas, necessitam de mecanismos que as articulem, sendo que as ações afirmativas e as de transformação são de extrema importância, pois se as afirmativas ajudam a garantir, paliativamente, a circulação e a mobilidade das pessoas, as de transformação possibilitam educar e mudar os saberes que descrevem, regulam e definem os sujeitos. Considerando as condições da terceira Modernidade¹⁶, bem como entre os muitos elementos implicados no que nos faz pensar Fraser (2022). Na dimensão representativa da Modernidade o “mundo do trabalho” mobiliza todas as práticas que circulam do reconhecimento e da redistribuição.

Até o momento, identifico as pessoas com deficiência praticamente excluídas ou incluídas de forma muito precária no mundo do trabalho, começo a me questionar sobre as condições sociais, culturais, educacionais e econômico-financeiras postas nos dias de hoje, condições que determinam as formas de vida da população com deficiência. Focar em tais condições, buscando pelas operações internas aos processos, pode ajudar a perceber mecanismos de desfiliação (Castel, 1994) e expulsão (Sassen, 2016) entre outros, mecanismos que mantêm as pessoas com deficiência em uma zona perigosa de instabilidade e vulnerabilidade.

No próximo capítulo, desdobro as escolhas teórico-metodológicas, a apresentação da materialidade de análise e as ferramentas analíticas. Tendo por

¹⁶ A terceira modernidade é a do espírito do toyotismo que explicita uma nova implicação sociometabólica da produção social: a maquinofatura em contraste com a manufatura e a grande indústria. A terceira modernidade é a modernidade do capitalismo manipulatório e da crise estrutural do capital. É a modernidade da predominância do capital financeiro sobre as demais frações do capital. A terceira modernidade seria a modernidade do precário mundo do trabalho e da barbárie social. Enfim, com a terceira modernidade nos inserimos noutra temporalidade histórica do capital, com impactos decisivos na objetividade e subjetividade da classe dos trabalhadores assalariados e do trabalho vivo. Com a terceira modernidade altera-se a dinâmica histórica da luta de classes na medida em que está posta a precarização do homem-que-trabalha como um traço indelével da nova precariedade salarial (Alves, 2011).

objetivo geral de conhecer, analisar e problematizar a inclusão da pessoa jovem e adulta com deficiência no mundo do trabalho.

4 DELIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

Depois de explicitar nos capítulos anteriores, os interesses e as justificativas desta pesquisa, é hora de delinear as pretensões deste estudo. Esta pesquisa não teve a pretensão de guiar-se metodologicamente por um caminho linear em busca da verdade definitiva, ao contrário, seu objetivo foi de compreender como a verdade, em determinado momento, tornou-se verdadeira. Foucault, em toda sua obra, nos evidencia a necessidade de adotar e utilizar outras formas de fazer pesquisa. Seu método não tinha por objeto trazer à tona uma verdade oculta, mas sim “fazer ver o que vemos” (Foucault, 2001, p. 340). Como já mencionado na introdução, a pesquisa foi tomando forma à medida que realizava o manuseio dos dados analíticos.

Portanto, assumi a postura de uma pesquisadora que desejava diagnosticar o presente da inclusão das pessoas com deficiência intelectual no mundo do trabalho, olhar para o que estava visível para compreender os processos de in/exclusão postos neste campo social, ou seja, não desejava constituir a história do trabalho para as pessoas com deficiência. Mas, assim como afirma Veiga-Neto, quis “[...] estudar as práticas (discursivas ou não) para, olhando-as de fora, descobrir os regimes que as constituem e que são por elas constituídos” (2014, p. 82).

Desse modo, adotei a perspectiva pós-estruturalista como guia teórico-metodológico para esta pesquisa, pois permitiu que compreendesse como as categorias de trabalho e deficiência foram construídas discursivamente. Assim, entendi que o saber estatístico se inseria como um desses discursos que, ao mensurar, quantificar e medir, não apenas descreviam, mas também moldavam as realidades sociais.

Os dados estatísticos, enquanto materialidade de análise no campo da educação, sempre foram alvo de críticas. Fletcher (1985), por exemplo, questionou a validade das estatísticas como representações objetivas da realidade. Já Gil (2018), em sua pesquisa, observou que a atribuição das estatísticas como uma descrição neutra e objetiva da realidade é uma construção social, que, embora se apresente como uma verdade universal, é historicamente situada e permeada por contextos culturais. Para Gil (2018), as estatísticas não são neutras, elas são fruto de construções sociais, históricas e culturais, e variam ao longo do tempo, sendo

interpretadas de maneira distinta em diferentes momentos históricos e contextos sociais.

Conforme Hacking (2009), a partir do século XIX, as estatísticas se inseriram na sociedade de maneira a gerar novas categorias de pessoas. Esse processo não se limitava a uma mera classificação, mas estava associado à construção de novas formas de subjetividade e identidade sociais. Havia, por trás dessa transformação, um interesse, muitas vezes bem-intencionado, na criação de novos modos de categorizar as pessoas, com implicações profundas nas formas como elas se percebiam e eram percebidas pela sociedade. Dessa forma, as pessoas passavam a “escolher” se encaixar em novas categorias definidas pelos saberes estatísticos.

Traversini e Bello (2009) afirmam que a estatística, ao categorizar as pessoas, torna-se um “conhecimento indispensável para a arte de governar” (p. 142), pois revela regularidades e irregularidades populacionais, como taxas de natalidade, mortalidade, incidência de doenças, número de trabalhadores e aspectos econômicos. A partir desses dados, o Estado formula e implementa políticas públicas que moldam a maneira como a população é gerenciada.

Para Foucault, a estatística opera como um dispositivo biopolítico, uma forma de poder exercido pelo Estado para gerir e otimizar a vida da população. Na modernidade, ela se consolida como uma ferramenta essencial de controle populacional, integrando-se às estratégias biopolíticas e à governamentalidade. Por meio de censos, levantamentos e indicadores sociais, o Estado mapeia e regula comportamentos coletivos, normatizando práticas e influenciando políticas que determinam o que é saudável, produtivo e desviante na sociedade. Sperrhake e Traversini (2012) corroboram:

Tal tecnologia atua como instrumento de uma racionalidade governamental (racionalidade neoliberal, na atualidade) que produz números, índices e taxas utilizados para conduzir modos de ser e agir de cada indivíduo em particular e da população como um todo, para alcançar determinados fins (p. 145).

As estatísticas, enquanto ferramenta de análise e manejo social, possibilitam ao campo educacional a sistematização de estudos e a identificação precisa de padrões e desafios nos sistemas de ensino. Nesse sentido, sua incorporação no campo educacional torna-se fundamental, ganhando destaque a partir dos anos 2000,

especialmente em investigações sobre desigualdades, índices de alfabetização, taxas de reprovação e retenção escolar.

Apoiada em Bello (2012), adoto a perspectiva analítica da ‘numeramentalidade’, que é uma noção da ordem metodológica conceitual, que ajuda a compreender a “produtividade e da centralidade das quantidades, dos números (medidas, taxas, índices etc.), de seus usos como expressão e organização da verdade e da ‘realidade’, reorganizando as formas de pensar e de conduzir as pessoas (subjetividades) dentro de uma sociedade” (Sperrhake, p. 416, 2016).

Tomo, como ferramenta analítica, adotando duas das quatro linhas de ações dos processos investigativos:

2.uma problematização em torno da produção discursiva, do ponto de vista cognitivo (as numeralizações) e sócio-culturais (os numeramentos), na linha do poder-saber, que têm fabricado sujeitos, identidades culturais, hierarquizado diferenças, com base nos usos, expressões e manejos dessas quantidades, registros, medidas, operações por parte dos indivíduos e de suas instituições.

3. Uma grade de análise para se entender a produtividade da centralidade das quantidades, dos números (medições, índices, taxas), seus registros e usos e que, na racionalidade política governamental neoliberal contemporânea, vem provocando, conduzindo, dirigindo, orientando modos de pensar e de agir dos indivíduos na sociedade; (Bello, 2012, p. 105).

Portanto, tomo as estatísticas como material de análise com o objetivo de evidenciar alguns dos modos pelos quais um fato social, a deficiência e o trabalho é mensurado. Compartilho da perspectiva de Ferraro (2009) e Sperrhake e Traversini (2012) no tratamento dos dados. Aqui, não interessa apenas o número de pessoas com deficiência incluídas no mundo do trabalho, mas sim como essa informação produz uma realidade social. Os dados, portanto, são tratados de forma crítica e questionadora, indo além de meros números estatísticos.

Seguirei desdobrando as escolhas metodológicas no decorrer deste capítulo. No próximo subtítulo “*4.1 Materialidade de análise: estatísticas e normativas do direito ao trabalho*”, apresento os materiais de análise e descrevo como foi realizada a coleta dos dados e analítica.

4.1 Materialidade de análise: estatísticas e normativas do direito ao trabalho

Ingressei, no curso de Educação Especial em 2011 e, desde lá, presenciei poucas discussões sobre a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho.

Não me recordo, ao longo dessa trajetória educacional, de discussões aprofundadas sobre o tema. Lembro, sim, de um forte enfoque no estudo das práticas de reconhecimento das diferenças, das tecnologias de governo e dos processos de subjetivação da pessoa com deficiência no ambiente escolar.

Ao ingressar no mundo do trabalho, fui percebendo a vulnerabilidade da vida das pessoas com deficiência. Embora sejam incluídas no ambiente escolar, ao atingirem a maioridade encontram poucas oportunidades para gerir suas vidas de forma autônoma, tendo, muitas vezes, como única alternativa a informalidade, a criminalidade, a dependência financeira ou o Benefício de Prestação Continuada. Essa realidade se apresenta de maneira ainda mais concreto e visível para os sujeitos com deficiência intelectual.

Dei-me em conta, então, da necessidade de investigar o próprio campo educacional sobre a inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho. Para isso, identifiquei diferentes materiais de pesquisa, como entrevistas com pessoas com deficiência incluídas no mundo do trabalho, pesquisa participativa no ambiente escolar, análise dos programas de formação para o trabalho e a própria instituição de Associação de Pais e Mestres dos Excepcionais (APAE), instituição que há mais de 30 anos se dedica à inclusão de pessoas com deficiência intelectual no mundo do trabalho.

No ano de 2022, instigada pela disciplina Pesquisa em educação, ministrada pelo professor Dr. Rodrigo da Silva, comecei a questionar os reais números de pessoas com deficiência que acessavam o mundo do trabalho. Durante a disciplina, tomei conhecimento dos alarmantes índices de precarização do trabalho no Brasil no período pós-pandemia.

A partir dessa constatação, iniciei minha Tese realizando diversas pesquisas em bancos de dados estatísticos de órgãos governamentais, com o objetivo de elucidar o problema de pesquisa. Os dados coletados evidenciaram que a precarização do trabalho afeta a todos, embora em graus diferentes. No entanto, pessoas que vivenciam intersecções de gênero, raça, deficiência e classe social enfrentam processos de desigualdades ainda mais acentuados.

Optei, então, por trabalhar com os dados estatísticos como material de análise, uma vez que manipulando durante o Projeto de Tese, percebi a relevância dos dados. Os dados estatísticos não foram produzidos por mim, mas retirados de órgãos

governamentais. Eles são utilizados tanto para a análise qualitativa quanto para a quantitativa. Não se trata apenas de números, mas de informações que possibilitam a construção do mapa investigativo da pesquisa.

Para tanto, precisei ampliar meu olhar sobre o trabalho, suas vertentes e significados. Para isso, realizei novas pesquisas estatísticas, considerando como marco temporal a pandemia de Covid-19, ou seja, de 2020 a 2024. Coletei dados com objetivo de compreender o cenário do trabalho, buscando um pano de fundo que sustentasse as desigualdades existentes na atualidade. A partir dessa nova investigação, o conceito de trabalho precarizado emergiu como elemento central para compreender a realidade laboral contemporânea. Mais uma vez, deparei-me com a realidade do trabalho para as pessoas com deficiência, o que evidenciou a necessidade de revisitar o problema de pesquisa anteriormente levantado no projeto de Tese.

No subcapítulo 2.3 “O mundo do trabalho em crise: precarização e exclusão da pessoa com deficiência”, apresentei evidências das desigualdades vivenciadas pelas pessoas com deficiência no mundo do trabalho. Identifiquei que as pessoas com deficiência intelectual, quando comparadas tanto a outros grupos sociais quanto a outras pessoas com deficiência, enfrentam processos de desigualdade ainda mais profundos.

Uma pessoa com deficiência física, por exemplo, ao ser incluída no mundo do trabalho, tem suas dificuldades de in/exclusão relacionadas, sobretudo, a questões de acessibilidade e reconhecimento. Já as pessoas com deficiência intelectual enfrentam, além desses desafios, a estigmatização, o baixo nível de escolarização, salários precários e menores índices de empregabilidade em comparação com outras pessoas, com e sem deficiência. Isso evidencia a multiplicação das desigualdades enfrentadas e a urgência de um olhar mais atento e comprometido com essa população.

Diante dessa constatação, um novo interesse de pesquisa começou a se delinear. Assim, defini como problema de pesquisa: *“Como as normativas sobre inclusão no mundo do trabalho e as estatísticas sobre as condições de vida, escolaridade e de inclusão no mundo do trabalho permitem visualizar as condições de jovens e adultos com deficiência e sua posição nesse contexto?”*

Para estruturar a análise, organizei o material estatístico em três blocos. O primeiro apresenta dados que evidenciam a precarização do trabalho para as pessoas

com deficiência. O segundo aborda estatísticas que elucidam a (in)visibilidade da pessoa com deficiência intelectual no mundo trabalho. Por fim, o terceiro bloco trata da relação entre a profissionalização das pessoas com deficiência e sua efetiva ocupação.

Cada bloco foi desencadeado pelo anterior, pois, à medida que novas pistas e constatações emergiam, a pesquisa se delineava, exigindo novas buscas por materiais analíticos. Entendo a metodologia como um processo dinâmico e aberto, que se constrói em movimento, acompanhando os sentidos produzidos ao longo da investigação e respondendo às demandas que surgem do próprio material analisado. Conforme, Meyer e Paraíso (2012):

como um certo modo de perguntar, de interrogar, de formular questões e de construir problemas de pesquisa que é articulado a um conjunto de procedimentos de coleta de informações - que, em congruência com a própria teorização, preferimos chamar de "produção" de informação - e de estratégias de descrição e análise (Meyer; Paraíso, 2012, p. 16).

Para construir a operacionalização analítica, busquei olhar para a materialidade de análise a partir de perguntas que permitissem mover o pensamento para além das verdades já estabelecidas, evitando, como Meyer e Paraíso (2012) pronunciam, fugir da “*paralisiá*” diante das informações já produzidas ou descritas. Dessa forma, procurei formular novas questões que desestabilizassem os discursos consolidados.

Tomo, então, como ponto de partida para a operacionalização analítica o seguinte objetivo: *Conhecer, analisar e problematizar a inclusão da pessoa jovem e adulta com deficiência no mundo do trabalho.*

O primeiro bloco, é composto por estatísticas do período de 2010 a 2022¹⁷, abrangendo um cenário de precarização do trabalho que se mantém até a atualidade.

Dessa forma, o material de análise do primeiro bloco é constituído pelos seguintes dados:

Quadro 7 - Materialidade de análise bloco 1

	Dado coletado	ano
IBGE - Cartilha do Censo 2010 -	Número da população com deficiência no Brasil	

¹⁷ Esse período se delimita devido a coleta desses dados terem sido realizados no ano de 2022.

Pessoas com Deficiência / publicada em 2012	Número de pessoas com deficiência com emprego formal, informal ou afastadas do trabalho por até 4 meses Nível de ocupação da população de 10 anos ou mais de idade, por sexo e tipo de deficiência investigada Pessoas de 10 anos ou mais de idade segundo posição na ocupação do trabalho principal Rendimento do trabalho em salários-mínimos pessoas com deficiência Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais de idade por pelo menos uma deficiência investigada e nível de instrução	2010
Pesquisa Nacional de Saúde	Número da população com deficiência no Brasil Número da população com deficiência em idade escolar no Brasil	2019
Censo Escolar 2021 – Documento de divulgação de resultados	Número de matrículas no Brasil na educação básica Evolução das matrículas de educação especial na educação infantil de 2010 a 2021 Evolução das matrículas de educação especial no ensino fundamental de 2010 a 2021 Evolução das matrículas de educação especial no ensino médio de 2010 a 2021 Matrícula na educação especial por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação – 2021	2021
Resumo Técnico Censo Escolar da Educação Básica de 2021 - INEP	- Número de matrículas no Brasil na educação básica – educação pessoal Percentual de alunos, com deficiência, matriculados nas diferentes etapas de ensino de 2017 a 2021	2021
Resumo Técnico Censo da Educação Superior 2020 – INEP	Total de Matrículas de graduação conforme o tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação declarados – 2020	2020
Resumo Técnico Censo da Educação Superior 2019 – INEP	Total de Matrículas de graduação conforme o tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação declarados – 2019	2019

	Distribuição percentual das pessoas de 18 anos ou mais de idade, com e sem deficiência, segundo o tipo de deficiência, por nível de instrução – 2019	
Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do ano-base 2019	Número de pessoas com deficiência empregadas formalmente no Brasil – 2019	2019
Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do ano-base 2020	Número de pessoas com deficiência empregadas formalmente no Brasil – 2020 Número de pessoas com deficiência empregadas formalmente por tipo de deficiência no Brasil – 2020 Número de pessoas com deficiência desligadas no ano de 2020 Vínculos empregatícios segundo características individuais Remuneração média segundo o tipo de deficiência 2019 e 2020	2020
Relação Anual de Informações Sociais em dados compilados pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) - 2020	Escolaridade pessoas com deficiência - 2020	2020
CAGED	Admitidos por grau de instrução – Carteira Assinada	2022

Fonte: Produzido pela autora.

Para iniciar a construção deste capítulo analítico, parti do seguinte questionamento: a política, enquanto direito de acesso ao trabalho, tem, de fato, garantido esse direito? Essa indagação orientou o olhar para os dados estatísticos, permitindo problematizar as tensões entre o que é previsto nas normativas e o que se concretiza na realidade vivida pelas pessoas com deficiência no mundo do trabalho.

Para responder a esse questionamento no capítulo analítico, foi necessário realizar diversos movimentos de pesquisa de dados. No entanto, a coleta não seguiu um percurso linear, no qual eu pudesse definir previamente as estatísticas a serem utilizadas. Pelo contrário, cada dado analisado desencadeava novos questionamentos e investigações, impulsionados pelos movimentos reflexivos que eu realizava ao longo do processo. Assim, novos dados eram coletados para dar continuidade à análise.

Para responder a esse questionamento no capítulo analítico, foi necessário realizar vários movimentos de pesquisa de dados. No entanto, a coleta não seguiu um percurso linear, no qual eu pudesse definir previamente as estatísticas a serem utilizadas. Pelo contrário, cada dado analisado desencadeava novos questionamentos e investigações, impulsionados pelos movimentos reflexivos que eu realizava ao longo do processo. Assim, novos dados eram coletados para dar continuidade à análise.

Dessa forma, fui compondo o material estatístico como uma espécie de colcha de retalhos, em que cada parte se encaixava gradualmente, conforme as demandas e sentidos emergiam na construção analítica. A seguir, descrevo como constitui este primeiro capítulo analítico. Todos os dados mencionados abaixo, são especificados no capítulo analítico 5, aqui trago, de forma resumida, para mostrar como ocorreu a coleta dos dados.

Primeiramente, neste capítulo identifiquei quem compõe essa população no Brasil, utilizando os dados do IBGE de 2010 para dimensionar a totalidade da população. Em seguida, com base na Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, estimei o número de pessoas com deficiência no Brasil e 2022. A partir desses dados, foi possível identificar o crescimento dessa população.

Se há um crescimento populacional e políticas destinadas a amparar o ingresso de pessoas com deficiência no mundo do trabalho no Brasil, percebi que havia uma preocupação do Estado com a inclusão dessas pessoas, tendo a educação como articulador e formador para o ingresso desses sujeitos no mundo do trabalho. Assim, novos questionamentos surgiram: Quais são hoje, passados trinta e dois anos após a Conferência de Educação para Todos, os resultados das políticas educacionais inclusivas? Seria possível afirmar sua efetivação como marco na garantia de direito ao acesso à escolarização das pessoas com deficiência e posterior inclusão no mundo de trabalho?

Para investigar esses questionamentos, analisei inicialmente o número de pessoas com deficiência matriculados na educação básica, utilizando os dados do IBGE (2010) e do Censo Escolar da educação básica de 2021 publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Esses dados revelaram um crescimento exponencial das matrículas na rede regular de ensino, especial no ensino fundamental. Também foi identificado um aumento nas matrículas no ensino médio, na educação infantil e na educação profissional.

Observei que o maior índice de matrículas correspondeu às pessoas com deficiência intelectual. Contudo, essa população ocupa o quarto lugar em número de registros no Censo Demográfico de 2010. Diante desses dados e buscando responder o questionamento inicial, passei a investigar também o acesso dessas pessoas ao ensino superior.

Acessei o Censo da Educação Superior do ano de 2020, no qual consta um total de 59.001 mil matrículas de estudante com deficiência. Dentre essas, as deficiências com maior índice foram: deficiência física (32,5%), baixa visão (25,8%), deficiência auditiva (12,45%) e deficiência intelectual (12,2%).

O crescimento das matrículas de pessoas com deficiência intelectual, observado no Censo da Educação Básica, não se mantém no ensino superior. Há uma queda nesse percentual, pois, enquanto na educação básica essa população representava uma parcela significativa das matrículas, no ensino superior sua presença é consideravelmente menor.

No caso das matrículas na educação básica e no ensino superior, fica evidente que, em 2021, o grupo das pessoas com deficiência intelectual representou a grande maioria das matrículas na educação básica, abrangendo diferentes níveis de ensino. Já no ensino superior, esse número sofre uma queda drástica, posicionando esse grupo em quarto lugar em número de matrículas. Enquanto na educação básica eram 872,917 alunos com deficiência intelectual, no ensino superior esse número caiu para apenas 7.290 matrículas.

Diante desse cenário, surgiu novos questionamentos investigativos: o que ocorre com essa população posterior ao encerramento do percurso de escolarização na educação básica? Tal questionamento me levou a buscar dados estatísticos sobre a inclusão desse público no mundo do trabalho.

Ao analisar os dados sobre o mundo do trabalho, percebo a precarização desse contexto para as pessoas com deficiência. Nesse estudo, articulei dados do IBGE (2010), do Caged e da RAIS (2022). Com base nessas fontes, busquei informações sobre ocupação, desocupação, nível de instrução e rendimento salarial das pessoas com deficiência. Além disso, realizei análises comparativas, tanto, entre essa população e a população geral, quanto dentro do próprio grupo.

Essas análises permitiram ver que a participação das pessoas com deficiência no mundo do trabalho é limitada, e, quando ocorre, está atrelada à exigência de um alto nível de instrução. Além disso, o acesso é precário, uma vez que apresentam faixas salariais mais baixas, níveis de ocupação reduzidos e altos índices de desocupação. Ao cruzar os dados dentro do próprio grupo, constato que o subgrupo de pessoas com deficiência intelectual enfrenta uma ampliação dessa precarização.

Nesse capítulo analítico, percebi a construção de uma subjetividade específica: a do sujeito que busca ingressar no mundo do trabalho, mas, ao fazê-lo, enfrenta um processo de precarização. Portanto as coisas pensadas, ditas, diagnosticadas sobre eles definem suas formas de ser e determinam pertencimentos ou não a grupos sociais específicos. Tais grupos, ao lutarem, reivindicam direitos que podem ou não, caso atendidos, a mudarem as formas de ser dos sujeitos no futuro.

Nos cursos, *Do governo dos vivos (1980)*, *A hermenêutica do sujeito (1982)*, *O governo de si e dos outros (1983)*, o foco de Foucault concentra-se nas formas de sujeição e subjetivação, “pelas quais os indivíduos se tornam sujeitos a partir das tecnologias de dominação de si e sobre as formas de obtenção da subjetividade” (Lopes; Morgenstern, 2014, p. 180). Para Foucault o sujeito é o produto dos saberes, dos poderes e da ética, ele não está “sempre aí” (Veiga-Neto, 2005), como fosse uma essência já dada, já existente da condição humana, assim como pensavam os filósofos Descartes (o eu pensante) e Kant (o sujeito do conhecimento).

Mas como essa produção do sujeito não é mecânica, casual, não se pode pensar nos elementos que constituem os três eixos operando independentemente entre si. Ao contrário, não só sempre atuam ao mesmo tempo como, ainda e principalmente, os constituintes de cada eixo se deslocam para os eixos vizinhos por meio do sujeito em constituição (VEIGA-NETO, 2005, p. 82).

Portanto, se o sujeito é constituído pelo conhecimento, pelo poder e pela ética, a pessoa com deficiência no mundo do trabalho é marcada pela vulnerabilidade e

exclusão. As estatísticas não são apenas refletem a realidade, mas também atuam como instrumentos que constituem esses sujeitos e regulam comportamentos, assim como as normas que regem esse campo.

Com o acesso precário ao mundo do trabalho, as estatísticas constroem uma narrativa que reforça a visão assistencialista sobre as pessoas com deficiência e sua capacidade de inserção profissional, sem questionar as estruturas que perpetuam essa exclusão. As normas que regem esse contexto reforçam a divisão entre o “normal” e o “anormal”, fazendo com que a deficiência seja associada a uma suposta incapacidade produtiva. Dessa forma, justificam-se salários mais baixos e a oferta reduzida de oportunidades.

Além disso, consolida-se uma lógica meritocrática, na qual apenas aqueles que demonstram “superação individual” conseguem ingressar e permanecer no mundo de trabalho, ignorando as barreiras estruturais que dificultam a inclusão. Diante desse cenário, o segundo movimento analítico, foi buscar responder à pergunta: por que o grupo das pessoas com deficiência intelectual é o mais desigual, dentro do grupo das diversas deficiências, em relação ao mundo do trabalho?

Este segundo bloco foi composto por materiais analíticos estatísticos publicado entre 2021 e 2023 conforme segue abaixo:

Quadro 8- Materialidade de análise bloco 2

	Dado coletado	ano
Relação Anual de Informação Sociais Ano-base	Remuneração mensal por tipo de deficiência 2021; Evolução da distribuição de empregos formais por tipo de deficiência – 2010 a 2021;	2021
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua	Distribuição por sexo na força de trabalho 2022; Distribuição por cor ou raça na força de trabalho 2022; Nível de ocupação das pessoas segundo o nível de instrução 2022; Distribuição das pessoas ocupadas segundo posição 2022; Taxa de informalidade das pessoas ocupadas segundo sexo 2022; Taxa de informalidade das pessoas ocupadas segundo cor ou raça 2022;	2022

	Taxa de informalidade das pessoas ocupadas segundo grupos de idade 2022; Taxa de informalidade das pessoas ocupadas segundo nível de instrução 2022; Rendimento mensal real do trabalho por raça ou cor 2022.	
CAGED - boletim das políticas públicas de emprego, trabalho e renda	Saldo do emprego formal por tipo de deficiência - novembro 2022; Saldo do emprego formal por tipo de deficiência - novembro 2023.	2022
CAGED	Proporção de saldo pessoas sem deficiência e pessoas com deficiência intelectual.	2023

Fonte: Produzido pela autora.

O mesmo movimento de coleta de dados realizado no capítulo anterior foi adotado no capítulo 6 “A (in)visibilidades do trabalhador com deficiência intelectual”, ou seja, os dados foram sendo coletados conforme a escrita do capítulo se desenvolvia, não sendo coletados apriori. A coleta ocorreu ao longo da análise, à medida que os novos questionamentos surgiam. Também alerto, que os dados numéricos não são trazidos na sua totalidade neste capítulo, pois quero mostrar o caminho da coleta de dados, os dados estão especificados no capítulo 6.

Para a construção deste capítulo analítico, detive-me inicialmente em dados sobre a população de pessoas com deficiência em idade de trabalhar¹⁸. No capítulo analítico anterior, localizei o número total de pessoas com deficiência, agora, era necessário verificar quantas delas estavam dentro da faixa etária economicamente ativa. Utilizei os dados Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2022. Conforme o livro de normas técnicas segue abaixo a descrição de cada característica analisada:

Pessoas em idade de trabalhar: Definem-se como pessoas em idade de trabalhar as pessoas de 14 anos ou mais de idade na data de referência (p.35).

Condição de ocupação: As pessoas em idade de trabalhar são classificadas, quanto à condição de ocupação na semana de referência, em ocupadas e desocupadas (p.35).

¹⁸ Considerando que a idade mínima para trabalho legal no Brasil é de 14 anos.

Pessoas ocupadas: São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana (p.35).

Pessoas desocupadas: São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho em ocupação nessa semana que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência que não tomaram providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias porque já o haviam conseguido e iriam começá-lo em menos de quatro meses após o último dia da semana de referência (p.36).

Condição em relação à força de trabalho: As pessoas são classificadas, quanto à condição em relação à força de trabalho na semana de referência, como na força de trabalho e fora da força de trabalho (p.36).

Pessoas na força de trabalho: São classificadas como na força de trabalho na semana de referência as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas nessa semana (p.37).

Pessoas fora da força de trabalho: São classificadas como fora da força de trabalho na semana de referência as pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas nessa semana (p.37).

Taxa de participação na força de trabalho: É o percentual de pessoas na força de trabalho na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar (p.37).

Nível da ocupação: É o percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar (p.37).

Nível da desocupação: É o percentual de pessoas desocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar (p.37).

Taxa de desocupação: É o percentual de pessoas desocupadas, na semana de referência em relação às pessoas na força de trabalho nessa semana (p.37).

Posição na ocupação: Entende-se por posição na ocupação a relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalhava. São definidas quatro categorias de posição na ocupação:

Empregado - Pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo, em contrapartida, uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.). Nesta categoria inclui-se a pessoa que prestava serviço militar obrigatório, clérigo (sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros). A categoria dos empregados inclui o subgrupo trabalhador doméstico;

Trabalhador doméstico - Pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares;

Conta própria - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador familiar auxiliar;

Empregador - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado; ou

Trabalhador familiar auxiliar - Pessoa que trabalhou sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana de referência, em ajuda na atividade econômica de membro da unidade domiciliar ou de parente que residia em outra unidade domiciliar (p.39).

No capítulo analítico, constatei que a população em idade de trabalhar, em 2022 era de 17,5 milhões de pessoas com deficiência nessa faixa etária. Dentre elas, apenas 5,1 milhões, de fato, estavam na força de trabalho, representavam 29,2% desse grupo. A maioria das pessoas fora da força de trabalho eram mulheres com deficiência. Além disso, constatei que há uma proporção maior de pessoas negras fora da força de trabalho.

Após essa análise inicial, coletei as informações sobre as pessoas ocupadas. Apenas 4,7% da população ocupada no Brasil era composta por pessoas com deficiência, e dentro desse grupo, a maioria eram homens com deficiência. Também examinei o nível de ocupação dessas pessoas em relação à escolaridade. Entre as pessoas com deficiência, o maior índice de ocupação estava entre aquelas com nível

superior, enquanto o menor índice correspondia às aquelas sem instrução ou com o fundamental incompleto.

Ao comparar esses dados com os da população sem deficiência, observei que 51,2% das pessoas com deficiência ocupadas tinham ensino superior, enquanto entre as pessoas sem deficiência esse percentual era de 80,8%.

Diante desses dados, comecei a me fazer novas perguntas: afinal, há uma construção social sobre quem é produtivo e quem não é para o mundo do trabalho?

Para elucidar melhor esse questionamento, recorri a informações sobre as categorias de empregabilidade, sendo seis grupos: empregado no setor privado, conta própria, emprego no setor público, empregador, trabalhador familiar auxiliar e trabalhador doméstico. Constatei que as pessoas com deficiência, apresentar maior taxa de empregabilidade no setor privado e a menor taxa em atividades familiar auxiliar.

No entanto, ao comparar esses dados com os das pessoas sem deficiência, tornou-se evidente a desigualdade enfrentada pelas pessoas com deficiência no mundo do trabalho. A maior taxa de atuação por conta própria entre as pessoas com deficiência indicava a dificuldade de inserção em empregos formais. Além disso, as mulheres com deficiência apresentaram taxas mais elevadas de ocupação no trabalho doméstico, um setor caracterizado pela informalidade e pelo fácil acesso, mas também pela ausência de direitos sociais e pela permanência de estigmas.

No setor privado, as pessoas com deficiência estavam inseridas em cargos considerados mais acessíveis, que exigem baixa qualificação profissional e pouca necessidade de adaptação do ambiente de trabalho. Ao realizar uma análise comparativa entre gênero e ocupação, observei que as mulheres com deficiência apresentaram maior risco de inserção na informalidade.

Visto esses dados, dediquei-me a aprofundar sobre a informalidade, Antunes (2018) esmiúça as categorias de informalidade e defende que é uma estratégia do capitalismo para reduzir custos e aumentar mão de obra flexível.

Nessa categoria, observei que a interseccionalidade entre gênero, cor/raça, deficiência e nível de instrução expõe as pessoas a um maior risco de informalidade. No Brasil, a falta de instrução, ser preto ou pardo e ter deficiência aumentam significativamente as chances de inserção no trabalho informal. Esse risco se ainda mais quando a pessoa é jovem ou idosa.

Posterior essa análise, também optei por identificar o padrão de rendimento da população, e as pessoas pretas com deficiência apresentaram as menores remunerações do Brasil totalizando R\$ 1.485,00. Enquanto, que os trabalhadores pretos sem deficiência tiveram uma média salarial de R\$ 2.051,00, totalizando um diferencial de R\$ 566,00. Desse modo, comecei a identificar que essa população possa ser a com deficiência intelectual, já que apresentam as menores taxas de instrução segundo o IBGE (2010) 45,6% das pessoas com deficiência intelectual eram analfabetas. Segundo a RAIS de 2021, essa população apresentou a menor taxa de remuneração, sendo R\$ 1.819,67. Então passo a me questionar qual a possibilidade desse sujeito manter-se economicamente com a remuneração ofertada no trabalho formal?

Portanto, retorno aos dados sobre o trabalho formal, agora com um olhar específico para a população com deficiência intelectual. Para isso, recorro à RAIS de 2021 e aos boletins das políticas públicas de emprego, trabalho e renda de 2022 e 2023.

Constato um pequeno crescimento nas taxas de empregabilidade no setor formal das pessoas com deficiência intelectual, considerando que há 2,6 milhões de brasileiros com deficiência mental ou intelectual (IBGE, 2010). No entanto, concluo que as pessoas com deficiência encontram-se de forma (in)visível no mundo do trabalho, e o subgrupo deficiência intelectual vivenciam o agravamento dessas desigualdades.

No caso das pessoas com deficiência intelectual, a desigualdade no trabalho se escancara, mostra seu lado mais perverso. Enquanto em outras deficiências há uma falsa sensação da garantia de direitos, sustentada por estatísticas que apontam inclusão em postos de trabalho, abertura de oportunidades e faixas salariais semelhantes às das pessoas sem deficiência, a realidade para as pessoas com deficiência intelectual é outra. Os dados evidenciaram a precariedade da inclusão, os baixos salários, a estigmatização, a meritocracia e as in/exclusões.

Desse modo, apoio-me em Dubet (2020) para compreender as desigualdades múltiplas e em Butler (2019) para aprofundar a discussão sobre a precariedade, dando continuidade ao capítulo analítico.

Primeiramente, foi necessário localizar a pessoa com deficiência intelectual como uma vida precária. Isso porque esse grupo experimenta uma (in)visibilidade

corpórea: ora estão em destaque por integrar uma categoria socialmente definida, ora torna-se invisível, pois nem sempre a deficiência é fisicamente aparente.

Para Butler (2019) vidas precárias são aquelas consideradas menos dignas de luto e reconhecimento pelas estruturas políticas e sociais. Essas vidas são marcadas por fatores como gênero, raça, deficiência e classe social, sendo percebidas como menos valiosas e, conseqüentemente, mais expostas à violência, à exclusão e à precariedade. Portanto, a partir da autora é possível refletir como as desigualdades estruturais se naturalizam e como algumas vidas seguem sendo mais precarizadas que outras.

Segundo Butler a precariedade está atrelada a vulnerabilidade (2019). Todos os seres humanos são vulneráveis e dependem de outros para viver, é uma característica fundamental da vida. No entanto, nem todos são vulneráveis da mesma maneira. Grupos marginalizados na sociedade sofrem uma vulnerabilidade maior, intensificada pela desigualdade econômica, pela violência institucional e normas por excludentes. Assim, a precariedade é um efeito político dessa vulnerabilidade.

Butler (2019, p.52) afirma que:

vidas são apoiadas e mantidas diferentemente, e existem formas radicalmente diferentes nas quais a vulnerabilidade física humana é distribuída ao redor do mundo certas vidas serão altamente mente protegidas, e a anulação de suas reivindicações à inviolabilidade será suficiente para mobilizar as forças de guerra. Outras vidas não encontrarão um suporte tão rápido e feroz e nem sequer se qualificam como “passíveis de ser enlutadas.

A autora argumenta que essa vulnerabilidade deve ser reconhecida, não para simplesmente admitir que os sujeitos são frágeis, mas para compreender que:

cada um, de maneira diferente, está compelido pela mesma necessidade, pelo mesmo requisito. Isso significa que não somos identidades separadas na luta pelo reconhecimento, mas que já estamos envolvidos em uma troca recíproca, uma troca que nos desloca de nossas posições, de nossas posições como sujeitos, e nos permite ver que a própria comunidade requer reconhecimento de que estamos todos, de maneiras diferentes, lutando por reconhecimento (Butler 2019, p. 65).

Desse modo, operar com os conceitos de precariedade, vulnerabilidade e reconhecimento em Butler, permite compreender que algumas pessoas no mundo do trabalho são mais precarizadas do que outras. Mas, todas passam por processos de precarização. Ao olhar especificamente para o público com deficiência intelectual,

ampliamos a compreensão dessas vulnerabilidades e reconhecemos as desigualdades enfrentadas por todos.

Porém, não basta o reconhecimento, para garantir condições de igualdade no mundo do trabalho, para isso, vejo que a concepção bidimensional de justiça Fraser (2017), ajuda que olhemos para o reconhecimento e a redistribuição como alternativa para o acesso ao mundo do trabalho das pessoas com deficiência, porém, é fundamental que a condição econômica e o reconhecimento caminhem de mãos dadas em prol do acesso igualitário.

Frente a existência de uma racionalidade inclusiva (Menezes, 2011), que visa políticas de acesso e formação para o trabalho, vejo que é preciso retomar as políticas inclusivas para o mundo do trabalho, a fim de lançar reflexões acerca da formação e a inclusão da pessoa com deficiência nesse contexto.

O último bloco de dados, trata da relação entre a profissionalização das pessoas com deficiência e sua efetiva ocupação. Os dados que compõe essa analítica constituem-se de dados estatísticos educacionais publicados em 2023 e normativas de 1989 a 2015. Apresento no quadro abaixo os dados estatísticos educacionais:

Quadro 9 - Materialidade analítica: Dados educacionais 2023

	Dado coletado	ano
Censo Escolar – Documento divulgação de resultados	Número de matrículas da educação especial Matrícula na educação especial por tipo de deficiência Evolução das matrículas de educação especial no ensino médio, por local de atendimento de 2011 a 2023 Evasão do Ensino Médio Repetência no ensino médio	2023
Painel do Censo Escolar	Taxa de aprovação educação especial no ensino médio – 2023	2023
Censo da Educação Superior	Número de ingressantes em cursos de graduação na rede federal por tipo de programa de reserva de vagas Número de matrículas em cursos de graduação de alunos por tipo de deficiência	2023

Fonte: Produzido pela autora.

Para compor essa materialidade analítica foi necessário apoiar as discussões na racionalidade política como materialidade analítica, essa seleção, inicialmente

contemplava diversos documentos que promoviam e garantiam o acesso a formação e ao mundo do trabalho. Porém, durante o processo analítico, optei por utilizar aquelas normativas que permitiram o aprofundamento das discussões em curso. Portanto, segue no quadro abaixo, as políticas utilizadas como materialidade analítica:

Quadro 10 – Materialidade analítica: Normativas

DOCUMENTO	ANO
Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	1989
Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência – Lei nº 8.213 de 1991.	1991
Classificação Brasileira de Ocupação -Portaria ministerial nº. 397 de 2002	2002
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	2008
Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146 de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).	2015

Fonte: Produzido pela pesquisadora.

Constatei, nos capítulos anteriores que era preciso operar com novas perguntas. Durante esse processo de leitura e análise, construí alguns questionamentos que permitiram olhar para além do que já estava posto, o objetivo foi olhar para uma materialidade que mostra as formas de condução das vidas das pessoas com deficiência, como os saberes vão posicionando-as no mundo do trabalho. Desse modo, no capítulo analítico 7 “Profissionalização e as políticas inclusivas”, procuro responder os seguintes objetos específicos: Produzir reflexões acerca da formação e da inclusão no mundo do trabalho de pessoas com deficiência e conhecer e problematizar como as políticas têm promovido inclusão no mundo do trabalho das pessoas com deficiência.

Para isso, tomo como guia desse capítulo analítico os seguintes questionamentos:

- Como as normativas operam na condução dos processos de (in)visibilidades?
- O que é considerado profissão e o que é considerado ocupação nas normativas?
- Quem tem acesso à profissionalização?
- Quem é excluído ou direcionado para determinadas ocupações?

A analítica do capítulo 7 teve como foco as matrículas das pessoas com deficiência no sistema educacional brasileiro e a forma como essas matrículas se relacionavam com as políticas de inclusão educacional e profissional. Para isso, foi realizado uma coleta dos dados mais recentes dos censos educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

A análise foi conduzida por meio do conceito de racionalidade inclusiva, que permitiu examinar como as políticas de inclusão, embora apresentem avanços, frequentemente se configuravam de forma performativa. A análise dos dados buscou evidenciar a discrepância entre os números apresentados e a realidade concreta da inclusão educacional e profissional. Foram apresentados dados quantitativos sobre as taxas de evasão escolar, repetência, aprovação, e o acesso à educação profissional e superior, com o objetivo de questionar os processos de in/exclusão no acesso ao mundo do trabalho para as pessoas com deficiência intelectual. A partir disso, foi possível problematizar as relações de poder que atravessam a educação e o trabalho, interpretando os dados educacionais como reflexos das desigualdades sociais mais amplas, nas quais a deficiência é vista como uma falha que impede o acesso a oportunidades educacionais e de trabalho qualificado.

Além disso, foram utilizados os conceitos de vidas desperdiçadas e refugo humano, conforme discutido por Bauman (2005), para problematizar como as pessoas com deficiência intelectual são marginalizadas e excluídas tanto da formação para o trabalho e do próprio mundo do trabalho. Esses conceitos ajudaram a contextualizar essa exclusão dentro da realidade econômica e social, que valoriza a produtividade dos sujeitos, relegando aqueles que não atendem os padrões estabelecidos as posições de invisibilidade social e laboral.

5 DA ESCOLA PARA O MUNDO DO TRABALHO

Art. 34. A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (Brasil, 2015).

Art. 35. É finalidade primordial das políticas públicas de trabalho e emprego, promover e garantir condições de acesso e de permanência da pessoa com deficiência no campo de trabalho (Brasil, 2015).

No Brasil, no ano de 2010, conforme o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 46 milhões de pessoas afirmavam possuir uma ou mais das deficiências investigadas, correspondendo a 23,9% da população brasileira. Dessa população, 3,4% possuíam deficiência visual, 2,3% deficiência motora/física, 1,1% deficiência auditiva e 1,4% deficiência mental/intelectual¹⁹.

Em 2019, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS)²⁰ realizada pelo Ministério da Saúde em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo um inquérito de saúde de base domiciliar no âmbito nacional, apontou que 8,4% da população brasileira acima de 2 anos, aproximadamente 17,3 milhões de pessoas, tem algum tipo de deficiência, com base em amostragem de 108 mil domicílios. Essa amostragem representa 15,74% da população total. Dessa população, 3,4% possuem deficiência visual, 1,1% deficiência auditiva e 1,2% deficiência mental/intelectual.

Esses dados estimam que a população com deficiência cresceu em relação ao ano de 2010 no Brasil, a pesquisa PNS (2019) já anunciava esse crescimento, visto que com base na amostragem de 108 mil domicílios, existem aproximadamente 17,3 milhões de pessoas com deficiência no Brasil. Em 2010 o IBGE constatou que a população com deficiência representava 23,9% da população total, após nove anos, estima-se que a população brasileira cresceu 15,3 milhões, totalizando 213.317.639 (IBGE) pessoas, caso o percentual acima tenha-se mantido, temos atualmente cerca de 50.982.915 pessoas com algum tipo de deficiência no Brasil.

¹⁹ Nomenclaturas utilizadas neste parágrafo estão descritas conforme a divulgação do IBGE. Nesses percentuais descartou-se o transtorno do espectro do autismo, neuroses, psicose e esquizofrenia.

²⁰ A pesquisa usou como abrangência geográfica todo o Território Nacional dividido dos Setores Censitários da Base Operacional Geográfica, excluídas áreas com características especiais, classificadas, pelo IBGE. E público-alvo pelos moradores em domicílios particulares permanentes. A amostragem foi o método utilizado na coleta dos dados desta pesquisa, o processo segue técnicas de escolher membros de uma população de forma que seja possível realizar inferências sobre toda a população. Até o ano de 2024, não foi divulgado nenhuma pesquisa posterior de contagem populacional.

Na epígrafe inicial da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (mais conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência), estabeleceu-se o direito da pessoa com deficiência ao trabalho. Esse direito já estava previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e na Consolidação de Leis do Trabalho (CLT) e foi reafirmado por esse estatuto, um dos últimos documentos oficiais a regulamentar os direitos das pessoas com deficiência no país.

É possível mensurar, a partir da análise desses dois âmbitos, documentos legais e dados estatísticos, que a temática “mundo do trabalho para as pessoas com deficiência” se tornou uma preocupação do Estado nas últimas décadas. Primeiramente, desde a década de 1980, todos os documentos legais asseguram o direito da pessoa com deficiência ao trabalho. Além disso, desde então, diversos movimentos vêm sendo realizados para garantir o acesso, incluindo programas e parcerias entre entidades educativas, como as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, Secretarias de Educação e o Sistema S²¹.

Em segundo lugar, é notável que, após a Constituição Federal de 1988, foram criados documentos legais específicos pelo Ministério do Trabalho. Em 1991, a Lei nº 8.213/91, conhecida como Lei de Cotas, estabeleceu a reserva de vagas para pessoas com deficiência no mundo do trabalho. No entanto, entre a conclusão das regulamentações e a definição das regras para fiscalização dessa lei, transcorreu quase uma década, e sua efetiva aplicação iniciou-se apenas no ano 2000. Essa legislação não apenas assegura um direito, mas também atua como um instrumento de fiscalização e exigência da inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho.

Essas conquistas são resultado do movimento em prol da inclusão das pessoas com deficiência, iniciado na década de 1990 em âmbito internacional, e, em seguida, nacionalmente. Em março de 1990, ocorreu a Conferência de Educação para Todos, convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pelo Banco Mundial. O principal resultado desse evento foi a Declaração Mundial de Educação para Todos.

²¹ Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica. Fonte: Agência Senado.

Posteriormente a essa conferência, uma série de documentos legais passou a ser produzida no Brasil visando garantir direitos igualitários às pessoas com deficiência no contexto social. O primeiro foi o direito à educação, assegurado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Após à LDB, surgiram outros documentos significativos, como:

- Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, (Decreto nº 3.298 de 1999), que consolidou normas de proteção e outras providências;
- Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001);
- Convenção da Guatemala de 1999, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, que afirma a garantia de direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência e igualdade de condições com as demais pessoas.

Em 2008, houve um marco histórico na garantia do direito à educação com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Decreto nº 6.571/2008). Essa política consolidou a inclusão escolar de estudante com deficiência em escolas regulares de ensino e estabeleceu a transversalidade da educação especial, desde a educação infantil até o ensino superior.

Todos esses documentos legais versam sobre a garantia do direito ao acesso ao mundo do trabalho, destacando a educação como articuladora da formação para o ingresso das pessoas com deficiência na efetiva participação social. Essa constatação já vinha sendo construída na minha dissertação de Mestrado, na qual explorei os documentos que materializam a Certificação por Terminalidade Específica, tanto do sistema da educação básica do Brasil quanto na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Compreendi que as ambas caminham juntas na construção de estratégias e na garantia de direitos para a inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho.

Através de Menezes (2011), compreende-se a escola na Modernidade como um “espaço privilegiado para o investimento da normalização disciplinar, a Modernidade inventa também um local privilegiado para a fabricação de um tipo específico de sujeito: o sujeito moderno que, pelo investimento da disciplina, aprende como se autogestar” (p.143). A função da escola ultrapassa o âmbito pedagógico e passa a atuar sobre o sujeito, constituindo sua subjetividade. Esse sujeito assume a

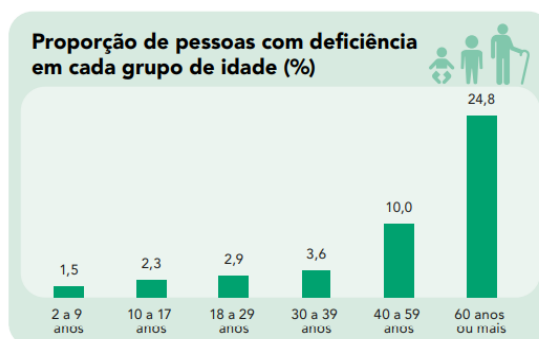
responsabilidade de autogestar sua vida após o período escolar, principalmente ingressando no mundo do trabalho.

Posterior a esses marcos legislativos, vejo que há a necessidade de constatar se essa população está, de fato, ingressando em níveis mais elevados de escolarização. Quais são, hoje, passados trinta e dois anos após a Conferência de Educação para Todos, os resultados das políticas educacionais inclusivas? Seria possível afirmar que sua efetivação, representa um marco na garantia do direito ao acesso à escolarização das pessoas com deficiência e à posterior inclusão no mundo de trabalho?

Primeiramente, creio ser necessário olhar para o ingresso dessa população na educação básica. Tomarei como marco temporal o período de 2010 a 2021. De 2010 a 2021, conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)²², através do Censo Escolar da Educação básica de 2021, registraram-se 46,7 milhões de matrículas nas 178,4 mil escolas de educação básica no Brasil.

Quanto à educação especial, o documento Resumo Técnico Censo Escolar da Educação Básica de 2021 aponta um crescimento exponencial de matrículas de estudantes do público-alvo da educação especial na rede regular de ensino. Em 2021, foram registradas 1,3 milhão de matrículas. Segundo a Pesquisa Nacional da Saúde de 2019, a população com deficiência em idade escolar correspondeu a 3,8%, totalizando cerca de 646 mil crianças e adolescentes.

Gráfico 12 - Proporção de pessoas com deficiência em cada grupo de idade/2022



Fonte: IBGE (2022).

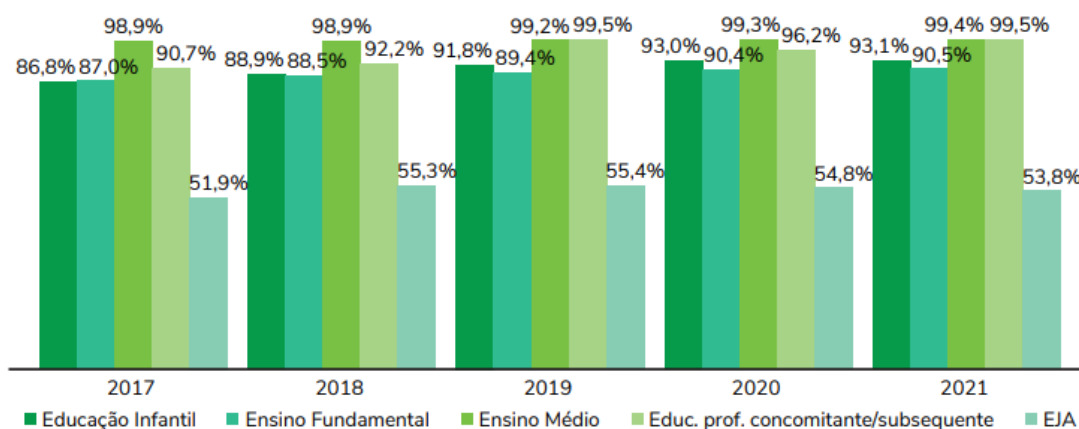
²² “O Censo Escolar da Educação Básica é um levantamento estatístico anual coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e realizado em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação e as escolas públicas e privadas de todo o País” (BRASIL, p. 14, 2021).

Esse crescimento também reflete as políticas que tornaram obrigatória a inclusão escolar em ambientes regulares de ensino. Esses dados revelam a presença significativa dessas pessoas na sociedade, muitas vezes invisibilizadas no passado. Historicamente, essas pessoas foram sujeitadas a regimes de tutela e escolarização em escolas especiais, que promoviam isolamento e práticas de exclusão. Tais práticas restringiram seus modos de existência e limitaram sua participação social. Os dados de escolarização denunciam o número de pessoas com deficiência existentes, como se elas passassem agora a “existir” socialmente.

Conforme o Censo Escolar da Educação Básica de 2021, o número de matrículas cresce em todas as etapas da educação, exceto na Educação de Jovens e Adultos que apresenta uma redução de 1%. Observa-se que o maior aumento no número de matrículas ocorreu na Educação Profissional. É possível, portanto, perceber a relação entre educação e trabalho²³ refletida nesse aumento de matrículas, uma vez que há um crescente interesse de pessoas com deficiência em frequentar instituições que ofertam educação profissional. Souza (2020), em sua pesquisa, relata que a educação profissional desempenha um papel importante para a população com deficiência, pois visa preparar os sujeitos para o mercado competitivo. Não se trata apenas de preparação para o trabalho, mas também o desenvolvimento de habilidades básicas, como alfabetização, letramento e habilidades matemáticas fundamentais. Tais habilidades, em uma sociedade capitalista, parecem tornar-se requisitos essenciais para o ingresso no mundo do trabalho. Essa lógica, acentuada na formação profissional desde a década de 80, justifica que o desemprego seja causado pela desqualificação do trabalhador. Aqui, segue-se a lógica que o sujeito precisa estar preparado para atender às exigências do capital, sendo necessário adquirir requisitos básicos para ingressar no mundo do trabalho (Silva, 2000).

²³ O conceito de trabalho compreendido como aquele que visa no sujeito projetos, metas, objetivos e sonhos através da profissão escolhida, ou seja, para além da necessidade financeira.

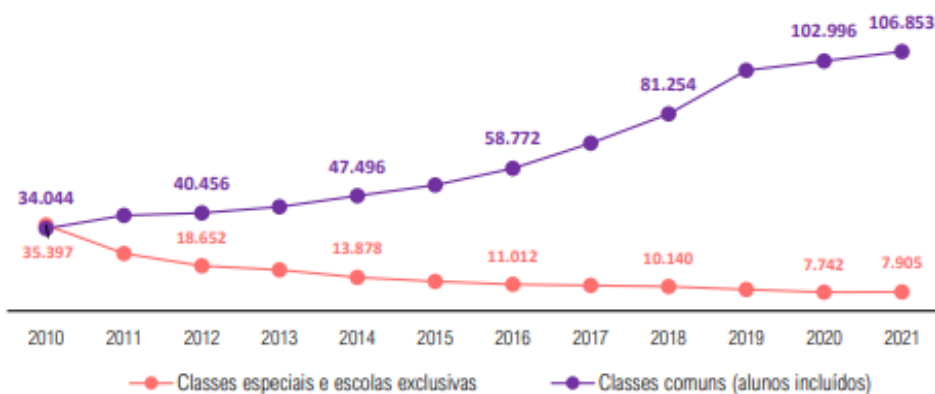
Gráfico 13 - Percentual de alunos, com deficiência, matriculados nas diferentes etapas de ensino de 2017 a 2021



Fonte: Censo Escolar da Educação básica (2021).

Em 2010 havia 34.044 mil matrículas de educação especial na educação infantil nas classes comuns, já em 2021, conforme observado no gráfico, abaixo, do Censo da Educação Básica do ano de 2021, o número de matrículas ultrapassou 106 mil:

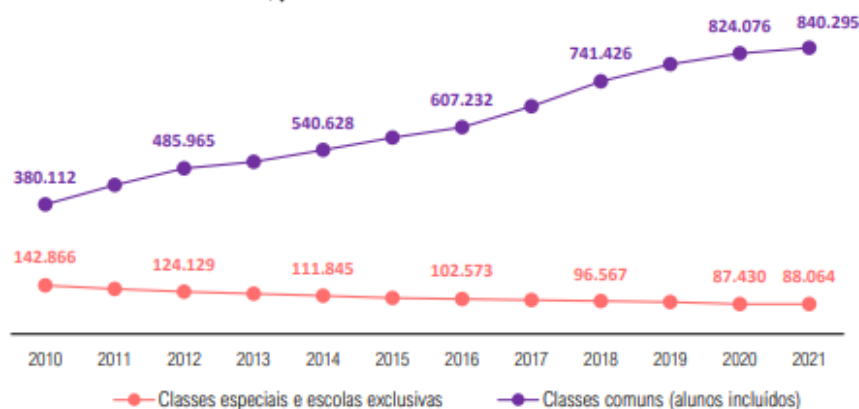
Gráfico 14 - Evolução das matrículas de educação especial na educação infantil de 2010 a 2021



Fonte: Censo Escolar 2021.

Porém, é na educação básica nível ensino fundamental que os números apresentam maior notoriedade. Em 2010 eram 380.112 mil matrículas da educação especial e, em 2021, 840.295 mil matrículas nas classes comuns. Além disso, houve o declínio de matrículas em classes especiais e escolas exclusivas até o ano de 2020, em 2021 ocorre um crescimento de 634 alunos.

Gráfico 15 - Evolução das matrículas de educação especial no ensino fundamental de 2010 a 2021



Fonte: Censo Escolar 2021.

No ensino médio há um crescimento de matrículas tanto nas classes comuns quanto nas classes especiais e escolas exclusivas. Na classe comum, em 2010, eram 27.695 mil matrículas. Já em 2021, o número de matrículas, de pessoas com deficiência incluídas no ensino médio de classes comuns, cresce para 172.897 mil.

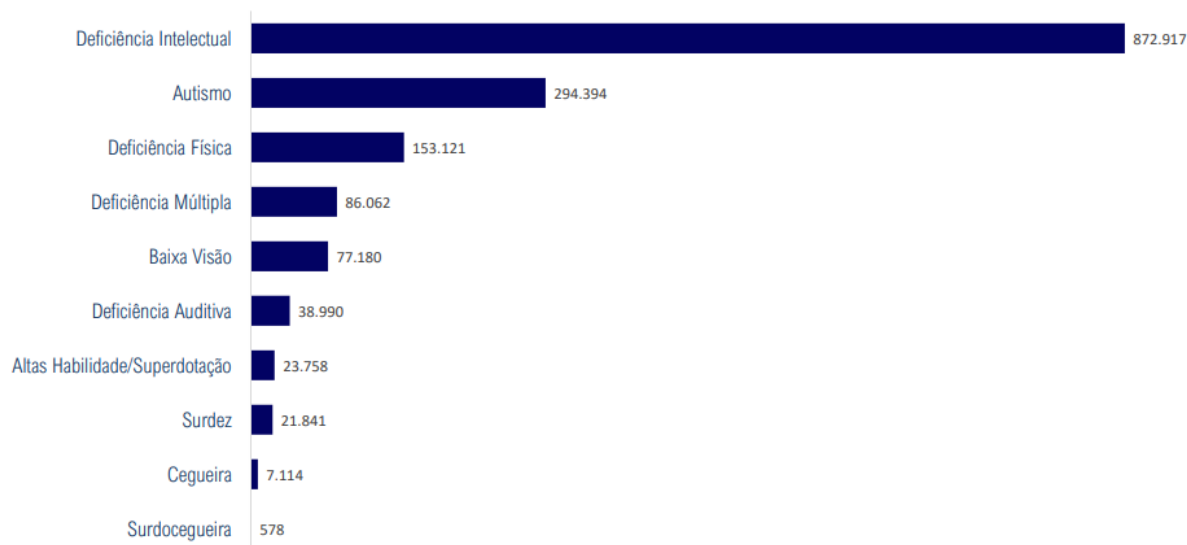
Gráfico 16 - Evolução das matrículas de educação especial no ensino médio de 2010 a 2021



Fonte: Censo Escolar 2021.

Quanto à matrícula por tipo de deficiência, em 2021 o maior número de matrículas, na rede básica de educação, é de pessoas com deficiência intelectual, representando, conforme o próximo gráfico, 55,4%:

Gráfico 17 - Matrícula na educação especial por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação – 2021



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica (2021).

Conforme o último Censo Demográfico (2010) e a Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, a população por tipo de deficiência com maior índice no Brasil era a com deficiência visual, seguida da deficiência física, deficiência auditiva e, com o menor índice, as pessoas com deficiência intelectual. Já nos dados do Censo Escolar da Educação Básica, o maior índice de matrículas da educação especial é das pessoas com deficiência intelectual. O Censo Escolar da Educação Básica é um instrumento respondido por diretores e dirigentes de estabelecimentos de ensino, público e/ou privado, no Sistema Educacenso. O censo demográfico (IBGE) é um instrumento estatístico respondido pela própria população brasileira, ou seja, através da declaração e identificação de suas características individuais.

Portanto, já que as matrículas da educação especial na rede básica de ensino são, em maior número, de alunos com deficiência intelectual, vejo a necessidade de olhar os resultados do Censo da Educação Superior para verificar se há um padrão de continuidade das matrículas por tipo de deficiência e se os alunos com deficiência intelectual estão acessando, também, o ensino superior. O que esses dados sugerem, é que possa estar ocorrendo constatações equivocadas sobre o tipo de deficiência de cada indivíduo, já que para a declaração no Censo Escolar é possível utilizar quatro tipos diferentes de documentos, não sendo obrigatório somente o laudo médico. A escola parece não compreender a diversidade da população com deficiência,

englobando todos como pessoas com deficiência intelectual, em decorrência das dificuldades enfrentadas a partir das suas diferentes deficiências que nem sempre são questões cognitivas.

Historicamente, as pessoas com deficiência intelectual nunca tiveram a oportunidade de reivindicar o seu lugar no mundo de maneira autônoma, no sentido de construir sua subjetividade e identidade individual com base em sua própria visão de si. Sempre foram constituídas pelo olhar do outro. Os próprios movimentos pestalozziano e apaeano, por exemplo, eram representados por amigos, profissionais e familiares, e não pelos sujeitos que carregavam em seus corpos as marcas da “deficiência” (Lopes, 2014).

A identidade dessas pessoas foi constituída por discursos oriundos do saber médico, marcados pelo diagnóstico, pela ideia de impossibilidade e pelo desvio. Isso se torna mais evidente, já que o corpo não denuncia a deficiência. É necessário observar o comportamento, realizar análises e práticas, desse modo, decidir o lugar do sujeito no mundo. Nesse caso, a escolha vai determinando aqueles que possuem deficiência intelectual e aqueles isentos de tal deficiência, principalmente no ambiente escolar, onde há marcadores de normalidade pré-estabelecidos: aqueles que leem e aqueles que não leem, aqueles que “acompanham” a turma e aqueles que não acompanham, aqueles que não aprendem no tempo correto e aqueles que não atingem habilidades mínimas em longos períodos de escolarização. Portanto, o censo escolar, é fruto de diferentes saberes e estigmas sociais.

Conforme Lopes (2007)

a escola, entendida como instituição normalizadora, olha para essa diferença com o firme propósito de apagá-la, de torná-la algo indesejável devido ao seu caráter de anormalidade e de estranheza. Tanto a escola frisa o lugar do indesejado que acaba definindo o padrão desejável que servirá de referencial e de modelo de comparação entre aqueles ditos “normais” e aqueles ditos “anormais” (p. 20).

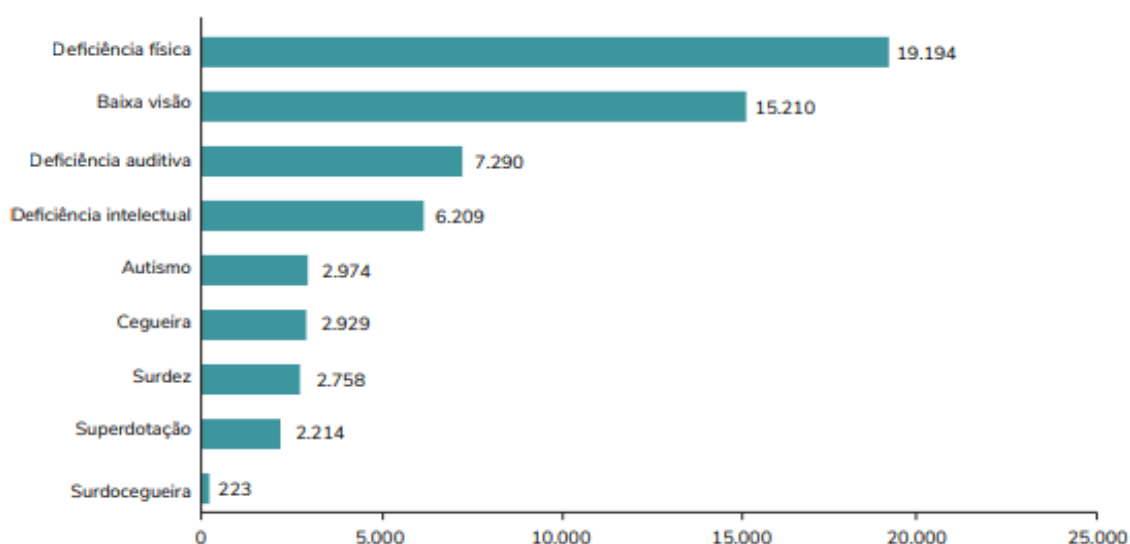
Nessa lógica, a escola contemporânea define o percurso do aluno, tanto no que diz a respeito à aprendizagem quanto à sua permanência na escola, delimitando sua existência, capacidade e incapacidade, ou seja, efetiva práticas de correção e exclusão definidas a partir da norma.

Já no Censo da Educação Superior de 2020, foram registradas 59.001 mil matrículas de estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou

altas habilidades/superdotação. Há uma redução significativa no número de matrículas em comparação com o ensino médio, o que indica que apenas 34% da população com deficiência está concluindo o ensino médio e ingressando no ensino superior. Além disso, esse número total pode incluir pessoas que retomaram os estudos alguns anos após a conclusão do ensino médio.

Dessas matrículas, as mais comuns, conforme gráfico a seguir, são deficiência física (32,5%), baixa visão (25,8%), deficiência auditiva (12,45%) e deficiência intelectual (12,2%).

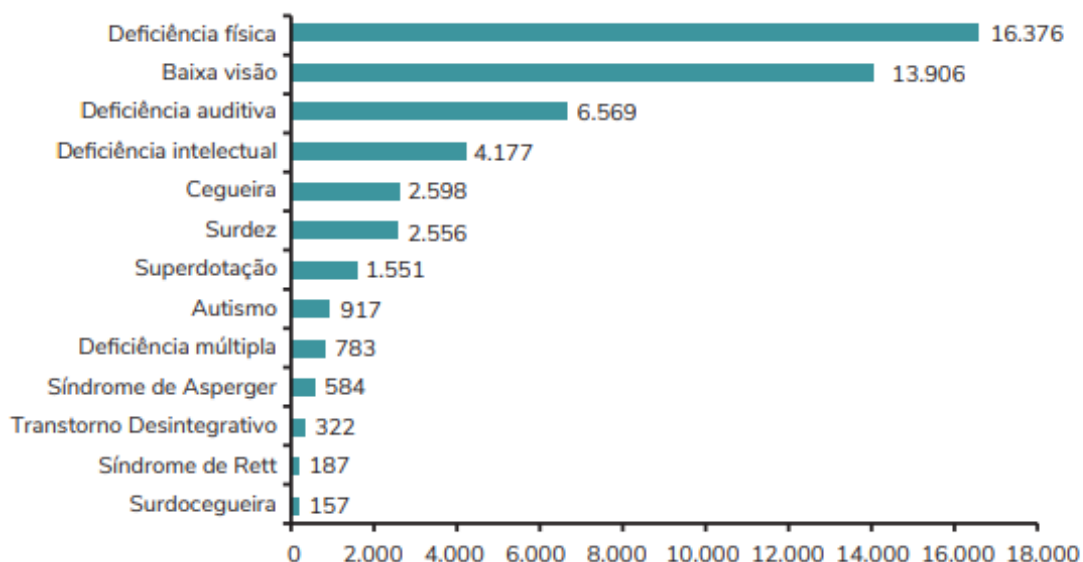
Gráfico 18 - Total de Matrículas de graduação conforme o tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação declarados



Fonte: Censo da Educação Superior (2020).

Já no ano anterior, 2019, foram registradas 50.683 matrículas na graduação, totalizando 0,6% do total de matrículas. Dessas matrículas, 32,3% são de deficiência física, 27,4% de baixa visão e 12,9% de deficiência auditiva. A deficiência intelectual, conforme vemos aqui, se encontra em quarto lugar totalizando 8,24% das matrículas no ensino superior. A quantidade de matrículas das pessoas com deficiência intelectual aumenta, de um ano para outro, em número e percentual diante das demais deficiências, totalizando 4%.

Gráfico 19 - Total de Matrículas de graduação conforme o tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação declarados – 2019

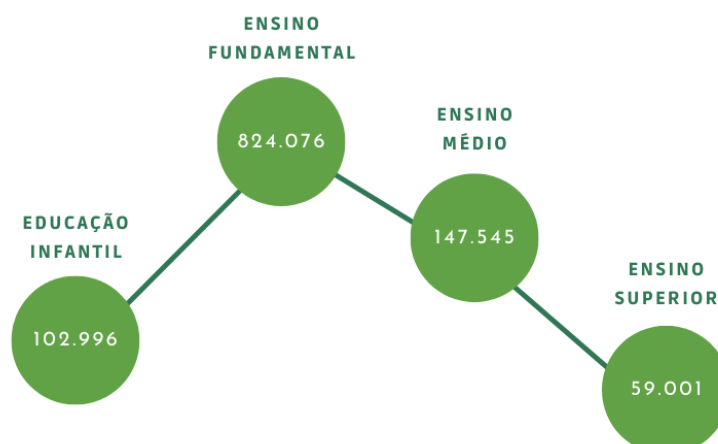


Fonte: Censo da Educação Superior (2019).

Como exposto no subcapítulo em que descrevo minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional, na dissertação do Mestrado já vinha entendendo que dentro do grupo de pessoas público-alvo da educação especial, conforme descrito na PNNEEI (2008), há subgrupos que apresentam diferenças entre o próprio grupo e necessitam de outras estratégias para garantir sua inclusão nos diferentes espaços (escolarização, mundo de trabalho e acesso à garantia de direitos). No caso das matrículas escolares e do ensino superior, fica evidente que o grupo das pessoas com deficiência intelectual, no ano de 2021, foi responsável pela grande maioria de matrículas na educação básica nos diferentes níveis. Já no ensino superior, este público cai para o quarto lugar de matrículas.

No ensino superior, onde a obrigatoriedade é dispensada, observa-se uma queda no número de matrículas da população com deficiência. Esse fenômeno reflete as persistentes desigualdades históricas e sociais que dificultam o acesso e a permanência dessa população na etapa final da educação formal. Além disso, evidencia a precariedade na oferta do ensino básico, marcada por práticas educacionais excludentes e inadequadas, que não atendem às reais necessidades desses sujeitos.

Figura 3 - Pirâmide educacional pessoas com deficiência no Brasil



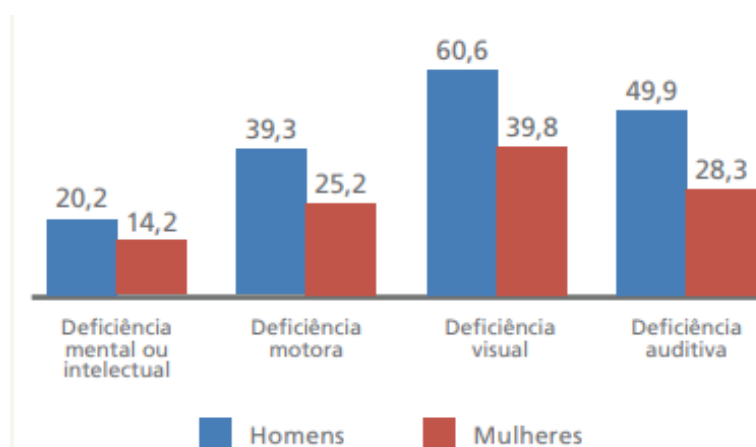
Fonte: Dados coletados no Censo Escolar da educação básica de 2021 e no Censo da Educação Superior de 2020. Elaborado pela autora.

O que ocorre com essa população após o encerramento do percurso de escolarização na educação básica? Eles conseguem ingressar no mundo do trabalho? Esse questionamento me leva a buscar dados estatísticos sobre a inclusão desse público no mundo do trabalho. Primeiro, considero importante analisar o percentual da população com deficiência que efetivamente acessa esse espaço.

Existem poucos dados governamentais referentes às taxas de empregabilidade e desemprego das pessoas com deficiência no Brasil. Entre estes temos a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que é um Registro Administrativo de periodicidade anual e apresenta dados de todos os estabelecimentos formais e vínculos e estatutários no Brasil, o IBGE que abrange dados sobre empregabilidade formal e informal e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged/ME) que apresenta a dimensão de empregados versus desempregados formais.

Segundo, para o IBGE, em 2010, eram 161 milhões de pessoas com 10 anos ou mais. Dessas, 44 milhões são pessoas com deficiência, 20,4 milhões estavam ocupadas, ou seja, com emprego formal, informal ou afastadas do trabalho por até 4 meses e 23,6 milhões estavam desocupadas à procura de emprego na semana de referência. Esses dados revelam que a população com deficiência acessa muito pouco o mundo do trabalho, com uma taxa maior de pessoas que estão em busca de trabalho do que empregadas. Os dados ficam ainda mais assustadores quando revelam a ocupação por tipo de deficiência, conforme o gráfico a seguir do Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Gráfico 20 - Nível de ocupação da população de 10 anos ou mais de idade, por sexo e tipo de deficiência investigada



Fonte: IBGE 2010.

As maiores taxas de ocupação entre os as diferentes deficiências foram identificadas nas deficiências visual, auditiva e física/motora (IBGE, 2010), o que também já se refletia nos dados sobre o número de matrículas na educação básica e no ensino e do ensino superior. Por outro lado, a deficiência intelectual apresentou, conforme o Censo Demográfico de 2010, os menores índices de ocupação, exercendo o maior impacto negativo nesse aspecto.

Além disso, a população feminina com deficiência registrou o menor índice de ocupação. No que se refere à população economicamente ativa com 10 ou mais anos de idade e algum tipo de deficiência, a taxa de ocupação variou tanto em relação ao gênero quanto ao tipo de deficiência em 2010. Os homens economicamente ativos representavam 60,3%, enquanto as mulheres correspondiam 41,7%. Entre os grupos, a deficiência intelectual apresentou os menores índices de ocupação: 22,2% para homens e 16,1% para mulheres

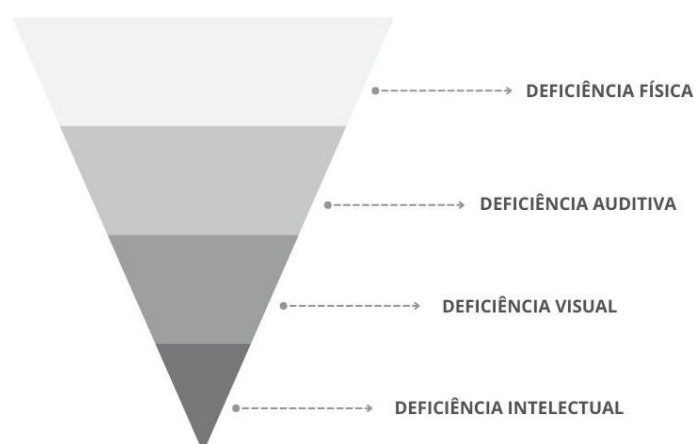
Conforme a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do ano-base 2019, havia o total de 523.431 mil pessoas com deficiência empregadas formalmente no Brasil, sem considerar o segmento informal. Em 2020, esse número aumentou para 623.827 empregos formais. Desses, 495.784 mil estavam ativos até a data de 31 de dezembro de 2020, enquanto 128.348 mil do total de trabalhadores formais, eram pessoas com deficiência, o que representa apenas 1,07% da população com

deficiência empregada. Já em relação à população total brasileira com deficiência, o percentual é de 1% de pessoas empregadas no trabalho formal²⁴.

Os dados referentes ao gênero precisam ser avaliados cuidadosamente, pois aqui tratamos de uma categoria de ocupação que abrange desde o emprego formal até o trabalho informal remunerado. Há séculos, as mulheres assumem o trabalho doméstico não remunerado como sua função, o que extrapola de categoria trabalho informal evidências a desigualdade de gênero na distribuição das atividades produtivas e, conseqüentemente, inviabiliza o trabalho feminino na economia.

Entre 2010 a 2020, conforme a RAIS (2020), a população por tipo de deficiência que mais empregou foi a deficiência física. No entanto, a partir de 2014, houve uma redução no número de trabalhadores com deficiência física, tendência que também afetou aqueles com deficiência auditiva. Por outro lado, as demais deficiências apresentaram crescimento na empregabilidade formal, embora em percentuais poucos expressivos a cada ano. Um exemplo, é caso dos trabalhadores com deficiência intelectual, que tiveram um aumento na taxa de empregabilidade, mas, mesmo assim, continuam ocupando a quinta posição entre os diferentes tipos de deficiência no mercado formal. Já em relação aos desligamentos, 128.348 mil, as pessoas com deficiência desligadas em 2020²⁵, representam 20,57%.

Figura 4 - Funil por tipo de deficiência e grau de empregabilidade



Fonte: elaborado pela autora.

²⁴ Cálculo realizado utilizando o total de pessoas com deficiência no Brasil divulgados pelo IBGE (2010).

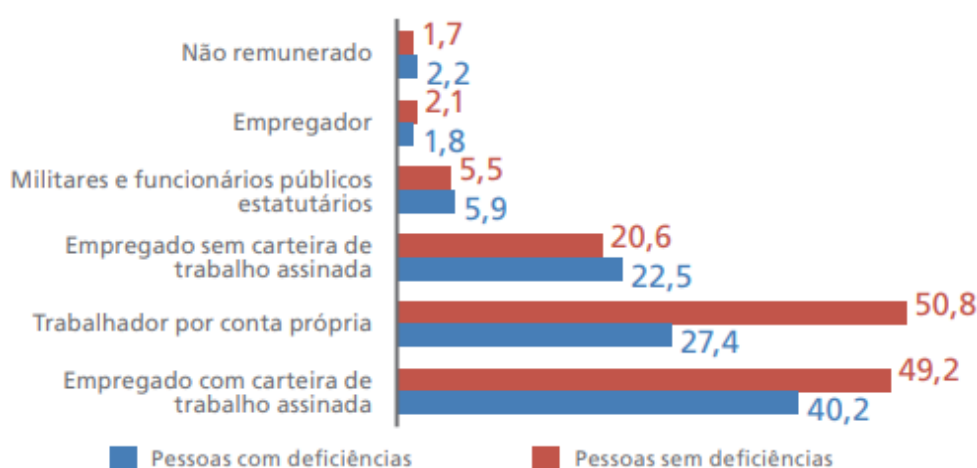
²⁵ O relatório de 2021 ainda não estava disponível no portal do programa de disseminação das estatísticas do trabalho do Ministério do Trabalho até a presente apresentação dos dados nesse estudo.

Quanto às categorias de trabalho e ocupação, no Censo Demográfico de 2010, as pessoas com deficiência apresentaram o maior índice na categoria emprego com carteira de trabalho assinada e o menor índice como empregador. Ao comparar esses dados com os das pessoas sem deficiência, nota-se uma diferença significativa de 1,9% no percentual de trabalhadores do setor informal, sem carteira assinada. Já na categoria de emprego com carteira de trabalho assinada, a diferença entre pessoas com e sem deficiência foi de 9%.

Fica evidente que os trabalhadores com deficiência já ingressam no mundo do trabalho formal em desvantagem quando comparados à população sem deficiência, representado apenas 1% da população total brasileira. Em relação à própria população com deficiência. Já em relação as pessoas sem deficiência, o índice ficou 1% acima. O acesso ao mundo do trabalho para as pessoas com deficiência continua sendo precário, refletindo desafios estruturais na inclusão e na igualdade de oportunidades.

Outro ponto importante é que o desnível de pode ser explicado pela constituição de verdades sociais sobre a população com deficiência, que geram percepções distorcidas sobre sua capacidade. Essas percepções limitam as oportunidades de ascensão profissional para essas pessoas, independentemente de sua qualificação ou da experiência que já possuem. Isso acaba moldando o acesso a cargos mais elevados e reduzindo as chances de crescimento profissional, reforçando a ideia de incapacidade e baixo potencial para desenvolver funções de alto nível.

Gráfico 21 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade segundo posição na ocupação do trabalho principal

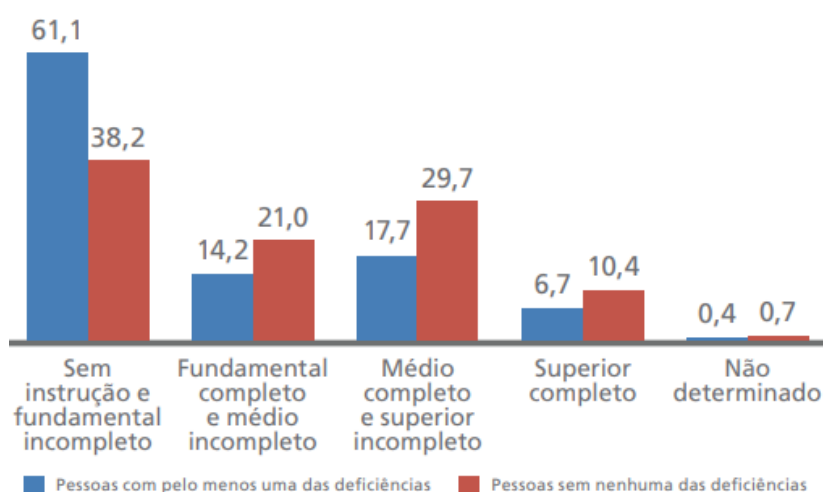


Fonte: IBGE (2012).

Já em relação ao rendimento do trabalho em salários-mínimos, constatou-se que “a população com deficiência foi maior que a população sem deficiência nas classes de menor rendimento: até 1/2, acima de 1/2 a 1 e na classe sem rendimento. As diferenças percentuais nessas classes foram 3,2%, 2,2% e 3,9%, respectivamente” (BRASIL, 2012, p. 24).

Esse fato pode estar relacionado ao nível de instrução dos trabalhadores com deficiência. Em 2010, de acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2012), 61,1% dessa população não tinha instrução ou possuía apenas o ensino fundamental completo. Esse alto índice, pode resultar na redução de oportunidades de emprego, o no aumento da informalidade ou até mesmo recorrer ao trabalho autônomo. E na pior das hipóteses, pode levar à não empregabilidade e a dependência do Benefício de Prestação Continuada e do suporte financeiro de familiares. Diminuindo a autonomia do sujeito sobre sua própria vida e limitando sua participação na sociedade, no mundo do trabalho, no desenvolvimento de sua identidade profissional e social. Além disso, pode contribuir para a constituição de uma subjetividade marcada pela dependência de outras pessoas ou do próprio governo. Uma subjetividade marcada pela falta de autonomia, como alguém incapaz de gerir sua própria vida.

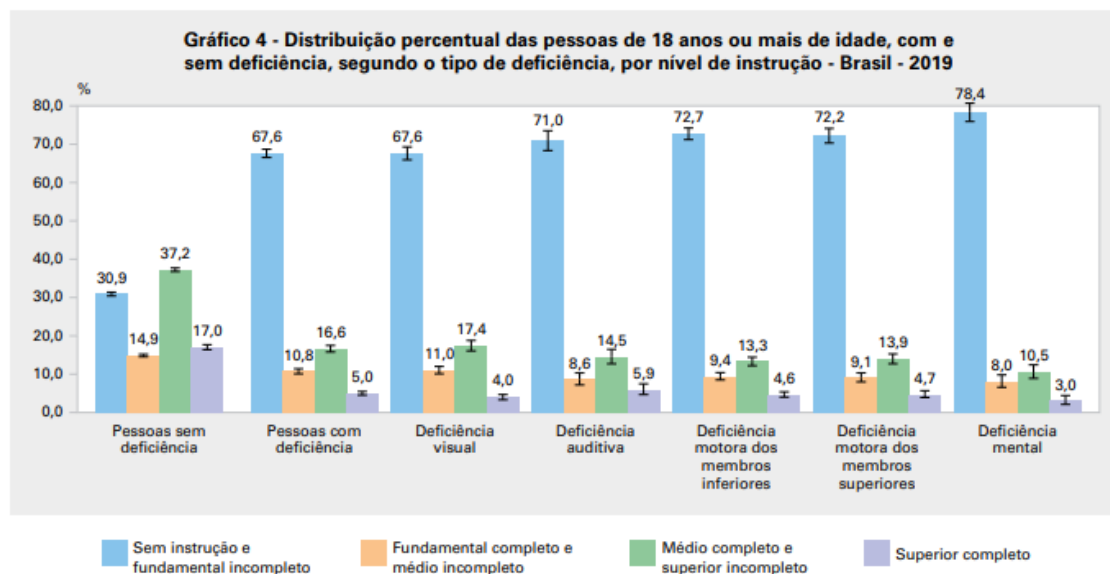
Gráfico 22 - Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais de idade por pelo menos uma deficiência investigada e nível de instrução



Fonte: IBGE (2013).

Em 2019 a Política Nacional da Saúde compilou os dados²⁶ expostos no gráfico a seguir:

Gráfico 23 - Distribuição percentual das pessoas de 18 anos ou mais de idade, com e sem deficiência, segundo o tipo de deficiência, por nível de instrução – 2019



Fonte: IBGE (2019).

No gráfico acima é possível perceber que as pessoas com deficiência, no que diz respeito ao grau de instrução, são, em sua maioria, sem instrução ou com fundamental incompleto. Comparados às pessoas sem deficiência, há uma diferença de 36,7%. Uma das hipóteses apontadas pela PNS diz que “esse resultado pode ser em parte explicado pela maior concentração de população sem instrução nas idades mais avançadas, em que também há maior incidência do fenômeno deficiência” (IBGE, 2019). Esse déficit fica mais evidente quando olhamos para as pessoas com deficiência intelectual, ou seja, são evidências que revelam que há problemas com a permanência e sucesso dos alunos com deficiência na escola. Além disso, esses dados também refletem que o acesso à escolarização dessa população não está garantindo níveis mais elevados de ensino.

²⁶ A Pesquisa Nacional da Saúde como já exposto acima foi realizada por amostragem, portanto, os dados não revelam informações sobre a população total brasileira, mas reflete uma probabilidade sobre o estrato de uma população estudada.

Em 2020, segundo a Relação Anual de Informações Sociais em dados compilados pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), os trabalhadores com deficiência apresentavam índice maior quanto ao grau de instrução; 48,66% do ensino médio completo, seguido dos 17,96% do ensino superior completo e, em último lugar, a taxa de analfabetos no mundo do trabalho de apenas 0,79%. Segundo o IBGE do ano de 2010, a população com deficiência com ensino médio completo representava 17,7% e com ensino superior completo 6,7%. Há um aumento significativo na formação das pessoas com deficiência para o ingresso no mundo do trabalho.

Figura 5 - Escolaridade pessoas com deficiência - 2020

Escolaridade		
Grau de instrução	Qtd Absoluta	Porcentagem
Medio Completo	241.109	48.66%
Superior Completo	89.011	17.96%
Fundamental Incompleto	65.268	13.17%
Fundamental Completo	41.566	8.39%
Medio Incompleto	33.029	6.67%
Superior Incompleto	20.760	4.19%
Analfabeto	3.900	0.79%

Fonte: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, (2020).

Se as taxas de empregabilidade e de formação aumentam, revela-se haver uma relação direta entre grau de instrução, formação e empregabilidade. Sendo então, a formação para o trabalho de suma importância para o ingresso da população com deficiência no mundo do trabalho.

Figura 6 - Inter-relação entre empregabilidade, instrução e formação

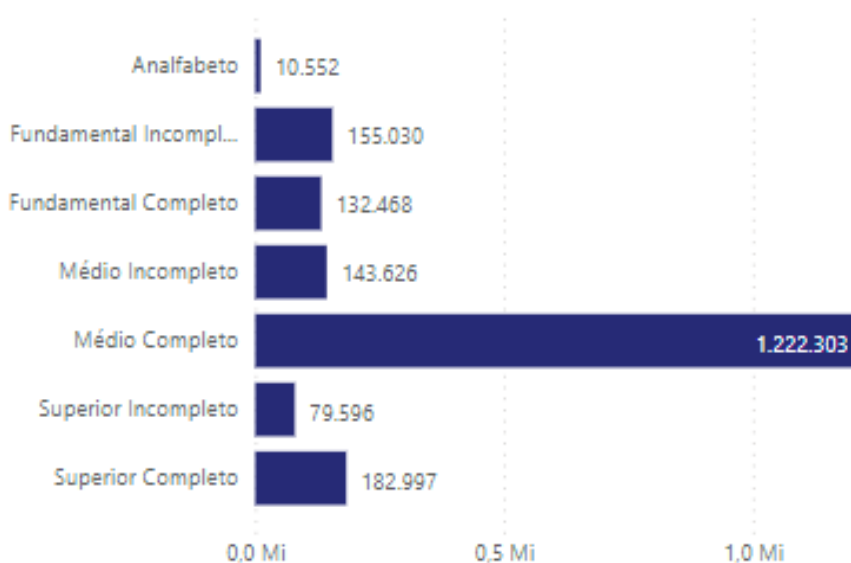


Fonte: elaborado pela autora.

Olhando para esse contexto de documentos legais que norteiam a inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho e o número populacional desses indivíduos no Brasil, bem como para todos os dados educacionais levantados neste capítulo, pode-se dizer que a instrução é um elemento fundamental para a empregabilidade da pessoa com deficiência.

É possível afirmar, também, que as pessoas com deficiência no Brasil estão acessando a educação básica em níveis percentuais altos, chegando a 1,3 milhão de matrículas na educação básica. Esse número de matrículas, surpreendentemente em 2020, no ensino superior, decresce para 59 mil. Portanto, o acesso não é a garantia de taxas altas de grau de instrução. O IBGE, em 2010, já evidenciava que 61,1% da população com deficiência com 15 anos ou mais tinha apenas ensino fundamental incompleto, e, posteriormente, em 2019, a PNS mostra que apenas 37,2% da população com deficiência tem ensino médio completo e ensino superior incompleto, o nível de instrução que mais emprega com carteira assinada no Brasil, segundo o CAGED de 2022, mês de referência setembro, independente de deficiência ou não. Também observamos que o grau de instrução que mais empregou entre as pessoas com deficiência foi o ensino médio.

Gráfico 24 - Admitidos por grau de instrução – Carteira Assinada



Fonte: CAGED (2022).

Portanto, pode-se afirmar que um dos elementos que contribui para o baixo acesso das pessoas com deficiência ao mundo do trabalho é o baixo nível de instrução, entre outros fatores.

As políticas públicas para o mundo do trabalho estão desatualizadas não abrangem o cenário inclusivo atual para as pessoas com deficiência. Observa-se que algumas políticas mais atuais, como a LBI (2015) que garantem direitos de acesso, Habilitação Profissional e Reabilitação Profissional. No entanto, esses direitos e deveres ainda não refletem a realidade atual, pois, quando nem sequer o grau de instrução necessário para o ingresso das pessoas com deficiência no mundo do trabalho está sendo garantido na escolarização desses sujeitos, fica evidente que o trabalho é restrito e assegurado apenas àquelas pessoas com deficiência que conseguem atingir um grau de escolarização por esforços individuais. A própria Lei de Cotas merece uma reformulação, passando a considerar, além do número de empregados com deficiência, o tipo de deficiência, garantindo, de fato, um ambiente de trabalho diverso e inclusivo. É importante ressaltar que as políticas de cotas, assim como qualquer outra ação afirmativa, não vão dar conta de resolver sozinhas o problema das desigualdades e da exclusão. No entanto, vale dizer que, embora não resolvam completamente, as ações afirmativas são práticas que visam minimizar, a curto prazo, os efeitos da discriminação negativa vivida no país.

Quadro 11 - Documentos legais que norteiam o direito ao Trabalho

DOCUMENTO	ANO
Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência – Lei nº 8.213 de 1991.	1991
Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999.	1999
Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - Lei nº 12.764.	2012
Instrução Normativa MTE/SIT nº 98 de 2012 – Dispõe sobre procedimentos de fiscalização do cumprimento, por parte dos empregadores, das normas destinadas à inclusão no trabalho das pessoas com deficiência e beneficiários da Previdência Social reabilitados.	2012

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146 de 2019 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).	2015
--	------

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Os sujeitos com deficiência que conseguiram atingir grau de instrução mais elevado e que conseguem ingressar no mundo do trabalho, são aqueles cujas deficiências competem mais às questões físicas do que intelectuais, ou seja, da ordem do corpo, como deficiência física, auditiva e visual (como já exposto no funil por tipo de deficiência e grau de empregabilidade). Mas além, do grau de instrução, que dificulta o acesso ao mundo do trabalho, existem outras barreiras que não garantem direitos igualitários. A população com deficiência intelectual atinge o maior número de matrículas na educação básica, mas quando olhamos para as estatísticas de empregabilidade essa população tem os menores índices de empregabilidade. Na figura abaixo, da RAIS (2020), vemos que a população com deficiência intelectual, se comparada às demais deficiências, apresenta a metade do índice de empregabilidade.

Figura 7 - Vínculos empregatícios segundo características individuais - 2020

Características Individuais	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Var. Absoluta	Var. Rel. (%)
Total	44.068	46.311	47.459	48.948	49.572	48.061	46.060	46.282	46.631	46.716	46.236	-480	-1,03
Sexo													
Homem	25.753	26.908	27.302	28.004	28.134	27.062	25.798	25.912	26.085	26.099	26.081	-18	-0,07
Mulher	18.316	19.402	20.157	20.945	21.438	20.999	20.263	20.369	20.546	20.618	20.155	-463	-2,25
Faixa Etária													
Até 24	7.979	8.323	8.360	8.444	8.249	7.468	6.701	6.536	6.474	6.392	6.205	-187	-2,93
25 a 29	7.565	7.738	7.695	7.765	7.711	7.233	6.734	6.579	6.467	6.359	6.256	-103	-1,62
30 a 39	12.763	13.562	14.094	14.663	14.905	14.671	14.220	14.361	14.444	14.300	13.920	-380	-2,66
40 a 49	9.500	9.914	10.157	10.429	10.627	10.454	10.218	10.444	10.702	10.923	11.089	166	1,52
50 a 59	5.058	5.437	5.707	6.062	6.360	6.423	6.336	6.420	6.526	6.601	6.608	7	0,11
60 ou mais	1.203	1.336	1.445	1.584	1.720	1.811	1.852	1.941	2.019	2.140	2.159	19	0,89
Grau de Instrução													
Analfabeto	222	179	169	163	157	158	141	139	136	160	162	2	1,25
Fundamental Incompleto	7.015	6.992	6.649	6.400	6.005	5.433	4.806	4.495	4.326	4.174	3.894	-280	-6,71
Fundamental Completo	5.799	5.720	5.604	5.598	5.360	4.893	4.472	4.240	3.953	3.709	3.575	-134	-3,61
Médio Incompleto	3.498	3.646	3.692	3.724	3.653	3.404	3.084	2.942	2.856	2.796	2.635	-161	-5,76
Médio Completo	18.443	20.017	20.996	22.138	22.852	22.588	21.897	22.410	22.777	23.272	23.386	114	0,49
Superior Incompleto	1.819	1.900	1.901	1.879	1.869	1.852	1.786	1.781	1.850	1.911	1.873	-38	-1,99
Superior Completo	7.272	7.858	8.447	9.047	9.676	9.732	9.874	10.275	10.733	10.694	10.711	17	0,16
Raça ou Cor*													
Indígena	87	85	91	98	94	87	75	75	80	74	73	-1	-1,35
Branca	21.190	21.905	22.087	22.143	21.802	20.639	19.469	18.975	18.603	18.127	17.354	-773	-4,26
Preta	1.847	1.931	1.975	2.028	2.081	2.009	1.917	1.953	2.071	2.139	2.141	2	0,09
Amarela	258	263	308	332	322	320	274	260	256	249	239	-10	-4,02
Parda	10.286	11.225	11.885	12.529	13.095	12.786	12.265	12.304	12.725	12.833	12.773	-60	-0,47
Tipo de Deficiência**													
Física	166.690	174.207	170.468	181.464	192.432	200.794	204.554	212.878	230.345	229.406	220.402	-9.004	-3,92
Auditiva	68.819	73.579	74.385	78.078	78.370	79.389	80.390	83.196	87.992	90.860	88.720	-2.140	-2,36
Visual	17.710	21.847	26.119	33.505	39.580	46.913	53.438	62.135	74.314	82.334	82.678	344	0,42
Intelectual (mental)	15.606	18.810	21.317	25.332	29.132	32.144	34.168	36.661	43.292	45.985	45.753	-232	-0,50
Múltipla	3.845	4.144	4.696	5.490	6.708	8.108	7.287	7.657	9.162	8.524	8.614	90	1,06
Reabilitado	33.343	32.704	33.311	33.928	35.100	35.907	38.684	38.812	41.651	52.582	49.617	-2.965	-5,64

Fonte: RAIS (2020).

Além do baixo índice de empregabilidade da população com deficiência intelectual, quando essa consegue empregar-se, possui as menores faixas salariais entre as deficiências.

Figura 8 - Remuneração média segundo o tipo de deficiência 2019 e 2020

Tipo de Deficiência				
Física	3.219,39	3.294,76	75,37	2,34
Auditiva	2.873,40	2.890,67	17,27	0,60
Visual	3.185,86	3.267,50	81,64	2,56
Intelectual (mental)	1.635,16	1.654,73	19,57	1,20
Múltipla	2.394,67	2.484,94	90,27	3,77
Reabilitado	3.536,03	3.137,70	-398,33	-11,26

Fonte: RAIS (2020).

A população com deficiência intelectual está no extremo da inclusão no mundo do trabalho, esse fato ocorre pelas conclusões precipitadas sobre ela, ou seja, as evidências apontam que há interesse, por parte das empresas, na contratação de trabalhadores com outros tipos de deficiência, aquelas que são mais fáceis de incluir no ambiente de trabalho. A população com deficiência intelectual exige que a empresa realize treinamentos para esses trabalhadores, o que, de fato, requer investimento e gera, conseqüentemente, custos adicionais. Além disso, esse trabalhador necessitaria de supervisores qualificados que compreendam e saibam proporcionar sua inclusão no ambiente trabalhista, também se faz necessário um setor específico para tratar das questões de acessibilidade dentro da empresa.

Os dados estatísticos acima permitem afirmar que o acesso ao mundo do trabalho para as pessoas com deficiência intelectual é mais restrito do que para aquelas com deficiência visual, física e auditiva. Além disso, esses dados mostram que, quando o acesso ao trabalho é garantido, o trabalhador com deficiência intelectual enfrenta condições mais vulneráveis para se manter no trabalho. Conforme, Alves e Silva (2020) algumas dificuldades enfrentadas pelas pessoas no mundo do trabalho vão desde a discriminação por parte dos colegas até a falta de flexibilidade das empresas, que exigem que o sujeito que se adeque às suas demandas e decisões. Nesses contextos, a individualidade e os desejos do sujeito não são acolhidos, há baixo incentivo à formação profissional e uma falta de credibilidade na possibilidade de ascensão profissional desses trabalhadores.

Considerando todos os dados estatísticos levantados neste capítulo, o silenciamento nas políticas de inclusão para o trabalho, e as reflexões de Rech (2015) sobre a responsabilidade social das empresas com o desenvolvimento de estratégias para incluir a população com deficiência no mundo do trabalho é um princípio a ser seguido, com práticas de sensibilização, profissionalização, integração e responsabilização dos indivíduos. Pergunto: por que o grupo das pessoas com deficiência intelectual é o mais desigual, dentro do grupo das diversas deficiências, em relação ao mundo do trabalho? Respondo esse questionamento no capítulo a seguir.

São verdades postas sobre esses sujeitos que conduzem suas vidas. Por um lado, a um movimento pró-inclusão que defende o desenvolvimento da autonomia, dos direitos e deveres do cidadão. E quando este ingressa no trabalho sobre ele a obrigação de superar as expectativas irrealistas, de apresentar produtividade extrema, de habilidades que nunca vão conseguir alcançar. Essas verdades vão formando configurações de condução dessas vidas, constituindo trabalhadores que acabam tendo poucas opções de emprego, o que lhes restam são empregados precários ou o desemprego.

No próximo capítulo, será aprofundada a análise sobre a (in)visibilidade dos trabalhadores com deficiência intelectual, explorando como essa condição se manifesta de maneira desigual nas estatísticas e nos discursos sobre o mundo do trabalho. A abordagem buscará evidenciar como a deficiência intelectual é sistematicamente marginalizada nas discussões sobre a acessibilidade e inclusão, nas lacunas de acesso, nas barreiras simbólicas e materiais e nas desigualdades concretas enfrentadas por essas pessoas, apontando para os limites das políticas e práticas que, embora se proponham inclusivas, acabam por reforçar processos excludentes.

6 A (in)visibilidade do trabalhador com deficiência intelectual

Este capítulo busca responder ao questionamento lançado no capítulo analítico anterior: por que o grupo das pessoas com deficiência intelectual é o mais desigual, dentro do grupo das diversas deficiências, em relação ao mundo do trabalho?

Para desenvolver essa análise, primeiramente, identifiquei a população em idade para trabalhar. A partir, disto, iniciei a discussões acerca da (in)visibilidade da pessoa com deficiência intelectual no mundo do trabalho.

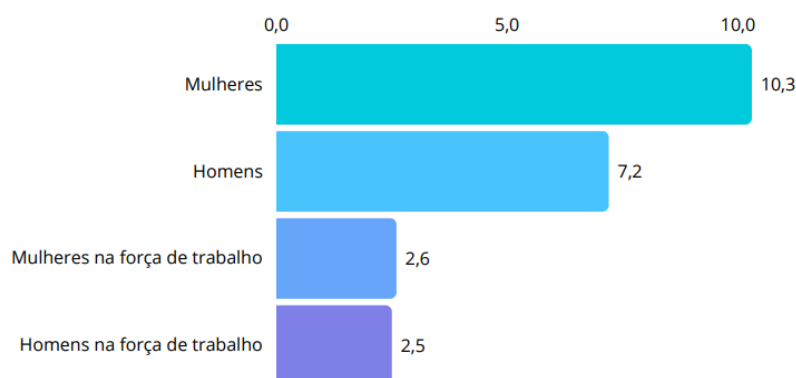
Quero designar (in)visibilidade no mesmo sentido do conceito metodológico de in/exclusão, ou seja, ao mesmo tempo que a pessoa com deficiência é incluída no mundo do trabalho, sofre processos de precarização, desfiliação e expulsão, processos que se somam a outros e que marcam desigualdades múltiplas. Trata-se, portanto, de trabalhadores (in)visibilizados, sua presença no mundo do trabalho está exposta em dados estatísticos governamentais, porém, tornam-se invisíveis em virtude da precarização sofrida em sua área de atuação, conforme mostrarei a seguir.

Esse conceito se fundamenta nas discussões de Dubet (2020) sobre as desigualdades múltiplas e na precariedade de Judith Butler (2019), que serão explorados ao longo deste texto.

Em 2022, no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, haviam 17,5 milhões de pessoas com deficiência em idade de trabalhar, cerca de 10% da população total brasileira. Destas, 10,3 milhões eram mulheres e 7,2 milhões eram homens. Em 2019, o percentual de pessoas em idade de trabalhar eram 17,3 milhões, aproximadamente 8,4% da população. O número populacional cresce no período de 2 anos, porém, ainda representam uma minoria populacional.

As pessoas com deficiência que, de fato, estavam na força de trabalho totalizaram 5,1 milhões, sendo, 2,5 milhões de homens e 2,6 milhões de mulheres. Isso significa que menos da metade da população em idade para trabalhar estava inserida no mundo do trabalho, correspondendo a apenas 29,2%.

Mais de 12 milhões de pessoas com deficiência estava fora da força de trabalho no Brasil. Em relação a distribuição por gênero, 4,6 milhões eram homens com deficiência e 7,7 milhões eram mulheres com deficiência.

Gráfico 25 - Distribuição por sexo na força de trabalho - 2022

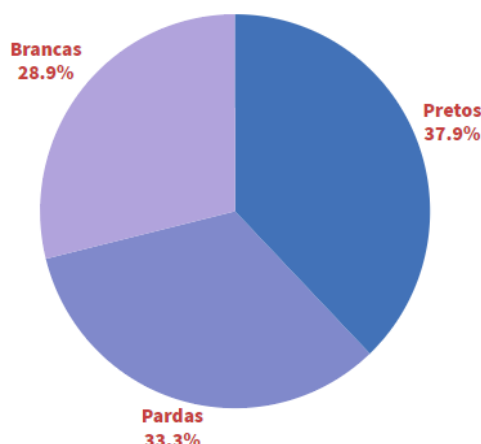
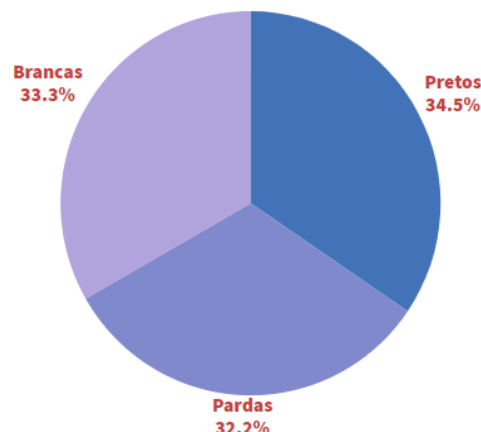
Fonte: Dados coletados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022
Elaborado pela autora.

Conforme o gráfico anterior, as mulheres representavam um percentual maior na força de trabalho. No entanto, o número de mulheres com deficiência é 3,1 milhões maior que o de homens com deficiência. Apesar desse maior percentual, a presença feminina no mundo do trabalho é pequena em relação ao total de mulheres em idade para trabalhar, uma vez que a prevalência de pessoas com deficiência empregadas continua sendo maior entre os homens.

Quanto à cor e raça, o número de pessoas pretas com deficiência superou o de pessoas brancas com deficiência. Para ambas as pessoas com deficiência, as taxas de prevalência foram mais elevadas entre as pessoas pretas, seguidas de pardas e brancas. Já para as pessoas sem deficiência são as pessoas pretas, seguidas das brancas e pardas.

No Brasil, a população negra com idade de trabalhar representava 56% da população total, enquanto as pessoas brancas somavam aproximadamente 43,5%, o que corresponde a cerca de 88 milhões de pessoas brancas. Esses dados revelam que o percentual de pessoas negras e brancas na força de trabalho é pequeno, mas, dado que a população negra é maior, isso indica que há um percentual maior de pessoas negras fora da força de trabalho.

Gráfico 26 - Distribuição por cor ou raça na força de trabalho

Pessoas com deficiência cor ou raça**Pessoas sem deficiência cor ou raça**

Fonte: Dados coletados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022.
Elaborado pela autora.

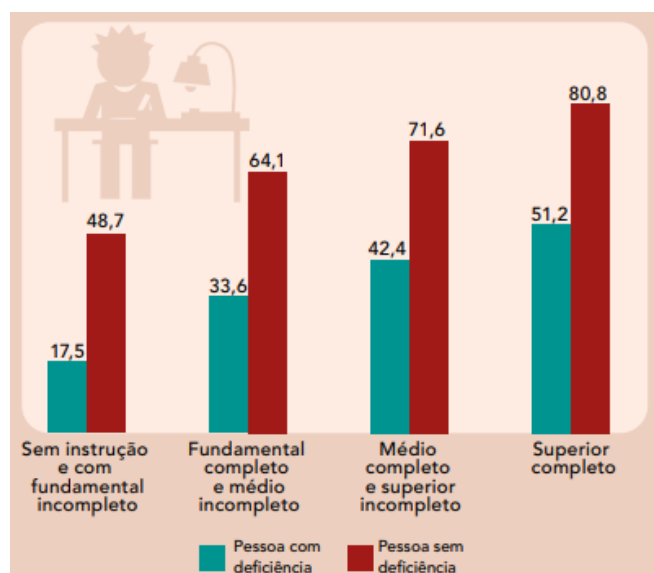
Já em relação às características das pessoas ocupadas²⁷, dum total de 99,3%, somente 4,7% eram pessoas com deficiência. Se os números já eram discrepantes nos dados sobre a força de trabalho, agora é exacerbada a (in)visibilidade da pessoa com deficiência no mundo do trabalho. Quando olhamos para a intersecção gênero, observamos mais homens com deficiência ocupados, eles totalizam 50,4% enquanto as mulheres com deficiência são 49,6%.

Quanto aos níveis de instrução, o maior índice de pessoas, em se tratando daquelas com deficiência, apresentavam nível superior completo. O menor índice fica com aqueles sem instrução ou com o fundamental incompleto. Quando pessoas sem deficiência são comparadas, é possível notar, novamente, as diferenças em todos os níveis de instrução. As pessoas sem deficiência apresentam índices maiores, por exemplo, em relação aos dados do ensino superior e de ocupação, pois enquanto as pessoas com deficiência registraram 51,2% no nível de ocupação, as pessoas sem deficiência totalizaram 80,8%. Esses dados revelam que as pessoas com deficiência, mesmo com níveis mais elevados de instrução, não conseguem atingir os mesmos níveis de ocupação das pessoas sem deficiência. Se constitui através dessas relações de poder uma verdade de quem pode ou não ser considerado produtivo. A baixa escolaridade é resultado de efeitos do campo educacional, na falta de acessibilidade

²⁷ São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado (...), ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana por motivo de licença, férias, folga, etc (Notas técnicas, PNAD 2022, p. 35).

estrutural pedagógica e um sistema educacional excludente, já mostrado anteriormente.

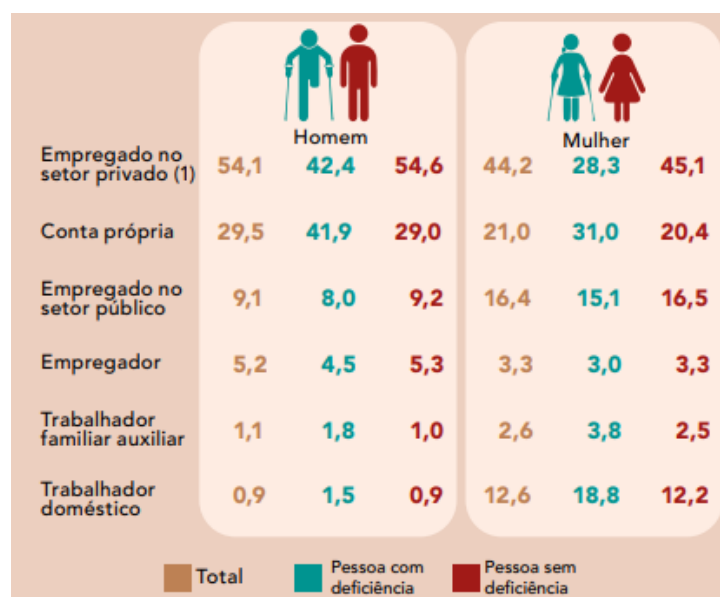
Gráfico 27 - Nível de ocupação das pessoas segundo o nível de instrução



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022.

Outro ponto importante que o PNAD (2022) apresenta são os dados da posição na ocupação²⁸.

Gráfico 28 - distribuição das pessoas ocupadas segundo posição



Fonte: pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022.

²⁸ Definiu-se ocupação como sendo o cargo, função, profissão ou ofício exercido pela pessoa (Notas técnicas, PNAD 2022, p. 38).

Entre as pessoas com deficiência, das seis categorias listadas, a maior taxa de empregabilidade está no setor privado e a menor taxa encontrada no trabalho sem remuneração ou em atividades em que a pessoa recebe auxílio de algum membro da unidade domiciliar ou familiar.

Observamos, quando comparamos pessoas com e sem deficiência, que as com deficiência apresentam taxas maiores na ocupação por conta própria²⁹, trabalhador familiar auxiliar e trabalhador doméstico. Já com a intersecção gênero, na categoria trabalhadoras domésticas, as mulheres com deficiência somam 18,8%, enquanto as mulheres sem deficiência, 12,2%. No trabalho por conta própria, focando agora nos homens, os com deficiência apresentam 41,9% e os sem, 29,9%. No trabalho familiar de auxiliar, mulheres com deficiência apresentam 3,8%, mulheres sem, 2,5%, homens com deficiência, 1,8%, e os homens sem, 1,0%.

Aqui vemos emergir várias questões de desigualdade. Se o acesso ao trabalho autônomo é mais facilitado, isso reflete a dificuldade das pessoas com deficiência em encontrar oportunidades no mundo do trabalho tradicional, além das barreiras que enfrentam quando são empregadas. Como resultado, muitas optam por criar seus próprios negócios para contornar essas dificuldades, embora essa escolha não ofereça as mesmas condições e direitos trabalhistas, o que as expõe a uma maior vulnerabilidade econômica e social.

No setor privado, as pessoas com deficiência podem estar sendo inseridas em cargos considerados mais acessíveis, ou seja, posições com menor necessidade de interação ou adaptação do ambiente de trabalho. Além disso, as empresas frequentemente priorizam a contratação de pessoas com deficiência que exigem adaptações menores, como as físicas e sensoriais.

Também há uma discrepância no acesso ao papel de empregador, os homens tanto com deficiência como sem, são a maioria nesta categoria. No setor de empregados no setor público, as mulheres apresentaram maior acesso à essa ocupação.

Já em relação aos dados de trabalhador familiar auxiliar e trabalhador doméstico, as mulheres apresentaram maior taxa de participação. O trabalho doméstico é uma ocupação historicamente marcada pela informalidade e com poucas

²⁹ Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador familiar auxiliar (Notas técnicas, PNAD 2022, p. 39).

regulamentações de direitos trabalhistas, sendo também caracterizada pela alta presença feminina. Quando consideramos as mulheres com deficiência, somam-se os fatores de intersecção deficiência, gênero e a informalidade, colocando-as em uma situação ainda mais vulnerável. As mulheres com deficiência são frequentemente expostas a estigmas sociais que limitam sua capacidade de inserção em outros setores profissionais. Fazendo do trabalho doméstico, uma alternativa de sustentabilidade.

Ao estabelecer a relação entre gênero e ocupações, observa-se que os homens com deficiência apresentam maior risco à informalidade. As maiores taxas de empregabilidade para elas ocorreram no trabalho por conta própria, empregada do setor privado e no trabalho doméstico. Por outro lado, os homens com deficiência apresentaram maior índice de empregabilidade no setor privado, no trabalho por conta própria e no setor público. O risco de informalidade entre os homens com deficiência, quando comparados às mulheres, é menor.

Antunes (2018) defende que a informalidade é uma estratégia do capitalismo para reduzir custos e aumentar a mão de obra flexível. Vai se configurando, assim, o trabalho excedente, ou seja, a disponibilidade de trabalhadores expulsos do emprego formal devido à tecnologia, terceirização e políticas neoliberais. Desse modo, os trabalhadores são pressionados a aceitarem empregos cada vez mais precários.

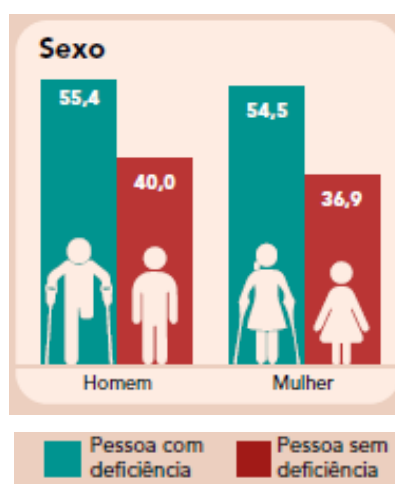
Segundo Antunes (2019), os trabalhadores da informalidade podem ser organizados em diferentes categorias. A primeira delas é a dos trabalhadores informais tradicionais, que atuam em ocupações que exigem pouca capitalização e são caracterizadas pelo conhecimento técnico mínimos e “desenvolvem suas atividades no setor de prestação de serviços, de que são exemplos costureiras, pedreiros, jardineiros, vendedores ambulantes (...)” (Antunes, 2018, p. 68). Outra categoria refere-se aos trabalhadores informais mais instáveis, que mantêm contratos temporários e são remunerados por peça ou por serviço prestado, exercendo funções de exigem força física e baixa qualificação.

Além disso, há os ocasionais ou temporários, que alternam períodos de emprego e desemprego, sendo frequentemente absorvidos pelo trabalho precário. Esse grupo também inclui aqueles que combinam um trabalho formal com atividades informais, popularmente conhecido como “bico”, a fim de complementar da renda familiar. Outra categoria identificada por Antunes (2018) é a dos trabalhadores

informais assalariados sem registro, que anteriormente pertenciam ao mercado formal, mas que passaram a exercer suas funções sem carteira assinada, prestando serviços para empresas ou empregadores, mas sem vínculo legal. Por fim, há os trabalhadores informais por conta própria, que criam e gerenciam seus próprios negócios nas áreas de produção, comércio e prestação de serviços.

Portanto, as pessoas com deficiência estão inseridas na informalidade, representando mais de 55% desse contingente e ocupando a base da pirâmide social do mundo do trabalho. De acordo, com Antunes (2018), essa pirâmide é estruturada de forma hierárquica, com os trabalhadores ultraqualificados no topo e, no meio, uma categoria híbrida caracterizada pelo “o trabalho qualificado que pode desaparecer ou erodir, em decorrência das alterações temporais e espaciais” (p. 77). Esse modelo é ao reflexo das dinâmicas capitalistas contemporâneas, que reestruturam o mundo do trabalho, flexibilizando o trabalho, gerando instabilidade e aprofundamento das desigualdades sociais. Para as pessoas com deficiência a taxa de informalidade³⁰ atingiu 55,0% em 2022, para as pessoas sem deficiência, 38,7%. Os dados relacionados ao gênero demonstram que os homens com deficiência apresentam os maiores índices de informalidade; eles, os homens, são seguidos pelas mulheres com deficiência.

Gráfico 29 - taxa de informalidade das pessoas ocupadas segundo sexo

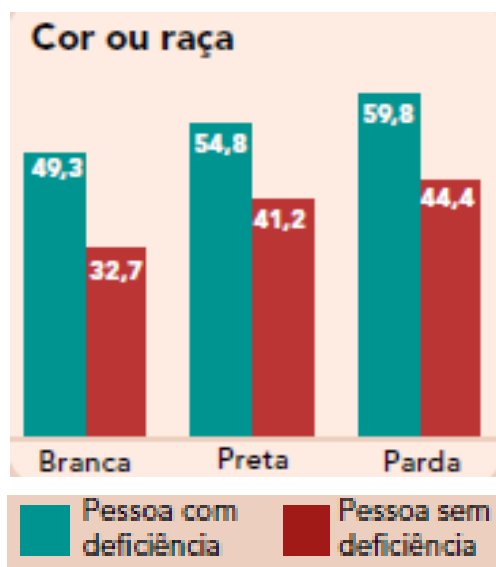


Fonte: pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022.

³⁰ Taxa de informalidade refere-se às pessoas ocupadas como “empregado no setor privado, inclusive do trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada”, “trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada”, “empregador sem CNPJ”, “conta própria sem CNPJ” e “trabalhador familiar auxiliar” no trabalho principal (Notas técnicas, PNAD 2022, p. 39).

Em relação à cor ou raça, as pessoas pardas e negras apresentam as maiores taxas de informalidade nos dois grupos. Há uma diferença significativa entre as pessoas com e sem deficiência diante da cor ou raça, a maior delas, algo em torno de 17%, ocorreu entre as pessoas brancas.

Gráfico 30 - taxa de informalidade das pessoas ocupadas segundo cor ou raça

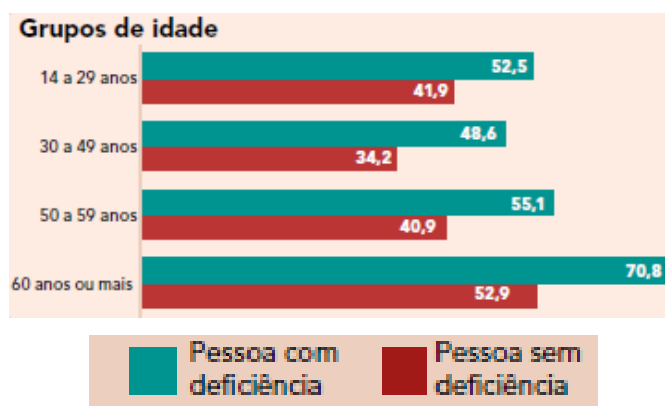


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022.

Quanto às taxas de informalidade entre diferentes faixas etárias, observa-se que as pessoas com deficiência apresentaram maiores índices nos grupos de 60 anos ou mais e de 14 a 29 anos, fenômeno que também se repete entre as pessoas sem deficiência. A menor taxa, por sua vez, fica na faixa etária de 30 a 49 anos. Esse padrão reflete uma dinâmica característica do mercado de trabalho Brasileiro, marcado pela exclusão dos trabalhadores do emprego formal.

Esse movimento de expulsão ocorre devido a fatores estruturais, como as mudanças nas regras da Previdência Social, que adiam o acesso à aposentadoria, da necessidade de complementação de renda, que leva os trabalhadores a recorrerem ao setor informal e o empobrecimento das famílias que amplia a participação dos indivíduos em condições precárias de trabalho. Esses elementos evidenciam a crescente fragilização do vínculo empregatício e intensificação da informalidade no Brasil.

Gráfico 31 - taxa de informalidade das pessoas ocupadas segundo grupos de idade



Fonte: pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022.

Identifiquei, a relação entre empregabilidade e nível de instrução, a importância da formação na garantia de maiores taxas de empregabilidade. Agora, com os dados do perfil da informalidade das pessoas ocupadas, isso se comprova. O padrão entre pessoas com deficiência e sem segue o mesmo, porém, como já observado, a pessoa com deficiência sempre apresenta índice de informalidade maior. Neste caso, a maior taxa concentra-se naquelas pessoas que não apresentam instrução ou que possuem o fundamental incompleto, o que é mais frequente em pessoas que apresentam deficiência intelectual (PNAD, 2019).

Gráfico 32 - taxa de informalidade das pessoas ocupadas segundo nível de instrução



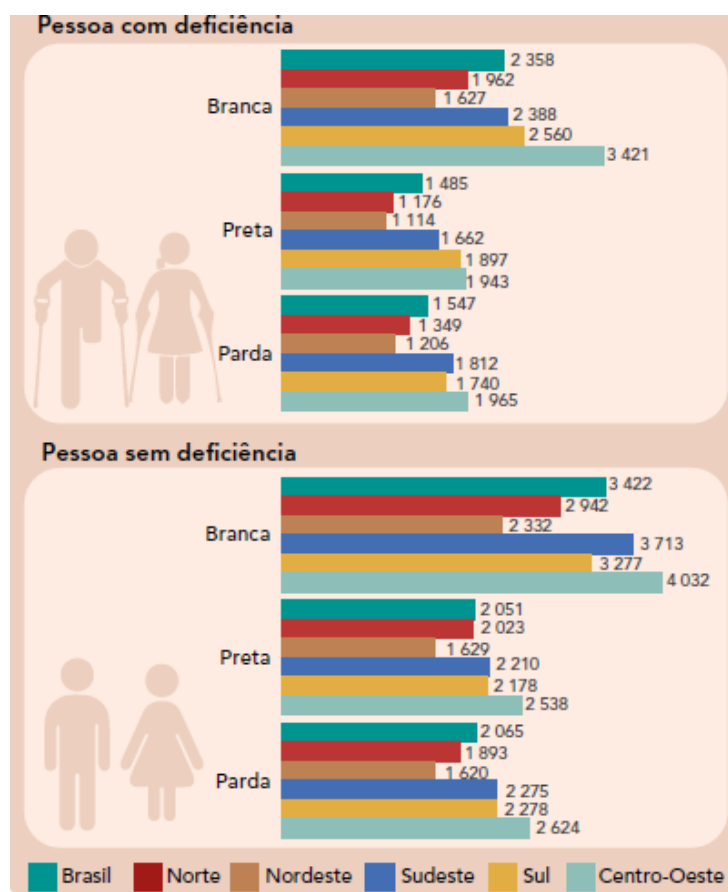
Fonte: pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022.

Outro ponto importante é o rendimento do trabalho das pessoas com deficiência. Conforme a PNAD (2022), “o rendimento médio real, habitualmente recebido por mês, relativo ao trabalho principal foi de R\$ 2.690,00 no Brasil” (p. 13).

Para as pessoas com deficiência o rendimento é de R\$ 1.860,00. Interseccionando o gênero, as mulheres com deficiência receberam 34% a menos que as mulheres sem deficiência. Os homens com deficiência, 27% a menos que os homens sem. Ambos os gêneros apresentaram rendimentos menores que as pessoas com deficiência, mesmo quando estes comparados ao gênero oposto.

Outro ponto de desigualdade é o fator cor e raça, “o padrão de rendimento das pessoas brancas é maior que o de pessoas pretas ou pardas. Isso se reproduz, também, no grupo das pessoas com deficiência” (p.13). As pessoas pretas com deficiência apresentaram as menores remunerações do Brasil, R\$ 1.485,00, enquanto que os trabalhadores pretos sem deficiência tiveram uma média salarial de R\$ 2.051,00, totalizando um diferencial de R\$ 566,00.

Gráfico 33 - rendimento mensal real do trabalho por raça ou cor



Fonte: pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022.

Portanto, o perfil do trabalhador informal com deficiência brasileiro é bem definido: homem, adultos com mais de 50 anos ou jovem com idade entre 14 e 29 anos, pardo e/ou preto, sem instrução ou com fundamental incompleto. Presume-se

que esse trabalhador possa ser uma pessoa com deficiência intelectual. Na RAIS de 2021 essa população foi a que apresentou a menor taxa de remuneração. Com tudo isso sendo levado em conta, qual a possibilidade desse sujeito manter-se economicamente com a remuneração ofertada no trabalho formal?

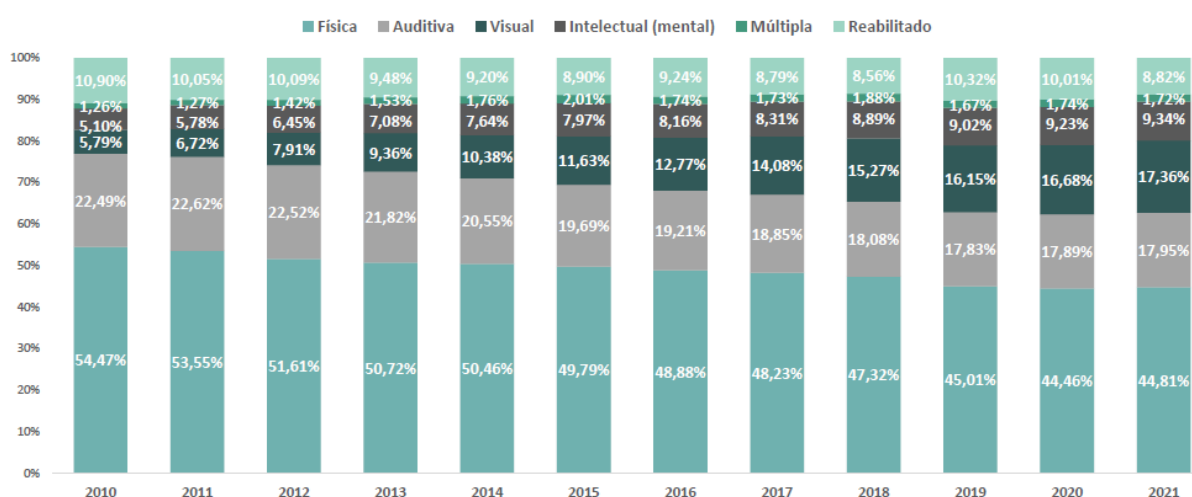
Tabela 1 - remuneração mensal por tipo de deficiência

Tipo de Deficiência				
Física	3.629,52	3.565,98	-63,54	-1,75
Auditiva	3.184,37	3.071,78	-112,59	-3,54
Visual	3.599,49	3.559,28	-40,21	-1,12
Intelectual (mental)	1.822,85	1.819,67	-3,18	-0,17
Múltipla	2.737,42	2.902,14	164,72	6,02
Reabilitado	3.456,50	3.800,92	344,42	9,96

Fonte: relação Anual de Informação Sociais Ano-base 2021.

As pessoas com deficiência intelectual, há 14 anos atrás, apresentaram uma taxa de empregabilidade em empregos formais³¹ de 5,10%. No ano de 2021 esse percentual passou para 9,34%.

Gráfico 34 - evolução da distribuição de empregos formais por tipo de deficiência – 2010 a 2021



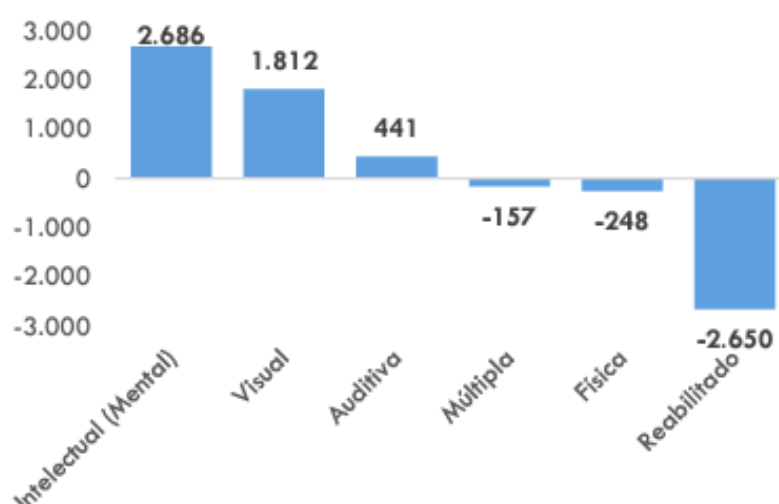
Fonte: relação Anual de Informação Sociais Ano-base 2021.

³¹ Estoque de empregos formais: diz respeito ao número de vínculos ativos em 31/12 e representa um retrato do mercado de trabalho (Relação Anual de Informações Sociais RAIS Ano-base, 2021, p.2).

Em 2022 e 2023 não tivemos publicação da RAIS Anual devido à mudança do programa para o eSocial. Não havendo novas divulgações do relatório anual, apresento, na sequência, os dados do CAGED com o panorama do trabalho formal no Brasil.

Com o CAGED, é possível verificar o saldo³² que é a taxa diferencial entre os admitidos e os desligados do trabalho formal. As pessoas com deficiência intelectual e múltipla, nos anos de 2022 e 2023 (terceiro trimestre – novembro), apresentaram saldo positivo (conforme gráficos abaixo), inclusive, o maior saldo entre os tipos de deficiência tanto em 2022 como em 2023. Porém, considerando as demais deficiências, a população com deficiência intelectual ainda representa um pequeno percentual no mundo do trabalho formalizado.

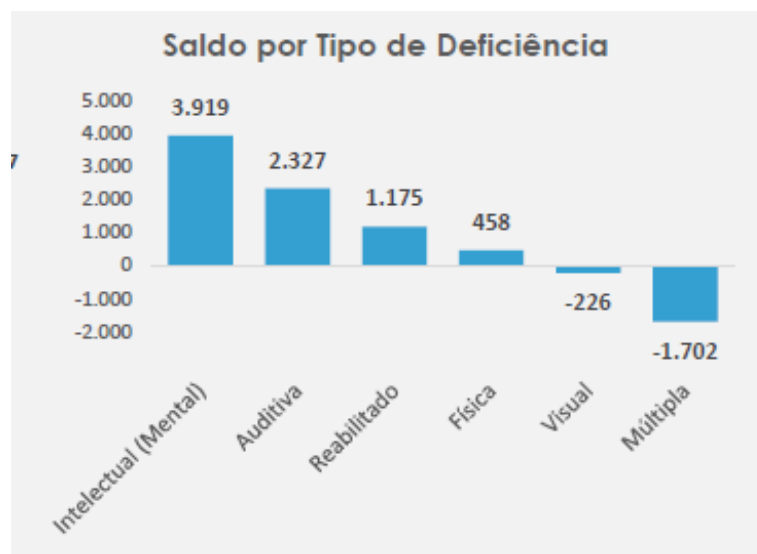
Gráfico 35 - saldo do emprego formal por tipo de deficiência - novembro 2022



Fonte: boletim das políticas públicas de emprego, trabalho e renda - 2022.

A deficiência visual é a única que aumenta, sua empregabilidade formal, significativamente, em 10 anos. As demais (deficiência física, auditiva e reabilitado) decresceram seus percentuais de ocupação. Quanto às pessoas com deficiência intelectual, ao mesmo tempo que sua ocupação no trabalho formal aumenta, sua remuneração salarial diminui.

³² Saldo é a diferença entre admitidos e desligados do mercado de trabalho formalizado. Este indicador permite acompanhar a movimentação do trabalho formal. Se o saldo de emprego for positivo, indica que as contratações superaram as demissões.

Gráfico 36 - Saldo do emprego formal por tipo de deficiência - novembro 2023

Fonte: Boletim das políticas públicas de emprego, trabalho e renda, 2023.

Todas as pessoas com deficiência encontram-se de forma (in)visível no mundo do trabalho, ou seja, ao mesmo tempo que estão incluídas, sua participação diminui com o passar dos anos, seus salários decrescem e segue baixo seu nível de qualificação. Então, todos vivem desigualdades próximas, singulares e múltiplas. São visíveis nas estatísticas que os mostram no mercado, mas se tornam invisíveis pelas condições de absorção pelo mercado.

Judith Butler (2015), em sua obra *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto*, defende que precisamos repensar uma nova ontologia corporal que “implique em repensar a precariedade, a vulnerabilidade, a dor, a interdependência, a exposição, a subsistência corporal, o desejo, o trabalho e as reivindicações sobre a linguagem e o pertencimento social” (p. 15). Esse corpo está exposto à construção social. Segundo Butler (2015), essas vidas recebem diferentes enquadramentos que atuam distinguindo as, ou seja, os sujeitos vão sendo constituídos a partir de normativas que produzem referências para o reconhecimento dessas vidas. Transcorre, portanto, das normativas, o fato de que “há, ‘vidas’ que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas” (Butler, 2015, p. 17).

“Vidas precárias” (Butler, 2015) são vidas que estão nas franjas de um gradiente de *in/exclusão*, ora em destaque, pois integram um grupo que as define como deficientes e as permite se identificar como tal, e ora em invisibilidade por nem sempre ser aparente, fisicamente, a deficiência que possuem e por nem sempre estarem vinculados a uma rede que os fortaleça. A relação de (in)visibilidade corpórea

da deficiência intelectual, gera uma ambiguidade paradoxal no mundo do trabalho, pois ao mesmo tempo em que não ter uma deficiência visível favorece a aceitação do outro, que é educado pelo princípio clínico da normalidade, também gera discriminação negativa quando as “entregas” de trabalho não são aquelas idealizadas para um sujeito (padrão) universal.

A “precariedade é uma condição existencial, apresentando-se de forma generalizada na vida de todas as pessoas, (...) porque é impossível haver vida que não dependa de formas de sociabilidade, trabalho, alimentação, saúde, educação e moradia. (Alves, 2020, p. 110). Para aqueles que suas vidas não são consideradas valiosas, decorre a fome, subemprego, privação de direitos legais e exposição à violência e à morte (Butler, 2015). Mas, dentro desse quadro de precarização crescente, aqueles com deficiência intelectual e, dentro deste grupo, aqueles que são pretos e mulheres, por exemplo, são ainda mais discriminados e marcados pela possibilidade da miserabilidade e abandono. Como defende, Butler “(...) certas vidas humanas são mais vulneráveis do que outras e, assim, certas vidas humanas provocam mais luto que outras” (2019, p.51).

Do trabalho de Ribeiro (2010), que compõe a revisão de literatura deste estudo, extraí a citação, a seguir, que mostra como se constitui a precarização dessa população no mundo do trabalho.

O *Motorista* tem 23 anos e trabalhou durante dois anos na garagem da empresa de ônibus como auxiliar de serviços gerais, sua função era lavar os veículos no quase silêncio da madrugada. Em 2007 o jovem começa a circular na fala dos outros empregados da empresa ao questionar o lugar ocupado. Afinal queria saber por que alguns colegas haviam sido promovidos e ele não. No mesmo ano se envolve num acidente: manobrou um ônibus no lava a jato da empresa e, ao fazê-lo, bateu em outro veículo. Assim, o reencontro, antigo aluno preparado pelas oficinas da Escola Estadual “Pestalozzi”, havia sido enviado para o trabalho e após o acidente o departamento de Recursos Humanos da empresa entrou em contato conosco para informar sobre o ocorrido e pedir para que se conversasse com o jovem sobre o acidente. Nesse encontro, perdido no tempo, guardo não a exatidão das palavras, mas a emoção do jovem ao dizer que continuaria a dirigir porque havia descoberto o que queria ser: motorista de ônibus. Desse modo, o *Motorista* acabou sendo demitido meses depois (Ribeiro, 2010, p. 67-68).

Ribeiro (2010) realizou uma pesquisa com trabalhadores com deficiência intelectual que passaram por formação para o trabalho em uma instituição especializada e posterior contratação em empresas conveniadas. Neste trecho de sua pesquisa, há diferentes atravessamentos normativos que constituem esse

trabalhador. Primeiro, o jovem começa a questionar o porquê não é promovido de função como seus colegas. Por que sua força de trabalho não é considerada valiosa? Quais atravessamentos perpassam essa decisão?

Na sequência, o jovem comete um erro que é considerado irreparável, que é contestado com a instituição que forneceu sua formação. O jovem não foi considerado um trabalhador da empresa, sua individualidade foi exposta, pois segundo a empresa, o problema deveria ser resolvido com a instituição escolar em que foi formado para o trabalho, a necessidade de intermediação do outro. Depois disso, meses depois do erro, foi demitido, ou seja, normativas que exigem deste jovem com deficiência intelectual o rigor e a disciplina em suas ações no ambiente de trabalho, caso contrário se torna dispensável. Quem de nós já necessitou da intermediação das instituições escolares por onde passou para resolver situações problemáticas no trabalho?

São trabalhadores que não ganham uma segunda chance, que no primeiro deslize recebem severas punições. Ribeiro (2010), em outro momento, afirma que a revelação da faceta social, dos trabalhadores com deficiência intelectual que parte de uma caracterização do não saber, da falha comunicacional, do insucesso escolar, “entretanto, essas marcas nascem não de uma deficiência intelectual, mas da desigualdade social que exclui uma grande parcela da população da educação formal, dos bancos das escolas” (Ribeiro, 2010, p. 70), do mundo do trabalho.

Quando delimito a população com deficiência intelectual como sujeitos da pesquisa deste estudo, mostro que a precariedade das condições de vida e de trabalho dessa população exige que pensemos nos mecanismos que sustentam as desigualdades. A partir dos trabalhos que busquei para a revisão de literatura, a (in)visibilidade seja uma das potentes formas de operar, mantendo o equilíbrio instável da in/exclusão (Enzweiler, 2022).

O conceito de in/exclusão foi cunhado pelo grupo GEPI/UNISINOS, o termo está atrelado à vivência da miséria por milhares de brasileiros, como também pela discriminação relacionada às questões étnicas, de gênero, religião, deficiência, empregabilidade, entre outros (Lopes, Lockmann, Hattge e Klaus, 2010). Conforme escrevem Lopes e Fabris (2013):

este surge para mostrar que, embora muitos estejam incluídos nas estatísticas e em alguns espaços físicos, boa parcela dos indivíduos ainda sofre com as práticas de inclusão excludentes. Dito de outra forma, muitos sofrem por estarem no interior dos grupos discriminados e

impedidos/limitados de se relacionar ou ainda de participar das mesmas práticas dos grupos que integram (Lopes, Fabris, 2013, p. 74).

As pessoas com deficiência intelectual são atravessadas e constituídas pelos saberes e normativas que têm constituído um trabalhador com deficiência precarizado, uma vida que pouco importa, que sofre distintos processos de desigualdades somados aos processos de in/exclusão.

Enzweiler (2022), em sua tese sobre as desigualdades escolares, conclui que o acesso à escolarização, tendo como marco normativo a Constituição Federal (CF) de 1988, aumentou. Porém, a permanência e o desempenho se mantêm e se intensificam quando consideradas as variáveis como raça/etnia, renda e localização. Além disso, a autora identifica três mecanismos que exemplificam as trajetórias escolares não exitosas na Educação Básica: in/exclusões, expulsões e permanências precárias. Por fim, a autora concluiu que a escola é um espaço para poucos e que para aqueles grupos marcados por múltiplas desigualdades, estas acabam distanciando tais grupos, ora mais e ora menos, constituindo um equilíbrio estável que não atinge a condição de igualdade. Esse movimento não é diferente quando olhamos, especificamente, para a população com deficiência, pois mesmo com o movimento de inclusão escolar, esta população ainda sofre com condições socialmente desiguais, como, por exemplo, o precário acesso ao mundo do trabalho.

Se a inclusão não é suficiente para garantir condições de igualdade, é preciso investir em perspectivas que discorram sobre os processos de injustiças sociais e econômicas, ou seja, olhar para essas duas perspectivas sociais. Fraser (2017), filiada à Teoria Crítica, conjugou o reconhecimento e a redistribuição, uma concepção bidimensional da justiça orientada na igualdade tanto no aspecto econômico quanto no cultural, mas sem redução de um acima do outro.

Fraser (2017) caracteriza a injustiça socioeconômica pelas evidências na exploração ao trabalho, pela desigualdade econômica gerada pela negação do acesso ao trabalho assalariado ou o confinamento em trabalhos indesejáveis ou mal pagos e a privação ou negação de um nível de vida material adequado (Butler, Fraser, 2017). Já a injustiça cultural, diz estar localizada nos modelos sociais de representação, ou seja, nas relações de dominação cultural, na exposição às práticas de invisibilidade geradas na própria cultura e na depreciação social por meio de estereótipos. Para

Fraser e Butler (2017), ambas as injustiças estão imbricadas em processos e práticas que prejudicam alguns grupos sociais frente a outros.

Um desses grupos é o das pessoas com deficiência que sofrem tanto processos de injustiças socioeconômicas como culturais. Pois, por mais que a inclusão aconteça através das políticas, por mais que reconheçamos o movimento normativo e de saberes feitos sobre esta população, a posição do sujeito parece não ser alterada de maneira expressiva. Não é suficiente incluir o sujeito no mundo do trabalho se ele permanecer sofrendo injustiças econômicas e culturais. De mesmo modo, não é suficiente somente pertencer a grupos sociais que reivindicam o pertencimento, um lugar no mundo. Estar dentro e pertencer a grupos específicos é fundamental, porém, como já dito, não é suficiente.

Portanto, a condição econômica é determinante, pois se o indivíduo não tiver condições de garantir, para si mesmo, condições mínimas de vida, não conseguirá avançar na inclusão. Isso implica sair para trabalhar, ter formação e acompanhamento. A redistribuição, em parte, pode ser garantida no mundo do trabalho, todavia, com baixa remuneração ou sem remuneração fixa capaz de os posicionarem de maneira a conseguirem outras condições de vida, a inclusão não consegue ser realizada.

Figura 9 - Proporção de saldo pessoas sem deficiência e pessoas com deficiência intelectual



Fonte: Dados coletados no Portal do CAGED – 2023. Elaborado pela autora.

A figura acima evidencia a profunda desigualdade no acesso ao mundo do trabalho, pelas pessoas com deficiência. De um total de 500 trabalhadores com

carteira assinada, apenas 1 é uma pessoa com deficiência, o que revela uma proporção alarmante. Esses dados escancaram a exclusão sistemática dessa população de um dos âmbitos mais estruturantes da vida social. Fica evidente, nesta figura, a desigualdade e a precarização dos trabalhadores com deficiência no mundo do trabalho, a proporção é alarmante, são dados que expõem uma população que pouco acessa esse âmbito social. Estima-se que, dentre os 17,3 milhões de pessoas com deficiência no país, uma parcela significativa jamais terá acesso ao mercado de trabalho formal. Soma-se a isso o enfraquecimento dos marcos documentais e políticos voltados à inclusão dessa população ao mundo do trabalho, os quais, apesar de existentes, ainda reverberam timidamente no tecido social.

Menezes (2011) afirma que, nos últimos 20 anos, tem emergido um tipo de *subjetividade inclusiva*, marcada pela luta pela inclusão das pessoas com deficiência nos diferentes espaços sociais. Esse engajamento, no campo educacional, manifestou-se em políticas como a PNEEPI (2008), entre outros movimentos políticos que se seguiram. Pode-se afirmar, portanto, que se constituiu uma racionalidade inclusiva.

Contudo, apesar dos avanços em políticas inclusivas desde a década de 1990 e da formação para o trabalho promovida por instituições especializadas, como a APAE, essa racionalidade inclusiva pouco se efetivou no contexto do mundo do trabalho. As pessoas com deficiência intelectual, particularmente, seguem sendo produzidas como vidas precárias e (in)visíveis nesse campo social.

Diante desse cenário, emergem questões fundamentais: quais elementos presentes nas políticas têm sustentado os processos de in/exclusão no mundo do trabalho para as pessoas com deficiência? E ainda: o que os dados sobre a formação para o trabalho revelam sobre as desigualdades vividas por essa população?

Com esses questionamentos, abro o caminho para a reflexão proposta no próximo capítulo.

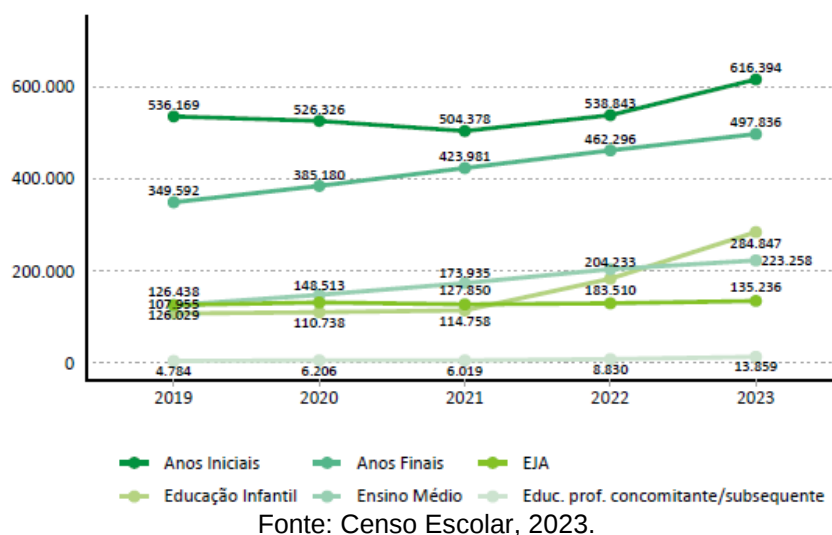
7 PROFISSIONALIZAÇÃO E AS POLÍTICAS INCLUSIVAS

Neste capítulo, realizo uma análise das políticas voltadas para o mundo do trabalho de pessoas com deficiência, em conjunto com os dados estatísticos referentes ao ingresso dessa população em processos de formação para o trabalho. O objetivo é responder às seguintes questões: Produzir reflexões acerca da formação e da inclusão no mundo do trabalho de pessoas com deficiência e conhecer e problematizar como as políticas têm promovido inclusão no mundo do trabalho das pessoas com deficiência.

Para desenvolver essa análise, início com a investigação de dados estatísticos da educação, buscando elementos que possibilitem a construção de reflexões sobre a formação profissional e a inclusão de pessoas com deficiência no mundo do trabalho.

Retomo, neste capítulo, os dados apresentados no capítulo 5, referentes ao número de matrículas nos diferentes níveis de ensino. No entanto, utilizo dados mais atualizados, o que permite observar possíveis movimentos de ascensão ou retração nas matrículas ao longo do tempo.

Gráfico 37 - Número de matrículas da educação especial



O maior número de matrículas de estudantes com deficiência concentra-se no ensino fundamental, especialmente nos anos finais, seguidos pelos anos iniciais. Em contrapartida, os menores índices são registrados no ensino médio e na educação profissional, nas modalidades concomitante/subsequente. Esses dados refletem os efeitos do movimento pró-inclusão escolar, impulsionado pela política educacional

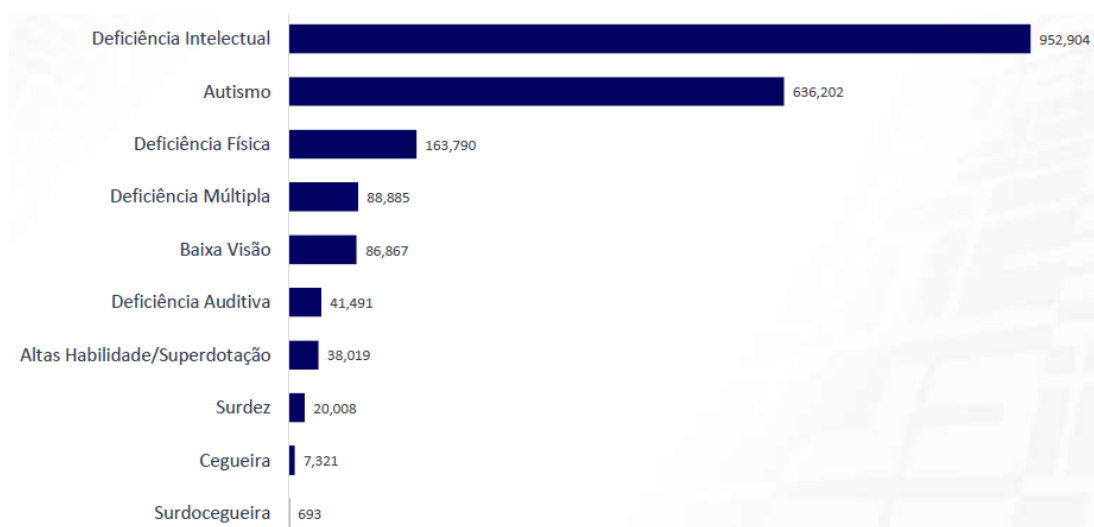
“Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (2008), que tornou obrigatória a matrícula de estudantes com deficiência em escolas regulares, assegurando-lhes o direito de acesso e permanência no ensino comum.

Segundo Rech (2015), a partir da década de 1990, intensificou-se a articulação entre escola e empresa, sustentada por uma racionalidade inclusiva que buscava promover a inserção de jovens com deficiência no mundo do trabalho. Essa iniciativa tinha como finalidade não apenas explorar o potencial produtivo desses sujeitos, mas também favorecer sua inclusão em outros espaços sociais, possibilitando que contribuíssem economicamente com o país e fossem reconhecidos como parte ativa da sociedade.

As diretrizes da PNEEPEI (2008), afirmam que: “desse modo, na modalidade de educação de jovens e adultos e educação profissional, as ações da educação especial possibilitam a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para a inserção no mundo do trabalho e efetiva participação social (p. 16).” Porém, os dados revelam um cenário distinto, no qual a chamada racionalidade inclusiva acaba por mascarar um discurso que, na prática, reproduz mecanismos de poder e perpetua a exclusão e a marginalização de determinados grupos e sujeitos.

Essa contradição torna-se ainda mais evidente na apresentação dos dados referentes às matrículas no ensino médio, na EJA e na educação profissional.

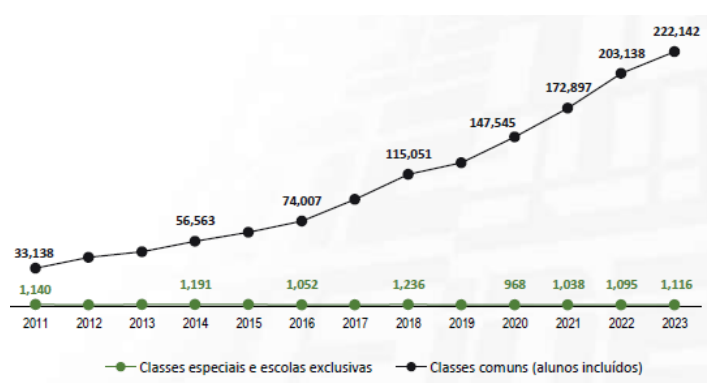
Gráfico 38 - matrícula na educação especial por tipo de deficiência – 2023



Fonte: Censo Escolar, 2023.

Mais uma vez, observa-se um número significativamente maior de matrículas de pessoas com deficiência intelectual, conforme já discutido no capítulo analítico 5. Esse fenômeno contribui para a consolidação de uma identidade específica atribuída às pessoas com deficiência no contexto escolar, uma identidade sustentada por uma visão ainda centrada na lógica da falta. Trata-se de um efeito dos dispositivos de saber-poder, que operam classificando e categorizando os corpos dentro da instituição escolar. Nesse cenário, a escola evidencia seu funcionamento sob uma lógica capacitista, na qual o estudante com deficiência é definido prioritariamente por aquilo que lhe falta, e não pela sua potencialidade, saberes e possibilidades de produção de si e do mundo.

Gráfico 39 - Evolução das matrículas de educação especial no ensino médio, por local de atendimento de 2011 a 2023



Fonte: Censo Escolar, 2023.

Entre 2011 e 2023, observou-se um crescimento exponencial no número de matrículas de pessoas com deficiência no ensino médio, com um aumento mais acentuado a partir de 2018, totalizando 222.142 mil matrículas. No entanto, quando esse número é confrontado com o total de pessoas com deficiência na faixa etária de 10 e 19 anos, que em 2022, era de aproximadamente 613,8 mil, percebe-se que o acesso ao ensino médio ainda é restrito para essa população. Embora os dados indiquem uma tendência de crescimento, o percentual de jovens com deficiência que efetivamente acessam esse nível de ensino permanece pequeno frente à totalidade de sua geração no Brasil.

No Censo Escolar de 2023, não foram divulgados dados comparativos entre o número de matrículas e quantidade de pessoas com deficiência em idade escolar. Esse silêncio estatístico contribui para sustentar o discurso da racionalidade inclusiva,

que enfatiza a ampliação do acesso à educação por meio da inclusão. No entanto, uma análise mais atenta, especialmente às ausências revela que a exclusão e a marginalização ainda persistem, mesmo sob a aparência de avanços inclusivos. A invisibilização de determinados dados reforça os limites dessa racionalidade e expõe os mecanismos sutis pelos quais a exclusão continua operando.

A ausência desses dados pode ser compreendida como uma estratégia de ocultação, articulada aos mecanismos de poder que Foucault chamou de *governamentalidade*. Para o autor, as estatísticas não são apenas instrumentos de conhecimento, mas também de poder, pois organizam, classificam e controlam a população. Nesse sentido, o silêncio estatístico torna-se mais um exemplo do funcionamento do saber-poder, ao operar na marginalização do grupo das pessoas com deficiência, mantendo-os à margem da (in)visibilidade social, e por consequência, da possibilidade de uma ação política efetiva.

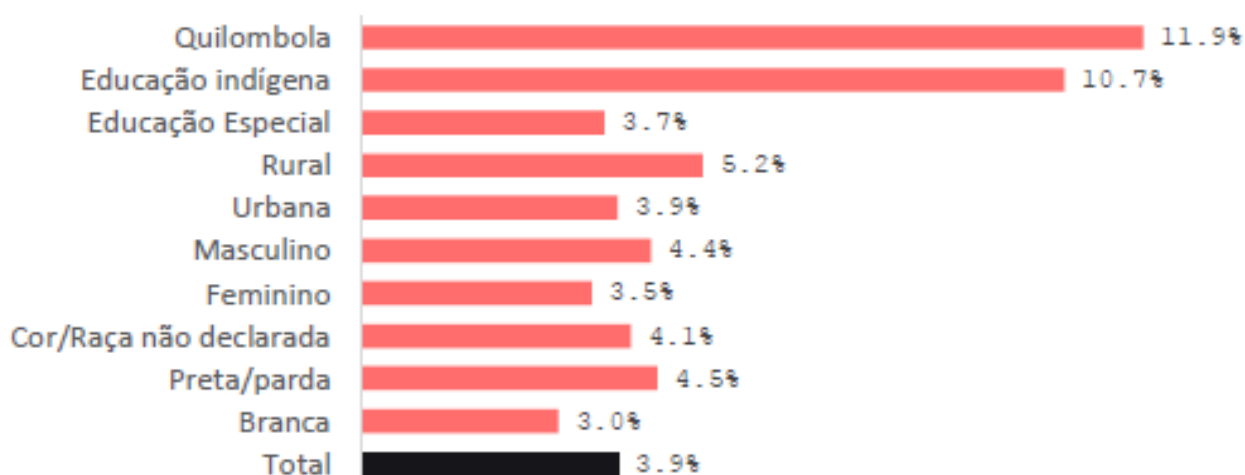
Gráfico 40 - Evasão do Ensino Médio – 2023



Fonte: Censo Escolar, 2023.

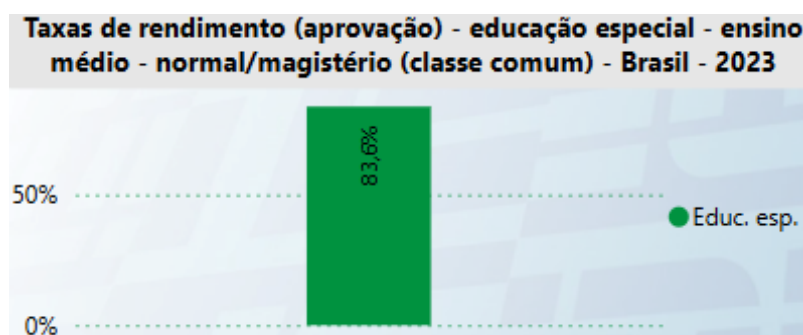
Ao analisarmos os dados sobre evasão no ensino médio, observamos que 6,2% do público da educação especial abandona os estudos, totalizando 13,77 mil de matrículas. Em relação à repetência, o número de pessoas com deficiência no ensino médio chega a 8,2 mil.

Embora, comparados a outros grupos minoritários, os percentuais de evasão e repetência sejam relativamente baixos, em termos absolutos, mais de 21 mil pessoas enfrentam dificuldades para permanecer incluídas no ensino médio.

Gráfico 41 - Repetência no ensino médio - 2023

Fonte: Censo Escolar, 2023.

A taxa de aprovação no ensino médio entre pessoas com deficiência atingiu 83,6%, o que representa aproximadamente 185 mil estudantes considerados aptos a ingressar no mundo do trabalho com um nível mínimo de escolarização. Esse dado, à primeira vista, pode ser interpretado como um indicativo de avanço educacional. No entanto, é necessário problematizar em que medida essa aprovação se traduz, de fato, em inclusão no mundo do trabalho.

Gráfico 42 - taxa de aprovação educação especial no ensino médio – 2023

Fonte: Painel do Censo Escolar, 2023.

Considerando esse cenário de aprovação no ensino médio e o expressivo número de pessoas com deficiência intelectual matriculadas, torna-se importante destacar a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Em seu artigo 2º, essa legislação estabelece o dever do Poder Público em assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício dos direitos básicos. No campo da formação profissional e do trabalho, o inciso III determina, entre outras garantias, “a) o apoio governamental à formação

profissional, e a garantia de acesso aos serviços concernentes, inclusive aos cursos regulares voltados à formação profissional”. Tal dispositivo legal reafirma o compromisso do Estado com a promoção de condições equitativas de acesso a qualificação e à inserção no mundo do trabalho para essa população.

Na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, na seção II, que trata da Habilitação Profissional e Reabilitação Profissional, também é definido o direito da pessoa com deficiência à habilitação profissional:

Art. 36. O poder público deve implementar serviços e programas completos de habilitação profissional e de reabilitação profissional para que a pessoa com deficiência possa ingressar, continuar ou retornar ao campo do trabalho, respeitados sua livre escolha, sua vocação e seu interesse.

§ 2º A habilitação profissional corresponde ao processo destinado a propiciar à pessoa com deficiência aquisição de conhecimentos, habilidades e aptidões para exercício de profissão ou de ocupação, permitindo nível suficiente de desenvolvimento profissional para ingresso no campo de trabalho.

Portanto, quando a formação profissional para as pessoas com deficiência é abordada nas políticas públicas, torna-se necessário questionar: de que tipo de formação estamos falando? No § 2º da Lei nº 7.853/1989, estabelece-se que a habilitação profissional tem por objetivo “propiciar conhecimentos, habilidades e aptidões para o exercício de profissão ou de ocupação”. No entanto, essa distinção entre profissão e ocupação precisa ser problematizada. O que se entende, afinal, por profissão? E o que é considerado ocupação? Esses termos, à primeira vista parecem neutros, mas podem carregar sentidos normativos e hierarquizantes que limitam o tipo de trabalho considerado digno, produtivo ou socialmente valorizado.

Diante de um cenário em que apenas uma parcela mínima de pessoas com deficiência conclui o ensino médio, evidencia-se uma limitação estrutural do sistema educacional em oferecer a formação mínima necessária para inclusão efetiva no mundo do trabalho. Embora a racionalidade inclusiva seja discursivamente promovida, ela se mostra insuficiente para transformar essa realidade. As práticas promovidas e estruturas educacionais ainda não garantem, de fato, o acesso pleno e a equidade na formação dessa população, perpetuando um cenário de exclusão e marginalização que contradiz os princípios da inclusão.

Conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (2002), do Ministério do Trabalho, *ocupação* é compreendida como o conjunto de atividades e responsabilidades desempenhadas por um trabalhador, independentemente do reconhecimento formal ou da certificação específica para o exercício dessa função. Trata-se, portanto, de um tipo de inserção que pode ser adquirida por meio da experiência prática, podendo ocorrer tanto na informalidade quanto na formalidade.

Conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (2002), do Ministério do Trabalho, *ocupação* é compreendida como o conjunto de atividades e responsabilidades desempenhadas por um trabalhador, independentemente do reconhecimento formal ou da certificação específica para o exercício dessa função. Trata-se, portanto, de um tipo de inserção que pode ser adquirida por meio da experiência prática, podendo ocorrer tanto na informalidade quanto na formalidade.

Por outro lado, a *profissão* é entendida como uma atividade especializada que exige formação específica, regulamentação legal e obediência a um código de ética, estando associada a vínculos formais de trabalho. A profissão representa, para o trabalhador, um reconhecimento social mais amplo, pois permite uma atuação com maior autonomia, respaldo técnico e legitimidade institucional. Já a ocupação está frequentemente vinculada a demandas imediatas do mercado, exigindo formações rápidas e operacionais, voltadas para atender às lógicas do consumo e da produtividade.

Desse modo, a habilitação profissional segue dois distintos caminhos: o da instrução para o trabalho e o da formação. Na revisão de literatura, foi possível constatar um aumento de cursos de preparatórios voltados à instrução de pessoas com deficiência intelectual para ocupações que não exigiam certificação específica para o exercício da função. Esse tipo de instrução tem se concentrado na aquisição de habilidades operacionais e práticas, com o foco em tarefas de baixa complexidade. Sebastiany (1997) já apontava que a instrução para o trabalho priorizava o desenvolvimento de habilidades repetitivas, voltadas para o desempenho de uma única função. Essa abordagem, além de limitar a autonomia do trabalhador, contribuía para a subvalorização do seu potencial, mantendo-o em posições marginalizadas no mundo do trabalho.

A formação profissional configura-se como um processo educacional orientado para o desenvolvimento de competências e habilidades específicas, possibilitando ao

sujeito o exercício de uma profissão regulamentada ou de uma ocupação qualificada no mundo do trabalho. Essa formação é ofertada por meio de cursos tecnológicos, ensino técnico ou educação superior, e tem como objetivo não apenas a capacitação técnica, mas também a conquista de reconhecimento social. Trata-se de um percurso que visa preparar o indivíduo para uma atuação profissional mais autônoma, valorizada e integrada às exigências de um mercado formal e competitivo.

Conforme o gráfico 37, as pessoas com deficiência registraram 13.859 matrículas em cursos da Educação Profissional Tecnológica, nas modalidades concomitante ao ensino médio e subsequente. Não há dados sobre matrículas adicionais. Considerando que o número de concluintes do ensino médio com deficiência foi de 185 mil, o percentual de pessoas que acessaram a educação profissional após essa etapa seria, no máximo, de 7,49% podendo ser ainda menor. Essa baixa inclusão na Educação Profissional e Tecnológica não se configura apenas com um dado quantitativo preocupante, mas como um reflexo das relações de poder que atravessam tanto a educação quanto o mundo do trabalho. O acesso restrito a essas modalidades formativas evidencia a permanência de barreiras estruturais e simbólicas, que continuam operando mesmo sob o discurso da inclusão.

A EPT constitui um espaço central para a formação de profissionais, com o objetivo de preparar os sujeitos para o ingresso no mundo do trabalho e para o desenvolvimento de competências específicas. No entanto, essa formação não se dá de maneira igualitária entre os diferentes grupos sociais. Os dados evidenciam que as pessoas com deficiência enfrentam barreiras significativas de acesso, o que revela que a baixa inclusão desses sujeitos na EPT não se limita a uma questão meramente quantitativa. Trata-se, sobretudo, de um reflexo das relações de poder que atravessam os campos da educação e do trabalho, definindo quem pode ocupar determinados espaços e quem é sistematicamente excluído. Diante desse cenário, torna-se urgente perguntar: quem tem acesso à profissionalização plena? E quem é direcionado para ocupações precarizadas, desvalorizadas ou sequer reconhecidas como trabalho?

Ao analisarmos o ensino superior, os dados revelam um aumento significativo na presença de pessoas com deficiência ao longo da última década. O número de matrículas em cursos de graduação passou de 29.034, em 2013, para 92.756, em 2023, indicando um crescimento numérico expressivo. No entanto, quando

comparamos esse aumento com o total geral de matrículas no ensino superior, observamos que o crescimento percentual foi de apenas 5% em dez anos. Esse dado revela que, apesar da ampliação das políticas de inclusão e da retórica institucional que as acompanha, as pessoas com deficiência ainda representam uma parcela muito reduzida do corpo discente universitário.

Gráfico 43 - Número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência

Ano	Número de Matrículas de Alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação	Percentual em Relação ao Total de Matrículas em Cursos de Graduação
2013	29.034	0,4%
2014	33.377	0,4%
2015	37.927	0,5%
2016	35.891	0,4%
2017	38.272	0,5%
2018	43.633	0,5%
2019	48.520	0,6%
2020	55.829	0,6%
2021	63.404	0,7%
2022	79.262	0,8%
2023	92.756	0,9%

Fonte: Censo da Educação Superior, 2023.

Quando o próprio ingresso já revela a ausência de igualdade de oportunidades, torna-se evidente que a promessa contida na LBI, expressa no artigo 28, inciso XIII, “acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas”, não se concretiza plenamente. A desigualdade, nesse caso, não se configura apenas como uma barreira posterior à entrada nas instituições, mas como um filtro que antecede o acesso. Os números são claros: apenas 7,49% dos concluintes do ensino médio com deficiência acessam a EPT, e apenas 0,9% chegam ao ensino superior. Esses dados evidenciam que as condições de igualdade permanecem no plano formal, não se traduzindo, de fato, em práticas inclusivas capazes de garantir equidade no percurso educacional.

Inspirada em Dubet (2014), é possível afirmar que a injustiça no acesso à profissionalização não se limita a uma dimensão estrutural: ela é, sobretudo, uma experiência vivida. A educação básica, que deveria funcionar como um espaço de preparação e suporte para a continuidade dos estudos e o ingresso no mundo do trabalho, não assegura as condições necessárias para que os estudantes avancem para a EPT e o ensino superior. Essa realidade expõe uma profunda contradição em relação ao que estabelece a LBI, que prevê o direito à educação em igualdade de condições. Assim, a promessa legal de inclusão é frustrada por práticas institucionais que, na realidade, perpetuam desigualdades e exclusões históricas.

O que orienta esse processo de profissionalização não é a equidade, mas a lógica meritocrática. A lógica vigente transfere para o próprio sujeito com deficiência a responsabilidade de conquistar sua inclusão, exigindo que ele encontre meios de acessar, permanecer e ter sucesso na formação, mesmo diante das barreiras históricas e estruturais. Esse modelo individualizante não apenas desresponsabiliza o Estado e as instituições, como também invisibiliza as desigualdades sofridas por esse grupo, transformando a inclusão profissional em uma jornada solitária e profundamente desigual. Como destaca Foucault, trata-se de uma forma de governo dos sujeitos que opera por meio da autogestão e da responsabilização individual, produzindo modos de subjetivação que culpabilizam aqueles que não se adequem os padrões estabelecidos.

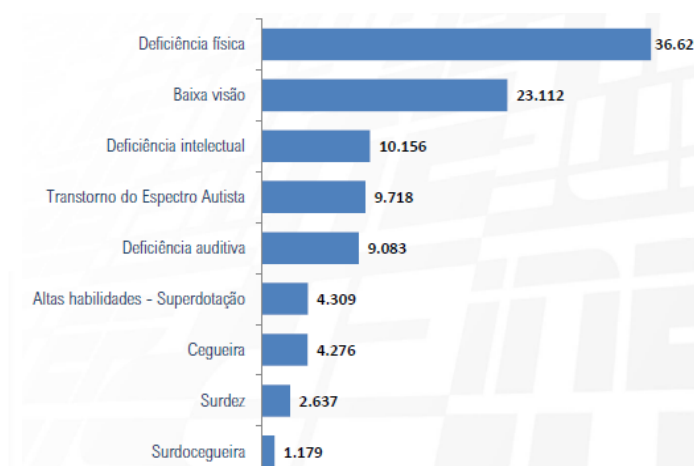
Nesse contexto, o direito garantido por normativas como a LDB, a LBI e outras políticas inclusivas permanece como um ideal normativo que não se realiza plenamente. A promessa legal de acesso a níveis mais elevados de educação continua distante da realidade concreta das pessoas com deficiência, que seguem enfrentando obstáculos para sua inclusão efetiva. Essa distância entre o discurso legal e a prática cotidiana revela a operação de dispositivos que, sob a aparência da inclusão, continuam a reproduzir a exclusão, agora de forma mais sutil, deslocando o problema da estrutura para o sujeito.

Em relação ao número de matrículas por tipo de deficiência, os dados mostram que as pessoas com deficiência física concentram o maior índice de inserção educacional, enquanto os menores números são registrados entre as pessoas surdo cegas. No gráfico 38, que apresenta o número de matrículas por tipo de deficiência

na educação básica, observa-se, que a maioria dos matriculados é composta por pessoas com deficiência intelectual. No ensino superior, essa população passa a ocupar o terceiro lugar em número de matrículas.

Essa mudança de posição sugere que, embora o acesso à educação básica esteja relativamente mais aberto para estudantes com deficiência intelectual, a permanência e a progressão a níveis mais elevados continuam sendo marcadas por barreiras. A trajetória escolar dessas pessoas tende a ser interrompida antes da chegada ao ensino superior.

Gráfico 44 - Número de matrículas em cursos de graduação de alunos por tipo de deficiência



Fonte: Censo da Educação Superior, 2023.

As pessoas com deficiência intelectual, como demonstrado ao longo desta pesquisa, estão presentes nas estatísticas educacionais e laborais, evidenciando um cenário de inclusão e ampliação do acesso. Uma análise mais detalhada desses dados, quando comparados à totalidade dessa população no Brasil, manifesta a persistência de um processo de (in)visibilidade no mundo do trabalho. Embora a presença dessas pessoas nas estatísticas de escolarização e emprego tenha aumentado, a realidade de suas inserções profissionais ainda é marcada por limitações substanciais. Nota-se que, majoritariamente, essas pessoas são destinadas a ocupações que não exigem formação específica.

Bauman (2005) discute como a modernidade produz 'vidas desperdiçadas', ou seja, grupos sistematicamente marginalizados e excluídos das dinâmicas produtivas. A produção desse agrupamento de pessoas é denominada 'refugio humano'. Para o autor, a Modernidade tem produzido "vidas desperdiçadas" (Bauman, 2005). Diria que

temos produzido grupos sistematicamente marginalizados e excluídos das dinâmicas produtivas. A produção desse agrupamento de pessoas é denominada de “refugo humano”,

seres humanos refugados (ou “excessivos” e “redundantes”, ou seja, os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar), é um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade. É um inescapável efeito colateral da construção da ordem (cada ordem define algumas parcelas da população como “descoladas”, “inaptas” ou “indesejáveis”) e do progresso econômico (que não pode ocorrer sem degradar e desvalorizar os modos anteriormente efetivos de “ganhar a vida” e que, portanto, não consegue senão privar seus praticantes dos meios de subsistência (Bauman, 2005, p. 12).

Essas vidas são produzidas pelo cenário econômico, mas também pela invisibilidade social. A Modernidade valoriza a produtividade e a utilidade econômica dos sujeitos, criando uma hierarquia de marginalização e exclusão daqueles que não se encaixam nas normas pré-estabelecidas. As pessoas com deficiência são consideradas excessivas ou redundantes, pois lhes faltam habilidades ou capacidades para se ajustarem ao modelo da produtividade e eficiência. Não há uma construção do desejo pelo sucesso pessoal que as insira na lógica da subjetividade empreendedora.

Aqueles que constroem esse desejo partem do mérito para alcançar o direito a níveis mais elevados de formação educacional e à inclusão no mundo do trabalho. Porém, somam ao processo meritocrático a camuflagem de sua deficiência e o exercício constante de autodisciplina para não desviarem da norma vigente. Não se somam ao grupo das pessoas com deficiência em busca de direitos, mas se submetem a ocupações, que muitas vezes, não garantem o mínimo de direitos sociais. Essa adaptação ao modelo dominante não transforma as estruturas, mas molda o sujeito para que se encaixe em um sistema que já os marginaliza.

Portanto, a pessoa com deficiência intelectual configura-se como um “não trabalhador”. As normas sociais e econômicas que definem o trabalho, o valor do trabalho e a inclusão social estão imbuídas de uma lógica excludente. Essa lógica camufla o potencial dos sujeitos, fixando-os a um lugar de não-produtividade e, por consequência, de não valor. Como diria Bauman (2005), eles se tornam parte do “refugo humano”. Esse conceito, mostra como a modernidade descartou aqueles que

não se ajustam aos padrões de eficiência e produtividades exigidos pelo mundo do trabalho.

Esse agrupamento é invisibilizado e deslocado para os cantos da sociedade, onde é ignorado ou subestimado. No contexto social atual, o trabalho é um instrumento de validação e meio de subsistência. As pessoas com deficiência intelectual não são consideradas dignas de valorização. O trabalho e o valor, nesse contexto, transformam-se em ferramentas de exclusão, já que não lhes é garantida nem formação específica, sendo frequentemente confinadas a ocupações subalternas e sem garantias.

Essa (in)visibilidade das pessoas com deficiência intelectual no que diz respeito à valorização e ao reconhecimento social não é uma falha do sistema, mas um reflexo do modelo econômico que prioriza os “empresários de si”, em detrimento da equidade social. Portanto, a inclusão não se traduz em oportunidades reais de acesso ao mundo do trabalho, mas em um sistema que reforça a marcação das desigualdades e, de forma lenta, aprofunda a invisibilidade daqueles com deficiência, em especial, daqueles com deficiência intelectual, pois estes são produzidos como mais desiguais do que outros com deficiência. As políticas públicas que deveriam garantir o direito de acesso, e principalmente de permanência igualitária, tornam-se um ideal normativo diante de um cenário tão adverso e excludente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizar a Tese de doutorado é algo inusitado, após quatro anos sendo convocada a pensar o mundo do trabalho para as pessoas com deficiência. Colocar em movimento um pensamento que vai além do que já está posto nas pesquisas científicas, nos dados estatísticos, nas reportagens, nas falas e nas vivências escolares foi um desafio constante. Nesse percurso, confrontei-me com meus próprios preconceitos, minhas angústias e meu desejo por um mundo mais justo dentro do injusto.

Em 2025, para minha surpresa, ocorreu a contratação de uma pessoa com deficiência intelectual no meu local trabalho. O justo, dentro do injusto, parece ter se realizado quando soube dessa notícia. Mas, meus preconceitos, minhas angústias e o confronto entre minha posição de pesquisadora e professora retornaram, afinal, a trabalhadora não estava dando “conta do recado”.

Muitas perguntas tomaram conta de meus pensamentos: Como agir? Que palavras usar? Como garantir o direito dela e o da empresa? Como orientar a equipe? Como lutar pela inclusão laboral sem gerar processos de in/exclusão?

A complexidade do fato ainda está em percurso, não o resolvi. Teria falhado enquanto pesquisadora ao final de sua Tese? Sou responsável por essa vida que luta por um lugar na sociedade? Sim. Butler (2019), argumenta que somos constituídos uns pelos outros: “somos desfeitos uns pelos outros. E se não somos, falta algo em nós (p. 44). Se fomos produzimos e produzimos o outro, precisamos também nos responsabilizar por ele. Portanto, é preciso questionar as normas que regulam a vida social para criar novas formas de convivência, baseadas no reconhecimento da precariedade compartilhada.

Nesta Tese, constatei que “os processos de (in)visibilidades nas políticas públicas e estatísticas reverberam as desigualdades e precarização no mundo do trabalho para as pessoas com deficiência, somadas as intersecções de gênero, raça, idade e tipo de deficiência são agravadas, constituindo um trabalhador não produtivo para o nosso tempo”.

Portanto, a trabalhadora que não está “dando conta do recado”, sou eu, são meus colegas professores, meus alunos, os alunos da escola, os pais, a equipe diretiva, enfim, todos que compõem o ambiente escolar. Afinal, vivenciamos

desigualdades múltiplas que nos conectam uns aos outros, porém, aqueles mais precarizados sofrem esse processo de forma mais intensa.

Ao retomar, minha pergunta de pesquisa, qual seja: *Como normativas sobre inclusão no mundo do trabalho e estatísticas sobre as condições de vida, escolaridade e de inclusão no mundo do trabalho permitem que visualizemos as condições de jovens e adultos com deficiência e os posicionemos nesse mundo?*

Para responder a minha pergunta fui fazendo um percurso investigativo valendo-me dos objetos que moveram a pesquisa, conforme passo a mostrar.

Para discutir os processos de (in)visibilidade no mundo do trabalho, recorri às estatísticas e ao aporte teórico sobre as desigualdades múltiplas Dubet (2020) para compreender o cenário de precarização que caracteriza o trabalho em nossa sociedade. Compreendo, que essas duas vias se entrelaçam, produzindo o cenário de in/exclusão no mundo do trabalho para as pessoas com deficiência.

Para isso, no segundo capítulo, realizo o delineamento e a justificativa do tema desta Tese, que foi subdividido em três subcapítulos. No primeiro, apresento minhas razões pessoais e profissionais que me levaram a estudar a temática do mundo do trabalho e da deficiência. No segundo subcapítulo, apresento as evidências científicas: foi a partir do contato com outras pesquisas sobre a temática mundo do trabalho e das pessoas com deficiência intelectual que comecei a delinear este estudo. As pesquisas existentes não mostravam conexões com as desigualdades sociais e o mundo do trabalho, seus estudos amparados em questões sobre a formação para o trabalho, do direito ao trabalho, saúde e âmbito familiar, além de pesquisas que entrevistaram trabalhadores com deficiência intelectual. Essas pesquisas ajudaram-me a definir a população estudada nesta Tese, elas denunciavam as desigualdades sociais, por meio do preconceito, estigma e os processos de in/exclusão.

A seguir apresento um trecho da dissertação de mestrado de Conceição, que ilustra esse cenário de denúncia:

Ana: *“E falta de oportunidade, né? Porque você vai passando dos anos, né? Aquela pessoa que tem menos tempo que você tem aqui, tem mais oportunidade de que você que tem mais tempo. Pra você mudar pro outro setor, porque tem pessoa aqui que tem menos tempo e vai pra outro setor e você fica trabalhando no mesmo lugar”* (Conceição, 2019, p. 57).

Ana é uma trabalhadora com deficiência intelectual que relata os desafios da inclusão no mundo do trabalho, sua percepção diante da promoção de cargos e a falta de oportunidades. Um cenário de precarização é denunciado a partir da fala de Ana.

Desse modo, delimito meu objetivo de estudo: Conhecer, analisar e problematizar a inclusão da pessoa jovem e adulta com deficiência no mundo do trabalho.

No último subcapítulo “O mundo do trabalho em crise: precarização e exclusão da pessoa com deficiência” busco compreender como o mundo do trabalho encontra-se no contexto brasileiro, um cenário de trabalho precário que se constituiu de forma mais intensa após a pandemia do covid-19. Constatei que todos somos afetados pela precarização do trabalho, porém, aqueles cujos gênero, a raça, a idade e o tipo de deficiência não interessam ao capitalismo sofrem processos mais severos de desigualdade. Dentro do grupo das pessoas com deficiência, percebi que as pessoas com múltiplas deficiências e deficiência intelectual são mais afetadas.

Com o intuito de aprofundar o estudo, opto por discutir, no terceiro capítulo, “o trabalho em suas múltiplas transformações”, a configuração histórica do trabalho e seu papel como elemento constitutivo dos sujeitos na atualidade. Este capítulo foi subdividido em quatro subcapítulos, iniciando com a discussão do trabalho como condição humana.

No segundo subcapítulo, “A força de trabalho ideal: A revolução Industrial e as transformações do mundo do trabalho”, analiso as mudanças desde o modelo artesanal de trabalho até a Revolução Industrial, identificando a construção de um tipo específico de subjetividade do trabalhador produtivo: aquele capaz de operar máquinas por longas jornadas, com precisão e repetição.

No que diz a respeito às pessoas com deficiência, discuto a necessidade de o trabalhador inserir-se no mundo do trabalho e adaptar-se às exigências do mercado. Esse processo leva à criação de mecanismos de ocultação da deficiência, uma vez que a adaptação às normas produtivas facilita a inclusão e permite driblar a lógica da eficiência excludente.

No terceiro subcapítulo, “flexibilizações no mundo do trabalho”, discuto como o neoliberalismo alterou o percurso e o sentido do trabalho, inaugurando uma era de precarização marcada pela instabilidade e insegurança. Nesse contexto, os

trabalhadores vivenciam empregos temporários, baixos salários, ausência de benefícios e direitos trabalhistas, além do crescimento do trabalho informal.

As pessoas com deficiência também são convocadas a ingressar nessa lógica da competição e produtividade, ou seja, assumir uma subjetividade empreendedora. No entanto, ao adentrar esse modelo, precisam moldar-se ao padrão de normalidade, pois são avaliadas segundo métricas da produtividade, rendimento e eficiência comparáveis às das pessoas sem deficiência.

E no último subcapítulo “O mundo do trabalho e as desigualdades”, após compreender as transformações no mundo do trabalho e A inserção da lógica neoliberal, opto por discorrer sobre a nova configuração social surgida nesse contexto: a das desigualdades múltiplas (Dubet, 2020). Os sujeitos passam a serem definidos por diferentes atravessamentos sociais, que ora os vinculam a uma mesma classe, ora os afastam dessa conexão. Nesse cenário, há uma multiplicação de desigualdades individuais, relacionadas a fatores como gênero, sexo, classe socioeconômica, cultura, deficiência, idade e nível de instrução.

Para as pessoas com deficiência, essa realidade impõe desafios específicos, pois sua inserção no mundo do trabalho não se dá apenas pelas barreiras arquitetônicas e institucionais, mas também pela necessidade de adequação a um padrão de produtividade que desconsidera as diferenças. Na lógica neoliberal, esses sujeitos acabam por performar eficiência e adaptação, silenciando suas reais necessidades. Esse processo reflete não apenas os mecanismos de in/exclusão, mas também a naturalização das desigualdades, que são reproduzidas e justificadas pelo discurso meritocrático.

Nos últimos capítulos, faço a análise dos dados coletados, quais sejam: dados estatísticos e normativas, com o objetivo de comprovar minha Tese.

Primeiramente, busquei mostrar por meio dos dados estatísticos, os níveis de escolarização, renda, gênero e trabalho das pessoas com deficiência. Neste capítulo, constatei que essas pessoas apresentam baixo nível de instrução, o que representa uma das principais limitações para acesso ao mundo do trabalho. Além disso, quando ingressam no mercado, ocupam majoritariamente cargos que exigem baixa qualificação, recebem as menores faixas salariais, enfrentam a ausência de direitos trabalhistas, a informalidade, o preconceito e o estigma. Constatei, ainda, que as pessoas com deficiência intelectual sofrem um agravamento dessa precarização,

tornando-se mais desiguais dentro do próprio grupo. Essa realidade evidencia as desigualdades múltiplas (Dubet, 2020) presentes na nossa sociedade. Embora todos sejam afetados pela precarização do trabalho, alguns grupos vivenciam essa realidade de forma mais intensa.

No segundo capítulo analítico, busquei responder à seguinte questão: por que o grupo das pessoas com deficiência intelectual é o mais desigual, dentro do grupo das diversas deficiências, em relação ao mundo do trabalho? Esse capítulo apresenta o cenário da precarização das pessoas com deficiência intelectual no mundo do trabalho. Ao cruzar os dados com elementos de interseccionalidade – como gênero, renda, raça, idade e nível de instrução, constatei o agravamento da precarização. Assim, de modo geral, as pessoas com deficiência permanecem de forma (in)visível no mundo do trabalho: ao mesmo tempo que são incluídas, sua permanência no mercado diminui com o passar dos anos, assim como seus salários e as oportunidades de acesso a cargos de maior qualificação. Elas são visíveis através dos dados estatísticos e normativos, que por si só, não têm sido suficientes para transformar o cenário da exclusão.

E no último capítulo “Profissionalização e as políticas inclusivas”, analisei as políticas voltadas para o mundo do trabalho das pessoas com deficiência, bem como os dados estatísticos sobre o seu ingresso na formação para o trabalho. A partir da análise das taxas de evasão escolar, repetência, aprovação da educação básica e acesso à educação profissional e superior, constatei que a escola opera dentro de uma lógica capacitista, definindo o aluno com deficiência por suas limitações em vez de suas potencialidades. Esse modelo contribui para a baixa escolarização dessa população, o que reverbera no mundo do trabalho, restringindo suas oportunidades de acesso a empregos mais qualificados.

Ao aprofundar a discussão sobre ocupação e profissão, percebi que a formação para o trabalho das pessoas com deficiência está voltada para a inserção no mercado em cargos que não exigem formação específica, ou seja, para ocupações que exigem baixo nível de instrução. As normativas, embora representem um ideal de inclusão, não garantem, de fato, a equidade no acesso e na permanência no mundo do trabalho. Isso ocorre porque tais políticas frequentemente transferem a responsabilidade da inclusão para o próprio sujeito com deficiência, sem uma reestruturação efetiva das condições laborais e educacionais que permitiriam sua participação igualitária.

A partir dessas constatações, entendo que foi possível mostrar como as políticas e os dados estatísticos, por meio dos mecanismos de (in)visibilidade, reverberam as desigualdades e a precarização no mundo do trabalho para as pessoas com deficiência. O cenário trabalhista brasileiro, já é marcado por desigualdades e precarização para a população em geral, porém, quando consideramos as intersecções de gênero, raça, idade e tipo de deficiência essas desigualdades se agravam ainda mais. Além disso, a lógica capitalista acaba por construir a imagem da pessoa com deficiência como um sujeito não produtivo, um trabalhador que, ao ingressar no mundo do trabalho, já enfrenta um prazo estabelecido de contratação, reforçando sua vulnerabilidade laboral.

Longe de encerrar as discussões desta Tese, vislumbro a continuidade da investigação sobre essa temática, buscando aprofundar a compreensão das desigualdades múltiplas e precarização do trabalho para as pessoas com deficiência. É preciso avançar em análises que avancem na investigação daqueles já incluídos no mundo do trabalho, como ocorre a inclusão e permanência nos espaços trabalhistas.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila. **Uberização: a edição da velha ideia do trabalho amador. Entrevista especial.** Entrevista concedida a IHU On-line, 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/591603-uberizacao-a-edicao-da-velha-ideia-do-trabalho-amador-entrevista-especial-com-ludmila-abilio>. Acesso em: 02 jan. 2025.
- ALVES, Fabíola Fernanda do Patrocínio. **Vida precária, alegria e solidão: a coragem da verdade na experiência de si de crianças deficientes.** Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/34716>. Acesso em: 10 out. 2023.
- ALVES, Ana Paula Ribeiro. **O trabalho na promoção do desenvolvimento humano a partir da percepção da pessoa com deficiência intelectual.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2018. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_790389985b217fefb2bb2c73e80f7cfc. Acesso em: 14 jan. 2023.
- ANTUNES, Elaine Samora Carvalho e França. **Beneficiários da prestação continuada:** concepções das pessoas com deficiência intelectual sobre trabalho. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/153247>. Acesso em: 14 jan. 2023.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª.ed., 10.reimpr. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de classe média. São Paulo: Boitempo, 2018.f
- ANTUNES, Ricardo. **Uberização nos leva para a servidão, diz pesquisador.** 2020. Instituto Humanitas Unisinos (IHU). Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/591102-uberizacao-nos-leva-para-a-servidao-diz-pesquisador>. Acesso em: 15 dez. 2024.
- ANTUNES, Ricardo. **Uberização nos leva para a servidão, diz pesquisador.** Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Publicado em 19 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/591102-uberizacao-nos-leva-para-a-servidao-diz-pesquisador>. Acesso em: 15 dez. 2024.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. Revisão técnica e apresentação Adriano Correia. 12ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

ARRUZZA, Cinzia; BATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ARTIÈRES, Philippe. **L’histoire de la folie: De l’archive à l’histoire**. Paris: Textuel, 2004. **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO (ABET)**. Em dados: a uberização da vida. *ABET – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho*. Disponível em: <https://abet-trabalho.org.br/em-dados-a-uberizacao-da-vida/>. Acesso em: 2 jan. 2025.

BARROS, Gilsene Daura da Silva. **As meninas de Helena: deficiência intelectual, inclusão e mercado de trabalho em São Luís**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/258>. Acesso em: 14 jan. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução de Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BELLO, Samuel Edmundo López; TRAVERSINI, Clarice. **O numerável, o mensurável e o auditável: estatística como tecnologia para governar**. *Educação & Realidade*, v. 34, n. 2, p. [número da página inicial]–[número da página final], maio/ago. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8267>. Acesso em: 15 dez. 2024.

BELLO, Samuel Edmundo Lopez. **Numeramentalização: o estudo das práticas e do governo em educação (e) matemática na contemporaneidade**. *Revista Reflexão e Ação*, v. 20, n. 2, p. 88-114, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/229359/000868457.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 dez. 2024.

BELLO, Samuel Edmundo Lopez; SPERRHAKKE, Renata. **Educação e risco social na curricularização do saber estatístico no Brasil**. *Acta Scientiarum. Education*, v. 38, n. 4, p. 383-392, out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=303347027009>. Acesso em: 15 dez. 2024.

BEZERRA, Sérgio Sampaio. **O sentido do trabalho para a pessoa com deficiência intelectual: o caso do município de Para de Minas – MG**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2017. Disponível em: <https://web.sistemas.pucminas.br/BDP/PUC%20Minas/Home/Visualizar?seq=6F0509F39ED3CAFFA3972EF167C78189>. Acesso em: 14 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. **Dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 out. 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. **Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com deficiência e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 24 out. 1989.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213.htm. Acesso em: 30 de nov. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília, DF, 1994. Disponível em: <https://www.mec.gov.br/educacao-especial>. Acesso em: 30 de nov. 2023

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 de nov. 2023.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. **Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1999/d3298.htm. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 set. 2001. Disponível em: <https://www.mec.gov.br/docman/educacao-especial/23335-resolucao-cne-ceb-n-2-de-11-de-setembro-de-2001-diretrizes-nacionais-para-a-educacao-especial-na-educacao-basica>. Acesso em: 10 mar 2022.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. **Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência, adotada em Guatemala.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 out. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. Portaria n. 1.199, de 28 de outubro de 2003. **Aprova normas para a imposição da multa administrativa variável prevista no art. 133 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.** Brasília, 2003. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.199-de-28-de-outubro-de-2003-491938>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dão outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2004/d5296.htm. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF, 2008. Disponível em: <https://www.mec.gov.br/docman/educacao-especial/24715-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l12764.htm. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Instrução Normativa MTE/SIT nº 98, de 14 de março de 2012.** Dispõe sobre procedimentos de fiscalização do cumprimento, por parte dos empregadores, das normas destinadas à inclusão no trabalho das pessoas com deficiência e beneficiários da Previdência Social reabilitados. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 mar. 2012. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-mte-sit-n-98-de-14-de-marco-de-2012-5769164>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Estatuto da Pessoa com Deficiência.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l13146.htm. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a legislação correlata. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 2017. Seção 1, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019.** Altera a organização dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 jan. 2019. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).** Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde: 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

BRASIL. **Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020**. Estabelece disposições trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 mar. 2020. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020**. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e estabelece medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 abr. 2020. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. **Aprova o texto do acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre a cooperação econômica e técnica**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 mar. 2020. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2020: notas estatísticas**. Brasília, DF: Inep, 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 26 mar. 2024.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.058, de 29 de abril de 2021. **Dispõe sobre a criação de cargos e funções na estrutura da Presidência da República e do Ministério da Defesa**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 abr. 2021. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF, 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Brasília, DF: Inep, 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais: 2023**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

BRIDI, M. A. **A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil**. Revista Estudos Avançados nº 34 (100), 2020.

BUJES, M. I. E. Descaminhos. In: COSTA, M.V.(Org.). **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar, pesquisa em educação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

BUTAFAVA, Juliana Medina. **Percepções de adultos com deficiência intelectual de um município de grande porte do interior do estado de São Paulo sobre a própria inserção no mercado de trabalho**. Dissertação (Mestrado em Saúde) – Programa de Pós-Graduação em saúde, interdisciplinaridade e reabilitação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_eb02c9df5b23b199623033a6734d2679. Acesso em: 14 jan. 2023.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto. Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Tadeu Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CAMARGO, Flávia Pedrosa de. **O benefício de prestação continuada e a inserção do indivíduo com deficiência intelectual no mundo do trabalho Corumbá/MS**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2011. Disponível em: <https://creia.ufms.br/producoes-do-creia/dissertacoes/>. Acesso em: 14 jan. 2023.

CARLOU, Amanda. **Cotidiano social e inserção laboral de jovens e adultos com deficiência intelectual**: relatos pessoais. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/10282>. Acesso em: 16 jan. 2023.

CASSEMIRO, Maria de Fatima Pio. **Representações das instituições especializadas sobre a profissionalização dos portadores de deficiência mental**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 1996. Disponível em:

CASTEL, Robert. **Da indigência à exclusão, a desfiliação:** precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, Antonio (Org.). Saude loucura 4: grupos e coletivos. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 21-48.

CASTEL, Robert. **Os Desfiliados.** *Movimentação*, v. 11, n. 2, p. 1-15, 1995. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/movimentacao/article/view/15022/8210>.

CEZAR, Katia Regina. **As pessoas com deficiência intelectual e o direito à inclusão no trabalho** - a efetividade da lei de cotas. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2138/tde-01082011-090820/pt-br.php>. Acesso em: 14 jan. 2023.

CONCEIÇÃO, Margaret da. **A compreensão de pessoas com deficiência intelectual sobre o ambiente de trabalho.** 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio2.unb.br/handle/10482/37555>. Acesso em: 14 jan. 2023.

Constituição da República Federativa do Brasil: BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 nov. 2023.

COSTA, Mariela Cristina de Aguiar. **A percepção dos professores sobre a qualificação profissional para pessoas com deficiência intelectual.** Dissertação (Mestrado em Psicologia), Programa de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2013. Disponível em: https://ufsj.edu.br/incluir/dissertacoes_de_mestrado.php. Acesso em: 14 jan. 2023.

CROVE, Thais Kalinina Martins. **O significado do trabalho para a pessoa com deficiência mental.** Dissertação (Mestrado em Distúrbios de Desenvolvimento) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/items/86f30da3-4f40-4650-81ef-5f5bf5c69efd>. Acesso em: 14 jan. 2023.

DALMINA, Ruth Rosângela. **A aprendizagem organizacional na educação profissional no Brasil.** 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9492>. Acesso em: 15 dez. 2024.

DANTAS, Michel Santos Mirabeau. **Inclusão profissional de pessoas com deficiência mental: A APAE-Salvador como possibilidade de inserção.** Dissertação (Mestrado Profissional Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional da Uneb), Programa de pós-graduação em políticas públicas, gestão do conhecimento e desenvolvimento regional, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://www.cdi.uneb.br/site/?cat-trabalhos-academicos=pgdr>. Acesso em: 16 jan. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOTA, Fernanda Piovesan. **Inclusão da pessoa com deficiência intelectual no mercado de trabalho**: avaliação de um programa de capacitação profissional. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, área de concentração desenvolvimento: comportamento e saúde, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2015. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_d1546da1584a78e067150e6f6dd34eb7. Acesso em: 14 jan. 2023.

DOHERTY, Robert A. **Uma política educacional criticamente formativa**: Foucault, discurso e governamentalidade. In.: PETERS, Michael A.; BESLEY, Tina. Por que Foucault? Novas diretrizes para a pesquisa educacional. São Paulo: Artmed, 2008.

DUBET, François. **O tempo das paixões triste**. Tradução Mauro Pinheiro. São Paulo: Vestígio, 2020.

ENZWEILER, Deise Andréia. **Inclusão e desigualdades escolares em estatísticas educacionais pós-Constituição Federal de 1988**. Tese (Doutorado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, São Leopoldo, 2022. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/11117?locale-attribute=en>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SPERRHAKE, Renata; TRAVERSINI, Clarice. **Os critérios do Censo produzindo estatísticas de alfabetização**: gerenciar o risco e inventar pessoas. *Estatística e Sociedade*, n. 2, 23 dez. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/estatisticaesociedade/article/view/36560>. Acesso em: 15 dez. 2024.

ESCOBAL, Giovana. **Algumas contribuições do paradigma de escolha para o trabalho de pessoas com deficiência intelectual**. Tese (doutorado em Educação Especial) Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2873?show=full>. Acesso em: 14 jan. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** In: Dits et écrits: 1954-1988. Vol. 1. Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: M. Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Do Governo dos vivos**: curso no Collège de France (1979-1980). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

FRANCA, João Victor Reis. **Trabalho, saúde e subjetividade**: uma análise sobre pessoas com deficiência intelectual. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa e Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/3348>. Acesso em: 14 jan. 2023.

FRASER, Nancy. **The Old Is Dying and the New Cannot Be Born**: From Progressive Neoliberalism to Trump and Beyond. Verso, 2017.

FRASER, Nancy. **Justiça interrompida**: reflexões críticas sobre a condição “pós-socialista”. São Paulo: Boitempo, 2022.

FURTADO, Adelaine Vianna. **Pessoas com deficiência intelectual e a inclusão no mercado de trabalho**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1403>. Acesso em: 14 jan. 2023.

GALLUCCI, Cláudia Margarido. **Programa de aprendizagem profissional e comercial e pessoas com deficiência intelectual**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 2016. Disponível em: http://dissertacoes.mestrado.mouralacerda.edu.br/buscas_trabalhos-portal-mouralacerda.php?busca_trabalho=CLAUDIA+MARGARIDO+GALLUCCI&busca_an_o=&busca_semestre. Acesso em: 14 jan. 2023.

GRÄFF, Patrícia. **Identidades culturais na educação escolar**: estratégias de governo identitário. Tese (Doutorado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/6301>. Acesso em: 30 abr. 2022.

GÓMEZ, Lucía; JÓDAR, Francisco. **Foucault y el análisis sociohistórico**: sujetos, saberes e instituciones educativas. In: Revista Educación y Pedagogía, vol. xv, n. 37, Medellín: Universidad de Antioquia (septiembre-diciembre), 2003, p. 53-68. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/revistaeyp/article/view/5977>. Acesso em: 23 jul. 2024.

GONÇALVES, Edivaldo Félix. **A concretização do direito ao trabalho e as pessoas com deficiência intelectual**: uma análise a partir da situação da cidade de Osasco/SP. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-28112012-094309/pt-br.php>. Acesso em: 14 jan. 2023.

HAKING, Ian. **Kinds of people**: moving targets. Conference presented in The British Academy, London, England, 2007.

HACKING, Ian. **A construção social de quê?** Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

IBGE – Instituto brasileiro de geografia e estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. Cartilha do Censo 2010 – **Pessoas com Deficiência** / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

IBGE. **Pesquisa nacional de saúde 2019**: informações sobre domicílios, acesso e utilização dos serviços de saúde: Brasil, grandes regiões e unidades da federação/IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. **Pesquisa nacional de saúde 2019**: ciclos de vida. Brasil/IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Notas técnicas Versão 1.13. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA). **Gráfico sobre desemprego, informalidade, subutilização e inatividade no mercado de trabalho**. 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/mercado-de-trabalho/desemprego-informalidade-subutilizacao-e-inatividade/apresentacao#:~:text=Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20%2D%20Ipea&text=Em%202022%2C%20mais%20de%2040,2%20pontos%20percentuais%20em%202020>. Acesso em: 02 jan. 2025.

JAIME, Faustino Emilio Arencibia. **Preparação laboral de estudantes com deficiência intelectual visando uma futura inserção no trabalho**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30358>. Acesso em: 13 jan. 2023.

Kesküla, Eeva. **Perspectivas antropológicas sobre o trabalho**: conceitos, abordagens clássicas e transformações. Tradução de Cristina Teixeira Marins. *Revista Antropolítica*, v. 54, n. 2, p. 436-450, 2. quadri., mai./ago. 2022.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: O neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Marta Pimenta de Faria. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAZZARATO, Maurizio. **A invenção do capitalismo**: a contribuição do neoliberalismo à subjetividade econômica. Tradução de Sérgio Lessa. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.

LOPES, Maura Corcini. In/exclusão escolar: a invenção de tipos específicos de alunos. **Revista Colombiana de Educación**, n. 54, p. 96-119, enero-junio, Colômbia, 2008.

LOPES, Maura Corcini. **Inclusão escolar**: currículo, diferença e identidade. In: LOPES, Maura Corcini; DAL'IGNA. Maria Cláudia. In/exclusão: nas tramas da escola. Canoas: Ulbra, 2007, p. 11-33.

LOPES, Maura Corcini. **Políticas de inclusão e governamentalidade**. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 153-169, 2009.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. **Inclusão & Educação**. V. 11. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MACHADO, F. de C. **Racionalidade neoliberal e sensibilização para a inclusão escolar de deficientes**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/3484>. Acesso em: 24 jun. 2021.

McRUER, Robert. **Teoria Crip**: Signos Culturais entre o Queer e a Deficiência. Tradução de Anahí Guedes de Mello et al. Supervisão de Anahí Guedes de Mello e Olivia von der Weid. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2024.

MALABOU, Catherine. **Avant demain: épigénèse et rationalité**. Paris: Presses Universitaires de France, 2014.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. **Capacitação de pessoas com deficiência intelectual para o trabalho**: estudo de caso de um curso de Educação Profissional. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/10586>. Acesso em: 13 jan. 2023.

MARTUCCELLI, Danilo. **A sociedade das singularidades**: em busca de uma nova forma de liberdade. Tradução de Vânia A. de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MASSO, Maria Cândida Soares Del. **Orientação para o trabalho**: uma proposta de adaptação curricular para alunos com deficiência mental. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001083952>. Acesso em: 18 jan. 2023.

MASSON, Michelle Bueno Jomaa. **Educação e trabalho**: a constituição do trabalhador deficiente intelectual. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, 2009. Disponível em: chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.humanas.ufpr.br/portal/pgsocio/files/2012/12/versao-completa-Michele-Paitra.pdf. acesso em: 16 jan. 2023.

MATOS, Rebeca Rodrigues Faislon. **Análise do desempenho laboral de deficientes intelectuais inseridos em uma rede varejista nos municípios de Itabuna e Ilhéus.** Dissertação (Mestrado em Bioengenharia) – Programa de Pós-Graduação em Bioengenharia, Universidade Brasil, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://ub.edu.br/pos-graduacao-bioengenharia-mais-informacoes/>. acesso em: 16 jan. 2023.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. **A maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva.** Tese (Doutorado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3544>. Acesso em: 12 abr. 2021.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAISO, Marlucy Alves (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação.** 2ª ed. Belo Horizonte: Mazza, 2014.

MORAIS, Percília Melgaço De. **Treinamento para inclusão de pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho da construção civil.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2010. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_0f57bf21a4d75b788c1c34d1b578d6dd. Acesso em: 14 jan. 2023.

Navarro, Zilda Moretti. **Preparação para o Trabalho na Trajetória Educacional do Deficiente Mental: Possibilidade Real ou Realidade Divergente?.** Dissertação de Mestrado (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ORDINE, Nuccio. **A utilidade do inútil: um manifesto.** Tradução de Joana Angélica d'Ávila Melo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016.

RECH, Tatiana Luiza. **A emergência da inclusão escolar no governo FHC: movimentos que a tornaram uma “verdade” que permanece.** 2010. Dissertação (Mestrado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/1996>. Acesso em: 12 abr. 2021.

RECH, Tatiana Luiza. **Da escola à empresa educadora: a inclusão como uma estratégia de fluxo-habilidade.** 2015. Tese de doutorado (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/115966>. Acesso em: 12 abr. 2021.

REDIG, Annie Gomes. **Aplicação e análise de um programa customizado para a inclusão de jovens com deficiência intelectual em atividades laborais.** Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação,

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/10378>. Acesso em: 14 jan. 2023.

RIBEIRO, Carlos Alberto. **Territórios em movimento: os processos de subjetivação de jovens deficientes intelectuais no trabalho**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2010. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=189719. Acesso em: 13 jan. 2023

RODRIGO, Rosemeire Cristina Buava. **Significado das oficinas de ocupação para idosos com deficiência intelectual**. Dissertação (Mestrado em Gerontologia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.sapientia.pucsp.br/handle/handle/12575>. Acesso em: 14 jan. 2023.

ROSA, Floriza Gomide Sales. **Educação e inclusão da pessoa com deficiência intelectual no mundo do trabalho: o caso dos egressos do Centro de Ensino de Educação Especial Helena Antipoff**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014. Disponível em: <https://tedeabc.ufma.br/jspui/handle/tede/85?mode=full>. Acesso em: 19 jan. 2023.

RUAS, Agnes Cristhina Correia. **Inclusão social da pessoa com deficiência intelectual: um desafio para o mundo do trabalho**. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) - Pós-graduação stricto sensu em gestão social, educação e desenvolvimento regional, Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ivc.br/handle/123456789/916?show=full&locale-attribute=es>. Acesso em: 14 jan. 2023.

SALES, Camila. **Influência da família na inserção ou exclusão de pessoas portadoras de deficiência mental no mercado de trabalho**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/83588>. Acesso em: 14 jan. 2023.

SANSON, Cesar. **Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/24122>. Acesso em: 24 abr. 2021.

SANSON, Cesar. **Trabalho e Subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial**. Cadernos do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, ano 8, n. 32, p 1-68, 2010. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ihu/032cadernosihu.pdf>. Acesso em: 3 maio 2021.

SANSON, Cesar. **O mundo do trabalho no contexto da pandemia: onde estamos e para onde vamos**. 2020. Instituto Humanitas Unisinos (IHU). Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/603515-o-mundo-do-trabalho-no-contexto-da-pandemia-onde-estamos-e-para-onde-vamos>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SANSON, Cesar. O futuro do trabalho: breve revisão teórica do debate entre os contemporâneos. **Revista sobre acesso à justiça e direitos na Américas**. Brasília, v.5, n.2, jul/dez.2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/abya/article/view/34313>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SANTOS, Michele Paitra Alves dos. **A formação e a qualificação profissional do jovem com deficiência intelectual e sua inserção no mercado de trabalho formal em Curitiba**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, 2011. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/33095>. Acesso em: 14 jan. 2023.

SANTOS, Thamille Pereira. **Certificação por Terminalidade Específica na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: produto e produtora de representações culturais**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica), Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal Farroupilha- Polo Jaguari, Santa Maria/RS, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7745265. Acesso em: 23 jan. 2022.

SARTORI, Juliana Ribas. **Processo de adaptação de trabalhadores com deficiência intelectual em trabalho competitivo com suporte natural**. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3096?show=full&locale-attribute=pt_BR. Acesso em: 14 jan. 2023.

SEBASTIANY, Giana Diesel. **A identidade social de trabalhador do indivíduo portador de deficiência mental**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/111408>. Acesso em: 14 jan. 2023.

SILVA, Adriane Giugni da. **A educação profissional de pessoas com deficiência mental: a história da relação educação especial/trabalho na APAE-SP**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/182499>. Acesso em: 14 jan. 2023.

SILVA, Daiane Sousa de Pina. **Trajetórias de jovens com deficiência intelectual no mundo do trabalho: percepções familiares**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: <https://saberaberto.uneb.br/items/f6ac8a8a-b506-4bc4-8920-52b8169fedf3/full>. Acesso em: 14 jan. 2023.

DA SILVA, Gilsene Daura Pereira. **As meninas de Helena: deficiência intelectual, inclusão e mercado de trabalho em São Luís**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.tedebc.ufma.br:8080/jspui/bitstream/tede/258/1/dissertacao%20Gilsene.pdf. Acesso em: 14 jan. 2023.

SILOTE, Karolem Sousa. **As concepções de gestores sobre a pessoa com deficiência intelectual e sua atuação no contexto laboral**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/pdma/article/view/4405/2226. Acesso em: 14 jan. 2023.

SILVA, Margaret da Conceição. **A compreensão de pessoas com deficiência intelectual sobre o ambiente de trabalho**. Dissertação (Mestrado Em Psicologia) - Universidade de Brasília – UNB, Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/37555>. Acesso em: 14 jan. 2023.

SASSEN, Saskia. **Expulsões**. Brutalidade e complexidade na economia global. Trad. Angélica Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SOARES, Janice Maria. **A pessoa com deficiência mental e sua inserção no mercado de trabalho**: contribuições da psicologia histórico-cultural. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/58c45fdd-c496-47af-a19f-13e844671dab>. Acesso em: 14 jan. 2023.

SOUZA, Leila Maria Carvalho de. **A educação profissional e tecnológica na educação básica e a preparação da pessoa com deficiência intelectual para o mundo do trabalho no município de Manaus**. Dissertação (Mestrado Educação Profissional e Tecnológica) - Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas campus Manaus, Manaus, 2020. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IFAM-1_884eee1b1252335106e119514a0f51df. Acesso em: 14 jan. 2023.

STANDING, Guy. **O Precariado**: A Nova Classe Perigosa. Tradução de Cristina Antunes. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2014.

TURCHIELLO, P. **A produtividade dos sujeitos com deficiência na articulação da educação profissional e tecnológica com a inclusão**. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria – Programa de Pós-graduação em Educação – Santa Maria, Santa Maria, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/14610>. Acesso em: 30 jan. 2023.

UNESCO. Declaração Mundial de Educação para Todos: atendimento às necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia, 1990. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/days/education/education-for-all>. Acesso em: 30 nov. 2023.

UNESCO. Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, Espanha, 1994. Disponível em: https://www.unesco.org/education/pdf/SALAMA_E.PDF. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Maria Helena Féres. **Vivências de pessoas com deficiência intelectual inseridas no mercado de trabalho.** Dissertação (Mestrado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/10562>. Acesso em: 14 jan. 2023.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação.** Autêntica Editora, 3ª edição, Belo Horizonte, 2014.